



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Kalline Flávia Silva de Lira

**Violência contra as mulheres: representações sociais de profissionais da
Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco**

Rio de Janeiro

2021

Kalline Flávia Silva de Lira

Violência contra as mulheres: representação social de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco



Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L768 Lira, Kalline Flávia Silva de
Violência contra as mulheres: representação social de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco / Kalline Flávia Silva de Lira. – 2021.
373 f.

Orientador: Ricardo Vieiralves de Castro
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

1. Violência contra as mulheres – Teses. 2. Representações sociais – Teses. 3. Prática profissional – Teses. I. Castro, Ricardo Vieiralves de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kalline Flávia Silva de Lira

**Violência contra as mulheres: representação social de profissionais da Rede de
Enfrentamento no Sertão de Pernambuco**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Social, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 23 de julho de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro (Orientador)
Instituto de Psicologia – UERJ

Profa. Dra. Anna Paula Uziel (Examinadora Interna)
Instituto de Psicologia – UERJ

Profa. Dra. Adelaide Alves Dias
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

Profa. Dra. Anna Luiza Araújo Ramos de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Fernanda Sardelich Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico à minha avó Eurides Leandro da Fonseca (*in memoriam*),
Exemplo de mulher forte, guerreira e batalhadora.

AGRADECIMENTOS

Senhor, fazei de mim como as ondas do mar que fazem de cada recuo um impulso para ir mais adiante (Cecília Meireles).

Ao Deus e à Deusa, por sempre ter colocado em meu caminho pessoas especiais e que muito me ensinaram, e por permitir permanecer acesa a vontade de estudar e pesquisar.

Teu sorriso eu vou deixar na estante para eu ter um dia melhor (O Teatro Mágico).

À minha filha Laryssa, tão doce e ao mesmo tempo tão forte, superando minha ausência e minha distância com mensagens e telefonemas, e que compreendeu meu cansaço e minhas angústias. E agora, compartilhamos mais essa conquista.

O amor de mãe é o combustível que capacita um ser humano comum a fazer o impossível (Marion C. Garretty).

À minha mãe, pelo afeto, pela parceria, por estar sempre presente (mesmo quando eu estava distante), e por nunca soltar minha mão nas horas mais difíceis da minha vida.

Se enxerguei mais longe, foi porque estava apoiado sobre ombros de gigantes (Isaac Newton).

Ao meu querido orientador, o professor Dr. Ricardo Vieiralves de Castro, pela paciência e pelos ensinamentos. Agradecer pelas vezes em que foi mais que um professor, foi um amigo. Imensa gratidão por compreender minhas dificuldades, por me ensinar a superar obstáculos e por acreditar em mim e na minha pesquisa.

Aos/às professores/as do PPGPS, especialmente à professora Ana Paula Uziel, que também foi coordenadora do curso e me ajudou em inúmeras situações. Serei eternamente grata pelo acolhimento, pelo carinho e pelas colaborações.

Aos/às professores/as que participaram da Banca de Qualificação, por suas leituras cuidadosas e sugestões fundamentais para o aperfeiçoamento da minha escrita, principalmente aos professores Renato Möller e Luiz Fernando Tura, e à professora Margot Madeira.

Agradeço imensamente às professoras que aceitaram a tarefa de estarem na Banca de Defesa: Adelaide A. Dias, Anna Luiza A. R. M. Oliveira, Fernanda S. Nascimento, e Anna Paula Uziel.

Em especial, quero agradecer enormemente à professora Denise Jodelet, por ter aceitado me receber para o período de Doutorado Sanduíche. As adversidades que fugiram (e muito) ao nosso controle não permitiram que o estágio fosse desenvolvido da maneira planejada. Mesmo assim, o tempo em que pudemos nos reunir foi extremamente valioso. Sou muito grata por sua simplicidade, sua generosidade e seu acolhimento.

Não sei se a vida é curta ou longa demais para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas (Cora Coralina).

À minha família, da qual estive ausente tantas vezes, porque sempre tinha algo a ler ou escrever. Mesmo assim, sempre houve apoio e torcida. Obrigada por nunca me deixarem esquecer que também existe uma vida divertida além do trabalho e dos estudos.

Querido George, lembre-se, nenhum homem é um fracasso quando tem amigos. Obrigado pelas asas (Filme: A felicidade não se compra).

Aos/às amigos/as do Sertão, especialmente a um casal que sempre abriu as portas da casa (e da vida) pra mim: Wanderson e Walderice. Minha caminhada no Sertão não seria a mesma sem o acolhimento de vocês. Gratidão me define.

Aos/às companheiros/as de jornada do Labore. Sem vocês, muita coisa não seria possível. O Rio de Janeiro e o doutorado não teriam sido os mesmos. Eterna gratidão: Allan, Glênio, Natália, Patrícia, Victor e Will. Um agradecimento especial à Camilla Cristino, pela paciência de ajudar sempre que possível, principalmente quando eu já estava de volta à Pernambuco; e à Pamella Console, por ter aberto as portas de sua casa e de sua vida.

Não tenho certeza de nada, mas a visão das estrelas me faz sonhar (Vincent Van Gogh).

Agradeço às Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social; à Direção do Hospital; ao Comando da Polícia Militar; ao Coordenador Regional da Polícia Científica; à equipe da Delegacia de Polícia Civil e do Fórum de Justiça, por terem permitido a coleta de dados. Agradeço imensamente a todos/as os/as profissionais que aceitaram participar deste estudo.

Duas estradas divergiam num bosque, e eu segui pela menos usada. Isso fez toda a diferença (Robert Frost).

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho. E à FAPERJ, pela Bolsa do Doutorado Sanduíche.

Personne n'est plus arrogant envers les femmes,
plus agressif ou méprisant qu'un homme
inquiet pour sa virilité.
Simone de Beauvoir

RESUMO

LIRA, K. F. S. **Violência contra as mulheres**: representação social de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco. 2021. 373 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa investigou as Representações Sociais dos/as profissionais que atuam em serviços componentes da Rede de Enfrentamento à Violência numa região do Sertão de Pernambuco acerca da violência contra as mulheres. A pesquisa foi realizada em cinco municípios de uma região do Sertão de Pernambuco e foi baseada na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, sob a perspectiva da abordagem estruturalista de Jean-Claude Abric e da abordagem processual de Denise Jodelet. Participaram da pesquisa 250 profissionais, que trabalhavam em diferentes áreas da Rede de Enfrentamento à Violência: saúde, assistência social, segurança pública e justiça. Além disso, foram incluídos profissionais que atuavam no que foi denominada de Rede Informal, abrangendo líderes religiosos, líderes comunitários, profissionais da educação, integrantes de movimentos feministas, entre outros. A construção da pesquisa se apoiou em diferentes instrumentos de coleta e análise de dados: evocação livre de palavras e construção do quadro de quatro casas; entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo temática; e questionário estruturado e análise de conteúdo temática. Para investigar as representações sociais da violência contra as mulheres no contexto específico, inicialmente foi realizada uma análise das representações da mulher e do homem do Sertão. Através da análise das evocações livres e das entrevistas, identificou-se que a representação tem como provável núcleo central os termos “forte”, “guerreiro/a”, “batalhador/a” e “trabalhador/a”. Percebe-se, portanto, que a representação possui uma conotação e uma valoração favoráveis. Estes termos foram corroborados pela análise das entrevistas. O diagnóstico da estrutura da Rede de Enfrentamento aponta a fragilidade da região, com a inexistência de diversos serviços importantes para o atendimento das mulheres em situação de violência. Em relação aos números da violência doméstica e familiar contra as mulheres, é possível perceber que houve um aumento na região pesquisada. No que se refere à análise da representação da violência contra as mulheres, a análise das evocações livres demonstrou como provável núcleo central os termos “agressão”, “covardia”, “machismo” e “tristeza”. A análise das entrevistas e do questionário apontou que a violência é representada, principalmente, a partir de duas perspectivas: a manutenção de construções históricas e sociais baseadas nas relações desiguais de poder entre os gêneros, que desencadeiam as situações de violência, como o machismo e o preconceito; e a culpabilização das mulheres por permanecerem no ciclo de violência. Tais representações foram ancoradas e objetivadas em concepções ligadas à esfera biológica como, por exemplo, acreditar que o espaço público é do homem, além da ideia de que a traição é justificativa para a violência. Foi percebido que os/as profissionais não possuem conhecimento sobre as questões de gênero, nem sobre as legislações específicas. Ao mesmo tempo, há um desconhecimento dos serviços que compõem a rede de enfrentamento, o que dificulta o atendimento às mulheres. Conclui-se que os/as profissionais são fundamentais para a identificação dos casos, o acolhimento das mulheres e para a realização dos encaminhamentos pertinentes.

Palavras-Chave: Violência contra as mulheres. Representações sociais. Prática profissional. Rede intersetorial.

ABSTRACT

LIRA, K. F. S. **Violence against women:** social representation of professionals of the Network of Confrontation in the Sertão of Pernambuco. 2021. 373 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This research investigated the Social Representations of professionals who work in services that are part of the Network for Combating Violence in a region of the Sertão of Pernambuco about violence against women. The research was carried out in five municipalities in a region of the Sertão of Pernambuco and was based on the Theory of Social Representations, developed by Serge Moscovici, from the perspective of the structuralist approach of Jean-Claude Abric and the procedural approach of Denise Jodelet. 250 professionals who worked in different areas of the Network for Combating Violence took part in the survey: health, social assistance, public safety and justice. In addition, professionals who worked in what was called the Informal Network were included, including religious leaders, community leaders, education professionals, members of feminist movements, among others. The construction of the research was supported by different instruments for data collection and analysis: free evocation of words and construction of a four-place table; semi-structured interviews and thematic content analysis; and structured questionnaire and thematic content analysis. To investigate the social representations of violence against women in the specific context, an analysis of the representations of women and men in the Sertão was initially carried out. Through the analysis of free evocations and interviews, it was identified that the representation has as its probable central core the terms “strong”, “warrior”, “battler” and “worker”. It can be seen, therefore, that representation has a favorable connotation and valuation. These terms were corroborated by the analysis of the interviews. The diagnosis of the structure of the Coping Network points to the region's fragility, with the inexistence of several important services for the assistance of women in situations of violence. In relation to the numbers of domestic and family violence against women, it is possible to notice that there was an increase in the researched region. With regard to the analysis of the representation of violence against women, the analysis of free evocations showed as a probable central nucleus the terms “aggression”, “cowardice”, “machismo” and “sadness”. The analysis of the interviews and the questionnaire pointed out that violence is mainly represented from two perspectives: the maintenance of historical and social constructions based on unequal power relations between genders, which trigger situations of violence, such as machismo and the prejudice; and blaming women for remaining in the cycle of violence. These representations were anchored and objectified in conceptions linked to the biological sphere, such as, for example, believing that the public space belongs to man, in addition to the idea that betrayal is a justification for violence. It was noticed that professionals do not have knowledge about gender issues, nor about specific legislation. At the same time, there is a lack of knowledge about the services that make up the coping network, which makes it difficult to care for women. It is concluded that the professionals are fundamental for the identification of cases, the reception of women and for carrying out the relevant referrals.

Keywords: Violence against women. Social representations. Professional practice. Intersectorial network.

RÉSUMÉ

LIRA, K. F. S. *Violence contre les femmes: représentation sociale des professionnels du Réseau de Confrontation dans le Sertão de Pernambuco*. 2021. 373f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Cette recherche a enquêté sur les représentations sociales des professionnels qui travaillent dans les services qui font partie du Réseau de lutte contre la violence dans une région du Sertão de Pernambuco sur la violence contre les femmes. La recherche a été menée dans cinq municipalités d'une région du Sertão de Pernambuco et était basée sur la théorie des représentations sociales, développée par Serge Moscovici, du point de vue de l'approche structuraliste de Jean-Claude Abric et de l'approche procédurale de Denise Jodelet. 250 professionnels œuvrant dans différents domaines du Réseau de lutte contre la violence ont participé à l'enquête: santé, assistance sociale, sécurité publique et justice. En outre, des professionnels qui travaillaient dans ce qu'on appelait le réseau informel étaient inclus, notamment des chefs religieux, des dirigeants communautaires, des professionnels de l'éducation, des membres de mouvements féministes, entre autres. La construction de la recherche a été appuyée par différents instruments de collecte et d'analyse des données: évocation libre des mots et construction du tableau à quatre places; entretiens semi-directifs et analyse de contenu thématique; et un questionnaire structuré et une analyse de contenu thématique. Pour enquêter sur les représentations sociales de la violence à l'égard des femmes dans le contexte spécifique, une analyse des représentations des femmes et des hommes dans le Sertão a été initialement réalisée. A travers l'analyse d'évocations libres et d'entretiens, il a été identifié que la représentation a comme noyau central probable les termes « fort », « guerrier », « combattant » et « ouvrier ». On voit donc que la représentation a une connotation et une valorisation favorables. Ces termes ont été corroborés par l'analyse des entretiens. Le diagnostic de la structure du Coping Network met en évidence la fragilité de la région, avec l'inexistence de plusieurs services importants pour l'aide aux femmes en situation de violence. En ce qui concerne le nombre de violences domestiques et familiales faites aux femmes, il est possible de remarquer qu'il y a eu une augmentation dans la région étudiée. En ce qui concerne l'analyse de la représentation des violences faites aux femmes, l'analyse des évocations libres a montré comme noyau central probable les termes « agression », « lâcheté », « machisme » et « tristesse ». L'analyse des entretiens et du questionnaire a montré que la violence est principalement représentée sous deux angles: le maintien de constructions historiques et sociales basées sur des relations de pouvoir inégales entre les genres, qui déclenchent des situations de violence, telles que le machisme et les préjugés; et blâmer les femmes de rester dans le cycle de la violence. Ces représentations étaient ancrées et objectivées dans des conceptions liées à la sphère biologique, comme, par exemple, croire que l'espace public appartient à l'homme, en plus de l'idée que la trahison justifie la violence. Il a été remarqué que les professionnels n'ont pas de connaissances sur les questions de genre, ni sur la législation spécifique. Parallèlement, il existe une méconnaissance des services qui composent le réseau de coping, ce qui rend difficile la prise en charge des femmes. Il est conclu que les professionnels sont fondamentaux pour l'identification des cas, l'accueil des femmes et la réalisation des références pertinentes.

Mots clés: Violences contre les femmes. Représentations sociales. Pratique professionnelle. Réseau intersectoriel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Esquema do Pensamento Social.....	47
Figura 2 –	Três esferas de pertencimento das Representações Sociais.....	62
Figura 3 –	Regiões de desenvolvimento de Pernambuco.....	85
Figura 4 –	Mapa de Delimitação do Semiárido.....	110
Figura 5 –	Mapa de Delimitação do Semiárido no estado de Pernambuco.....	111
Figura 6 –	Resultados da pesquisa de imagens do termo “mulher sertaneja”.....	146
Figura 7 –	Resultados da pesquisa de imagens do termo “mulher do sertão”.....	146
Figura 8 –	Resultados da pesquisa de imagens do termo “homem sertanejo”.....	147
Figura 9 –	Resultados da pesquisa de imagens do termo “homem do sertão”.....	147
Figura 10 –	Tipologia da Violência segundo a OMS.....	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição da população feminina por condição de domicílio urbano ou rural.....	87
Gráfico 2 –	Distribuição da população feminina por raça/cor.....	88
Gráfico 3 –	Registros de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres na RD pesquisada (2016-2020).....	223
Gráfico 4 –	Registros de Crimes Violentos Letais e Intencionais contra Mulheres na RD pesquisada (2016-2020).....	224
Gráfico 5 –	Registros de Femicídios na RD pesquisada (2016-2020).....	224
Gráfico 6 –	Quantificação das categorias temáticas construídas a partir das análises das entrevistas.....	255
Gráfico 7 –	Quantificação das unidades de significação da Categoria Temática 1....	256
Gráfico 8 –	Quantificação das unidades de significação da Categoria Temática 2....	274
Gráfico 9 –	Quantificação das unidades de significação da Categoria Temática 3....	285

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja”	149
Quadro 2 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja” para as profissionais.....	154
Quadro 3 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja” para os profissionais.....	155
Quadro 4 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo”	156
Quadro 5 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo” para as profissionais.....	163
Quadro 6 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo” para os profissionais.....	164
Quadro 7 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais Rede de Saúde.....	232
Quadro 8 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres”– Profissionais Rede Assistência Social.	235
Quadro 9 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres”– Profissionais Rede Segurança Pública.	238
Quadro 10 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais Rede Informal.....	241
Quadro 11 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	243
Quadro 12 –	Avaliação dos termos do núcleo central evocados pelos/as participantes ao termo indutor “violência contra as mulheres”.....	248
Quadro 13 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais Mulheres da Rede.....	249
Quadro 14 –	Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres”– Profissionais Homens da Rede.....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Participantes da Pesquisa.....	89
Tabela 2 –	Distribuição dos/as participantes por gênero e área de atuação.....	90
Tabela 3 –	Distribuição dos/as participantes por nível de escolaridade.....	91
Tabela 4 –	Distribuição dos/as participantes por tempo de atuação na área.....	92
Tabela 5 –	Distribuição dos/as participantes por renda familiar.....	92
Tabela 6 –	Distribuição dos/as participantes por faixa etária.....	92
Tabela 7 –	Distribuição dos/as participantes por situação conjugal.....	93
Tabela 8 –	Distribuição dos/as participantes por quantidade de filhos/as.....	94
Tabela 9 –	Distribuição dos/as participantes segundo cor autodeclarada.....	94
Tabela 10 –	Distribuição dos/as participantes por religião.....	95
Tabela 11 –	Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa.....	96
Tabela 12 –	Avaliação dos termos evocados pelos/as participantes para o termo indutor “mulher sertaneja”.....	153
Tabela 13 –	Avaliação dos termos evocados pelos/as participantes para o termo indutor “homem sertanejo”.....	163
Tabela 14 –	Quantitativo de Serviços Especializados para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar na RD pesquisada.....	199
Tabela 15 –	Quantitativo de Serviços Não Especializados para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar na RD pesquisada.....	199
Tabela 16 –	Composição da Rede de Saúde para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.....	202
Tabela 17 –	Composição da Rede de Justiça para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.....	209
Tabela 18 –	Composição da Rede de Segurança Pública para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.....	212
Tabela 19 –	Composição da Rede de Assistência Social para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.....	216

Tabela 20 – Estatística da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na RD pesquisada (2016-2020).....	222
Tabela 21 – Distribuição de mulheres vítimas de CVLI por município da RD pesquisada (2016-2020).....	225
Tabela 22 – Distribuição de feminicídio por município da RD pesquisada (2016-2020).....	225
Tabela 23 – Quantitativo de mulheres protegidas pelo serviço de Abrigamento da RD pesquisada (2016-2020).....	227
Tabela 24 – Frequência da ordem de importância dos termos presentes no núcleo central da representação “violência contra as mulheres”.....	247
Tabela 25 – Resultado do Questionário: Pergunta 1.....	308
Tabela 26 – Resultado do Questionário: Pergunta 2.....	310
Tabela 27 – Resultado do Questionário: Pergunta 3.....	312
Tabela 28 – Resultado do Questionário: Pergunta 4.....	314
Tabela 29 – Resultado do Questionário: Pergunta 5.....	316
Tabela 30 – Resultado do Questionário: Pergunta 6.....	317
Tabela 31 – Resultado do Questionário: Pergunta 7.....	319
Tabela 32 – Resultado do Questionário: Pergunta 8.....	320
Tabela 33 – Resultado do Questionário: Pergunta 9.....	323
Tabela 34 – Resultado do Questionário: Pergunta 10.....	325

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
EHESS	École de Hautes Études em Sciences Sociales
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Criminalística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IML	Instituto Médico Legal
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Jecrim	Juizados Especiais Criminais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
NOB	Norma Operacional Básica

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OME	Ordem Média de Evocação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPA	Plano Plurianual
PPGPS	Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
RD	Região de Desenvolvimento
ROCAM	Ronda Ostensiva Com Apoio de Motocicleta
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SM	Salário Mínimo
SNPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TAI	Termo de Autorização Institucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UR	Unidade de Registro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	20
1	PENSAMENTO SOCIAL E REALIDADE BRASILEIRA.....	38
1.1	A Teoria das Representações Sociais.....	50
1.2	O pensamento social dos/as brasileiros/as sobre si mesmos/as.....	68
2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	83
2.1	Campo de Investigação.....	85
2.2	Participantes da Pesquisa.....	89
2.3	Instrumentos de coleta de dados.....	96
2.3.1	<u>Questionário de associação livre de palavras.....</u>	97
2.3.2	<u>Entrevista semiestruturada.....</u>	98
2.3.3	<u>Questionário Estruturado.....</u>	100
2.4	Procedimentos de análise de dados.....	101
2.4.1	<u>Questionário de associação livre de palavras.....</u>	101
2.4.2	<u>Entrevista semiestruturada.....</u>	102
2.4.2.1	Concepções sobre gênero e violência.....	103
2.4.2.2	Conhecimento sobre a rede e as legislações.....	104
2.4.2.3	Práticas de atendimento às mulheres em situação de violência.....	105
2.4.3	<u>Questionário Estruturado.....</u>	105
2.5	Aspectos éticos da pesquisa.....	106
3	O PENSAMENTO SOCIAL SOBRE O SERTÃO E AS/OS SERTANEJAS/OS.....	107
3.1	“Sertão! É dentro da gente”: O que é e onde é o Sertão?.....	107
3.2	Coronelismo e cangaço: as construções dos gêneros no Sertão.....	123
3.3	Representações da mulher e do homem do sertão.....	145
3.3.1	<u>Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô!.....</u>	148
3.3.2	<u>O sertanejo é, antes de tudo, um forte.....</u>	156
4	AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES.....	167
4.1	Violências contras as mulheres.....	168
4.2	A tipificação da violência.....	180
4.3	As Violências contra as Mulheres como objeto de Representação Social....	187

4.4	A Estrutura da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Sertão de Pernambuco.....	196
4.4.1	<u>Serviços da Rede de Saúde.....</u>	201
4.4.2	<u>Serviços da Rede de Justiça.....</u>	206
4.4.3	<u>Serviços da Rede de Segurança Pública.....</u>	210
4.4.4	<u>Serviços de Assistência Social.....</u>	213
4.4.5	<u>Outros Serviços de Redes Informais.....</u>	217
4.5	Os dados da violência contra as mulheres no Sertão de Pernambuco.....	218
5	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO SERTÃO DE PERNAMBUCO.....	230
5.1	A estrutura da representação social da violência contra as mulheres.....	231
5.1.1	<u>A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Saúde.....</u>	232
5.1.2	<u>A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede da Assistência Social.....</u>	235
5.1.3	<u>A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Segurança Pública.....</u>	238
5.1.4	<u>A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede Informal.....</u>	240
5.1.5	<u>A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....</u>	243
5.1.6	<u>A violência contra as mulheres entre as profissionais <i>versus</i> os profissionais....</u>	249
5.2	O conteúdo da representação social da violência contra as mulheres.....	254
5.2.1	<u>“Muitas vezes a mulher colabora com essa violência”: Concepções de gênero e violência.....</u>	256
5.2.2	<u>“Eu conheço a lei, mas não sei onde buscar ajuda”: Conhecimento sobre a rede e as legislações.....</u>	274
5.2.3	<u>“Elas acham que a gente é fantasma, serve pra dar susto”: Práticas de atendimento às mulheres em situação de violência.....</u>	284
5.2.4	<u>“Eu não sofro violência física, mas sofro violência psicológica”: As profissionais como mulheres em situação de violência.....</u>	296
5.3	Respostas do questionário estruturado.....	307
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	328

REFERÊNCIAS.....	341
APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico.....	366
APÊNDICE B – Questionário de Evocação Livre de Palavras.....	367
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....	368
APÊNDICE D – Questionário Estruturado.....	369
APÊNDICE E – Termo de Autorização Institucional.....	371
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	372

INTRODUÇÃO

Volto hoje às minhas criaturas, aos rudes homens do cangaço,
às mulheres, aos sertanejos castigados,
às terras tostadas de sol e tintas de sangue...
*José Lins do Rego*¹.

De onde surge no/a psicólogo/a social o interesse por um determinado tema? Como as pesquisas podem ser construídas e desenvolvidas? Como escolher as/os participantes do estudo? Talvez sejam perguntas difíceis de responder de maneira imediata, mas pode-se dizer que o/a psicólogo/a social é pesquisador/a do seu tempo, que tem influência do meio no qual está inserido, exercendo poder sobre a sua formação e suas escolhas. Para a Psicologia Social, pesquisador/a e objeto de análise se complementam, embora esta relação não esteja isenta de brigas, desentendimentos, e às vezes, perguntas sem respostas.

Escolhi como objeto de análise a violência contra as mulheres. Ainda ouço dizer que essa temática é muito discutida e, talvez, não haja originalidade por ser tão debatida. No entanto, a minha impressão é que a temática nunca esteve tão atual. Apenas para ilustrar, em 2019, foram 67.438 denúncias de violência doméstica e familiar². Já em 2020 houve mais de 105 mil denúncias de violência contra as mulheres pelo Ligue 180 e pelo Disque 100. Desse total, 75,7 mil (72%) ligações foram relacionadas à violência doméstica e familiar³, o que representa um aumento de 12,2% em relação a 2019.

Então, para aqueles/as que dizem que o tema é “batido”, eu digo que é imprescindível que continuemos a falar sobre o assunto, mesmo que haja o risco de sermos consideradas “chatas” e “repetitivas”. Assim, talvez possamos pelo menos fazer os/as outros/as pensarem novamente e, quem sabe, com novas reflexões e entendimentos sobre o tema.

¹ Trecho do texto “Adeus, doce França”. Disponível em: <https://contobrasileiro.com.br/adeus-doce-franca-texto-de-jose-lins-do-rego/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

² Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/05/central-de-atendimento-a-mulher-registrou-1-3-milhao-de-chamadas-em-2019#:~:text=Ligue%20180-,Central%20de%20Atendimento%20%C3%A0%20mulher%20registrou%201,milh%C3%A0o%20de%20chamadas%20em%202019&text=Desse%20total%2C%2061%2C11%25,11%25%20de%20tentativa%20de%20feminic%C3%ADdio>. Acesso em: 25 mar. 2021.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Uma coisa é verdade: decidir desvendar a construção social da violência contra as mulheres não é uma tarefa fácil. Há uma necessidade de repensar a imparcialidade, as universalizações, as verdades únicas. Convido você a entender como foi esse processo de encontro com o objeto, de pesquisa e de escrita.

O primeiro encontro com o objeto de pesquisa

Eu sei que a estrada é longa
E tudo tem um fim
Mas eu te peço
Não chores por mim.
*Flávio Leandro*⁴

Ao relembrar o passado, noto que o primeiro encontro com meu objeto de estudo aconteceu ainda na minha infância, nos momentos em que minha mãe contava histórias da nossa família. Nessas histórias, permeadas de alegrias, sofrimentos, fartura e escassez, uma história em especial me chamou a atenção, que ficou gravada na minha memória: a de meu avô quebrando um copo no rosto de minha avó, após chegar embriagado em casa.

Minha família materna é do interior de Pernambuco, mais especificamente da Zona da Mata Sul, região caracterizada principalmente pela plantação de cana-de-açúcar. Recordo também, com saudosismo, algumas histórias narradas por minha avó, que faleceu em dezembro de 2019. Parece-me que veio de uma família abastada, teve muitos parentes políticos, inclusive um dos irmãos foi prefeito de uma das cidades da região. No entanto, filha única por parte de mãe, por minha bisavó ter falecido muito jovem e meu bisavô ter casado novamente, minha avó ficou como a irmã mais velha que cuidava dos irmãos/ãs mais novos/as e, claro, sem direito a herança nenhuma. Contava minha avó seu desespero de ainda ser solteira aos 18 anos, quando conheceu meu avô e casou-se porque “já estava ficando velha”.

Quando ainda era pequena e ouvia essas histórias, eu achava engraçado. Não entendia muito bem o que estava implícito como, por exemplo, o fato de que as mulheres no final da década de 1930 tinham como principal objetivo e destino o casamento. Minha avó, certamente

⁴ Trecho da música “Minha mãe”. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/flavio-leandro/345504/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

já cansada de ser a “empregada” de sua madrasta e de seus irmãos/ãs mais novos/as, vislumbrou no casamento uma mudança de vida.

No entanto, essa ideia mostrou-se equivocada, como em tantas outras histórias. Meu avô, homem de grande talento na costura, tinha fábrica de roupa no município onde moravam. Mas seus vícios e as constantes traições tornaram o casamento, aos poucos, insustentável. Minha mãe relatou inúmeras vezes em que ficaram sem ter o que comer, porque meu avô gastava o dinheiro com bebidas, com jogos e com “mulheres”. Assim, na década de 1960, antes da lei do divórcio ser aprovada no Brasil, minha avó saiu de casa com seus sete filhos/as para morar no Recife.

Minha mãe sempre relatava as dificuldades financeiras que a família teve que enfrentar com essa mudança. Saíram de uma cidade do interior para a capital. Por mais que as oportunidades pudessem ser maiores, muito provavelmente os desafios também eram.

As principais lembranças da minha infância remetem a uma casa cheia de mulheres: minha avó, minha mãe, minha tia e primas. Ao mesmo tempo, também lembro minha mãe e minha tia sempre saindo de casa para trabalhar, e que eu e minhas primas ficávamos em casa com minha avó. E todo o esforço era para, como costumavam dizer, “termos aquilo que elas não tiveram”.

As relações desiguais de poder nas famílias justificaram, durante muito tempo, a submissão das mulheres e o entendimento da violência como algo natural. O casamento dos meus avós, permeado por violências físicas, psicológicas e patrimoniais (embora na época ainda não fossem nomeadas dessa forma), poderia ter se perpetuado nos relacionamentos de seus/suas filhos/as. Afinal, a existência de um modelo violento na história da família, incidência de abuso de álcool ou outras drogas, dependência econômica e desemprego, entre outras condições, são considerados fatores de risco para a existência da violência intrafamiliar (BRASIL, 2001).

Crescendo num ambiente violento, minha mãe e meus/minhas tios/as poderiam reproduzir as ações que vivenciaram. Dados da pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará em parceria o Instituto Avon, Instituto Maria da Penha e Institute for Advanced Study in Toulouse, apontam que uma em cada cinco mulheres adultas em situação de violência, vivenciaram algum tipo de violência na infância ou na adolescência: 23% relataram ter lembranças da mãe sendo agredida e 13% afirmaram saber que a mãe do companheiro também sofreu algum tipo de violência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Talvez seja possível dizer que na minha família, essa noção de que o homem tinha mais

poderes que as mulheres foi sendo desconstruída a partir do momento em que minha avó decidiu se separar, rompendo com o ciclo da violência.

A imagem da mulher como forte, guerreira e trabalhadora foi surgindo dessas histórias de família. Não vi sendo reproduzida a ideia de que a mulher é frágil e dependente do homem, muito menos de que o homem deveria ser o “chefe” da família. Assim, a violência contra as mulheres deixou de fazer parte do cotidiano familiar. Acredito que o legado da minha avó ficou. Suas filhas, netas e bisnetas tiveram a oportunidade de não perpetuar o ciclo da violência, através do acesso à educação e ao mercado de trabalho, da emancipação e do empoderamento feminino. Contudo, meu interesse pelo tema foi reavivado pela minha experiência profissional.

O percurso no curso de doutorado

Quando eu vim do sertão, seu moço, do meu Bodocó
 A malota era um saco e o cadeado era um nó.
 Só trazia a coragem e a cara,
 Viajando num pau-de-arara
 Eu penei, mas aqui cheguei...
*Luiz Gonzaga*⁵

A proposta desta pesquisa se configurou a partir do meu trabalho como psicóloga no Sertão de Pernambuco, iniciado há mais de dez anos. Na época, atuava num serviço de atendimento às pessoas com direitos violados, mais especificamente, um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

No desenvolvimento da atuação no CREAS, começou-se um contato mais próximo com os/as profissionais da Segurança Pública, principalmente da Polícia Militar. Pouco tempo após ter começado a trabalhar no CREAS, fomos acompanhar uma mulher surda, que estava em situação de violência doméstica perpetrada pelo genro. Lembro-me que ela nos avisou que ele era agressivo. Além disso, tinha nos ameaçado, dizendo que estaria nos esperando com um “brinquedo”. Diante de tal ameaça, fomos realizar a visita domiciliar acompanhadas de policiais militares.

⁵ Trecho da música “Pau de Arara”. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/261217/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

A partir disso, muitas outras intervenções foram realizadas com o apoio da Polícia Militar, inclusive na realização de palestras em escolas e em outros locais, como associações de moradores. No contato com esses/as profissionais, a grande maioria homens, algumas frases ditas, muitas vezes sem nenhum constrangimento ou preocupação, como se fosse algo normal, incomodava-me. O que podíamos fazer no momento, era solicitar que o Comando da Polícia Militar enviasse para o trabalho em conjunto apenas os/as policiais que entendessem a situação que estávamos acompanhando. Não era possível atuar junto aos/às profissionais que traziam para seu trabalho ideias pessoais, geralmente preconceituosas, de que as mulheres gostavam de apanhar, e que continuavam nas situações de violência porque queriam. E, principalmente, não era aceitável trabalhar com aqueles/as que diziam que numa próxima vez, eles/as mesmos iriam bater nas mulheres.

A presente pesquisa é uma continuação dos estudos que vêm sendo desenvolvidos desde o mestrado em Direitos Humanos. Na pesquisa do mestrado, realizada com mulheres que estavam ou estiveram em situação de violência doméstica, surgiram como resultados algumas situações de preconceitos relatadas, inclusive, nos órgãos que deveriam realizar o atendimento e o acompanhamento dessas mulheres, como os da segurança pública e também da área da saúde. Compreendendo que os serviços são compostos de pessoas, de atores, e que são elas/es que garantem o funcionamento da rede intersetorial, vislumbrou-se a possibilidade de ampliar as análises sobre a temática, agora a partir das concepções desses/as profissionais.

A conclusão do mestrado aconteceu no ano de 2015, e nesse momento, fui convidada para assumir a Coordenação Geral da Superintendência Estadual da Pessoa com Deficiência, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. O aceite me fez sair do Sertão e voltar ao Recife.

Concomitante a esse trabalho, assumi o cargo de professora substituta no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), no *campus* localizado na cidade de Palmares, situada na Zona da Mata Sul. Voltava, inconscientemente, às raízes da minha família. Lembro-me de um dia em que levei minha mãe até lá e pude perceber sua emoção em voltar àquela cidade. Certamente muitas memórias (boas e ruins) surgiram ao rever a região de sua infância.

Com o término dos dois contratos em agosto de 2016, decidi que era o momento de tentar o doutorado. A vontade de fazer um curso no eixo Rio-São Paulo tinha surgido na época do mestrado. Decidi tentar a vaga em algum Programa de Pós-graduação na cidade do Rio de Janeiro.

Vislumbrei duas opções: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Comecei a pesquisar sobre os Programas de Pós-graduação, as linhas de pesquisa e, claro, os/as possíveis orientadores/as. Por estar decidida a utilizar a Teoria das Representações Sociais (TRS), minhas opções foram diminuindo, até chegar à decisão de tentar a vaga no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UERJ.

Lembro-me que na seleção para a turma de 2017, o PPGPS já admitia a possibilidade de fazer todo o processo seletivo à distância. No entanto, acreditava que era importante conhecer meu pretenso orientador “ao vivo”. Assim, preferi realizar a entrevista presencialmente. Já naquele momento, pudemos fazer acordos importantes, caso fosse aprovada. Em dezembro de 2016, saiu o resultado da minha aprovação. Começava a organização para a mudança para o Rio de Janeiro.

O ano de 2017 foi um ano de reviravoltas. Mudei-me de “mala e cuia” para o Rio de Janeiro em fevereiro. Porém, as crises políticas e econômicas no estado fizeram com que o início das aulas fosse adiado. Voltei ao Recife por uns dias, até que as aulas começaram em março.

O primeiro semestre foi de adaptação e de “corrida” para encontrar um lugar para morar que fosse, ao mesmo tempo, economicamente acessível e com o silêncio necessário para os momentos de estudo. Acabei encontrando uma república em frente ao *campus* da UERJ, o que me facilitava em não perder tempo no trânsito. Neste lugar, tive a felicidade de encontrar uma cearense que me acolheu de braços abertos – e muito cuscuz.

Porém, a crise no estado do Rio de Janeiro se agravava e isso refletiu diretamente nos/as estudantes, que acabaram voltando para suas casas, muitas vezes em outras cidades, devido às paralisações das aulas da graduação na Universidade. No fim, a república acabou ficando apenas para mim. Morei sozinha durante todo o segundo semestre de 2017, o que me permitiu ter a tranquilidade para focar nos estudos.

O principal acordo com meu orientador foi executado. No primeiro semestre, estava matriculada em quatro disciplinas, além da disciplina de orientação de pesquisa e o estágio docente. Eu brincava que entrava no apartamento na quinta à tarde e só saía na terça pela manhã, já que não tinha aula nas sextas e segundas. No segundo semestre, também ouvindo os conselhos do meu orientador, fui buscar “usufruir o melhor que o Rio poderia me proporcionar” e cursei uma disciplina na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Durante um tempo, desejei fazer pós-graduação em Saúde Pública na Fiocruz. Mas, poder estar lá já foi

algo que me deixou gratificada pela oportunidade. Assim, cumpri todos os meus créditos de disciplinas em um ano, o que me permitiu voltar para Pernambuco no ano seguinte.

Em outubro de 2017, fui ao Sertão pela primeira vez como aluna do doutorado, buscando (re)conhecer o terreno para fazer a minha pesquisa. Naquele momento, aproveitei para fazer o pré-teste com os instrumentos de coleta de dados, bem como conseguir as autorizações para a realização da pesquisa.

Em março de 2018, um grupo de alunos/as do PPGPS teve a honra e o prazer de ter seus projetos analisados pela professora Denise Jodelet. Nesse momento, ela já me auxiliou a ajustar meus instrumentos de coleta de dados. Surgia a vontade de poder apreciar mais seus conhecimentos sobre a TRS, principalmente, mas também sobre vários outros objetos e metodologias de pesquisa. A sagacidade e a vivacidade da professora é algo que contagia.

Assim, com os Termos de Autorização Institucional (TAI) e com os instrumentos de coleta de dados afinados, pude, finalmente, embarcar na aventura da pesquisa. Como diz Jodelet (2003), o/a pesquisador/a é um/a aprendiz, e sua atitude diante do que deseja obter tem que levar isso em consideração.

O percurso da pesquisa e o reencontro com o Sertão

Devagar, que o santo é de barro.
Devagar, que ele pode cair.
*Petrúcio Amorim*⁶

Em abril de 2018 comecei, de fato, a fazer as coletas de dados no Sertão. Foi um ano de aproximação com os sujeitos da pesquisa, de deslumbramento com os dados, tanto no momento da coleta, quanto no momento das transcrições e análises dos dados. Acredito que esse trabalho também é fruto de sofrimento, de angústia e, algumas vezes, de incômodo diante do que eu ouvia. Quantos momentos eu estive a ponto de falar algo, de rebater o que me causava indignação! Por isso, talvez, a pesquisa não tenha sido necessariamente prazerosa, mas foi, sem dúvida, fortalecedora, porque escancarava a fragilidade da rede que, durante anos, eu mesma fiz parte como profissional.

⁶ Trecho da música “Devagar”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/petrucio-amorim/905138/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

Essa coleta de dados nem sempre foi fácil. Algumas vezes os convites foram feitos, o lugar foi reservado, mas os/as profissionais simplesmente não apareciam. A dificuldade em “parar” o serviço para participar da pesquisa foi percebida, principalmente, com os/as profissionais dos serviços da Rede de Saúde. Estar no hospital, por exemplo, durante o expediente, tornou essa coleta mais complicada.

Em relação aos/às profissionais da Rede de Segurança Pública, notou-se que a maioria dos/as policiais militares obedeciam à ordem do Comandante do Batalhão. Mesmo após explicar a pesquisa, falar sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que eles/as não eram obrigados/as a participar, eles/as não se recusavam, e ainda pude ouvir: “O Comandante mandou”. Apenas um não participou, porque entrou na sala pensando que seria um atendimento com psicóloga. Assim, fiz sua escuta e posteriormente entrei em contato encaminhando-o para um/a profissional numa cidade próxima. Aquele foi nosso único encontro e, infelizmente, não sei se ele conseguiu realizar o acompanhamento psicológico necessário.

O principal gargalo no que se refere à coleta de dados foi em relação à Rede Informal, mais especificamente num determinado grupo que resolvemos incluir na pesquisa: os líderes religiosos. Essa rede social espontânea, que inclui além da família, a vizinhança, a comunidade, associações e igrejas, geralmente é sustentada por princípios de afetividade e solidariedade. Na nossa pesquisa, essa Rede é chamada de “Informal”, em contraponto à Rede formal, tipificada na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011a).

Foram várias tentativas de entrevista com padres, e até freis, porém todos negaram a participação. Alguns com a justificativa de não ter tempo; outros, diziam que não tinham o que falar, porque nunca tinham tido contato com a problemática, no exercício do seu sacerdócio.

Essa dificuldade não foi encontrada com os pastores. Todos que foram contatados aceitaram participar da pesquisa. Em relação às outras religiões, houve uma dificuldade em encontrar, porque as pessoas diziam não ter nenhum/a terreiro/casa/centro de umbanda ou candomblé na cidade⁷. Ao encontrar, o líder espiritual concordou em participar da pesquisa. Sua casa é localizada na periferia da cidade, num dos bairros afastados e de grande vulnerabilidade social, o que pode justificar o desconhecimento de algumas pessoas.

⁷ Apesar de a pesquisa ter sido realizada em cinco municípios, a procura de participantes, principalmente da rede informal, foi restringida a um município, considerado polo da região. Isto se deve ao fato de que, nesses casos, a coleta aconteceu geralmente a partir de indicações pessoais, na residência dos/as participantes e, às vezes, à noite. Assim, fazer isso em cidades que demandavam deslocamento tornava-se mais complicado.

Interessante notar que no ano seguinte, um terreiro de umbanda foi aberto bem próximo de uma das principais praças da cidade.

Em março de 2019, foi realizada a qualificação da pesquisa, com 60% dos dados coletados. Naquele momento, pode-se vislumbrar que estávamos no caminho certo, e que os dados já nos traziam resultados interessantes. Em abril, retornei ao Sertão para finalizar a coleta.

Durante essa aproximação com o objeto de pesquisa a partir das coletas, muitas vezes aparecia uma preocupação em relação aos dados. Conforme aponta Arruda (2014), o/a entrevistado/a pode tentar agradar o/a pesquisador/a com a resposta que considera a “certa”; pode ser evasivo/a em determinados temas considerados problemáticos, como no caso, a violência contra as mulheres; ou ainda pode tentar ser “politicamente correto/a”.

O reencontro com o Sertão trouxe essa inquietação porque muitos/as profissionais conheciam minha atuação como psicóloga na região. Reconheciam minhas participações em palestras, conferências, seminários, entrevistas em rádio, e havia, sim, um receio de que isso, de alguma forma, contaminasse os dados. Porém, os anos em que estive afastada da região também trouxe um apagamento dessa lembrança. Parece-nos que a memória é mais imediata, não perdurando muito tempo.

Reafirmo apoiada na proposição de Jodelet (2001), que o/ entrevistado/a geralmente vai discorrer em função do que concebe ser a condição do/a entrevistador/a, mesmo que seja somente no plano imaginário. Já para Arruda (2014), existe uma relação que se estabelece em toda entrevista, que é mediada pelo instrumento de coleta, mas não se pode esquecer que a interação entre pessoas é afetiva e efetiva, porque esse encontro provoca expectativas e afeições.

Embora o objeto dessa pesquisa seja a violência contra as mulheres, ao caminhar por essas páginas, percebo que a pesquisa também andou por outras trilhas, tentando desbravar o Sertão e seus/suas habitantes. A proposta foi tentar rastrear o imaginário, a memória e a cultura do homem e da mulher do Sertão, para posteriormente compreender a representação social da violência contra as mulheres na região pesquisada.

Estudar a violência contra as mulheres no Sertão nordestino é partir de uma chave interpretativa que perpassa o entendimento popular sobre o Sertão e sobre as mulheres e os homens do lugar. É preciso compreender que, sobre esses objetos, são criadas representações que, em seguida, podem se tornar hegemônicas na constituição das representações da região Nordeste e do Sertão, assim como de outros eventos, como a violência.

Segundo Albuquerque Jr. (2008), o discurso que congrega o “culto à violência” teve grande influência na construção de uma identidade regional e na formação de um discurso sobre o que é “ser nordestino/a”, atribuindo à violência uma característica fundamental para a ideia de homem e mulher da região. Assim, “ser ‘cabra macho’ requer ser destemido, forte, valente, corajoso. Nesta sociedade, o mole não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes. Há, pois, uma tradição de narrar atitudes de violência na produção cultural popular” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 288).

Nesse discurso que constrói o homem nordestino, ganha visibilidade a sua coragem diante dos infortúnios da vida, seja representada no clima, seja representada na falta de acesso às políticas públicas. Permeando essas questões vai sendo costurado o “culto à violência”. Afinal, a coragem e o destemor são, conforme aponta Albuquerque Jr. (2003), os protótipos relacionados à construção de uma região fálica, em que a masculinidade passa obrigatoriamente pela existência da violência. Importante ressaltar que esse discurso de violência e bravura está relacionado tanto à figura masculina quanto à feminina, já que a mulher nordestina precisa ser “mulher macho”.

Assim, estar em contato com os/as profissionais que são, antes de tudo, homens e mulheres do Sertão, trouxe atravessamentos dos momentos de pesquisadora, de profissional atuante na região, de cidadã, e de mulher do Sertão, porque foi esse lugar de fala que resolvi ocupar para conseguir realizar as análises da minha pesquisa. Um olhar “de dentro”.

Eu terminava o ano de 2019 com todos os dados coletados, com as análises iniciadas, e com a notícia de ter sido beneficiada com uma bolsa de estudo no exterior. Mais uma vez, estar no Sertão me trazia boas notícias.

A pesquisa em tempos de pandemia

O futuro existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente.

E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro:
por isso, então, a história é possibilidade e não determinação.

*Paulo Freire*⁸

⁸ FREIRE, 1991, p. 90.

A notícia de que se é beneficiado/a por uma bolsa de estudos no exterior, acredito, sempre traz muita alegria e, talvez, certas doses de incerteza – ao menos no meu caso, já que eu nunca tinha viajado para a Europa. A possibilidade de estudar, bem como conhecer outro país e cultura, ainda é, para muitos/as brasileiros/as, apenas um sonho. A professora Denise Jodelet aceitou me receber por seis meses para realizar meu Doutorado Sanduíche no Exterior. Parecia, de fato, a realização de um sonho acadêmico e, claro, pessoal.

Chegar à França em janeiro de 2020 foi um duplo desafio. No início do ano, o país, e principalmente Paris, sofria com os efeitos das manifestações contra a reforma da previdência. Os transportes públicos eram escassos. Aprender a locomover-se na malha metroviária parisiense já é complicado em tempos normais, imagine fazer isso olhando o relógio, pois algumas linhas funcionavam em horários pré-estabelecidos, ou simplesmente não paravam em determinadas estações. Passado os quinze primeiros dias de janeiro, a situação parecia voltar a algo parecido com uma normalidade.

Atrelada a essa situação dos transportes públicos, as Universidades não ficaram isentas de posicionamentos. Especificamente a École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), onde fui fazer meu doutorado sanduíche, sofreu o impacto das manifestações. Dois cursos que me interessavam estavam suspensos em dezembro e janeiro, com previsão de retorno para fevereiro. Outros seminários começariam efetivamente em fevereiro. O curso de francês para alunos/as estrangeiros/as começaria em março.

Havia, portanto, tempo suficiente para uma adaptação à cidade e à École. O mês de fevereiro transcorreu sem problemas. Os transportes públicos estavam funcionando, as aulas acontecendo. No entanto, ainda naquele mês, começamos a ver as notícias sobre o novo coronavírus, mas nas aulas, entre brasileiros/as, o que mais nos atormentava naquele momento era a alta impressionante do Dólar (e consequentemente do Euro), e o quanto isso impactaria a nossa vida de bolsista que recebia em Real.

Porém, a mudança veio brusca e sem aviso prévio. As aulas na EHESS transcorreram normalmente até 11 de março. Teríamos uma aula no dia 12, numa quinta-feira à tarde. Pela manhã, recebemos um e-mail do professor informando o cancelamento da aula, pois um dos pesquisadores do Centro tinha testado positivo para a COVID-19. No mesmo dia à noite, o presidente Emmanuel Macron, em pronunciamento nacional, anunciou a paralisação das aulas em todos os estabelecimentos educacionais, ou seja, em creches, escolas e universidades.

Tudo ainda parecia uma incógnita. O final de semana passou rápido. E o que se viu na televisão segunda-feira foram os parques lotados, e as famílias nas margens do Rio Sena,

tranquilas. Embora, no mesmo dia, as eleições municipais tenham tido uma abstenção histórica de até 56%.

Na segunda-feira à noite, dia 16 de março, o novo pronunciamento do presidente foi mais duro e mais direto: “As reuniões de família e amigos não são possíveis, assim como encontrar amigos no parque deixa de ser possível. Vimos pessoas em parques, mercados lotados, restaurantes, bares que não estão seguindo as instruções. Você não está somente não se protegendo, mas não está protegendo os outros⁹”, disse o presidente.

A imposição de uma quarentena por, no mínimo, 15 dias, pareceu ter caído, literalmente, como uma bomba. Impedimento de circulação com exceção para compra de alimentos ou remédios, e para o trabalho. No entanto, desde o sábado anterior, diversos bares, restaurantes e lojas já estavam fechados. Além disso, veio a informação: “toda infração será punida”. Inicialmente esta infração não ficou clara, mas depois foi firmada que poderia ser o pagamento de multa de até 135 euros¹⁰.

Confesso ter ficado desorientada: o que fazer? O primeiro pensamento foi sobre a alimentação. Pensei: tenho comida. Mas, seria o suficiente? E se os 15 dias se tornassem 30? A reação natural foi ir ao mercado. Resolvi fazer isso na terça-feira, dia 17, pela manhã. Ressaltando que a proibição de circulação começaria ao meio-dia, fui logo cedo ao mercado tentar comprar alguma coisa. No primeiro onde entrei, não tinha pão, ovos, arroz, nem macarrão. Um caos. Nunca tinha visto algo parecido, nem imaginava passar por isso. A solução encontrada foi ir a um mercado maior. Foram duas horas na fila, apenas para entrar. Ufa, consegui. Depois disso, fiquei mais tranquila? Não. Claro que não.

Não sei se o sentimento de angústia era por nós, que estávamos no considerado novo epicentro da pandemia naquele momento, ou pelo afastamento da nossa família. Eu tenho uma mãe idosa que ficou responsável pelos cuidados da minha filha. Então, como ajustar tudo isso?

Em tempos sombrios, como dizia Hannah Arendt (2009, p 497), em que “as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança”, não podíamos sucumbir. Afinal, ela também nos dizia que mesmo no tempo mais sombrio, “temos o direito de esperar alguma iluminação” (ARENDR, 2008, p. 6).

⁹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/estamos-em-guerra-diz-macron-ao-apertar-restricoes-na-franca-para-conter-pandemia-ck7uwp6fr00ak01s2mndapzfz.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/29/franca-detalha-regras-do-novo-lockdown.ghtml#:~:text=Multa%20%E2%80%94%20quem%20desrespeitar%20o%20isolamento,justificativa%20pela%20sa%C3%ADda%20de%20casa>. Acesso em: 30 mar. 2021.

No entanto, ressalto que minha interpretação do “esperar” teve uma leitura freireana. O patrono da educação brasileira diz que a espera tem que vim do verbo “esperançar”. Para Freire (2014, p. 111): “Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!”.

Então, os dias de confinamento obrigatório foram usados para refletir sobre a situação do mundo, e também do nosso país. Na educação brasileira, que ainda é para poucos/as, nós que fazemos parte desse seleto grupo de alunos/as em pós-graduação numa universidade pública, tínhamos quase que a obrigação de continuar e de resistir. Precisávamos continuar, mesmo que confinados/as, fazendo as pesquisas que podíamos, as leituras que podíamos, as escritas que podíamos. Não foi fácil, mas “esperançamos”.

Na França, as aulas foram suspensas até o início do ano letivo seguinte, ou seja, até setembro. Não havia como usufruir da biblioteca, por exemplo. Apenas dois seminários continuaram a ser realizados de maneira remota. Em maio, as restrições foram diminuídas e pude voltar a me reunir com a professora Denise Jodelet. No entanto, esses encontros não puderam ser estendidos, pois ela precisava se ausentar de Paris. Assim, solicitei a antecipação do meu retorno ao Brasil.

Voltei ao país na primeira semana de junho. Foi uma combinação de medo e felicidade. Naquele momento, a Europa não era mais o epicentro da pandemia, e sim o Brasil. Conseguir um voo do Rio de Janeiro para o Recife foi difícil – e extremamente caro. Mas não queria arriscar ficar mais dias na cidade, antes de, finalmente, chegar a minha casa.

Essa volta pra casa também foi dupla. Tinha feito uma mudança no final de 2019, e fiquei na nova moradia apenas por cinco dias, antes de viajar para Paris. Saímos de uma casa grande (sem qualquer analogia) para um pequeno apartamento.

Passada a quarentena obrigatória, foi um alívio não apresentar nenhum sintoma, apesar dos voos lotados no Brasil – um do Rio para São Paulo, e outro de São Paulo para Recife, já que não havia voos diretos naquele momento.

Os meses seguintes também foram permeados por uma mistura de sentimentos. Houve momentos de produção acadêmica, mas muitos outros momentos de estagnação. Ao mesmo tempo em que havia uma pressão em relação ao prazo de término do curso, o cérebro muitas vezes não quis aceitar essa obrigação. Quantas vezes abri o computador, fiquei (re)lendo as páginas e a inspiração não vinha? Quantas vezes abri e fechei, sem conseguir escrever uma linha sequer? Entre dias produtivos e outros nem tanto, com ansiedade e sem ansiedade,

caminhamos para o final de 2020, na expectativa de ter um ano de 2021 com boas notícias, principalmente em relação à pandemia da COVID-19.

O final da pesquisa e a escrita da tese

Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na plantação
Eu te asseguro, não chore não, viu?
Que eu voltarei, viu, meu coração?
Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira¹¹

Para expandir o conhecimento sobre a compreensão do tema da violência contra as mulheres, essa pesquisa tem por enfoque o campo da Psicologia Social, com aporte na Teoria das Representações Sociais (TRS), elaborada inicialmente por Moscovici. Dentro desta teoria, a pesquisa foi baseada em diversas abordagens, como a processual, que tem como principal expoente a pesquisadora Denise Jodelet, assim como a abordagem estrutural proposta por Jean-Claude Abric. Além disso, propõe-se discorrer sobre a construção do Sertão, do homem e da mulher do Sertão, utilizando conceitos como identidade e imaginário. Essas discussões são consideradas importantes para tecermos considerações sobre a violência contra as mulheres no contexto específico de realização da pesquisa, o Sertão de Pernambuco.

Assim, esse estudo partiu da seguinte pergunta: quais os conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados pelos/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência no Sertão pernambucano acerca da violência contra as mulheres? Para isso, foram utilizados diversos instrumentos de pesquisa, aplicados em profissionais que atuam em diferentes áreas que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011a).

Esse estudo faz-se relevante socialmente, uma vez que permitiu compreender os sistemas de representações associados à realidade da violência contra as mulheres no Sertão de Pernambuco, investigando as representações sobre o homem e a mulher do Sertão, e a violência contra as mulheres. Com isso pretendeu-se compreender os sistemas

¹¹ Trecho da música “Asa Branca”. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

representacionais associados à violência contra as mulheres no lócus pesquisado. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa buscou fornecer uma possível contribuição teórica no campo das representações sociais, ampliando os diálogos existentes entre a TRS e os estudos de gênero, principalmente sobre a violência de gênero.

Para essa pesquisa, estudamos a questão da mulher através do conceito de gênero, a partir da proposição de Scott (1995) de que gênero se constitui nas relações sociais e é uma forma de dar significado às relações de poder, sendo importante afirmar sua dimensão social, histórica e política, não restrita às questões biológicas.

Concomitante a isso, a história da família no Brasil tem como base a dominação masculina sobre as mulheres. Essa tradição se perpetua, mesmo que simbolicamente. Assim, de várias maneiras e intensidades, a mulher teve sua vida cerceada e limitada pelo desejo e/ou imposição de sua família e da sociedade. Por outro lado, essa suposta fragilidade feminina está intimamente ligada à ideia que se faz sobre o que é ser mulher e qual seu lugar na sociedade.

De forma geral, durante muito tempo a mulher esteve à margem, sempre atrás de uma figura masculina. Seu lugar era dentro de casa, e a mulher nascia para ser esposa e mãe. O homem era tido como “dono” da mulher. Nessa sociedade, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser “posse” do pai para ser do marido. Com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la.

Para entender a violência, assume-se a proposição de violência contra as mulheres da Organização Pan-americana de Saúde (2017a) que a considera como toda ação de violência de gênero que acarrete ou possa acarretar danos ou sofrimentos, tanto físicos, quanto sexuais ou mentais para as mulheres, incluindo as ameaças, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada. Essa definição é consonante com a proposição da Organização das Nações Unidas (1995) e da Organização Mundial da Saúde (KRUG et al., 2002).

Durante muito tempo aceita e legitimada socialmente, o início dos debates para a criação de uma lei que coibisse a violência contra as mulheres começou a partir da necessidade de caracterizar a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos das mulheres e a importância de garantir proteção e atendimento humanizados para as vítimas, já que ficou notório que a mulher corria mais riscos de ser vítima dentro de sua própria casa.

Foi através de um panorama de altos índices de violência contra as mulheres que essa pesquisa foi refletida, pois ainda são escassas as análises que contemplam o contexto sociocultural do Sertão em estudos que buscam compreender a violência contra as mulheres, que vem aumentando na região. É com base nessa constatação, que será demonstrada através de dados estatísticos sobre a violência contra as mulheres em Pernambuco, que esse estudo foi problematizado.

O lócus, bem como um dos objetos da pesquisa, foi o Sertão nordestino, mais especificamente uma das regiões do Sertão pernambucano. Acredita-se que o Sertão traz alguns conceitos arraigados do que é ser mulher, ao mesmo tempo em que se vislumbra um coronelismo atualizado, e que pode acarretar em altos índices de violência contra as mulheres. Afinal, o contexto histórico das relações de gênero no Nordeste impôs comportamentos sociais muito rígidos para homens e mulheres. A região também foi escolhida por ter sido local de trabalho da pesquisadora durante alguns anos, e assim, já havia uma familiaridade com o contexto local.

Face à problemática, a partir da pergunta inicial, essa pesquisa teve como objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar as representações sociais da violência contra as mulheres entre profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência no contexto do Sertão pernambucano.

Objetivos Específicos:

- Identificar a estrutura das representações sociais acerca do homem e da mulher do Sertão entre os/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência;
- Identificar a estrutura das representações sociais acerca da violência contra as mulheres para os/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência;
- Descrever o conteúdo das representações sociais dos/as profissionais da Rede de Enfrentamento acerca da violência da violência contra as mulheres;
- Confrontar as representações da violência contra as mulheres entre gêneros e entre os/as profissionais das diferentes áreas da Rede de Enfrentamento.

A pesquisa aqui apresentada contém cinco capítulos. No primeiro capítulo, discorre-se sobre a história da Psicologia Social e o Pensamento social brasileiro, em que são discutidos os conceitos de memória, identidade e imaginário. Esses conceitos são considerados fundamentais para a compreensão da construção do povo brasileiro. Ainda no primeiro

capítulo, explana-se sobre a Teoria das Representações Sociais, a partir de duas vertentes escolhidas: a processual e a estrutural.

O primeiro capítulo também apresenta uma explicação do pensamento social dos/as brasileiros/as sobre si mesmos/as. A partir das proposições de autores importantes, como Freyre (2010; 2013a), Cunha (2016), Andrade (2016), Rosa (2006) e Suassuna (2017), buscou-se compreender o pensamento social sobre o povo brasileiro a partir do entendimento do processo histórico de formação do Brasil, passando pela escravização das populações indígenas aqui existentes e das populações africanas trazidas de maneira forçada. O ponto de partida é o lugar de referência, ou seja, a identidade social dos indivíduos.

O segundo capítulo apresenta o método da pesquisa, onde estão expostos: o campo da investigação, os instrumentos de coleta, os procedimentos de coleta e de análises de dados, e as questões éticas. Esse capítulo também mostra a análise das características sociodemográficas dos/as participantes, a partir de pontos, como: gênero, idade, cor, escolaridade, tempo de serviço, renda familiar, situação conjugal, quantidade de filhos/as e religião.

O terceiro capítulo é desenvolvido, inicialmente, com uma análise sobre o Sertão, apontando suas características históricas, sociais e imaginárias. Em seguida, apresenta dois fenômenos sociais importantes na região: o coronelismo e o cangaço. A partir desses fenômenos, é discutido o conceito de gênero. Por fim, faz-se uma análise da representação social da mulher e do homem do Sertão. Para isso, utilizou-se a abordagem estrutural da representação social, a partir da análise das evocações livres dos termos indutores “mulher sertaneja” e “homem sertanejo”. As evocações foram explicadas através dos trechos destacados das entrevistas que foram realizadas com os/as profissionais participantes.

O quarto capítulo discursa sobre a violência, com destaque para o conceito de violência contra as mulheres. Além disso, apresenta as tipificações desse tipo de violência – física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Em seguida, discorre-se sobre a definição e a estrutura da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres na região da pesquisa.

O quarto capítulo também expõe os números da violência contra as mulheres na região pesquisada, entre os anos de 2016 e 2020. Os dados referem-se à: notificações de violência doméstica e familiar contra a mulher; crimes violentos letais e intencionais (CVLI); feminicídio; e o abrigo de mulheres.

O quinto capítulo analisa a representação social da violência contra as mulheres. Esse capítulo é subdividido em três partes. Na primeira, apresenta-se a análise da estrutura da

representação, fazendo uma comparação da representação entre os gêneros dos/as profissionais e entre as áreas de atuação. Na segunda parte, descreve-se o conteúdo da representação social. Optou-se pela utilização da análise de conteúdo temática, em que emergiram três categorias de investigação: concepções de gênero e violência; conhecimentos sobre a rede e as legislações; e as práticas de atendimento às mulheres em situação de violência. A terceira parte apresenta a análise do questionário estruturado.

A última parte desta tese expõe as considerações finais sobre a pesquisa. Depois desses quatro anos de caminhada, é possível perceber que pude respeitar os tempos, perdendo-me, encontrando-me e reencontrando-me com a pesquisa. Percebo, no final dessa jornada, que enfrentei desafios, e muitas vezes senti empatia por aquelas mulheres que abriram suas histórias comigo. Até mesmo aqueles/as que fizeram surgir sentimentos mais hostis por causa das suas representações das mulheres e das violências, me permitiram refletir sobre o fenômeno, e sobre a minha leitura de mundo.

Quando as pessoas aceitaram o convite para participar da pesquisa, me deixaram entrar num terreno delicado de construções históricas e sociais sobre um fenômeno ainda tão polêmico. Da mesma forma, sinto que deixei o Sertão entrar. Talvez por isso, tenha escolhido fazer esse relato introdutório quase todo em primeira pessoa.

Essa introdução nada mais é do que uma história de desejos e disputas, internas e externas. Foram 250 pessoas que passaram por essa história. Poderiam ter sido mais, se tivesse tido tempo e condições de caminhar pelos dez municípios. Além das informações sobre o objeto de pesquisa, ganhei muita esperança de mudança, muito afeto, muita indignação também, muitos sorrisos de quem, geralmente, acabava de me conhecer. Espero ter podido retribuir de alguma forma, e espero ter deixado um pouco de mim, da mesma forma que muito recebi.

Ao terminar essa pesquisa, decidi que quero voltar ao Sertão. Nunca tive tanta certeza do que queria da minha vida profissional. Quero poder levar as informações aqui apresentadas e que elas possam, de fato, fazer alguma diferença, que possam subsidiar políticas públicas, que possam dar ânimo aos/às profissionais para mudar suas representações acerca da violência contra as mulheres e, conseqüentemente, a representação das mulheres em situação de violência. Às vezes, é só mudar um pouco o olhar e perceber que o que buscamos não é impossível. Afinal, como diria Guimarães Rosa, o que a vida quer da gente é coragem.

1 PENSAMENTO SOCIAL E REALIDADE BRASILEIRA

Dos elementos que foram, por vários motivos,
transbordando da estrutura rígida – senhores e escravos –
e constituindo-se, pela fuga e pela ascensão social,
na gente livre das casinhas de taipa, dos casebres de barro,
dos mucambos de palha; nos “sertanejos” pobres[...].
*Gilberto Freyre*¹²

Ao discutir sobre a história da Psicologia Social, tanto no Brasil quanto no Ocidente, Bernardes (2013) aponta a importância de revisitar os critérios estabelecidos para que os relatos históricos de determinados/as autores/as sejam considerados mais importantes do que as instituições e fatos que marcaram a construção dessa ciência.

Esses privilégios dados a alguns/mas autores/as e ideias são encontrados nos antigos manuais mais tradicionais da Psicologia Social, e terminam dando ênfase a uma determinada filosofia da ciência, principalmente, o positivismo. O destaque do positivismo, segundo Bernardes (2013), é advindo da crença dos/as pesquisadores/as de que o pensamento científico seria resumido no método para se estudar um determinado objeto ou fenômeno, ou seja, havia um destaque do método experimental.

Conforme ressalta Bernardes (2013), há três pontos importantes para compreender a história da Psicologia Social. Em primeiro lugar, é preciso resgatar os/as autores/as que foram, talvez, propositalmente “apagados/as” da história, em especial Wilhelm Wundt. O segundo ponto refere-se ao fato de que o ensino da Psicologia foi atravessado por uma filosofia da ciência atrelada ao positivismo. O terceiro aspecto da história é compreender a importância de algumas instituições e fatos históricos para o desenvolvimento da Psicologia Social, através de uma visão crítica sobre a construção da própria Psicologia Social.

Ao descrever a história da Psicologia, Farr (2013) assinala que os estudos dos processos psicológicos básicos foram sempre acompanhados dos estudos dos processos sociais. Neste sentido, toda Psicologia individual é ao mesmo tempo, e originalmente, Psicologia Social.

Conforme Vala e Castro (2013), a maneira como as pessoas elaboram as teorias, as crenças e as atitudes sobre a realidade social, com o intuito de construir um mundo

¹² FREYRE, 2013b, p. 123.

significativo, é objeto de estudo da Psicologia Social desde os trabalhos iniciais de Bruner, na década de 1950.

Segundo Farr¹³ (2013) e Álvaro e Garrido (2016), foram concebidas duas grandes vertentes teóricas no campo da Psicologia Social: a Psicologia Social psicológica, que enfatiza os processos intraindividuais; e a Psicologia Social sociológica, que destaca as coletividades sociais.

Ao voltarmos um pouco mais na história, pode-se perceber que o conflito entre as perspectivas psicológicas e sociológicas da Psicologia Social existe desde os fundamentos teóricos propostos por Wundt, ainda no início da Psicologia. Conforme Farr (2013), Wundt formulou as bases de duas visões psicológicas: uma relacionada à ciência natural, chamada de *Naturwissenschaft*; e outra ligada à ciência do espírito, conhecida como *Geisteswissenschaft*.

Essa separação tornou-se o embasamento para duas Psicologias distintas, com objetos e métodos de análises diferentes, posto que a Psicologia natural era experimental e baseava-se na introspecção como método de análise em laboratório, analisando comportamentos do indivíduo e a dinâmica da consciência. Já a segunda realizaria análises de religiões, mitos e diversos produtos culturais.

O início da Psicologia como ciência é marcado pela criação do laboratório de Psicologia Experimental em Leipzig, na Alemanha, ainda no século XIX, por Wundt, apoiado no racionalismo e no positivismo. A questão inicial era a necessidade de sair da especulação para procurar a ciência. Assim, Wundt analisou a mente a partir das manifestações externas, compreendendo-a como um fenômeno histórico. Com isso, não poderia utilizar o método da introspecção, passando a analisar o comportamento, que seria algo visível (FARR, 2013).

Farr (2013) aponta que Wundt não teria consolidado apenas uma Psicologia de caráter experimental, compreendendo que sua contribuição não deve ser reduzida na separação entre a Psicologia e a metafísica. A separação proposta por Wundt entre a Psicologia Experimental e Social representa seu reconhecimento sobre as limitações do método experimental nos estudos dos fenômenos mentais complexos. Wundt também estabeleceu uma Psicologia Social, visto que foi uma das três metas por ele propostas, a saber, a criação de: uma Psicologia Experimental, uma metafísica da ciência e uma Psicologia Social.

Segundo Bernardes (2013), Wundt alcançou a primeira meta – criar uma Psicologia Experimental – a partir da fundação do seu Laboratório de Psicologia, em 1879. Wundt tinha

¹³ Compreende-se que qualquer adoção de uma taxonomia, ou modalidade de classificação, sempre tem problemas. No entanto, considera-se que a classificação proposta por Farr, pode apresentar de uma maneira mais objetiva as avaliações das diferentes Psicologias Sociais.

como objeto de estudo a experiência imediata à consciência, utilizando o método experimental-introspectivo. Sua segunda meta foi criar uma metafísica científica, elaborando para isso três obras: uma de Lógica, uma de Ética e uma de Sistemas Filosóficos.

Em sua terceira meta, Wundt propôs a criação de uma Psicologia Social. Para isso, elaborou entre os anos de 1900 e 1920 uma obra de 10 volumes em que organiza sua Psicologia Social, que tem como objeto de estudo temas diversos como linguagem, religião, mitos, costumes e outros fenômenos correspondentes. Wundt compreendia esses fenômenos como produtos sociais e coletivos, ou seja, fenômenos construídos socialmente e que não poderiam ser reduzidos à consciência individual (BERNARDES, 2013).

Segundo Farr (2013), Wundt argumentava que a sua proposta de Psicologia era parcialmente componente das ciências naturais. Esta afirmação provocou contrariedade em alguns/mas pesquisadores/as da época, como Watson, que compreendia a Psicologia como uma ciência totalmente ligada às ciências naturais.

Farr (2013) busca uma explicação para o esquecimento da importância de Wundt na história da Psicologia Social, realizado principalmente por pesquisadores/as da história da Psicologia que tinham uma ênfase no positivismo. Para o autor, esse apagamento se deve, sobretudo, “ao fato de que a história que realmente importava, aos olhos da geração subsequente, era a história da Psicologia como um ramo da ciência natural” (FARR, 2013, p. 42).

Conforme explica Farr (2013), a distinção entre a Psicologia Social psicológica e sociológica não aconteceu de maneira imediata. Apesar de no início as pesquisas nas ciências sociais serem realizadas de maneira interdisciplinar, de forma gradual, as duas perspectivas se distanciaram, criando campos independentes, sem haver muita ligação entre elas atualmente. O autor realiza uma comparação da Psicologia Social com uma planta com duas subespécies distintas: uma é a perspectiva psicológica; e a outra, a sociológica. Aponta também que Descartes e Hegel são considerados grandes influenciadores da Psicologia, sendo que Descartes é relacionado às questões mais individuais, e Hegel é associado às questões sociais. Para Wundt, Hegel deveria ser considerado um paradigma para a Psicologia, e não Descartes.

Farr (2013) observa também que alguns/mas historiadores/as apontam a origem da Psicologia Social em 1908, a partir da publicação de dois livros com o título de Psicologia Social: o de McDougall e o de Ross, sendo que a obra do primeiro autor teve mais destaque. Farr ressalta, porém, que o impacto maior da obra de McDougall deve-se principalmente a sua

controvérsia. McDougall defendia a existência do instinto como ferramenta para entender o comportamento humano.

Antes do advento da Psicologia Social psicológica nos Estados Unidos, havia uma Psicologia Social comparativa, baseada numa perspectiva evolucionista, a partir do livro de Murchison, lançado em 1935, o *Handbook of Social Psychology*. Este livro revela uma perspectiva sociológica da psicologia social, principalmente por fundamentar-se numa análise histórica dos fenômenos filogenéticos e na história social, ou seja, considerando o social como forma de analisar os fatos e os fenômenos sociais. Chama a atenção o fato de que Murchison era um editor e não um pesquisador. Assim, sua principal tarefa foi de coletar, editar e organizar os materiais para serem publicados no Manual, enfatizando a Psicologia Social como uma Psicologia comparativa (FARR, 2013).

Apesar de haver capítulos sobre bactérias, plantas e pássaros, na parte IV do Manual são analisados aspectos como linguagem, magia e cultura material, considerados como objetos comuns à vida social, porque são transmitidos de uma geração para outra, e por aparecerem de uma forma ou de outra na maioria das sociedades. Já na parte V, são analisados fenômenos correlatos aos fenômenos sociais, ou seja, aqueles que não podem ser estudados através do controle experimental, como sexo, atitudes e ajustamento (FARR, 2013).

Farr (2013) ressalta ainda que a concepção de Murchison sobre a Psicologia Social não é mais vigente, principalmente porque dependia da aceitação das teorias de Darwin. Assim, quando o comportamento passou a ser o grande foco do estudo da Psicologia, deixou de ser uma disciplina comparativa. Em consequência, o engrandecimento do Behaviorismo entre as duas Grandes Guerras culminou na dominação da perspectiva psicológica sobre a sociológica.

Com a ascensão do Behaviorismo e o enfraquecimento da Psicologia comparativa, Allport (1954) classificou a Psicologia Social como uma ciência comportamental e experimental. Esta compreensão estava fortemente ligada à visão da Psicologia Social psicológica, que individualiza e negava os aspectos sociais nas análises dos comportamentos.

Farr (2013) aponta que a Psicologia Social moderna nasceu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial sendo, portanto, um fenômeno tipicamente americano. O autor afirma seu pensamento a partir das palavras de Allport (1954, p. 3-4): “While the roots of social psychology lie in the intellectual soil of the whole Western tradition, its present

flowering is recognized to be characteristically an American phenomenon¹⁴”. Naquele momento, houve uma valorização da perspectiva psicológica, principalmente por causa da individualização do social, implementada pelas teorias behaviorista e cognitivista.

Na análise histórica da Psicologia Social, Cartwright (1979) assinala a importância de Hitler no surgimento e consolidação da Psicologia Social moderna norte-americana, no período pós-segunda Guerra Mundial. O autor ressalta que muitos intelectuais europeus foram para os Estados Unidos fugindo do regime nazista, como: Kurt Lewin, Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka. Segundo Farr (2013, p. 19), “a segunda guerra mundial propiciou um tipo de impulso ao desenvolvimento da psicologia social semelhante ao que a primeira guerra mundial tinha propiciado para os testes psicométricos”.

Nesse sentido, Farr (2013) aponta que há poucos acontecimentos mais perturbadores para a ciência do que a guerra. A Primeira Guerra Mundial proporcionou a criação de testes nos Estados Unidos, como o *Army Alpha* e o *Army Beta*, que tinham o objetivo de designar civis para tarefas militares. Assim, os testes psicológicos substituíram as entrevistas como principal instrumento para selecionar pessoas.

Conforme ressalta Castro (2017a), o principal impacto da Primeira Guerra Mundial na Psicologia foi o estudo da “fadiga da guerra”. Isto porque houve a internacionalização dos conflitos, com vários povos e culturas participando ativamente dos eventos. Além disso, houve uma brusca alteração ambiental, visto que a guerra foi travada principalmente nas trincheiras. Essa experiência de viver nas trincheiras trouxe como consequência novas tecnologias de morte. Assim, a guerra colocou os seres humanos nos limites do estresse, da fadiga e da convivência entre culturas. A Psicologia foi chamada para dar respostas, principalmente através das medidas psicométricas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, vários estudos foram realizados, sobretudo, sobre a moral das tropas, a mensuração de atitudes e a adequação de soldados à vida no exército. Segundo Farr (2013), o texto *The American Soldier*, lançado em 1949, é um marco na história da Psicologia Social dos Estados Unidos. Assim, considera-se que a Era Moderna da Psicologia Social teve início com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Bernardes (2013) aponta que a consolidação do Tribunal de Nuremberg sobre crimes de guerra foi importante para expor os métodos éticos básicos em pesquisas experimentais com seres humanos, bem como reforça que o Tribunal foi subsequente ao final da Segunda Grande Guerra. O autor ressalta que o Tratado de Nuremberg foi decisivo para o

¹⁴ “Embora as raízes da psicologia social residam no solo intelectual de toda a tradição ocidental, seu florescimento atual é reconhecido como um fenômeno caracteristicamente americano” [Tradução nossa].

desenvolvimento das normas para pesquisas em Psicologia Social, especialmente para aquelas realizadas através de experiências com seres humanos.

Para Castro (2017a), o principal impacto da Segunda Guerra Mundial para a Psicologia foi a percepção de que em situações extremas (como as guerras) as formas de pensar são questionadas e modificadas. Assim, pode-se perceber o aumento do envolvimento internacional em assuntos que anteriormente poderiam ser entendidos como nacionais ou regionais, notadamente a questão dos genocídios. Estes, de forma geral, resultam numa quantidade enorme de mortes. A ascensão do nazi-fascismo através do apoio popular e do sufrágio, teve como consequência o retorno de alguns mitos europeus antigos, entre eles, a afirmação do conceito de raça.

No pós-segunda Guerra Mundial, as diferenças na Psicologia Social ficaram mais evidentes, tendo como consequência o que se convencionou chamar de Psicologia Americana e Psicologia Europeia. Assim, houve uma retomada da Psicologia na Europa com o objetivo de compreender e interpretar os acontecimentos humanos e sociais derivados da Segunda Guerra Mundial (CASTRO, 2017a).

A Psicologia Social europeia parte de pressupostos que a diferenciam da Psicologia Social americana. Primeiro, possui uma forte ligação com as ciências sociais na Alemanha (através dos preceitos de Weber) e na França (a partir das teorias elaboradas por Durkheim, Mauss, Lévy-Bruhl). Segundo ponto, considera que não há uma grande diferença entre o comportamento social e individual do sujeito, ou seja, compreende o psicológico e o social como um processo único que ocorre na dinâmica e na estrutura social (CASTRO, 2017a).

O terceiro pressuposto considera a influência da Psicologia do Desenvolvimento surgida após a Segunda Guerra, especialmente por seus conceitos de estágios e construção, propostos por Piaget e Vygotsky. O quarto ponto importante é que a Psicologia Social europeia começou a abordar conceitos que eram desprezados pelas ciências humanas e sociais até aquele momento. Por fim, a Psicologia Social na Europa estabeleceu um importante diálogo com as ciências humanas e sociais na construção de seus pressupostos teóricos bem como nas suas práticas empíricas (CASTRO, 2017a).

No decorrer do desenvolvimento da Psicologia Social, houve inúmeras críticas ao modelo predominantemente individual praticado nos Estados Unidos. Um dos grandes críticos a esse modelo foi Serge Moscovici que seguiu a perspectiva sociológica da Psicologia Social na Europa, notadamente na França, e depois em outros países. Farr (2013) ressalta que enquanto nos Estados Unidos a ênfase era nas atitudes, na França as investigações focavam as

representações sociais. Assim, as duas vertentes da Psicologia Social – a psicológica e a sociológica – conduziram os estudos por caminhos diferentes e contrastantes.

Pode-se assinalar, portanto, que a análise das atitudes tornou-se um dos focos principais da Psicologia Social norte-americana (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2016), tendo sido tema de vários estudos, e é considerado um dos antigos conceitos, mostrando-se bastante flexível, e analisada como variável intermediária de caráter avaliativo.

Para Álvaro e Garrido (2016) há uma dificuldade em diferenciar o conceito de representação social e o de atitude, pois acreditam que um conceito agrega valor ao outro, de forma que são indissociáveis. As atitudes representam a avaliação de um objeto psicológico capturado em suas características dimensionais, como por exemplo, bom-ruim, agradável-desagradável, sensato-insensato, alegre-triste, entre outros. Ou seja, as atitudes são fomentadas pelas crenças do indivíduo, e assim, uma mudança de atitude requer necessariamente uma transformação nas crenças, principalmente em relação às consequências de um comportamento.

Lima e Correia (2013) apontam que o conceito de atitude é um dos mais antigos e, conseqüentemente, um dos mais estudados em Psicologia Social. As autoras seguem a definição de Eagly e Chaiken (1993, p. 1) estabelecendo que a atitude é um construto teórico que se refere a “a psychological tendency that is expressed by evaluating a particular entity with some degree of favor or disfavor¹⁵”.

Lima e Correia (2013) analisam cada um dos diferentes elementos existentes na definição acima. Primeiro, compreendem que é hipotético porque não é algo diretamente observável, ou seja, há uma inferência a partir da observação dos comportamentos. Como exemplo, apontam que ao avistarmos o comportamento de alugar filmes de artes marciais, pode-se inferir que essa pessoa gosta de artes marciais. Segundo, consideram uma tendência psicológica por ser um estado interior, com uma relativa estabilidade temporal que, no entanto, são aprendidas e alteráveis.

O terceiro ponto analisado é o fato de a atitude ser expressa por um julgamento avaliativo, a partir de três características: a direção (favorável ou desfavorável); a intensidade (fraca ou forte); e a acessibilidade (probabilidade de ser ativada). Em consequência, entende-se que as atitudes são expressas por respostas avaliativas, que podem ser de três tipos diferentes: as cognitivas – que se referem aos pensamentos, ideias, opiniões e crenças alusivas aos atributos que provocam uma avaliação do objeto mais ou menos favorável; as afetivas –

¹⁵ “uma tendência psicológica que se expressa avaliando uma entidade particular com algum grau de favor ou desfavor” [Tradução nossa].

que diz respeito às emoções e aos sentimentos provocados pelo objeto de atitude; e as comportamentais – que concerne aos comportamentos ou intenções comportamentais que podem ser manifestadas nas atitudes. O último ponto analisado refere-se ao fato das atitudes sempre tratar de um objeto específico, ou seja, os objetos estão presentes ou são lembrados através de um vestígio do objeto (LIMA; CORREIA, 2013).

Embora a maioria dos conceitos pontue que as atitudes são organizações de crenças, Allport (1954) afirma ser importante diferenciar as atitudes das crenças, uma vez que as primeiras são posicionamentos e as últimas são generalizações. No entanto, o autor ressalta que as crenças são os meios de justificar as atitudes através de um processo de acomodação.

Para Moscovici (2012), nem sempre as atitudes são coerentes com as representações sociais, podendo se antecipar, através dos seus componentes afetivos, cognitivos ou comportamentais. Nesse caso, os indivíduos se informam e representam um objeto apenas depois de ter adotado uma posição, e representam em função da posição tomada.

De acordo com Vala e Castro (2013), a tipologia dos fenômenos psicológicos pode ser organizada a partir de dois eixos norteadores: um eixo que opõe o coletivo e o individual; e um segundo que opõe o público e o privado. A partir do cruzamento desses eixos, pode-se situar o pensamento social definido pelo público e coletivo e, por conseguinte, em oposição ao individual e ao privado.

O pensamento social pode ser considerado aquele que já possui alguma forma de existência no cotidiano e no senso comum, ou seja, antes mesmo de ser elaborado e formulado por pessoas que estão naquele que é considerado como o mundo letrado (PINTO, 2015). Nesse sentido, o pensamento social é uma construção histórica e coletiva.

Jodelet (2015) ressalta que o pensamento social foi definido a partir de um fazer empírico e teórico sobre um determinado objeto. Com isso, o pensamento social foi colocado a serviço de uma perspectiva considerada pela autora como mais fecunda e indagadora para as ciências humanas e sociais. Assim, a perspectiva do pensamento social é de uma:

[...] perspective d'approche de la pensée sociale comme épistémologie du sens commun, étude des théories implicites, savoirs naïfs et spontanés, [qui] nous incite par ailleurs, à nous tourner vers *la formation et le fonctionnement des représentations chez les sujet sociaux*. Il s'agit essentiellement de voir comment la pensée individuelle s'enracine dans la pensée sociale et comment l'une et l'autre se modifient mutuellement. Ceci définit un certain nombre d'orientations spécifiques. Tout d'abord que l'on prenne *l'individu comme un sujet social*¹⁶ [grifos da autora] (JODELET, 2015, p. 26-27).

¹⁶ “[...] perspectiva de abordagem do pensamento social como uma epistemologia do senso comum, estudo de teorias implícitas, conhecimento ingênuo e espontâneo, [que] nos estimula, ainda, a nos voltarmos para a formação e funcionamento das representações nos sujeitos sociais. É essencialmente uma questão de ver como

Vala e Castro (2013) destacam a importância dos processos associados ao pensamento social para que se possa compreender a ação social, bem como o próprio funcionamento do sistema cognitivo. Os autores utilizam o conceito de “sociedade pensante”, proposto por Moscovici, sugerindo que se a sociedade pode ser considerada um sistema econômico e político, ela também pode ser considerada um sistema pensante, ou seja, “um espaço de interação social onde as pessoas se interrogam e procuram encontrar respostas para as questões que, em conjunto com outras, se colocam” (VALA; CASTRO, 2013, p. 572).

Castro (2017b) assinala que alguns/mas autores/as em Psicologia Social começaram a considerar o pensamento social como um novo paradigma, o que demandou a constituição de teorias que pudessem apresentar um entendimento para além de um domínio exclusivamente subjetivo ou das experiências realizadas em laboratórios, principalmente por considerarem o pensamento social como conceito e objeto ao mesmo tempo. Com isso, abriu-se um novo campo epistemológico que se constituiu a partir das possibilidades de entender o conhecimento social a partir de uma dinâmica inter-relacional.

Nesse sentido, o pensamento social apresenta uma duplicidade epistêmica, visto que por um lado se refere a um conceito que não é mais restrito ao indivíduo, e por outro lado é um objeto que pode ser identificado numa pesquisa empírica. Assim, a nova abordagem propiciou um rompimento com a Psicologia Social baseada em microteorias e, conseqüentemente, permitiu um desenvolvimento teórico mais complexo, a partir da aproximação dos eventos sociais (CASTRO, 2017b).

Castro (2017a) parte de um esquema ilustrativo, apresentado na Figura 1, para explicar o pensamento social, partindo do pressuposto de que o pensamento social não produz uma separação entre o pensar e o agir, visto que o pensamento tem eficácia, ou seja, estrutura os modos de vida. Em resumo, a forma de pensar ocidental é representacional, atribuindo sentidos, e proporcionando razão aos objetos e às ações.

Castro (2017a), ao responder a primeira pergunta apresentada na Figura 1, aponta que o foco do pensamento social não é o indivíduo, pois assim seria uma Psicologia mais individualista. Tampouco se refere às estruturas sociais, pois se o foco fossem as instituições, seria uma Sociologia. Desse modo, o principal interesse do pensamento social é o sujeito relacional, ou seja, um sujeito em relação ao outro, e que a partir da relação com outros

o pensamento individual está enraizado no pensamento social e como ambos se modificam mutuamente. Isso define uma série de diretrizes específicas. Em primeiro lugar, que tomamos o indivíduo como sujeito social”. [Tradução nossa].

produz conhecimento, interpreta a realidade, sente e imagina coletivamente. É um sujeito “entre”, em acontecimento, em relação.

Figura 1 – Esquema do Pensamento Social



Fonte: Adaptado de CASTRO (2017a; 2020).

Em consequência, o que interessa ao pensamento social é o tempo presente, a realidade. Ou seja, o pensamento social é ancorado no cotidiano, é uma produção da experiência cotidiana. Assim, grupos, mídia, militância, família, trabalho, as experiências de interação, são objetos que interessam ao pensamento social por serem todos lugares relacionais (CASTRO, 2017a).

No que se refere ao “como”, Castro (2017a) aponta o compartilhamento, o relacionamento, a comunicação. Neste sentido, há uma produção de relação do sujeito social, que conhece, interpreta, sente e imagina de maneira compartilhada. O autor ressalta também que esse compartilhamento é realizado através da relação com as memórias, as ideologias e as expressões culturais.

Por fim, Castro (2017a) afirma que o local de referência do pensamento social é a identidade, compreendida não como um atributo do sujeito, nem a partir de uma perspectiva ontológica, mas atribuída de acordo com as circunstâncias, ou seja, socialmente.

A identidade é um conceito que parte da apropriação de dois campos de saber: a Antropologia Cultural e a Psicologia Social. Conforme Vala e Castro (2013), a teoria da identidade social oferece base para a compreensão da construção do pensamento social, principalmente a partir do entendimento de que os grupos procuram uma diferenciação positiva entre si e, conseqüentemente, os membros do grupo tendem a investir mais valor nas suas crenças do que nas dos outros grupos.

Tajfel define identidade social como o reconhecimento do pertencimento a determinados grupos ou categorias sociais, sendo que esse reconhecimento é acompanhado de significações emocionais e avaliativas. De acordo com a teoria da identidade social, o

indivíduo tem necessidade de ter as identidades pessoal e social positivas. Em consequência, há uma necessidade de pertencer a grupos socialmente valorizados por outros (VALA; CASTRO, 2013).

De acordo com a teoria da identidade social proposta por Tajfel (1981), o grupo pode ser encontrado dentro do indivíduo. Desta forma, além da identidade pessoal, ou seja, a percepção de ser um indivíduo único, o sujeito também é influenciado pela percepção social, julgamento, comportamento e pela participação em diferentes grupos sociais. Na raiz da teoria está a compreensão da relação entre as produções simbólicas e a identidade, já que uma parte da autoestima das pessoas provém dos grupos aos quais pertence. Para o autor, por mais complexo que seja o entendimento de si próprio no seu relacionamento com o mundo físico e social, determinados aspectos desse entendimento são importantes para o sentimento de pertencimento a determinados grupos ou categorias sociais.

Alinhando sua teoria de identidade social com a teoria de autocategorização proposta por Turner, para Tajfel (1981, p. 291) a categorização social pode ser entendida como “um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade”. Assim, a categorização tem o intuito de minimizar as diferenças percebidas dentro de categorias e acentua as diferenças entre intercategorias. A categorização é, portanto, uma representação cognitiva da estrutura social colocada a partir de grupos ou de categorias, ou seja, um elemento que desempenha um papel na definição do autoconhecimento individual.

Tajfel (1981) apresenta algumas consequências sobre a noção de pertencimento grupal do indivíduo, a partir do reconhecimento da sua identidade social. Primeiro, pode-se supor que uma pessoa tende a se manter como membro de um grupo ou procura novos grupos, caso eles contribuam para os aspectos positivos de sua identidade social. Segundo, caso o grupo não preencha esse requisito, há uma tendência da pessoa em abandoná-lo. Isto não ocorrerá se o abandono não for possível, ou se a saída do grupo representar um conflito de valores.

A terceira consequência apresentada por Tajfel (1981), é que se o abandono do grupo apresentar dificuldades, o indivíduo poderá tomar duas posições – ou muda a interpretação pessoal dos atributos do grupo ou se compromete com ações que melhorem o status do grupo. Por último, já que nenhum grupo vive isolado, é a comparação entre os grupos que leva a análise dos atributos do grupo. Assim, para o autor, é a comparação social que efetua a ligação entre a categorização social e a identidade social.

Para Deschamps e Moliner (2009), a noção de representação é uma forma de conhecimento sobre si mesmo e sobre os outros, podendo, como consequência, interferir no

sentimento de identidade. Assim, os autores apontam que os aspectos sociológicos e psicológicos da identidade pessoal e social devem ser definidos pelo sentimento de similaridade e de discrepância em relação aos outros. Neste sentido, a identidade deve ser compreendida como um fenômeno subjetivo e dinâmico, “resultante de uma dupla constatação de semelhanças e diferenças entre o si-mesmo, os outros e alguns grupos de pertinência dos indivíduos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 14).

No que se referem aos processos identitários, Deschamps e Moliner (2009) argumentam que interferem na construção de conhecimentos e crenças sobre si mesmo, sobre os outros, e sobre os grupos de pertença ou de não pertença dos sujeitos. Os autores dividem os processos em três grupos: processos sociocentros – são referentes aos grupos sociais, dos quais advêm as categorizações e os estereótipos sociais; processos egocentros – diz respeito às informações sobre os indivíduos, produzindo conhecimentos sobre si mesmo em comparação com os outros; e processos intermediários – que concerne às informações sobre os indivíduos, porém também consideram os sentimentos de pertencimento dos indivíduos aos distintos grupos sociais.

Para Jodelet (2002), a identidade é constituída a partir de um contexto intersubjetivo, ou seja, na condição de ser outro, como produto e como processo de construção e de exclusão social. Faz-se necessário, portanto, haver o reconhecimento de outro diferente de si mesmo, da existência da alteridade. Neste sentido, a identidade também se estabelece através da diferença. No momento em que há a distinção de mim e dos outros, identificando aqueles que são semelhantes e os que são diferentes, é possível perceber mais claramente aquilo que pertence a mim.

Ainda de acordo com Jodelet (2002), a alteridade tem a propensão de afastar quem apresenta uma característica muito próxima, porém que incomoda. A alteridade, portanto, aparece a partir de uma representação. Embora a alteridade se apresente a partir de uma relação, ela também deve ser compreendida num movimento de construção e de exclusão, posto que “a alteridade não aparece como atributo que pertenceria à essência do objeto visado, mas sim como uma qualificação que lhe é atribuída do exterior. É um substantivo que se elabora no seio de uma relação social e em torno duma diferença” (JODELET, 2002, p. 50).

Para Moscovici (2005), a questão identitária não é pautada apenas a partir da questão de semelhança e diferença. Segundo o autor, há uma interdependência e uma interação, que tem como consequência a transformação do sujeito no campo social. É importante ressaltar que a manutenção da identidade é uma das funções das representações sociais, pois há uma

influência da cultura dos grupos de pertença, que podem proporcionar diferentes possibilidades simbólicas de constituição identitária.

Deschamps e Moliner (2009) defendem que as representações sociais podem desempenhar o papel de marcador identitário, suscitando tomadas de posição diferentes acerca de um mesmo objeto ou de reguladores que podem organizar a percepção do espaço social em consonância com as aspirações identitárias dos indivíduos.

Castro (2017b) afirma que a chave paradigmática das representações sociais é o compartilhamento. Assim, para a construção de uma representação sobre determinado objeto é necessário haver o compartilhamento entre vários indivíduos, que devem possuir algum tipo de “território comum”, ainda que este território refira-se somente ao acesso aos mesmos tipos de meios de comunicação.

As representações sociais referem-se a um grau mais coletivo do pensamento, e dessa forma, não podem ser rastreadas em um indivíduo independente. Uma representação social é geralmente mais estável, porém pode adaptar-se às mudanças de contexto, bem como evoluir historicamente, conforme dinâmicas naturais. Neste sentido, é a partir de uma representação social que o sentimento de pertencimento a um grupo atua nas crenças individuais sobre objetos sociais.

Para Moscovici (2012), as representações sociais se organizam de acordo com as proposições, reações ou avaliações de cada classe, cultura ou grupo, mediante três dimensões: a. informação – que designa o conjunto de conhecimentos relativos ao objeto (quanto maior a quantidade de informação, mais elaborada é a representação); b. campo – que corresponde à organização subjacente destes conhecimentos, sendo que os indivíduos dispõem apenas de informações sobre certos aspectos do objeto, e não sua totalidade; c. atitude – que corresponde à orientação global dos indivíduos sobre o objeto (favorável ou desfavorável).

As representações sociais são as formações simbólicas mais estudadas relacionadas ao pensamento social. Assim, nos atentaremos mais sobre elas a seguir.

1.1 A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi proposta por Serge Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise, publicado originalmente em 1961. Ao

estudar o processo de difusão dos conhecimentos da psicanálise entre as pessoas, Moscovici não centrou suas análises nos processos individuais, e sim nas interações sociais.

No seu estudo, Moscovici (2012) buscou compreender os processos pelos quais a psicanálise penetrou no pensamento popular na França. A principal proposta era entender como um conhecimento científico tinha sido incorporado no cotidiano das pessoas, ou seja, no senso comum. Por ser uma modalidade de pensamento prático, orientado para a comunicação e para a compreensão, a representação social indica uma forma de pensamento social.

Segundo Sá (2013), a teoria de Moscovici pode ser situada numa perspectiva psicossociológica, que contribuiu para o surgimento da Psicologia Social na Europa, na década de 1970. Para isso, Moscovici utilizou como base para proposição de sua teoria as ideias de Lévy-Bruhl, Freud, Piaget, Vygotsky e Durkheim.

Ao estudar o pensamento místico, Lévy-Bruhl demonstrou a existência de formas e lógicas diferentes de pensar o mundo, compreendido com um pensamento pré-lógico. Importante ressaltar que essa forma de pensamento não é considerada uma incapacidade de raciocínio do indivíduo, mas uma categoria diferente. Assim, para Lévy-Bruhl, a mentalidade primitiva seguiria três leis de funcionamento: o misticismo, o pré-logismo e a participação (JOVCHELOVITCH, 2008).

Para Lévy-Bruhl, não é necessário ter uma progressão linear, passando do pensamento primitivo para o científico. Ou seja, existem diferentes formas de pensar que podem coexistir em todas as sociedades humanas. Neste sentido, o teórico questiona a base evolucionista, que compreendia a existência de apenas um tipo de racionalidade, passando do primitivo, para o pré-lógico e depois para o lógico. Conforme Jodelet (2018), a ideia de mentalidade apresentada por Lévy-Bruhl, suaviza o caráter racional que Durkheim configura a representação coletiva. Para isso, Lévy-Bruhl introduz a noção de participação, sendo que sua presença ou sua ausência é o que marca os sistemas culturais e sociais situados em diferentes tempos e espaços.

Como aponta Jovchelovitch (2008), foi a partir das ideias de Lévy-Bruhl sobre o pensamento primitivo que Moscovici desenvolveu o conceito de que o senso comum, e, conseqüentemente, as representações sociais, possuem um percurso individual, carregadas de uma lógica própria, com regras e funções específicas.

No que se refere à contribuição de Freud, Moscovici baseou-se nas proposições de como as crianças elaboram as teorias e as internalizam. As teorias freudianas partiam de

questões consideradas básicas para humanidade, e que possuíam como origem as experiências vividas no grupo, na sociedade e no diálogo com outros. Para Freud, há o reconhecimento da realidade das construções psicológicas, ressaltando que elas podem ser tão materiais quanto uma ação concreta. Moscovici utilizou a concepção freudiana para compreender o processo de interiorização que transforma o que é um resultado coletivo em um dado individual. Assim, a compreensão da realidade como uma construção psicológica e o entendimento da existência de uma lógica própria de funcionamento, torna-se fundamental para a Teoria das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2008).

Conforme Arruda (2002), a partir das proposições de Piaget, Moscovici estudou o desenvolvimento do pensamento infantil, buscando conhecer a construção por imagens nas crianças e a produção de conhecimento através dos fragmentos de saberes que a criança já possuía, para constituir uma forma do que ela até então desconhece. Para Piaget, o conhecimento é resultado de construções consecutivas e formações continuadas de novas estruturas das informações recebidas.

De acordo com Jovchelovitch (2008), Moscovici utiliza os conceitos de assimilação e acomodação de Piaget. Para Piaget, enquanto os sistemas de transformações mudam constantemente, os processos de assimilação e acomodação regulam as relações entre a criança e o mundo. A assimilação é baseada em um processo pelo qual o indivíduo parte de esquemas previamente estruturados e retira de um novo fato ou objeto as informações que lhe interessam. Já a acomodação compreende a modificação da antiga estrutura mental com o objetivo de integrar um novo objeto de conhecimento.

Duveen (2015) assinala que a obra de Piaget “O Juízo Moral na Criança”, publicada originalmente em 1932, constituiu uma diferenciação importante entre as duas maneiras de se alcançar o conhecimento social: primeiro, o conhecimento que Piaget delineou como produto da transmissão social, possui uma fonte do conhecimento baseada numa figura dominante ou privilegiada; segundo, o conhecimento social é apreendido pela criança apenas se houver a sua elaboração cognitiva e individual.

Segundo Jovchelovitch (2008), Moscovici também utilizou a proposição de Piaget sobre a natureza social da lógica, de maneira a verificar os diversos tipos de relações sociais que podem induzir a racionalidade de um sistema de conhecimento. A autora ressalta, porém, que a utilização desse conceito é restrita, visto que Piaget apresenta uma visão evolucionista no conceito de lógica, considerada um estado de equilíbrio alcançado através da socialização e cooperação. Assim, Moscovici segue a linha de Lévy-Bruhl, considerando a lógica sem o

viés evolucionista. Em consequência, Moscovici propõe que as representações sociais constituem campos de saber em constante movimento, que são intermediados pela comunicação, utilizando a ancoragem e a objetivação com o intuito de tornar o não-familiar em familiar.

No que concerne à contribuição de Vygotsky, segundo Jovchelovitch (2008), Moscovici utiliza a ideia do desenvolvimento sociocultural. A autora ressalta, no entanto, que Moscovici já estava com a Teoria das Representações Sociais elaborada, mas alguns elementos do pensamento de Vygotsky ajudaram na teorização sobre a mudança, deixando de utilizar a concepção evolucionista. A partir de uma linha de pensamento que se aproxima das ideias de Lévy-Bruhl, Vygotsky propõe que a transformação dos saberes é realizada de maneira descontínua, sem uma exata substituição de um conceito por outro, ou seja, co-existindo entre os mesmos. Vygotsky também apontou a importância dos ambientes socioculturais, ressaltando que as variações no comportamento e no pensamento podem ser explicadas pelos processos culturais e sociais.

Provavelmente, a principal contribuição para o embasamento teórico de Moscovici foi o conceito de representação coletiva de Durkheim. Para Durkheim (2009), as representações individuais são produzidas pelas ações e reações entre os elementos nervosos do indivíduo, ou seja, têm origem nas sensações. Já as representações coletivas são produzidas pelas ações e reações trocadas entre as consciências elementares que compõem a sociedade.

Se podemos dizer, em certo sentido, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é porque elas não derivam dos indivíduos tomados isoladamente, mas de seu concurso. O que é bem diferente, sem dúvida, na elaboração do resultado comum, cada um tem a sua contribuição; mas os sentimentos privados se tornam sociais somente ao se combinar sob a ação de forças *sui generis* que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que daí resultam, eles *se tornam outra coisa* [grifos do autor] (DURKHEIM, 2009, p. 39).

O conceito de representações coletivas é central na obra de Durkheim. É importante ressaltar que há algumas semelhanças com o conceito de fato social, elaborado anteriormente pelo próprio autor. Durkheim (2009) organizou seu conceito de representação coletiva como sendo a maneira pela qual a sociedade pensa as coisas de sua própria existência. Neste sentido, as representações poderiam representar qualquer coisa, ou seja, qualquer objeto poderia ser mentalmente representado. Neste sentido, as representações são consideradas funções mentais.

As representações, portanto, sintetizam o que os seres humanos pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cercam, e não podem ser reduzidas aos indivíduos, pois são uma forma de conhecimento socialmente produzido, sendo o resultado de um esforço coletivo. Ou seja, as representações coletivas são ao mesmo tempo a forma de conhecimento e o guia para as ações sociais (DURKHEIM, 2009).

Durkheim (2009) apresenta uma distinção entre as representações individuais e as coletivas, partindo da premissa que as representações individuais são objeto específico da Psicologia e não da Biologia, fazendo uma clara distinção entre cérebro e mente. Desse modo, o autor critica a escola fisiológica da Psicologia, evidenciando que as representações individuais não podem ser reduzidas aos estados nervosos, ou seja, não se podem associar as representações aos neurônios ou às células específicas, pois as representações possuem uma autonomia relativa.

Ao analisar o sistema religioso primitivo dos cultos australianos para compreender as suas formas elementares e a natureza religiosa do ser humano, Durkheim (2003, p. 208) destaca que “na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais”, que mesmo revestidas de formas diversas, possuem a mesma significação e as mesmas funções. Para o autor, nas sociedades primitivas há uma forte presença da consciência coletiva, que define as formas de agir e de pensar do grupo. Ou seja, há uma representação coletiva, estruturada na religião, e que permite os indivíduos idealizarem o mundo de maneira semelhante.

Durkheim realiza uma diferenciação entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Conforme aponta Farr (2016), para Durkheim, o estudo das representações individuais deve ser do campo da Psicologia. Consequentemente, o estudo das representações coletivas deveria ser reservado à Sociologia. Assim, propôs esta diferença, pois acreditava que as leis que esclareciam os fenômenos sociais eram distintas das que interpretavam os fenômenos individuais.

Nesse sentido, ao compreender as representações coletivas como produtos dos acontecimentos sociais, constituintes dos fatos sociais e resultado de uma consciência coletiva e não individual, Durkheim reitera que as representações coletivas não podem ser separadas e analisadas de maneira individual. Para Durkheim, os objetos das representações coletivas eram diversos, como crenças, religiões, mitos e outros fenômenos coletivos que estejam definidos pela cultura (FARR, 2016).

De acordo com Jovchelovitch (2008), embora tenha utilizado como base o conceito de representação coletiva de Durkheim para propor o conceito de representações sociais, há uma diferença entre as duas concepções, porque o estudo das representações sociais apresenta um duplo compromisso, ou seja, com o social e com o psicológico. Para a autora, é “com base na função simbólica das representações que podemos compreender tanto o seu poder de construir a realidade, como as limitações de concepções empiricistas” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 38), utilizando esse duplo compromisso como uma tática para ultrapassar as divergências e divisões no objeto de estudo.

Duveen (2015, p. 15) assinala a diferença entre as proposições de Durkheim e Moscovici: “Enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas”. Assim, o autor reitera que há um caráter dinâmico nas representações sociais, enquanto as representações coletivas possuem um traço estático.

Em resumo, para Durkheim, as representações são construídas de maneira coletiva e, conseqüentemente, de forma cumulativa, resguardando a perspectiva evolucionista. Ou seja, as mudanças acontecem por acréscimo, e depois de constituída a estrutura social o objetivo da representação é ser agregadora e coercitiva, e deve impedir a anomia. Já as representações sociais são restritas a um determinado grupo, construídas na relação com o objeto. Neste sentido, elas são mutáveis, fazem parte de um processo dinâmico, que não muda por acumulação, e sim por atualizações.

Farr (2016) indica que na pré-história da teoria das representações, esta foi caracterizada em dois níveis de fenômenos: o individual e o coletivo. Essa diferença se baseava na ideia proposta por Durkheim de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes das que explicavam os fenômenos individuais.

Apesar de ter a concepção das representações coletivas de Durkheim como importante base para a sua teoria, Moscovici não utilizou o termo por considerar que dava conta de fenômenos muito amplos. Para ele, as representações coletivas eram entendidas como um conceito muito abrangente e puramente sociológico, abarcando todas as construções coletivas das sociedades, inclusive religiões e ciência (SÁ, 2013). Assim, Moscovici cunhou o termo representação social, segundo Sá (2015), por acreditar que esse compreende os fenômenos de dupla natureza – psicológica e social.

Diferente do que propunha Durkheim para as representações coletivas, as representações sociais situam-se como fenômenos característicos das sociedades contemporâneas (SÁ, 2013). Se para Durkheim as representações coletivas abrangiam fenômenos complexos, para Moscovici (2015), as representações que importam são atuais, que não tiveram tempo de serem imutáveis, e por isso, cria tanto a realidade quanto o senso comum, que precisam ser descritos e explicados.

Moscovici (2015) faz algumas considerações importantes sobre as representações sociais. Primeiro, que são representações de alguma coisa ou de alguém, tendo um conteúdo específico. Segundo, o estudo das representações requer a observação como método de investigação. Terceiro, que a descrição dos fenômenos é o que nos permite entender e explicar as representações. Por último, lembra que as representações sociais são históricas e influenciam o indivíduo desde a infância.

Para Moscovici, as representações sociais devem ser analisadas como verdadeiras “teorias” do senso comum, em que sua gênese tem lugar sob as mesmas circunstâncias, e ao mesmo tempo em que se manifestam (SÁ, 2015). Ou seja, as representações sociais partem da ideia de que os saberes populares e o senso comum, elaborados e partilhados socialmente, têm o objetivo de construir e interpretar a realidade, sendo fundamentais para conhecer e compreender o comportamento das pessoas.

Interessante notar que Moscovici não apresentou um conceito definitivo para as representações sociais, pois, conforme Arruda (2002) teria um conceito dinâmico para entender as dimensões da realidade. É a definição de Jodelet (2001) que é considerada a mais consensual e detalhada. Para a autora, as representações sociais, partindo de uma perspectiva dimensional, são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, as representações sociais contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação.

Para Jodelet (2001), a representação social é uma forma de conhecimento construída socialmente e partilhada por um determinado grupo social. A autora também ressalta que apesar da representação social ser diferente do conhecimento científico, alimenta-se deste, o que ocasiona um senso comum, porém compreendido como um objeto de estudo que é tão legítimo quanto o científico, posto que possui uma enorme importância na vida social das pessoas.

Para Moscovici (1978), toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado, pois não existe representação sem objeto. No entanto, o sujeito ao representar um objeto, traz nesta construção toda bagagem simbólica, ideológica e sociocultural de seu grupo de pertença, o qual, por sua vez, possui uma relação ativa com o objeto. Esta representação é reproduzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais, pois o objeto a ser representado, seja ele humano, social, material ou uma ideia, será apreendido através da comunicação. Sendo assim, os elementos da realidade, os conceitos, as teorias e as práticas são submetidos a uma reconstrução a partir das informações colhidas e da bagagem histórica (social e pessoal) do sujeito. Dessa forma, as representações sociais tratam de explicar as características do pensamento social, diferenciando-o do pensamento individual.

A TRS estuda a forma como o conhecimento é partilhado entre as pessoas e como esse conhecimento é colocado em prática. Neste sentido, é importante estudar as representações sociais, já que as reações aos acontecimentos e às respostas aos estímulos estão envolvidas na definição comum dos membros de um grupo, e essa definição comum constitui as representações sociais. Assim, a percepção da realidade não ocorre igual como ela é, porque os sujeitos percebem a realidade a partir de suas representações sociais. Ou seja, as representações sociais são formas de criação coletiva, ligadas a processos sociais implicados em diferenças na sociedade (MOSCOVICI, 2015).

Moscovici (2015) faz distinção entre os universos de conhecimento, marcando o lugar que as representações sociais ocupam numa sociedade que pensa. Para ele, há o universo consensual, em que a sociedade é feita de pessoas iguais e livres, e o pensamento é primitivo, mágico, infantil e não-lógico. É nesta categoria de pensamento que as pessoas e grupos compartilham, conversam, expressam suas opiniões e ideias. Já o universo reificado é aquele em que a sociedade é um sistema desigual, de papéis e classes, e refere-se ao pensamento erudito, adulto e científico.

Assim, as representações sociais fazem parte do universo consensual, restaurando a consciência coletiva e explicando objetos e acontecimentos de forma acessível a todos/as. No entanto, para Moscovici (2015), o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Na verdade, refere-se à outra ordem de conhecimento da realidade, uma forma de saber diferenciado, no que concerne à sua elaboração e à sua função. Neste sentido, compreende-se que o conhecimento do senso comum, considerado como circunscrito, se diferencia do científico porque este último busca a generalização e a operacionalização. Já

a TRS é uma proposta científica que tem o objetivo de analisar o conhecimento do senso comum, e com isso se preocupa com o conteúdo das representações.

Na sua obra seminal sobre a representação social da psicanálise, Moscovici (2012) não tinha o intuito de discutir a teoria psicanalítica, e sim compreender como o saber científico estava arraigado na consciência dos indivíduos e dos grupos. Assim, ao estudar o conhecimento leigo apropriado de um saber científico, Moscovici estudou cientificamente o senso comum. Para Jodelet (2018, p. 429-430), as representações sociais:

concernem ao conhecimento dito de senso comum, utilizado na experiência cotidiana;
 são programas de percepção, constructos com *status* de teoria ingênua, servindo de guia de ação e de leitura da realidade;
 são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais;
 expressam a relação que os indivíduos e os grupos mantêm com seu “mundo de vida” e os outros atores sociais;
 são forjadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público; e
 estão inscritas na linguagem e nas práticas e funcionam como linguagem em razão de sua função simbólica e dos referentes que elas fornecem para codificar e categorizar o que povo o universo de vida.

Ao considerar as características acima apresentadas, entende-se mais claramente a noção de que as representações fazem parte das mediações simbólicas, que utilizam a linguagem como principal mediadora, com consequências importantes nas práticas sociais de determinados grupos. Jodelet (2018) também reforça seu posicionamento em utilizar o termo “fenômenos representativos”, indicando que as representações, consideradas um saber prático, implicam numa relação entre um sujeito e um objeto, sendo o sujeito sempre social, a partir de suas relações sociais, das comunicações e dos laços com o outro.

Segundo Moscovici (2015), as representações sociais possuem duas funções. A primeira compreende em dar forma definitiva localizando objetos, pessoas ou acontecimentos e ideias numa determinada categoria. Os objetos, pessoas ou ideias que não se enquadram em nenhuma categoria são forçados a assumir determinada forma, com o intuito de se tornarem familiares. Assim, nos forçamos “a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idênticos aos outros, sob pena de não ser compreendido nem decodificado” (MOSCOVICI, 2015, p. 34). Dessa maneira, cada experiência, cada novo objeto, pessoa ou acontecimento é somado a uma realidade pré-determinada por convenções. No que concerne à violência contra as mulheres, que é o objeto de estudo desta pesquisa, muitas vezes, os sujeitos são orientados para colocar a culpa na mulher pela violência sofrida, por exemplo.

A forma como organizamos nossos pensamentos é influenciada pelas nossas representações, que buscam a familiaridade e seguem nossas convenções. Para Moscovici (2015), as pessoas percebem apenas aquilo que as convenções subjacentes lhe permitem ver, mas ficam inconscientes dessas convenções. Porém, não é possível dizer que há representações sociais erradas, negativas ou distorcidas. Isto porque, para Duveen (2015), as representações sociais são formas de conhecimento produzidas e sustentadas por grupos específicos, a partir de uma determinada circunstância histórica.

A segunda função das representações sociais, além de categorizar e atribuir sentido, segundo Moscovici (2015), é prescrever o que deve ser pensado, uma vez que as representações são impostas e transmitidas, ou seja, são resultados de gerações consecutivas, transmitidas a partir da comunicação e da interação entre os sujeitos. Importante assinalar que essa finalidade possui certo poder de controlar a realidade atual a partir de representações anteriores, baseada na necessidade dos sujeitos em estabelecer uma familiaridade com os objetos de conhecimento.

Um dos principais pontos da teoria de Moscovici é que a finalidade das representações sociais é tornar familiar o que não é familiar. Isto se dá porque o ato de representar é um meio de transferir o que nos perturba ou ameaça do exterior para o interior, e caracterizar este novo objeto em algo que já nos é familiar e conhecido (SÁ, 2015).

Nesse sentido, toda representação surge da necessidade de transformar o que é estranho, o que não é compreendido, “domar o desconhecido”. Em geral, os grupos produzem representações, também como uma forma de filtrar a informação que provém do ambiente com fins de moldar o comportamento individual. É um tipo de manipulação do processo do pensamento e da estrutura da realidade (MOSCOVICI, 1978).

A ideia de não familiaridade é muito relevante para compreender a violência contra as mulheres, pois a sociedade contemporânea ao ser confrontada com as novas compreensões de gênero, principalmente no que se refere a não subordinação da mulher ao homem, podem experimentar sensações de não familiaridade que tenciona suas ideias, crenças e representações sobre o homem, a mulher e a violência, principalmente a doméstica e familiar.

A TRS compreendida a partir da abordagem processual procura identificar como as representações sociais são construídas, ou seja, como o novo é incorporado, do não familiar, para os universos consensuais. Para Moscovici, a construção da representação social é realizada através de dois processos, que é “responsável pelo enraizamento social da

representação e de seu objeto” (SÁ, 1995, p. 38). Esses dois processos são a ancoragem e a objetivação.

Para Jodelet (2001, p. 39), a ancoragem e a objetivação são processos “socialmente marcados e permitem que nos aproximemos das representações em diferentes níveis de complexidade”.

O primeiro mecanismo é o processo de transformar algo estranho e comparar com uma categoria já existente. Ancorar, em última análise, seria classificar e dar nome a alguma coisa, escolher entre os paradigmas em nossa memória e na nossa experiência, e com isso estabelecer uma relação com ele, compreender e interpretar o objeto (MOSCOVICI, 2015). Assim, a função da ancoragem é realizar uma ligação entre o novo transformado com algo que já faz parte do mundo representacional do sujeito ou do grupo.

Desse processo há duas compreensões importantes: não há pensamento ou percepção sem ancoragem; classificar e dar nomes facilita a interpretação da realidade. Conforme Santos (1994), a ancoragem acontece a partir da inserção do objeto de conhecimento numa hierarquia de valores e, conseqüentemente, criando uma rede de significações em torno dele. Assim, a ancoragem é o processo que permite o novo conhecimento criar raízes no social e para ele retornar.

Para Arruda (2002, p. 136), o processo de ancoragem representa a maneira pela qual “o sujeito procede recorrendo ao que é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade: trazê-la ao território conhecido da nossa bagagem nacional, ancorar aí o novo, o desconhecido, retirando-o da sua navegação às cegas pelas águas do não familiar”. Assim, a transformação ocorrida como consequência da ancoragem acontece tanto em quem é identificado como sujeito, quanto em quem adquire o lugar de objeto.

O segundo mecanismo, a objetivação, é um processo que busca transformar algo que está no nível abstrato, desconhecido, para um nível concreto e objetivo. Objetivar, portanto, é unir a ideia do não familiar com a realidade, tornando-a verdadeira essência da realidade, é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzindo um conceito em uma imagem. A imagem passa a ter uma realidade e passa a ter sentido, a existir como objetos que são o que significam (MOSCOVICI, 2015).

Segundo Sá (2013), a objetivação estrutura o conhecimento dos objetos, buscando torná-los concretos, palpáveis, uma realidade. Assim, novos objetos apresentados ao indivíduo são transformados em algo acessível, e depositos de detalhes ou características. Em

consequência ao processo de objetivação, o grupo social obtém novos dados para seu conjunto de ideias e informações sobre a realidade.

Para Jodelet (2001), o processo de objetivação é constituído por três fases. A primeira é a construção seletiva, ou seja, os critérios culturais e normativos do sujeito apreende o que é aceito, desconsiderando o que não faz parte dos valores do grupo. A segunda fase é compreendida pela formação de um núcleo figurativo, ou seja, os conceitos teóricos constituem um conjunto gráfico e coerente, transformando o objeto em uma imagem que é ajustada ao entendimento do grupo. A terceira fase é da naturalização, em que o modelo figurativo permite concretizar e coordenar os elementos que foram criados pelo núcleo figurativo, permitindo a naturalização dos elementos do objeto de representação.

Diante do exposto, compreende-se que os processos de ancoragem e de objetivação constituem-se nos mecanismos fundamentais na construção social da realidade. Pode-se considerar que através desses processos são estabelecidas as condições fundamentais para que sejam minimizadas as características do novo, e para que a forma como os dados que o tornam diferente do contexto possam ser compreendidos e integrados ao mundo social, identificando-os como se estivessem incluídos na experiência anterior dos indivíduos e grupos (MOSCOVICI, 2012).

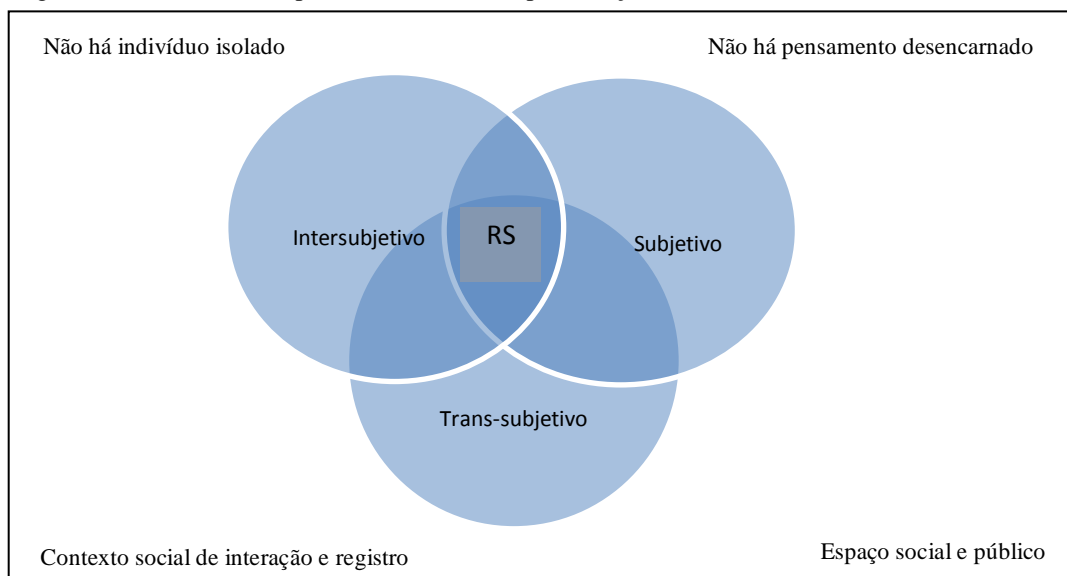
Moscovici (2012) ressalta que se por um lado os dois processos supracitados colaboram para a sustentação da ordem, tanto da consciência individual quanto da vida social, por outro lado, anulam a possibilidade de que cada indivíduo ou grupo busque algo novo de maneira consciente e pró-ativa. Para o autor, o processo social realizado é compreendido como um processo de familiarização pelo qual tanto os objetos como os indivíduos tendem a serem entendidos e marcados com base em modelos anteriores. Assim, a familiaridade constitui ao mesmo tempo uma forma de se relacionar no grupo, bem como uma forma de avaliação de tudo o que acontece na sociedade.

As mudanças de comportamentos ou de atitudes demandam modificações das representações sociais em relação a um determinado objeto. Jodelet (2008) faz um alerta sobre a importância e para limite do mecanismo de ancoragem. Para a autora, embora o processo de ancoragem tenha uma contribuição para a estabilidade das relações sociais, também adia as prováveis modificações que poderiam beneficiar este mesmo grupo. Neste sentido, se o processo de ancoragem colabora para arraigar o novo conhecimento que foi transformado em algo familiar, por outro lado ele dificulta a compreensão das realidades que se apresentam diferentes daquelas em que vive o indivíduo ou o grupo.

Outro aspecto da compreensão do conceito de representação social é o seu papel na formação das condutas. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici (1978) aponta que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstruir os elementos do contexto social em que o comportamento deve ter lugar. Para o autor, o ser humano é um ser pensante que formula questões e busca respostas, ao mesmo tempo em que compartilha realidades por ele representadas.

Para analisar as representações sociais que, reitera-se, são construídas por indivíduos ou grupos localizados em determinados espaços de convivência, Jodelet (2015) alerta para a necessidade de não se restringir à simples descrição dos estados emocionais. Para a autora, é fundamental definir as modalidades das ações transformadoras. Assim, propõe um esquema que contém as esferas, ou universos, de pertencimentos das representações sociais, apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Três esferas de pertencimento das Representações Sociais.



Fonte: Adaptado de JODELET (2015, p. 75).

A partir do esquema exposto na Figura 2, pode-se inferir que no que se referem à gênese e às funções das representações sociais, elas podem estar relacionados a três níveis de pertencimento. Como reforça Jodelet (2015), toda representação social é de um objeto e de um sujeito e, embora ressalte que o tipo de objeto estudado deve sempre ser levado em consideração, a autora enfoca sua análise no sujeito pensante.

O primeiro nível é o subjetivo. Segundo Jodelet (2015), a noção de subjetividade analisa os processos que atuam no nível dos próprios indivíduos. Neste sentido, é importante

identificar os elementos representacionais que são compartilhados, bem como avaliar os processos pelos quais o sujeito se apropria e, conseqüentemente, constrói as representações. A autora ressalta que esses processos podem ser cognitivos ou emocionais, e dependem da experiência no mundo da vida dos sujeitos.

O segundo nível é a esfera da intersubjetividade, que de acordo com Jodelet (2015), se refere às situações que num contexto estabelecido pode contribuir para a organização de representações que são formadas na interação entre os sujeitos, principalmente aquelas que são negociadas a partir de uma comunicação verbal direta. A autora aponta diversas situações que esboçam esse nível, como em acordos ou divergências sobre objetos de interesse comum, ou nas interpretações de temas relevantes na vida dos sujeitos.

O último nível é o trans-subjetivo, formado por elementos que permeiam o nível subjetivo e o intersubjetivo. Deste modo, como destaca Jodelet (2015), esse nível se refere aos indivíduos e grupos, e também aos contextos de interação, produções discursivas e trocas verbais. Assim, “dans la formation des représentations sociales, la sphère de la transsubjectivité se situe en regard de celle de l’intersubjectivité et de celle de la subjectivité, et renvoie à tout ce qui est commun aux membres d’un même collectif¹⁷” (JODELET, 2015, p. 77).

Para Moscovici (1978), a estrutura da representação apresenta dois lados que não podem ser separados, assim como a frente e o verso de uma folha de papel, considerando um lado como o figurativo, e o outro como o simbólico. Assim, a representação proporciona para toda figura um sentido, e em consequência, um sentido para toda figura. O autor ainda ressalta que “a palavra figura exprime melhor que a palavra imagem, o fato de não se tratar somente de um reflexo, de uma reprodução, mas também de uma expressão e de uma produção do sujeito” (MOSCOVICI, 1978, p. 65).

Conforme sugere Moscovici (1978), cada representação social apresenta um conjunto de proposições e avaliações que estão relacionados a um determinado objeto. Dessa forma, a representação social é composta por três dimensões: a informação, a atitude e o campo de representação. A primeira dimensão, a da informação, está relacionada com a organização dos conhecimentos de um grupo específico sobre um determinado objeto social.

A dimensão do campo de representação refere-se à ideia de imagem, ao modelo social, ou seja, ao conteúdo concreto e limitado pertinentes a um determinado aspecto do objeto da representação. Neste sentido, é importante ressaltar que as opiniões podem englobar um

¹⁷ “Na formação das representações sociais, a esfera trans-subjetiva situa-se oposta à da intersubjetividade e da subjetividade e refere-se a tudo o que é comum aos membros de um mesmo coletivo” [Tradução nossa].

conjunto de representações, mas não é uma forma de pensamento ordenada e estruturada (MOSCOVICI, 1978).

Por último, a dimensão da atitude diz respeito à orientação geral do grupo, e geralmente é a mais frequente das três dimensões, e a que provavelmente primeiro se organiza. Assim, a representação tem relação com a atitude adotada em relação ao objeto social, podendo o posicionamento ser positivo ou negativo (MOSCOVICI, 1978).

A TRS, inicialmente proposta por Moscovici, teve desdobramentos, principalmente com as contribuições de Denise Jodelet, Willem Doise e Jean-Claude Abric. Estes/as pesquisadores/as elaboraram três correntes teóricas que complementam a grande teoria das representações sociais. Jodelet representa a abordagem processual, que é considerada a mais fiel às proposições de Moscovici. Doise realizou uma articulação mais sociológica, e sua abordagem é geralmente chamada de societal. Já Abric, a partir de uma perspectiva cognitivo-estrutural, propôs a abordagem estrutural das representações sociais (SÁ, 1998). Importante ressaltar que essas abordagens não são incompatíveis, e podem ser combinadas e articuladas numa mesma pesquisa.

A abordagem processual teve seu marco inicial a partir do trabalho de Jodelet, que propôs estudar o conteúdo das representações sociais e seu processo de constituição. Para Banchs (2000), o enfoque processual parte dos pressupostos da abordagem hermenêutica, pois compreende o ser humano como produtor de sentidos, enfatizando sua análise nas produções simbólicas, dos significados e da linguagem. Nessa linha, são privilegiadas duas formas de investigação: métodos de análises qualitativas ou a triangulação/combinção de múltiplas técnicas e teorias. O foco da abordagem é saber como é e como funciona a representação, ou seja, interessa conhecer o que as pessoas pensam através dos relatos e das práticas, das observações e dos comportamentos. Neste sentido, o principal objeto de estudo das representações sociais é o processo social, que considera uma perspectiva histórica, cultural e de processos sociais de construção.

Segundo Sá (1998, p. 74), a abordagem societal desenvolvida por Doise parte de uma perspectiva teórica e metodológica com foco na “dimensão das condições de produção e circulação das representações sociais”. A abordagem societal pressupõe a integração de quatro níveis de análise no estudo das representações sociais: o primeiro foca os processos intraindividuais; o segundo centra nos processos interindividuais e situacionais; o terceiro refere-se aos processos intergrupais; e o último enfoca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais.

Os teóricos dessa abordagem ainda a propuseram como um paradigma de três fases. A primeira hipótese é que há uma partilha de crenças comuns entre os diferentes membros de um grupo sobre um objeto social (campo comum das representações sociais). A segunda refere-se à natureza das diferenças, em que se identificam os princípios organizadores das variações individuais. E a terceira é caracterizada pelas ancoragens das tomadas de posição, ancoragem das diferenças individuais (ALMEIDA, 2009).

Para Sá (1998), a abordagem estrutural parte da premissa de que na estrutura da representação existe um conjunto de elementos organizados e hierarquizados que constitui um sistema cognitivo. Nessa estrutura estão presentes dois subsistemas: central (núcleo central) e periférico. Cada um desses subsistemas cognitivos tem uma especificidade nas suas características e funções, e que são complementares.

Assim, a teoria propõe a existência de um sistema central, representado pelo núcleo central da representação com as seguintes características: marcado pela memória coletiva; constitui a base comum, consensual e partilhada; estável e coerente; pouco sensível ao contexto social. Por outro lado, pressupõe a existência de um sistema periférico, com as seguintes características: integra experiências e histórias individuais; suporta a heterogeneidade do grupo e das contradições; é evolutivo e sensível ao contexto social (SÁ, 2015).

No que concerne aos elementos do núcleo central, podem ser considerados normativos e funcionais. Ou seja, o núcleo central é avaliativo, já que é regido por um sistema de julgamentos de valores do indivíduo sobre o objeto, e por outro lado é pragmático, pois determina as práticas sociais e condutas operacionais. Neste sentido, há uma hierarquia nos elementos do núcleo central, e assim, uns são mais importantes do que outros na identificação do objeto (ABRIC, 2003).

Para Abric (2001), o núcleo central de uma representação possui três funções. A primeira é a geradora, pois o núcleo central é considerado o responsável pela criação e transformação de uma representação. A segunda função é organizadora, no sentido em que o núcleo central determina a natureza das ligações entre os elementos presentes numa representação. Por fim, há a função estabilizadora, visto que o núcleo central contém os elementos mais resistentes à mudança.

Ao compreender que o núcleo central é composto de um ou de vários elementos, Abric (2001) aponta que uma ausência pode desestruturar ou mudar radicalmente o significado da representação na sua totalidade. O autor ressalta que por estarem no núcleo central os

elementos que mais resistem à mudança, qualquer mudança no núcleo tem como consequência a modificação da representação. Assim, é a partir da identificação dos elementos componentes do núcleo central que é possível comparar diferentes representações e, conseqüentemente, identificar diversas representações sobre um determinado objeto.

Abric (2001) também apresenta as funções dos elementos periféricos de uma representação. A primeira é a de concretização, posto que é necessário um contexto para produzir os elementos periféricos. A segunda é a de regulação, que é uma função que complementa os elementos centrais, visto que os periféricos são importantes na adaptação da representação, sempre que há uma modificação no contexto em que foi formada a representação. A terceira função é de defesa, já que o foco central de uma representação é resistir às mudanças de interpretações, bem como a inclusão de novos elementos. Desse modo, é a partir das mudanças nos elementos periféricos que as contradições podem surgir.

Ao estudar as transformações das representações sociais, Sá (2013) observa que as alterações ocorrem primeiramente no sistema periférico, a partir da mudança no contexto social. Essas alterações do sistema periférico têm como principal objetivo a adaptação da representação à realidade.

Para Abric (2001), as representações sociais são ao mesmo tempo instáveis e móveis, rígidas e flexíveis, além de serem consensuais, mas também possuem diferenças interindividuais. Dessa forma, o principal foco da teoria do núcleo central é que as representações sociais possuem duas características contraditórias. Para explicar este fato, Abric propôs que a representação social entendida como uma entidade unitária, regida por sistema interno duplo, e cada parte tem um papel específico, complementar a outra.

De acordo com as proposições de Abric (2001), a representação funciona como um sistema sociocognitivo e contextualizado. O sistema sociocognitivo considera a existência de um sujeito ativo que produz representações de um determinado objeto. Em consequência, as representações estão submetidas às regras dos processos cognitivos, mas são determinadas pelo contexto social no qual as representações são formadas e transmitidas.

Abric (2000; 2001) ao compreender que as representações sociais têm um papel importante na dinâmica das relações e nas práticas sociais, conceitua as funções das representações sociais. A primeira função é de saber, pois permitem que os sujeitos adquiram conhecimentos, num esforço para compreender, comunicar e explicar a realidade. Neste sentido, as representações sociais “definem o quadro de referência comum que permite as trocas sociais, a transmissão e a difusão deste saber ‘ingênuo’” (ABRIC, 2000, p. 28-29).

A segunda função é a identitária, que define a identidade e delimita a especificidade de cada grupo. Situando os indivíduos e os grupos na sociedade permitindo a elaboração de uma identidade socialmente aceita, ou seja, gratificante, compatível com o sistema de normas e valores sociais e historicamente determinados. Para Abric (2000), esta função é importante no controle social que é desempenhado pela coletividade sobre cada um de seus membros.

A representação social também possui a função de orientação, pois orienta as condutas, é um guia para a ação, de comportamentos e de práticas. Dessa forma, a representação funciona como antecipadora das ações, pois intervém na finalidade da situação, no tipo de atitude cognitiva adotada pelo indivíduo, apresentando, portanto, uma natureza prescritiva. A última função é a justificadora, que atua *a posteriori*, pois avaliam a ação, explicando e justificando as condutas, as tomadas de posição, e os comportamentos dos sujeitos e grupos (ABRIC, 2001).

Uma das principais contribuições desta proposição é a hipótese da condicionalidade, que propõe um critério para distinguir as cognições do núcleo central (que seriam absolutas) e as cognições periféricas (que seriam condicionais). Outras contribuições da abordagem são o estudo comparativo das representações e o de suas transformações a partir das práticas sociais. Importante ressaltar que, para este enfoque, duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação são distintos se seus núcleos centrais forem nitidamente diferentes. Ou seja, se a diferença estiver apenas no nível periférico, será a mesma representação que se manifesta diferente em função das diversas condições circunstanciais (SÁ, 2015).

Em suma, em sociedades mutáveis como a atual, coexistem várias representações entre os sujeitos. Por isso percebem-se os tensionamentos sociais entre os ideais socioculturais que regulam a vida das mulheres, a partir de um modelo feminino defendido pelas ideias do movimento de mulheres que defende a liberdade dos sujeitos, em que a mulher deixa de ser objeto de exploração-dominação, e busca a garantia de direitos iguais para homens e mulheres. Dessa forma, os estudos de gênero representam bem o papel da ciência em tornar familiar o não familiar, integrando até mesmo a não familiaridade, rompendo com os padrões identitários estabelecidos socialmente, propiciando espaços para o encontro com a alteridade.

Destarte, identificar as representações dos diversos atores sociais que circulam na Rede de Enfrentamento da violência contra as mulheres, possibilita enxergar seus comportamentos em sua forma mais ampla, considerando os aspectos ideológicos dos

contextos que deram lugar às representações sociais. De acordo com Sá (2013), a TRS compreende o ser humano como um sujeito construído socialmente, produtor de saber, não podendo desvincular sua subjetividade do social, e assim cada pessoa pode ter diferentes visões diante de um mesmo objeto, dependendo do seu contexto.

Ao adotar a TRS para compreender a violência contra as mulheres, assume-se uma perspectiva que considera que as representações sociais possuem um papel importante na dinâmica das relações sociais e nas práticas. Além disso, considera-se que o conhecimento do senso comum é um conhecimento legítimo, e que pode ser o fio condutor das transformações sociais, para em seguida direcionar a produção do conhecimento científico.

A partir do entendimento que a formação de uma representação social perpassa a compreensão do sujeito que representa o objeto, discorre-se a seguir sobre a construção do pensamento social sobre os/as brasileiros/as, e como este pensamento está relacionado às suas condutas e práticas sociais.

1.2 O pensamento social dos/as brasileiros/as sobre si mesmos/as

Compreender o que os/as brasileiros/as pensam sobre si mesmos/as é uma tarefa difícil, e faz-se necessário relacionar com o processo histórico de formação do Brasil. É preciso também compreender que o pensamento social é constituído pelo pensamento de um determinado grupo, a partir do senso comum e das concepções primárias que dão forma ao pensamento que um povo constrói sobre si mesmo. Segundo Pinto (2015, p. 13):

Os sentimentos e os próprios movimentos libertários em suas múltiplas manifestações biográficas e históricas devem ser tomados como exemplos de como eles floresceram inicialmente como vontade de indivíduos que conseguiam sentir e expressar os sentimentos coletivos, daqueles povos e sociedades que sofriam não apenas a opressão, a tirania e outras formas de violência, mas também de efeitos das forças da natureza, e que eram conduzidos por sua situação a imaginarem outra vida ou outro lugar em que estivessem livres dessas forças.

Nesse sentido, o pensamento social é compreendido como uma construção histórica e coletiva. Ao se debruçar sobre os textos inaugurais relacionados ao Brasil, as primeiras escritas falam de um lugar estranho, desconhecido até aquele momento. Desse primeiro encontro, surgem as noções de um país abundante de natureza e que seria, portanto, o mais próximo de um paraíso terrestre.

Em consequência a essa visão inicial sobre o Brasil, a ideia sobre as pessoas que aqui estavam – chamados inicialmente de índios/as –, foram de espanto. Considerados/as puros/as e ingênuos/as, os/as índios/as também foram avaliados/as como preguiçosos/as e como pessoas que não “cobriam suas vergonhas”. Ligada à ideia do Brasil como um paraíso na Terra, os/as índios/as foram considerados/as seres inocentes, ainda mais puros/as do que o próprio Adão (CASTRO, 2017c).

Ao compreender os/as habitantes que aqui estavam como preguiçosos/as, diferentes – por ter outra cor, outra vestimenta, outra religião – Caminha, no final de sua missiva, é taxativo: “Porém, o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente. Esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar” (AMADO; FIGUEIREDO, 2001, p. 115).

Assim, inicialmente havia três categorias representacionais sobre os/as brasileiros/as (índios/as): eram ingênuos/as, puros/as e sem cobiça; estranhos/as e exóticos/as; e bárbaros/as, pois não eram cristãos/ãs, nem possuíam tecnologias. Com o tempo, a vinda cada vez em maior número de europeus e a chegada dos jesuítas ao Brasil, a representação acabou sendo alterada. Os/as índios/as deixaram de ser considerados/as mais puros/as que Adão, para serem pensados/as como a representação do mal. Essa mudança foi causada, principalmente, pela visão dos jesuítas de que os/as índios/as contaminavam os portugueses (CASTRO, 2017c).

Para deixarem de ser “bárbaros/as”, surgiu a ideia da conversão, ou seja, o batismo evitaria que os/as índios/as comessem carne humana, e ao se tornarem cristãos/ãs, ficariam mais perto dos europeus. Ao mesmo tempo, os amasiamentos foram inúmeros. Os portugueses se diziam seduzidos pelos encantos das índias, ideia bastante enfatizada na literatura romântica do século XIX. Por outro lado, a chegada dos europeus resultou numa mudança na população indígena. Esta passou a ser escravizada, além de ser alvo de doenças até então inexistentes no Brasil, como sífilis e tuberculose.

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez o fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado a outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção total (PRADO JR., 2011, p. 110).

Passados mais de 500 anos do “descobrimento” do Brasil, algumas representações permanecessem, embora com modificações importantes. A representação do/a índio/a como ingênuo/a e puro/a permanece, ligada à ideia de natureza, de um Brasil arcaico – não mais

relacionada à questão religiosa. A representação do/a índio/a como estranho/a e exótico/a ficou apenas no fenótipo (cor, cabelo, corpo) – e não mais se refere aos costumes e a cultura. A representação de bárbaro/a atualiza-se na questão da demarcação de terras, como aquele/a que impede o desenvolvimento do país (CASTRO, 2017c).

A segunda fase importante na construção do pensamento social sobre os/as brasileiros/as tem início com o tráfico contínuo de negros/as para o Brasil. Conforme Anjos (2014), mais de quatro milhões de pessoas foram trazidas de maneira forçada ao Brasil ao longo dos séculos XVI a XIX, sendo, no entanto, impossível apontar com precisão o número de pessoas retiradas de seus países. Com isso, o autor ressalta que o Brasil tornou-se o segundo país com maior ascendência africana.

Devido às resistências e do alto índice de mortalidade dos povos indígenas, além do crescimento de capital dos senhores de engenho, teve início a substituição da mão de obra indígena pela importação de escravizados/as africanos/as. Conforme apontam Luna e Klein (2010), por volta de 1580, apenas em Pernambuco já havia registro duas mil pessoas escravizadas africanas que trabalhavam na produção açucareira. Em consequência disso, no século XVII a maioria da mão de obra nos engenhos de cana-de-açúcar era de cativos/as africanos/as.

No primeiro momento, o olhar europeu sobre a população negra foi teológico, ou seja, a cor negra era vista como a marca de Caim, que justificaria a escravidão como um dever religioso, assim como a catequização da população. No século XIX, há o fim do discurso teológico e tem início o discurso científico. As teorias raciais baseadas na eugenia e na hierarquia tiveram como fundamento as ideias de alguns cientistas da época. Para o antropólogo francês Georges Lapouge, a raça era definida por características físicas e psicológicas. Para Paul Broca, médico e também antropólogo francês, a inteligência poderia ser medida pelo tamanho do cérebro.

O racismo chega ao Brasil ainda no século XIX, através das ideias do diplomata e filósofo francês Arthur de Gobineau (Conde de Gobineau). Sua teoria racial é exposta no livro “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”. Para ele, a raça explicaria a diferença/hierarquia entre as pessoas, assim como a organização política e histórica.

Gobineau veio ao Brasil em 1869 numa missão diplomática. Segundo ele, os/as brasileiros/as seriam uma raça extinta em menos de 200 anos por ser, em sua maioria, uma população mestiça, uma mistura entre índios/as, negros/as e alguns portugueses. Gobineau

tornou-se grande amigo de Dom Pedro II, e com isso conseguiu introduzir as ideias racialistas no Brasil. Assim, as teorias racialistas têm como imediata derivação os discursos eugenistas.

O discurso racialista de Gobineau, impregnado de antissemitismo, foi posteriormente usado como justificativa filosófica do racismo nazista. Houston Chamberlain foi seu principal seguidor. Para ele, havia uma superioridade cultural da civilização ocidental, inclusive alguns brancos sendo superiores a outros brancos – seria inquestionável a superioridade do homem teutônico, louro, alto, ou seja, o homem perfeito correspondia ao padrão nórdico. Assim, os alemães seriam o povo mais bem dotado de todos.

Interessante notar que, no Brasil, desde o século XIX, já havia um grande número de pessoas negras. Um Censo realizado em 1875 tem uma estimativa de que 62% da população eram negros/as. Ou seja, naquele momento o Brasil já era majoritariamente negro. Para os teóricos da época, um grande número de pessoas negras era uma ameaça de rebelião e revolta (CASTRO, 2017c). Isto porque, ao mesmo tempo em que os castigos aplicados eram uma forma de parar as revoltas, podiam também incitar uma rebelião.

Para resolver a questão da grande quantidade de negros/as no país, muitos europeus começaram a vim para o Brasil, principalmente os europeus mais pobres – era uma tentativa de embranquecer a população. Este esforço teve um sucesso parcial; afinal, no Censo de 2010, apenas 52% da população se declarou não branca (CASTRO, 2017c). Importante refletir que, diferente do Censo de 1875, em 2010 a estimativa foi feita através de autodeclaração.

Neste sentido, volta-se a ideia de identidade social de Tajfel: há uma necessidade de termos uma identidade pessoal e social positivas, ou seja, temos a necessidade de pertencer a grupos socialmente valorizados (VALA; CASTRO, 2013). Com as teorias racialistas instigando a inferioridade do/a negro/a, é compreensível que as pessoas não queiram ser identificadas como tal. Como consequência, foi criada aqui no Brasil a categoria/cor morena.

Autores como Joaquim Nabuco e Sílvio Romero afirmavam que a questão mais importante a pensar sobre o povo brasileiro, fruto do cruzamento entre as três diferentes raças, era se essa mistura tinha condições de dar ao país uma identidade original. Eles acreditavam que haveria a consolidação de um povo tipicamente brasileiro como resultado da mestiçagem entre as raças, e que no final do século XIX essa formação já começava a ser configurada (CASTRO, 2020).

Um dos intelectuais brasileiros mais famosos que estudou o tema da raça e a presença negra no país foi Nina Rodrigues¹⁸. Suas principais ideias racistas e eugenistas pontuavam que as raças puras teriam uma inteligência e moralidade superior às mestiçagens, sendo os mestiços mais propensos à criminalidade. Houve, portanto, a transformação da ideia de diferença biológica como uma justificativa para desvios e desigualdades sociais. Isto permitiu o entendimento de que a maioria da população existente no Brasil sendo negra e mestiça nos fins do século XIX impedia a construção de um povo civilizado.

Como as ideias iniciais que ressaltavam a inferioridade física e mental da população negra eram estrangeiras, começou a discussão sobre a necessidade de conhecer mais profundamente quem eram esses sujeitos, além da importância de identificar e entender seus pensamentos e suas crenças, bem como sua religião. Assim, coube a Nina Rodrigues concretizar esse estudo. Conforme ressalta Bastide (2001), Nina Rodrigues realizou uma etnografia das religiões afro-brasileiras. Apesar de estar impregnada do racismo científico existente na época, Nina Rodrigues é reconhecido como o primeiro antropólogo brasileiro, que a partir do olhar médico se interessou pela temática da população negra, principalmente no que se refere às questões de possessão, realizando uma interpretação psiquiátrica dos fenômenos existentes nos cultos afro-brasileiros.

Em seu livro lançado originalmente em 1894, Nina Rodrigues (2011) anuncia que um ajustamento forçado entre aqueles considerados como atrasados a uma raça considerada superior teria como consequência sérios desequilíbrios e perturbações psíquicas. Para ele, havia uma hierarquia entre as raças, estando a raça branca no topo superior, e os mestiços (caboclos, cafuzos, pardos e mulatos) na parte inferior. Para Nina Rodrigues, o ideal seria não haver cruzamento de raças.

Para Rodrigues (2011), influenciado pelo pensamento de Spencer¹⁹, os efeitos da mistura de raças em termos de conduta e temperamento seriam negativos. O autor ponderava que o cruzamento entre as raças estava produzindo uma população desmoralizada, atribuindo essa degradação aos defeitos dos colonizadores de um povo atrasado. Assim, a criminalidade

¹⁸ Raimundo de Nina Rodrigues (1862-1906) nasceu no Maranhão. Foi pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no Brasil, desenvolvendo pesquisas sobre as origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta da população. Foi catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e mentor da chamada Escola Baiana de Antropologia.

¹⁹ Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo inglês que desenvolveu a teoria do darwinismo social, baseada na teoria da evolução de Charles Darwin. Para Spencer, haveria a existência de sociedades superiores às outras, e assim, aquelas que fossem física e intelectualmente mais capacitadas, seriam governantes.

do mestiço brasileiro era considerada uma revelação da decaída da população e, portanto, estaria ligada às más condições antropológicas desse cruzamento entre raças.

Essa visão teve como consequência o argumento de Nina Rodrigues contra o livre arbítrio, pois considerava que a capacidade intelectual era uma função de organização cerebral, e que “a desigualdade na distribuição dos dotes intelectuais – todo mundo o sabe –, é de fato involuntário. [...] o crime é principalmente função do senso moral, e o desenvolvimento do senso moral precede o da inteligência, posto que esta possa concorrer para depois esclarecê-lo e aperfeiçoá-lo” (RODRIGUES, 2011, p. 82).

Outro intelectual importante foi Arthur Ramos²⁰. Como aluno de Nina Rodrigues, dedicou-se a estudar os/as negros/as no Brasil, mas a partir de uma perspectiva diferente. Para ele, as ideias de “primitivismo” e “inferioridade” nacionais atribuídas à população negra, deveria ser vista sob um ponto de vista culturalista. Conforme ressalta Bastide (2001, p. 9):

Arthur Ramos despreendeu-se de todo e qualquer preconceito, quer de raça, quer de religião. Ensinou aos africanistas brasileiros o valor da objetividade científica. Também trouxe, sem dúvida, uma interpretação, efetuada através de teorias psicanalíticas; mas teve o grande cuidado de separar radicalmente a descrição dos fatos da interpretação que deles dá em seguida, à parte.

Assim, Ramos partia de uma perspectiva de que o mais importante não era tanto a inferioridade racial, ou seja, acreditava que as condições psicológicas e sociais deveriam ser analisadas a partir da cultura e não por um determinismo biológico. Nota-se que os símbolos da cultura negra começaram a ser resgatados e valorizados como elementos importantes da cultura brasileira. A partir dos estudos de Arthur Ramos, assim como de outros intelectuais a exemplo de Edison Carneiro, o Brasil posiciona-se numa relação de positividade em relação à mistura das raças, sendo o mestiço a principal referência do povo brasileiro. Esta nova ideologia da mestiçagem permitiu que as tensões sociais fossem disfarçadas e nomeadas como diversidade social, o que mais atualmente é criticado como o mito da democracia racial.

No final do século XIX, o conceito de raça era biológico, que definiria tanto o corpo como a alma, ou seja, haveria uma diferença entre as raças inclusive no que se referia à constituição mental. Apesar de não haver mais o discurso teológico que justificava a ideia de escravização dos/as negros/as, ela permaneceu por muito tempo, inclusive apoiada pela Igreja

²⁰ Arthur Ramos (1903-1949) nasceu em Alagoas. Foi médico psiquiatra, psicanalista, psicólogo social e antropólogo. Foi chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais. Foi também chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, onde construiu um Plano de Paz para o Mundo, ao lado de grandes nomes como Bertrand Russel e Jean Piaget.

Católica. Naturalmente, a escravização não se deu de forma pacífica, e inúmeras resistências aconteceram (CASTRO, 2017c).

Os denominados quilombos (ou mocambos) eram acampamentos improvisados, formados em maior parte por pessoas escravizadas fugitivas. O primeiro registro de um quilombo data de 1575, na Bahia. Os quilombos tinham uma estrutura agrícola baseada em monocultura e plantation. Ao contrário do que se pensava, a mobilidade era fundamental para os quilombos não serem descobertos. Havia também uma relação com as cidades mais próximas, pois eram os quilombolas que plantavam e vendiam seus excedentes em feiras e estabelecimentos comerciais (GOMES, 2015).

Não há como negar que o quilombo mais famoso foi o de Palmares, que se destacou tanto pela sua localização quanto pelas intervenções realizadas. Gomes (2010) aponta que desde o final do século XVI, o Quilombo dos Palmares já era notícia em Pernambuco, considerado uma das mais importantes comunidades das Américas, composto por escravizados/as africanos/as fugidos/as, principalmente dos engenhos de cana-de-açúcar. Palmares resistiu a diversas campanhas militares por mais de 120 anos, chegando até o século XVIII.

A partir da publicação da obra de Edison Carneiro²¹, em 1947, o Quilombo dos Palmares começou a ser estudado com mais profundidade. Segundo Carneiro (2011), a partir da importância de Palmares, é possível considerá-lo como um “Estado negro”, com diversas similaridades aos que existiam na África no século XVII. A diferença é que Palmares passou a ser vista como uma reação contra a escravidão dos/as africanos/as trazidos/as forçados/as ao Brasil.

Faz-se necessário destacar que, apesar da importância de Palmares, trata-se de uma exceção à regra tanto pelo seu tamanho quanto pelo tempo de duração, não sendo, portanto, um padrão para a maioria dos quilombos que existiram. Segundo Ramos (1996), apesar da existência de muitos quilombos, eles não eram unidades homogêneas, pois variaram de lugar, tamanho, população e forma de organização, desempenhando um papel fundamental para o sistema da escravidão. O autor afirma que os quilombos tinham localizações estratégicas, perto de onde viviam e trabalhavam pessoas livres e escravizadas. Além disso, refere que:

É possível ver os quilombos como uma rejeição da escravidão e não há dúvidas de que o foi para muitos escravos. Mas também é possível ver o quilombo não como uma rejeição sistêmica da escravidão, mas, um veículo para fuga individual do

²¹ Edison Carneiro (1912-1972) nasceu em Salvador. Foi pesquisador da cultura popular, especializado em temas afro-brasileiros. Em 1937, junto com Arthur Ramos, organizou o II Congresso Afro-brasileiro, que teve participação de intelectuais e membros do movimento negro. O Museu do Folclore tem seu nome desde 1976.

cativeiro. [...] Ou seja, apesar de os escravos individualmente rejeitarem seu cativeiro, geralmente não trabalhavam coletivamente para derrubar a Instituição da escravidão (RAMOS, 1996, p. 165).

Ramos (1996) ressalta que, de forma geral, os quilombos juntavam pessoas de diferentes lugares, o que constituía uma grande diversidade étnica e cultural. Assim, de acordo com a realidade específica de cada grupo, era preciso traçar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança.

Ao realizar uma análise dos anúncios em dois jornais brasileiros no século XIX, um em Pernambuco e outro no Rio de Janeiro, Freyre²² (2010) evidencia que os informes apresentavam minuciosos retratos das pessoas escravizadas, que incluíam além das aparências físicas, elementos sobre os temperamentos e as habilidades, até as maneiras de vestir e as marcas das violências que sofriam.

Sobre as violências, Freyre (2010) faz um relato detalhado sobre a questão, afirmando que um grande número de pessoas escravizadas tinham marcas e deformações profundas como consequência do excesso de trabalho. Além disso, tal como um pai autoritário e exigente, um “senhor” costumava castigar os/as escravizados/as com chicotadas (que resultavam em marcas nas costas e nas nádegas), correntes nos pés, deixando-os/as presos/as aos troncos, colocando máscaras de flandres, ou alugando-os/as para trabalhos de rua.

Freyre (2010) ressalta que não eram raras as marcas nas pessoas que fugiam, posto que os castigos faziam parte da rotina do sistema de relações entre as pessoas escravizadas e seus “senhores”. Nesse complexo sistema de relações, os/as escravizados/as mais novos/as deviam aprender com os/as mais antigos/as. As tarefas eram muitas e diferenciadas: cozinhar, lavar roupa, costurar, fazer doces e geleias, cuidar de animais (como cavalos, vacas e bois), remar, pescar, cuidar de crianças e de jardins, construir casas e plantar (cana-de-açúcar, algodão, café, tabaco, mandioca).

Dentre os inúmeros anúncios apresentados por Freyre (2010), apresentam-se aqui três, que se referem a mulheres fugitivas, divulgados no Diário de Pernambuco. O primeiro data de 16 de março de 1835, uma crioula alta que teria desaparecido da casa dos “senhores” e que expunha marcas de açoites nas costas e nos peitos. O segundo anúncio datava de 23 de maio de 1839, sobre uma “preta” que tinha poucos dentes na frente e queimaduras nos peitos. Para o autor, este tipo de violência podia estar associado aos ciúmes da “sinhá”, que diversas vezes

²² Gilberto Freyre (1900-1987) nasceu em Recife e é considerado um dos mais importantes sociólogos do Brasil. Tem uma vasta obra dedicada à análise das relações sociais no período colonial brasileiro. Recebeu vários prêmios e doutorados *honoris causa*, além de do título de Cavaleiro do Império Britânico.

descarregavam seu descontentamento arrancando os dentes brancos das escravizadas ou mutilando seus seios. O terceiro anúncio é de nove de agosto de 1858, e relata sobre uma mulher com feridas graves no rosto que teriam sido provocadas por uma bicada de pavão, que por pouco não lhes cegaram.

Apesar de mencionar que algumas pessoas escravizadas possuíam marcas corporais tribais, que identificavam sua tribo natal, Freyre (2010) não se omite em esclarecer que muitas dessas pessoas apresentavam marcas nas coxas ou nas costas, como letras ou carimbos de propriedade, assim como atualmente se faz com o gado. Ademais, havia marcas de castigo que deformavam o corpo como, por exemplo, ficar mancando, ter cicatrizes nas costas ou nas nádegas devido aos açoites, no pescoço pelas correntes, ou nos pés pelos ferros, além de queimaduras na barriga. Para o autor, os “senhores” não tinham vergonha em identificar as pessoas escravizadas com marcas de ferros em brasa e por claros sinais de tortura, produzindo cicatrizes de relho, de correntes no pescoço e ferros nos pés. Não poucas vezes, todos esses castigos proporcionavam hérnias, veias estouradas e abscessos pelo corpo.

No que se refere ao Sertão nordestino, conforme aponta Mendonça (2013), também houve escravização de pessoas. A pesquisa realizada pela autora assinala que a região que atualmente faz parte do Sertão de Pernambuco teve grande importância, principalmente devido à grande quantidade de pessoas escravizadas no final do século XIX, quando o processo de abolição já estava em curso. Ainda segundo a autora, embora o Sertão de Pernambuco representasse apenas 8% do total de escravizados/as do estado, 83% dos senhores de engenho da região do São Francisco ainda tinham pessoas escravizadas nas suas terras.

No entanto, segundo Freyre (2010), o sertanejo branco, mesmo pobre, não gostava do contato social exagerado com a população negra. Os/as escravizados/as que conseguiam fugir dos engenhos de cana-de-açúcar encontravam mais oportunidades nas fazendas de criação de animais do que nas áreas em que ainda predominavam um regime feudal no país. Os “senhores” sertanejos se valiam do conhecimento “técnico” dos/as negros/as, mas a cultura da região fazia com que mantivessem um distanciamento, na tentativa de não serem considerados brancos inferiores, posto que suas casas-grandes eram consideradas “casinhas” se comparadas aos das grandes áreas agrárias, da região Sul-Sudeste do país.

Para Freyre (2010), as mulheres escravizadas também não tinham o mesmo valor que o dado por aqueles considerados como “senhores de engenho clássicos” – plantadores de café ou cana-de-açúcar e fabricantes de açúcar. Para esses, havia um valor socioeconômico nas

mulheres escravizadas, principalmente como “ventres geradores”, o que não foi considerado pelos fazendeiros sertanejos. Por isso, poucos anúncios de venda ou sobre a fuga de mulheres eram referentes ao Sertão nordestino.

Em contrapartida, muitos/as escravizados/as que conseguiam fugir, adentravam as matas, chegando aos quilombos, bem como às terras sertanejas. Portanto, esses lugares ficaram marcados pela presença dos negros altos e magros, que eram os mais anunciados pelos jornais como fugitivos. Segundo Freyre (2010), os mais baixos e gordos conseguiam se adaptar melhor à rotina do trabalho agrário e sedentário, e talvez por isso fugissem menos. Assim, os mais altos e magros que conseguiam chegar aos quilombos e ao Sertão, levavam um espírito de aventura, podendo, inclusive, terem feito alianças com pessoas brancas andarilhas. O autor ressalta não ter muita evidência e que este seria um assunto rico a ser estudado, acreditando que alguns escravizados que fugiram para o Sertão tornarem-se bandidos ou jagunços.

As principais misturas étnicas e alianças realizadas pelos quilombolas foram com a população indígena. Houve uma grande aproximação em alianças militares, trocas comerciais, além de casamentos e fugas conjuntas. Por outro lado, os/as indígenas também teriam escravizado alguns/mas negros/as; assim como a prática existia dentro dos quilombos – escravizados/as eram usados/as nas plantações.

Outra forma de escapar da escravidão, além da fuga para quilombos, foi o concubinato, principalmente para as mulheres negras. O concubinato era um caminho para a conquista da alforria. No entanto, o que se pode perceber ainda hoje é a representação da mulher negra com um poder de sedução inerente à cor. Ou seja, os casamentos inter-raciais eram proibidos, mas as mulheres negras teriam um poder de sedução e corrupção da fidelidade conjugal, atrelados simplesmente à cor da pele. Para Freyre (2010), apesar de serem de conhecimento alguns relacionamentos amorosos estáveis e duradouros entre homens brancos e mulheres negras, estes seriam exceções, já que havia uma violência nas bases das relações da escravidão, em que um era propriedade do outro, estando assim sob um domínio quase que absoluto.

Segundo Pinto (2015), o pensamento social brasileiro também se beneficiou do diálogo entre diferentes saberes, ampliando a capacidade de incluir novas teorias que envolviam mitos, linguagens e artes. Assim, a literatura brasileira apresenta diversos mitos e com isso vários autores podem ser considerados intérpretes do Brasil, por trazerem valiosas contribuições para o pensamento brasileiro.

É possível perceber que até a segunda metade do século XIX não havia uma clara distinção do trabalho intelectual no Brasil. Muitos autores importantes para a compreensão do pensamento social estavam ligados à literatura. Assim, a partir de 1870, surge uma literatura naturalista com grande influência do positivismo e do realismo. Algumas questões começaram a ser mais urgentes, principalmente após a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Com isso, os debates sobre “quem é o/a brasileiro/a?” começaram a trazer as questões das misturas de raças e dos mestiços como geradores do povo brasileiro.

No seu livro clássico, “Os Sertões”, originalmente publicado em 1902, Cunha²³ aponta a questão da existência de um tipo étnico tipicamente brasileiro, sendo resultado do cruzamento dos três grupos raciais originais – o branco, o negro e o indígena. Para Cunha (2016), existiam diferentes tipos étnicos em virtude da heterogeneidade racial, dos cruzamentos entre raças, além dos diversos meios físicos e inúmeras situações históricas. Assim, o autor avalia que o mestiço, considerado o sinal mais forte de união entre as raças, é quase sempre um desequilibrado, sem ter a energia física de seus ascendentes negros ou índios, e sem possuir a caráter intelectual dos seus ancestrais brancos.

De acordo com Cunha (2016), por sua indefinição etnológica advinda da falta de tradições nacionais invariáveis e constantes, o Brasil não podia ser considerado como um povo ou uma nação. Desse modo, fica evidente que o pensamento de Cunha estava atrelado às doutrinas racistas de sua época, buscando em sua obra a explicação do comportamento do povo sertanejo, que foi considerado como superior aos dos mulatos desregrados.

Outro nome importante é Mário de Andrade, que além de ter uma enorme contribuição para a literatura nacional, também é considerado um teórico e fundador de um projeto de construção nacional, que buscava as raízes brasileiras a partir da área cultural (CASTRO, 2017c). O projeto do Movimento Modernista teve início em 1922, com a Semana de Arte Moderna, que teve Andrade como um dos organizadores principais.

Na sua obra “Macunaíma”, lançada em 1928, considerada pelo próprio autor uma antologia do folclore brasileiro, Andrade²⁴ (2016) apresenta um herói sem nenhum caráter, detentor de muitas faces e várias versões, que seria uma imagem do povo brasileiro. Para isso, o autor incorporou em sua obra e em seu pensamento sobre o Brasil, vários elementos das

²³ Euclides de Cunha (1866-1909) nasceu no Rio de Janeiro. Foi um escritor e jornalista, sendo um importante modernista brasileiro. Exerceu diversos cargos públicos, sendo convidado pelo Itamaraty para fixar os limites geográficos entre Brasil e Peru.

²⁴ Mário de Andrade (1893-1945) nasceu em São Paulo. Foi poeta, escritor e crítico literário, sendo um dos pioneiros da poesia moderna brasileira, com a publicação de seu livro em 1922, “Pauliceia desvairada”.

culturas indígenas e rurais, na tentativa de que as múltiplas características apresentadas produzissem uma identidade para o povo brasileiro. A partir do personagem que dá título ao livro, o autor apresenta atributos da população brasileira (preguiça, malandragem, dissimulação, esperteza), considerando o protagonista uma representação simbólica do comportamento masculino brasileiro.

No entanto, é possível perceber que a questão racial é entendida pelo ponto de vista do determinismo biológico até a década de 1920. A suplantação dessa visão só acontece na década de 1930. Uma teoria desenvolvida como crítica ao racismo científico foi estabelecida por Franz Boas, no seu texto “Raça, linguagem e cultura”. Para Boas (2011), há uma separação entre cultura e raça, afirmando que a cultura não é produzida pela raça. Assim, para o autor, não poderiam existir raças puras, bem como compreende que as diferenças entre grupos humanos são determinadas socialmente e não de forma natural. Neste sentido, as desigualdades existentes entre brancos/as e negros/as são atribuídas às relações sociais, e mais especificamente, às relações entre as classes.

A partir do momento em que o racismo científico foi diminuindo, teve início a fase do mito da “democracia racial”. Ainda na década de 1930, mais precisamente em 1933, Gilberto Freyre instituiu um novo marco no pensamento social brasileiro com sua obra “Casa-grande e Senzala”. Este livro foi fundamental na estruturação do mito da mestiçagem, da compreensão positiva do povo negro, e para a constituição de uma ideologia nacional.

Segundo Freyre (2013a), as relações raciais no Brasil ocorreriam através de um balanceamento entre posições antagônicas, posto que a violência e a crueldade da escravidão tinham suas sequelas intercedidas por uma suposta cordialidade das relações sociais estabelecidas entre negros/as e brancos/as. Para o autor, o mestiço era considerado uma meta-raça, sendo a mestiçagem boa em todos os sentidos e uma possibilidade de salvar o mundo.

A partir da visão de Freyre (2013a), os/as negros/as, brancos/as e índios/as são legitimados como fundadores/as do povo brasileiro, sendo que a miscigenação entre as três raças é considerada como positiva, visto que é essa mistura que traria a identidade do tipo nacional, perspectiva que coaduna com os preceitos de Arthur Ramos. No entanto, as principais críticas à obra de Freyre apontam que o autor construiu uma ideia fantasiosa que escondia as contradições sociais existentes nas relações entre negros/as e brancos/as com a exaltação de uma suposta democracia racial. Afinal, o senhor é sempre senhor.

Guimarães Rosa²⁵ é outro autor que através de sua obra realiza uma interpretação do Brasil. Rosa utiliza alguns mitos, recorre a várias tradições populares, apresentando personagens diversificados, como donzelas, guerreiras, rebeldes, jagunços, fazendeiros e viajantes. Assim, na sua grande obra “Grande Sertão: Veredas”, publicada originalmente em 1956, Rosa lança mão das ambiguidades para relatar o rústico e a modernidade, a cultura cosmopolita e o sertão.

Rosa (2006) apresenta através de uma narrativa não linear as histórias do jagunço Riobaldo, que faz uma reflexão sobre sua vida, descrevendo acontecimentos e a paisagem do Sertão. Além disso, Riobaldo relata seu amor por Diadorim, bem como reflete sobre a existência de Deus e do diabo. Em seu texto, Rosa se utiliza dos relatos caipiras, e até mesmo fantasiosos, através de um narrador de história sertanejo, registrando seu modo de falar, de ver e sentir o mundo, apreendido pela força da oralidade.

Ariano Suassuna²⁶ também foi uma autor que renovou sua obra a partir de elementos matriciais, como a linguagem, a arte e o mito. Destaca-se a obra “Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-volta”, lançada em 1972. Nesta obra estão presentes de maneira muito significativa elementos como a oralidade, a tradição dos contadores de história, dos repentistas e do cordel. No entanto, o texto também é marcado pelo patriarcalismo, e pela cultura agrária e patrimonial do Nordeste brasileiro.

Suassuna (2017) apresenta vários personagens e acontecimentos históricos. O protagonista começa apresentando vários títulos, dentre eles a de genuíno monarca do Brasil, e ao longo da obra relata inúmeros casos, como sua prisão, o assassinado do seu tio e o desaparecimento de seu primo. Assim como apresentado por Andrade (2016), seu personagem principal, Quaderna, é um herói maldito e grotesco, em que se apresentam grandes contradições e ambivalências de sentimentos. Por outro lado, o texto lembra o de Rosa (2006), por trazer elementos do mundo sertanejo.

Pode-se perceber que as obras aqui elencadas organizam o pensamento social sobre o Brasil a partir do Brasil. Acredita-se que os alicerces mais densos desse pensamento encontram-se na cultura popular, nos intelectuais da literatura e no enorme universo do imaginário do povo.

²⁵ João Guimarães Rosa (1908-1967) nasceu em Minas Gerais. Foi escritor, diplomata e romancista, considerado por muitos o maior escritor brasileiro do século XX, suas obras possuem um exímio trabalho com a linguagem.

²⁶ Ariano Suassuna (1927-2014) nasceu na Paraíba. Foi escritor, dramaturgo e poeta, sendo mais conhecido por sua produção em prosa. É um dos expoentes literários da cultura nordestina. Lançou o Movimento Armorial em 1970, que apresenta o sertão como um universo cultural e lúdico.

Diante de todos esses relatos e impasses na construção de quem é, de fato, o/a brasileiro/a, houve algumas tentativas de superar as ideias racialistas e eugenistas sobre os/as negros/as e índios/as. A primeira proposição é de que o brasileiro é um povo mestiço e que isso é algo positivo. Ao contrário do que dizia Nina Rodrigues, que a mestiçagem era ruim, ou Gobineau que condenou o brasileiro ao desaparecimento, a representação atual concebe-o como um povo mestiço, no corpo e na alma. Ou seja, todos/as os/as brasileiros/as teriam ancestrais negros/as e índios/as.

Essa mestiçagem “boa” torna o povo brasileiro tão diverso, que termina não tendo uma identidade. Embora haja um discurso de que se trata de um povo “misturado”, houve uma sedimentação da percepção negativa sobre o/a “mulato/a”. Assim, nos discursos busca-se um embranquecimento ao referir-se ao ancestral europeu, mas não se sabe nada sobre o/a ancestral negro/a e/ou índio/a. Ou seja, ser “mulato/a”, ser mestiço/a, não é motivo de orgulho, mas de vergonha, pois seria uma consequência do amasiamento histórico. Neste sentido, permanecem as teorias racialistas, e uma estreita relação entre cor e status social.

A segunda tentativa de pensar quem é o/a brasileiro/a é realizada através de uma relação entre unidade e diversidade. Ou seja, todos/as são brasileiros/as, filhos/as da mesma nação, há um sentimento que une, porém são diferentes uns/umas dos/as outros/as: as línguas, expressões, comportamentos, hábitos alimentares, são distintos em cada região do país. Dessa forma, entre ambivalências e contradições, forma-se o pensamento sobre os/as brasileiros. Percebe-se que desde o início são atribuídos múltiplos valores ao mesmo acontecimento ou pessoas – o/a índio/a bárbaro/a e puro/a, por exemplo.

As ambivalências e plurivalências se mantêm com o tempo, e simultaneamente se modificam. Como a identidade social é constituída dos valores e das relações de alteridade, as ambivalências terminam estabelecendo uma indefinição de valores, e as relações de alteridade tornam-se circunstanciais. A identidade do/a brasileiro/a acaba permanecendo aberta, realizada nos encontros com os outros. Neste sentido, parece que não foi possível ter uma representação nacional verdadeira, como defendia Mário de Andrade, ao afirmar a importância de se realizar pesquisas sobre as peculiaridades de cada região, na tentativa de criar um todo brasileiro que superasse os tipos regionais, para chegar à constituição de um povo homogêneo, na alma e no corpo. O que se vê é justamente o contrário – as regiões demarcam o que pensamos sobre os/as brasileiros/as.

Diante do exposto, foi possível verificar que a construção do pensamento social é complexa. Mais especificamente, a compreensão do pensamento social sobre o povo

brasileiro decorre do entendimento do processo histórico de formação do Brasil, passando pela escravização das populações indígenas aqui existentes e das populações africanas trazidas de maneira forçada. O pensamento social é estabelecido através dos compartilhamentos, tendo como o ponto de partida o lugar de referência, ou seja, a identidade social dos indivíduos.

É preciso lembrar, como ressalta Moscovici (2015), que o processo de transformação do conhecimento configura o surgimento de uma nova representação social. Assim, ao se expressar uma ideia nova, diferente da anterior, há uma ruptura com algo naturalizado, institucionalizado, e com isso se estabelecem novos espaços de diálogo, de luta e de tensão. Por isso, existe um tensionamento sobre a representação social da violência contra as mulheres, que emerge de uma sociedade que transita entre o histórico patriarcal e a luta permanente pela emancipação das mulheres.

A partir da compreensão de que as representações não são construídas por sujeitos individuais, e sim pelas relações, foi necessário verificar primeiro as representações sociais da mulher e do homem do Sertão, para posteriormente alcançar o objetivo dessa pesquisa, que foi analisar as representações sociais da violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Enfrentamento da violência no sertão de Pernambuco.

Assim, no capítulo seguinte apresenta-se o método da pesquisa, descrevendo o campo do estudo, os/as participantes, os instrumentos de coleta e de análise dos dados que foram utilizados para conhecer as representações sociais da mulher, do homem e, conseqüentemente, da violência contra as mulheres numa região do Sertão de Pernambuco.

2 MÉTODO DA PESQUISA

Concluída a tarefa dentro, saiu fora, andando sempre de costas
e expungindo do caminho pelo mesmo processo
não somente o rasto que agora ia deixando,
como os anteriores.
*José de Alencar*²⁷

Durante muito tempo a violência contra as mulheres foi naturalizada. A partir dos debates e da luta dos movimentos de mulheres, os tensionamentos sobre a questão têm proporcionado discussões e conflitos no saber hegemonicamente aceito e compreendido como familiar e, assim, proporcionam espaços para o aparecimento de novas representações. Por isso, é necessário compreender que o que os sujeitos percebem e imaginam, suas ideias e suas crenças, constituem suas representações e que estas são autônomas e dinâmicas, exercendo pressão sobre as pessoas.

Para esta pesquisa, que tem a violência contra as mulheres como objeto de representação, os sujeitos que tiveram o conteúdo de suas representações investigados foram os/as profissionais que atuam em serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para Moscovici (2015), algumas profissões têm papel fundamental na criação e na transmissão de representações sobre determinados grupos. Entre essas profissões destacam-se pastores, padres, psicólogos/as, pedagogos/as e cientistas. Consequentemente, ao investigarmos as representações dos/as profissionais que atuam diretamente com a temática da violência contra as mulheres, estarão sendo investigadas profissões que se destacam socialmente, por produzirem conhecimentos que podem influenciar na construção e na transmissão de representações para outros grupos.

Conforme Almeida (2005a), a escolha do método da pesquisa é realizada a partir dos objetivos propostos à natureza e característica do objeto de estudo, além dos sujeitos que se deseja investigar as representações sociais. Segundo Sá (2013, p. 670), a “teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial”.

Esta pesquisa é plurimetodológica, pois para investigar as representações sociais utilizou diferentes instrumentos de coleta e de análise dos dados para fundamentar a validade

²⁷ ALENCAR, 2003, p. 35.

dos resultados encontrados. O primeiro instrumento aplicado foi um questionário para a caracterização dos sujeitos, a partir de indicadores como gênero, idade, tempo de atuação na área, entre outros. Posteriormente, foram utilizados outros três instrumentos de coleta de dados, a saber: questionário de evocação livre de palavras, entrevista semiestruturada, e questionário estruturado.

O método utilizado na pesquisa articulou abordagens quantitativas e qualitativas, bem como técnicas variadas de coleta e análise dos dados, o que permitiu uma abordagem plurimetodológica para abranger os fenômenos estudados. Apesar de possuir aspectos quantitativos, a pesquisa é predominantemente de abordagem qualitativa, que conforme Minayo (2015, p. 48) são pesquisas “capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”. São pesquisas, portanto, que enfatizam a qualidade e a profundidade dos dados.

A preponderância do caráter qualitativo do estudo deve-se ao fato que este trabalha com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Portanto, os fenômenos humanos são parte da realidade social e não podem ser traduzidos simplesmente em números. Acredita-se que a pesquisa qualitativa apresenta meios para compreender o universo da violência contra as mulheres, que é marcado pela diversidade de subjetividades, de significados e de valores, permeado pelas relações de gênero e de poder.

No que se refere à Teoria das Representações Sociais, optou-se pela utilização de duas abordagens: a processual e a estrutural. A abordagem processual tem, conforme Banchs (2004), o intuito de revelar que o acesso ao conhecimento sobre as representações sociais parte do entendimento do ser humano como produtor dos sentidos, focalizando a análise nas produções simbólicas, dos significados e da linguagem. Já a abordagem estrutural busca metodologias para identificar sua estrutura ou o núcleo das representações e, conseqüentemente, explicando as funções das estruturas.

Os dados apresentados são resultantes de avaliações quantitativas do questionário sociodemográfico, que buscou obter informações sobre os sujeitos da pesquisa; a análise das evocações livres de palavras, realizadas a partir da construção do quadro de quatro casas, que visou analisar o conteúdo e a estrutura das representações sociais dos/as profissionais sobre a mulher e o homem do Sertão, e sobre a violência contra as mulheres; as análises das

entrevistas e dos questionários estruturados, que descrevem as representações sociais, corroborando ou não os dados encontrados como possíveis núcleos centrais das representações encontradas nas análises das evocações livres. A utilização desses instrumentos buscou responder os objetivos propostos nesta pesquisa.

2.1 Campo de investigação

O território de Pernambuco é dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD), de acordo com suas características socioeconômicas e geográficas, sendo seis pertencentes ao Sertão: do Moxotó, do Pajeú, Central, de Itaparica, do Araripe, e do São Francisco, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.



Fonte: PERNAMBUCO, 2018a.

Importante ressaltar que a divisão do estado de Pernambuco em regiões administrativas foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 59/1969, estabelecendo oito grupos de municípios. O referido Decreto determinou que os órgãos da administração direta e indireta utilizassem a regionalização como elemento territorial para o planejamento de ações e projetos.

A partir das reivindicações da população, justificadas pela baixa identificação (cultural, política, territorial e econômica) entre os municípios, outras duas divisões foram propostas, até chegar à regionalização atual, com 12 RD, apresentada na Lei estadual nº 12.427/2003. Essa divisão foi regulamentada em seminários, leis e Planos Plurianuais (PPA),

e apesar dos ajustes e adequações realizados, essa divisão continua sendo utilizada até o momento de realização desta pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida em municípios pertencentes a uma das regiões do Sertão de Pernambuco. A coleta de dados foi realizada em cinco municípios. A escolha da região para pesquisa deu-se a partir do conhecimento prévio da pesquisadora, por já ter atuado em diversos órgãos no território. A restrição para cinco municípios foi realizada a partir da facilidade em contatar as secretarias municipais, e a posterior obtenção da permissão para a pesquisa.

A Região de Desenvolvimento (RD) de realização da pesquisa fica localizada na mesorregião do Sertão de Pernambuco, com uma área equivalente a quase 11.550 mil km², e constituída por dez municípios. De acordo com a última projeção de estimativas populacionais para os municípios para o ano de 2018, a região possui pouco mais de 331 mil habitantes, com densidade demográfica de 28,7 hab./km². Interessante notar que ao comparar os Censos Demográficos de 2000 e 2010, há um aumento da população total, mas com uma redução da população rural, que correspondia a pouco mais de 51% do total, e passou a 46,35% (BRASIL, 2015a; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

No que se referem aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM²⁸), houve uma melhora significativa da região. Em 2000, toda a região apresentava um índice muito baixo de IDHM, ou seja, até 0,499; em 2010, sete municípios estavam entre 0,5 a 0,599, considerados com baixo desenvolvimento, e três entre 0,6 a 0,699, o que equivale a um desenvolvimento médio (BRASIL, 2015a; PERNAMBUCO, 2019).

Sobre a proporção e renda per capita da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, a região apresenta índices ainda muito altos. Em 1991, 94,19% da população estavam vulneráveis à pobreza, passando para 71,88% em 2010. Esta porcentagem é mais do que o dobro da nacional, de 32,6% em 2010. Já a renda per capita dos vulneráveis à pobreza passou de 63 reais em 1991, para 108 reais em 2010²⁹ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

²⁸ O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda (PERNAMBUCO, 2019).

²⁹ São considerados vulneráveis à pobreza indivíduos com renda familiar per capital igual ou inferior a meio salário mínimo. O cálculo foi realizado com o valor de R\$ 255,00, equivalente a meio salário mínimo em 2010.

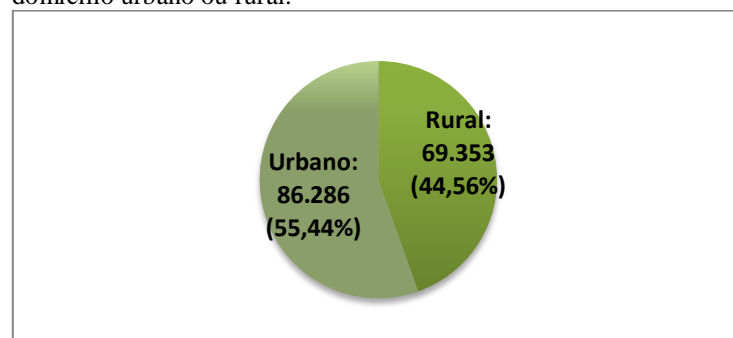
Em relação aos números de empregos formais, houve um aumento significativo nos últimos 15 anos, quase que dobrando os dados. Em 2002, foram registrados 10.619 vínculos formais, passando para 20.923 em 2017 para toda a região. A ampla maioria de estabelecimentos está vinculada ao comércio, contando com mais de 1.000 pontos, seguido dos estabelecimentos de serviços, com 487. A indústria de transformação ocupa o terceiro lugar, com 373 estabelecimentos (BRASIL, 2019a).

A lavoura não especificada é a principal atividade realizada pela população dos municípios na região da pesquisa. Outras atividades importantes por ordem de quantidade de pessoas ocupadas são: cultivo de mandioca; cultivo de outras lavouras temporárias; cultivo de milho; fabricação de produtos de minerais não-metálicos; comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; moagem e fabricação de produtos e de alimentos para animais; e atividades de comércio não especificadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

No que concerne à expectativa de vida, houve uma variação significativa, passando de 59,8 anos em 1991, para 71,1 em 2010. Já em relação à taxa de mortalidade infantil de zero a cinco anos também pode ser percebida uma grande melhora, passando de 84,5 óbitos para cada mil nascidos/as vivos/as em 1991, para 25,7 para cada mil em 2010. Ressalta-se, no entanto, que a taxa mantém-se acima da média nacional, que é de 18,8 óbitos para cada mil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

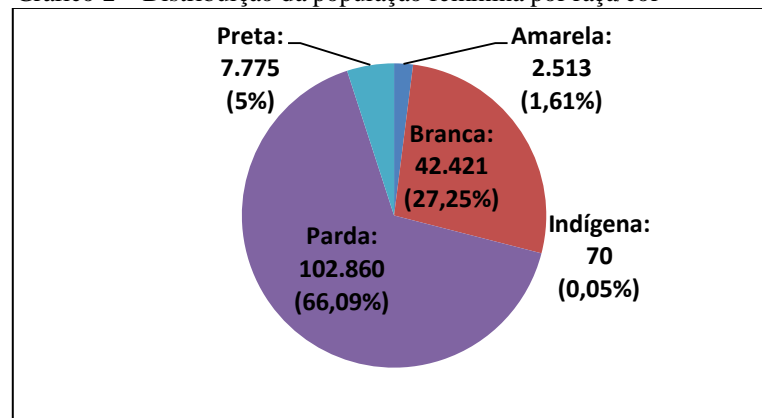
Em relação à população de mulheres, segundo o Censo de 2010, em números absolutos era de 155.639 habitantes, o que representava 50,59% do total da população da região, tendo a estimativa para 2015 de uma população de 164.682 mulheres. Utilizando dados do Censo 2010, a distribuição da população feminina na região apresentava quase 45% das mulheres na zona rural e 55% da zona urbana, conforme apresentado no Gráfico 1. Relativamente à cor, os dados estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Distribuição da população feminina por condição de domicílio urbano ou rural.



Fonte: PERNAMBUCO, 2019.

Gráfico 2 – Distribuição da população feminina por raça/cor



Fonte: PERNAMBUCO, 2019.

Sobre a taxa de analfabetismo da população acima dos 15 anos, houve uma redução em todos os municípios da região. No ano de 1991, a taxa de analfabetos/as na região era pouco mais de 53% da população acima dos 15 anos; em 2010, essa taxa baixou para pouco mais de 28%. Essa melhora significativa deu-se a partir do resultado de alguns municípios que diminuíram em mais da metade seus índices anteriores como, por exemplo, um que tinha taxa de 63,4% em 1991 e passou para 30,2% em 2010. No entanto, a taxa de 28% ainda é quase três vezes maior que a taxa nacional, que é de 9,6% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

De forma semelhante, a expectativa de anos de estudo teve uma variação de 5,6 anos em 1991, para 8,7 em 2010. Percebe-se que a instalação de polos de Universidades Abertas, de faculdades semipresenciais, e a instalação de um Instituto Federal de Educação, fomentou o aumento da expectativa dos anos de estudo da população da região, de tal modo que sua taxa de 8,7 não está tão distante da média nacional que é de 9,5 em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

A partir dos dados expostos acima, ficou clara a vulnerabilidade social da região, apesar da melhoria expressiva de alguns índices, como a expectativa de vida, a mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo. No entanto, as taxas ainda são preocupantes em comparação à taxa nacional. Dessa forma, torna-se fundamental o olhar específico para a região, através dos indicadores apresentados, pois ajuda na compreensão do objeto de pesquisa, que é a violência contra as mulheres.

2.2 Participantes da pesquisa

Os/as participantes desta pesquisa foram profissionais que atuam em diferentes órgãos das áreas que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011a). Como principal critério de inclusão dos/as participantes dessa pesquisa, os sujeitos deveriam atuar em algum órgão que fizesse parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na região escolhida, dentro das quatro áreas previstas: Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça.

Para ampliar a compreensão do fenômeno pesquisado, optou-se por aumentar a rede, buscando-se participantes do que nesta pesquisa é denominada de Rede Informal. Incluem-se nessa área: líderes religiosos, membros de organizações sociais, operadores de mídias sociais, educadores/as, entre outros. Outros critérios de inclusão adotados foram: ter mais de 18 anos e ser natural de algum município do Sertão nordestino. Assim, no total, participaram 250 sujeitos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Participantes da Pesquisa.

Rede de Atuação	Número de Participantes
Saúde	60
Assistência Social	60
Segurança Pública	60
Justiça	10
Informal	60
Total	250

Fonte: A autora, 2020.

O número menor de profissionais da área da Justiça deve-se ao fato do pequeno número de órgãos existentes na região. Faz-se importante mencionar que nem todos os municípios possuem Fóruns, Defensoria Pública ou Ministério Público. De forma geral, a comarca existente em uma cidade é responsável por duas ou três, a depender do porte do município.

Faz-se necessário referir também que apenas uma pequena parcela dos/as profissionais procurados/as para colaborar com a pesquisa recusou-se a fazê-la. A maioria dos/as profissionais que se negaram eram da área da Saúde. Também houve a recusa de um profissional da Segurança Pública, que entrou na sala pensando que teria um atendimento

psicológico. Assim, a entrevista não foi realizada, mas foi feita a escuta e o encaminhamento da demanda apresentada pelo profissional. Ressalta-se que em nenhum momento a participação foi forçada, e aqueles/as que se recusaram a participar foram imediatamente liberados/as.

Outro dado relevante no que se refere à recusa de participação foi a dificuldade em obter consentimentos dos líderes religiosos católicos. Padres e freis foram contatados e todos recusaram a participação. Alguns disseram que não tinham disponibilidade de horário, mas o principal motivo apresentado foi a suposta ausência de informações sobre a temática da violência contra as mulheres, por não fazer parte do cotidiano, e a consequente impossibilidade de colaborar significativamente com a pesquisa. Assim, foram entrevistados três líderes religiosos evangélicos e um umbandista.

Conforme apresentado anteriormente na Tabela 1, participaram da pesquisa 60 profissionais da área da Assistência Social, 60 da Saúde, 60 da Segurança Pública, 10 da Justiça, e 60 de outras Redes Informais. Destes, foram 164 mulheres e 86 homens. Fazendo um recorte por área, nas áreas da Saúde e da Assistência Social a maioria foi mulher (apenas seis homens na Assistência e 12 na Saúde), enquanto na área da Segurança Pública, a maioria foi homem (apenas seis mulheres). Esse resultado não foi intencional, mas reforça a ideia de que ainda há áreas que privilegiam algum gênero. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos/as participantes por gênero e área de atuação.

Área de atuação	Gênero			
	Feminino (f)	Feminino (%)	Masculino (f)	Masculino (%)
Saúde	48	80	12	20
Assistência Social	54	90	06	10
Segurança Pública	06	10	54	90
Justiça	08	80	02	20
Informal	48	80	12	20
Total	164	65,6	86	34,4

Fonte: A autora, 2020.

De acordo com Cisne (2012), as construções de gênero colocam a mulher como sendo feita para compreender e ajudar, ser paciente, sensível e compassiva. Assim, há uma centralidade da mulher nos programas da Assistência Social. Da mesma forma, a área da

Saúde, que ainda é muito relacionada ao cuidar e, portanto, sendo considerada uma área mais propensa às mulheres.

Os dados apresentados a seguir referem-se à análise do questionário sociodemográfico (APÊNDICE A), utilizado para obter informações sobre o perfil dos/as participantes.

Em relação ao nível de escolaridade, os dados estão apresentados na Tabela 3, e apontam que 102 possuem nível superior completo e 56 apontam ter pós-graduação, totalizando 63% da amostra. Este número expressivo de sujeitos com nível superior ou pós-graduação é devido ao fato da pesquisa ser direcionada aos/às profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Assim, muitos são psicólogos/as, assistentes sociais, enfermeiros/as, professores/as. Ressalta-se que em relação à pós-graduação, de forma geral são cursos *lato sensu*, sendo que apenas um participante possui mestrado. Os oito participantes (3,2%) que apresentam escolaridades mais baixas, são, em regra, auxiliares de serviços gerais ou de cozinha, que também se disponibilizaram espontaneamente a participar do estudo.

Tabela 3 – Distribuição dos/as participantes por nível de escolaridade.

Faixa etária	f	%
Fundamental Incompleto ou Completo	06	2,4
Médio Incompleto	02	0,8
Médio Completo	56	22,4
Superior Incompleto	28	11,2
Superior Completo	102	40,8
Pós-graduação	56	22,4
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Em relação ao tempo de atuação nas suas áreas, apresentado na Tabela 4, variou entre um mês a 40 anos. A área da Saúde apresenta o menor tempo (de um mês), e a área Informal, o maior (40 anos). Já a área que tem a maior média é a Informal, com o mínimo de dois anos de atuação. A área da Assistência Social teve o menor tempo total, sendo o maior de 16 anos.

No que concerne à renda familiar, a partir dos dados apresentados na Tabela 5, é possível perceber que mais da metade dos/as participantes encontra-se na faixa entre dois e cinco salários mínimos, representando 51,2% (f = 128). Nota-se que o pequeno número de participantes que referiram renda abaixo de um salário mínimo corresponde aos que tem menor escolaridade. Na área da Segurança Pública estão os dois participantes que relataram

renda familiar acima de 20 salários mínimos, e na área da Assistência Social encontram-se os/as profissionais com renda menor de um salário mínimo.

Tabela 4 – Distribuição dos/as participantes por tempo de atuação na área.

Faixa etária	f	%
Menos de um ano	30	12
De um a cinco anos	110	44
De seis a dez anos	46	18,4
De 11 a 20 anos	36	14,4
Mais de 20 anos	28	11,2
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 5 – Distribuição dos/as participantes por renda familiar.

Faixa de Salário Mínimo (S. M.)	f	%
Menos de um S. M.	10	4
De um a dois S. M.	56	22,4
De dois a cinco S. M.	128	51,2
De cinco a 10 anos S. M.	48	19,2
De 10 a 20 S. M.	06	2,4
Mais de 20 S. M.	02	0,8
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

No que se refere à idade, esta variou entre 19 a 66 anos. Na Tabela 6 é possível notar que a maioria dos/as participantes encontra-se na faixa etária entre 30-39 anos, representando 37,6% (f = 94). Em seguida, respectivamente, a faixa etária entre 18-29 anos, com 30% (f = 75) e entre 40-49 anos, com 22% (f = 55). A faixa etária de menor expressão foi a maior ou igual de 50 anos, com 10,4% (f = 26). Na área da Saúde está o/a participante de menor idade, e na área Informal, o/a de maior idade.

Tabela 6 – Distribuição dos/as participantes por faixa etária.

Faixa etária	F	%
18-29	75	30
30-39	94	37,6
40-49	55	22
≥ 50	26	10,4
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Analisando cada área separadamente, a regra se mantém, com exceção da Assistência Social, em que a maioria dos participantes está na faixa entre 18-29 anos, com 35% (f = 21). Realizando uma análise por faixa etária e gênero, as mulheres estão concentradas na faixa entre 18 e 39 anos; já os homens são maioria na faixa entre 30 e 49 anos.

No que se refere à situação conjugal, na Tabela 7 pode ser observado que a maioria dos/as participantes autodeclarou estar casado/a, representando 40% da amostra (f = 100). Logo em seguida, estão os/as que se declararam solteiros/as, com 37,2% (f = 93) e com união consensual, representando 13,2% da amostra (f = 33).

Tabela 7 – Distribuição dos/as participantes por situação conjugal.

Situação conjugal	f	%
Solteiro/a	93	37,2
Casado/a	100	40,0
União consensual	33	13,2
Separado/a	05	2,0
Divorciado/a	16	6,4
Viúvo/a	02	0,8
Não informado	01	0,4
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), o Brasil registrou 1.095.535 casamentos civis durante o ano de 2016. Em comparação com os dados de 2015, houve uma redução de 3,7% no total de casamentos registrados em quase todos os estados do país. No entanto, é esperado que a maioria dos/as participantes se autodeclare como casado/a, vivem com o/a companheiro/a ou estejam em união estável. A soma dessas duas parcelas ultrapassa a metade da amostra, com 53,2% (f = 133).

Sobre a existência ou não de filhos/as, em que os dados estão apresentados na Tabela 8, percebe-se que a maioria tem filhos, sendo que apenas 33,6% (f = 84) relataram não ter filhos/as. Realizando uma análise por gênero, foi possível perceber que 31% dos homens não têm filhos/as, enquanto que 34,5% das mulheres não os/as têm. Em um recorte por área, nos serviços de Saúde encontra-se o maior percentual de profissionais sem filhos/as, com 56%. A área da Assistência Social tem o menor percentual de profissionais sem filhos/as, com 26,7%. Importante ressaltar que esta área é a que tem mais mulheres participantes.

Tabela 8 – Distribuição dos/as participantes por quantidade de filhos/as.

Faixa etária	f	%
Sem filhos	84	33,6
Um	68	27,2
Dois	72	28,8
Três	22	8,8
Mais de três	04	1,6
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Na Tabela 9 está apresentada a classificação dos/as participantes a partir da variável cor, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Importante ressaltar que, além da autodeclaração segundo os critérios do Instituto supracitado, os sujeitos também informaram outras, principalmente a cor morena. Pode-se perceber que a principal cor mencionada foi a parda, com 54% ($f = 135$).

Os dados coletados coadunam com os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). O Instituto informa que no Brasil destaca-se a cor parda, seguida da cor branca. No entanto, importante ressaltar que há uma diferença entre as regiões do país. Neste sentido, na pesquisa apresentada pelo Instituto, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a maioria se autodeclarou de cor parda; nas regiões Sul e Sudeste, a maioria se autodeclarou de cor branca. Nesta pesquisa, 76% dos/as participantes se autodeclarou não branco/a.

Tabela 9 – Distribuição dos/as participantes segundo cor autodeclarada.

Cor (autodeclarada)	f	%
Preta	30	12
Parda	135	54
Branca	58	23,2
Amarela	02	0,8
Morena	22	8,8
Não informada/Não sabe	02	0,8
Outra	01	0,4
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Por fim, apresentam-se na Tabela 10 os dados referentes à crença religiosa. A grande maioria dos/as participantes se autodeclarou católica 74,4% ($f = 186$), seguida da evangélica, com 10,8% ($f = 27$), com uma enorme diferença entre elas. Sujeitos que se autodeclararam

acreditar em Deus, mas não possuir religião, representam 10% da amostra ($f = 25$). Em menor quantidade, encontram-se os/as que se autodeclararam espíritas e testemunhas de Jeová. O participante que se autodeclarou da umbanda é justamente o profissional da Rede Informal, especificamente procurado para a pesquisa, no intuito de contemplar as diversas possibilidades de apoio às mulheres em situação de violência.

Tabela 10 – Distribuição dos/as participantes por religião.

Religião	F	%
Católica	186	74,4
Evangélica/ Protestante	27	10,8
Acredita em Deus, mas não possui religião	25	10
Espírita	07	2,8
Umbanda	01	0,4
Testemunha de Jeová	02	0,8
Não informaram	02	0,8
Total	250	100

Fonte: A autora, 2020.

Os dados encontrados no estudo são corroborados pelo Censo Demográfico de 2010, em que a religião predominante no Brasil é a Católica Apostólica Romana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012). Apesar de o Censo apresentar o crescimento de pessoas que se autodeclararam evangélicos/as e espíritas, essa mudança de perfil ainda não foi verificada no contexto estudado. Houve uma grande dificuldade em encontrar pessoas praticantes do candomblé e umbanda na região, por exemplo. As informações repassadas eram que os Centros já não existiam, e que os/as responsáveis tinham ido embora.

No Sertão nordestino, segundo Gil e Gil Filho (2001, p. 51), se expressa uma “conhecida e forte religiosidade, aqui compreendida como a condição humana de ser religioso”. A religião influencia a vida do homem e da mulher do Sertão, principalmente devido às dificuldades do cotidiano.

Assim, Silva Júnior (2009) observa que as práticas religiosas no Sertão são afinadas com o misticismo extravagante, muitas vezes com crenças em superstições. Observam-se, principalmente, figuras míticas católicas importantíssimas no contexto do Sertão, como é o caso do Padre Cícero, Frei Damião, Bom Jesus da Lapa e São Francisco de Canindé.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Para a obtenção dos dados foram utilizados diferentes instrumentos: questionário de evocação livre de palavras; entrevista individual semiestruturada sobre as temáticas do Sertão, o/a sertanejo/a e a violência contra as mulheres; e um questionário estruturado, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 – Instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

Área de Atuação	Instrumento Aplicado		
	Evocação Livre	Entrevista	Questionário
Rede de Saúde	60	28	35
Rede da Assistência Social	60	38	36
Rede de Segurança Pública	60	18	34
Rede de Justiça	10	04	04
Rede Informal	60	12	39
Total	250	100	150

Fonte: A autora, 2020.

Os instrumentos foram aplicados no mesmo dia, em sequência. A diferença na aplicação dos distintos instrumentos teve como principal motivo a disponibilidade dos sujeitos. Notou-se, por exemplo, que muitos sujeitos pertencentes à Rede de Segurança Pública participaram da pesquisa por solicitação do Comandante do Batalhão da Polícia Militar. Mesmo após a leitura do Termo de Consentimento e o esclarecimento verbal de que não precisavam participar, apenas um recusou-se, conforme já explicado anteriormente. No entanto, muitos/as estavam agitados/as e sem grande disponibilidade de tempo, o que resultou no baixo número de entrevistas.

De forma geral, a aplicação aconteceu de maneira individual. Porém, houve dificuldades com algumas pessoas que representavam a Rede Informal. Ao entrar em contato com grupos e associações, a aplicação dos instrumentos foi agendada coletivamente. O mesmo aconteceu com dois grupos de professores/as, em que a aplicação foi realizada no horário de intervalo de aulas. Nestes casos, as entrevistas não foram realizadas, pela necessidade de serem individuais.

Na realização das entrevistas individuais semiestruturadas, os/as participantes foram avisados/as sobre o uso de gravador de voz, e posteriormente a aceitação, foram solicitados/as

a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pergunta disparadora principal solicitava que os/as profissionais falassem livremente sobre a temática do estudo – a violência contra as mulheres. A partir das falas, perguntas foram sendo introduzidas para conduzir ao objetivo da pesquisa.

A partir da realização dos pré-testes, foi verificada que a aplicação dos instrumentos em um ambiente conhecido, geralmente no ambiente de trabalho, diminuía as tensões e ansiedades. Ressalta-se que a aplicação no ambiente de trabalho tem dois aspectos: é imparcial; mas por outro lado, possibilita interferências e pode reduzir o tempo disponível dos/as profissionais. Esta dificuldade foi percebida, sobretudo, com os/as profissionais da área da Segurança Pública, e com os/as profissionais da Saúde, especificamente aqueles/as que trabalhavam no hospital. No entanto, algumas aplicações aconteceram na casa dos/as participantes, a pedido dos/as mesmos/as.

Por ser uma pesquisa com mais de um instrumento, e a partir das indicações de Abric (2001) de que as evocações livres são mais espontâneas e difíceis de controlar, no intuito de preservar as elaborações inconscientes, este instrumento foi aplicado antes das entrevistas. Diante disso, a aplicação dos instrumentos procedeu-se pela seguinte ordem: questionário sociodemográfico; questionário de evocação livre de palavras; entrevista semiestruturada; e questionário estruturado. Esta ordem também permitiu que nas entrevistas fossem retomados os termos identificados nas evocações livres.

2.3.1 Questionário de evocação livre de palavras

Segundo Veiga, Fernandes e Paiva (2011), a técnica das evocações auxilia na compreensão das projeções mentais de um determinado grupo social de maneira espontânea, a partir da possibilidade de revelar os conteúdos que possam estar implícitos ou mascarados nas produções discursivas.

Conforme Gaskel (2010), a associação livre é utilizada para compreender como as pessoas imaginam um determinado assunto. A técnica consiste em apresentar a pessoa entrevistada um termo indutor – que pode ser uma palavra, uma frase ou uma expressão – que tenha relação com o objeto que está sendo estudado. Ao mencionar o termo indutor, pede-se

que sejam mencionadas as primeiras palavras relacionadas ao termo que vier à cabeça. Isto possibilita o acesso aos conteúdos sem que haja uma filtragem prévia.

Para Abric (2001), o estilo mais espontâneo e, portanto, menos controlado, das projeções desse tipo de técnica permite o acesso mais fácil e rápido aos elementos semânticos de um termo ou mesmo de um objeto de estudo. Neste sentido, a associação livre permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que muitas vezes não são acessados em uma entrevista.

De acordo com Almeida (2005a), a Associação Livre pode ser utilizada nos estudos das representações sociais com o intuito de identificar os elementos centrais e periféricos da representação, possibilitando o conhecimento de sua estrutura. A hierarquização das palavras é realizada após a evocação, solicitando que os/as participantes enumerem as palavras por ordem de importância.

Para esta pesquisa, foram utilizados os seguintes termos indutores: homem sertanejo, mulher sertaneja e violência contra as mulheres (APÊNDICE B). O banco de dados foi construído com a digitação de todas as palavras ou expressões evocadas em planilhas de Excel. Foram construídas, inicialmente, três planilhas, uma para cada termo indutor. Após a análise geral, foram realizadas comparações entre as quatro áreas (excetuando-se a Rede de Justiça, devido ao pequeno número de participantes) que compõem a Rede de Enfrentamento, e entre gêneros.

Em seguida da construção das planilhas em Excel, realizou-se a construção dos quadros separadamente para obtenção dos dados classificados através da frequência e da ordem de evocações produzidas. Os quadros produzidos tiveram o objetivo de organizar os dados através da distribuição dos termos obtidos em um quadrante de quatro casas, considerando os critérios de frequência e ordem de evocação. Com o cruzamento dos critérios, foi possível definir a relevância dos elementos que se associam aos termos indutores.

2.3.2 Entrevista semiestruturada

Como método para investigar os conteúdos das representações sociais foi utilizado, primeiramente, a entrevista semiestruturada. O uso das entrevistas teve o intuito de evidenciar

os significados e valores dos/as participantes da pesquisa sobre o tema pesquisado (LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

A proposta de coletar dados mediante a utilização de uma entrevista semiestruturada é baseada no caráter interacional que a permeia. De acordo com Lüdke e André (2013, p. 33), “o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém, e que no fundo, é a verdadeira razão da entrevista”.

Para Silva e Ferreira (2012, p. 608), a entrevista é um recurso metodológico importante nas pesquisas das representações sociais por ser uma técnica que “possibilita a observação das pessoas em seus próprios territórios, bem como a interação com estas através de sua própria linguagem e em seus termos”. Para os autores, a conversação é o ponto central do universo consensual.

No que se referem às perguntas do roteiro de entrevista semiestruturado, levou-se em consideração os três níveis de representações, tais como: as imagens mentais, as representações referenciais e os sistemas de relações. Conforme Silva e Ferreira (2012), isso possibilita ao sujeito revelar os seus julgamentos de valores sobre o objeto estudado.

Conforme Flick (2009), a entrevista é uma relação interpessoal face a face, havendo uma delimitação dos papéis do/a entrevistador/a e do/a entrevistado/a. Na realização de uma pesquisa, as funções são pré-estabelecidas e o/a participante tem ciência disso. Assim, ao aceitar a participação, o/a entrevistado/a concorda com o papel de ser o sujeito que fala e o/a entrevistador aquele/a que escuta, e diversas vezes, anota ou grava as falas. Ainda de acordo com o autor, determinadas temáticas podem exigir mais habilidades do/a entrevistador/a, que poderá utilizar técnicas diferenciadas, no intuito de promover a fala do entrevistado/a, como por exemplo: ter uma postura atenta; utilizar respostas não-verbais que estimulam o/a entrevistado/a; fazer um bom uso do silêncio, da resposta-reflexo ou espelho; utilizar reformulações do conteúdo da resposta; solicitar algum esclarecimento; e repetir a pergunta.

Para Flick (2009), uma boa entrevista requer tempo para ser concretizada, principalmente se o roteiro for semiestruturado e a abordagem não-diretiva, variando também de acordo com os objetivos da pesquisa. O autor aponta a importância da realização de pré-teste, considerado como uma forma de treinamento para o/a entrevistador/a, e tem o intuito de avaliar a adequação e a compreensão das perguntas, além de verificar o tempo médio necessário para a realização da entrevista. As entrevistas pré-testes foram realizadas com dez profissionais em outubro de 2017, com a realização dos devidos ajustes necessários. A média duração das entrevistas foi de 33 minutos.

O roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDICE C) foi composto por questões amplas sobre violência contra as mulheres e as construções de gênero. A entrevista foi realizada individualmente, salvo exceções anteriormente comentadas, com um posicionamento não-diretivo da entrevistadora, ou seja, foram utilizadas técnicas para estimular a fala do/a entrevistado/a de forma livre, porém relacionada com as temáticas. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra pela pesquisadora. O período de coleta de dados foi de abril de 2018 a abril de 2019.

As categorias presentes nas dimensões representacionais foram previamente construídas e, posteriormente, foi realizada a escolha das falas dos/as participantes para representá-las, realizando-se a uma subcategorização.

2.3.3 Questionário Estruturado

A utilização do questionário após as entrevistas teve o objetivo de esclarecer algumas questões, bem como reforçar ou refutar algumas informações fornecidas pelos/as participantes. O questionário é um instrumento baseado numa sequência de questões que são dirigidas a uma pessoa, envolvendo suas opiniões, representações, crenças e informações, que segundo Breakwell et al. (2010), tem como principal vantagem sua aparente simplicidade, versatilidade, além de serem úteis para questionar um grande número de pessoas.

Conforme Almeida (2005a), para utilizar questionários, é necessário que as perguntas sejam definidas a partir da literatura existente sobre o objeto investigado, inclusive com a adequação aos objetivos da pesquisa. Assim, o questionário, bem como os outros instrumentos dessa pesquisa, foi testado num estudo piloto para ajustes.

O questionário utilizado nessa pesquisa foi constituído de dez perguntas fechadas, com a possibilidade de apresentação de justificativa para as respostas (APÊNDICE D). O questionário apresentou diferentes categorias, ajustando-se às questões presentes nas entrevistas: relações de gênero; compreensão da violência; e conhecimento da rede e das legislações. O questionário apresentava perguntas objetivas, e em seguida solicitava-se que os/as participantes justificassem sua escolha.

2.4 Procedimentos de análise dos dados

Para compreender e analisar os dados coletados e, conseqüentemente, responder aos objetivos da pesquisa, os dados foram primeiramente organizados segundo a Rede de trabalho dos sujeitos participantes, ou seja: Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Justiça e Informal. Em seguida, os discursos foram separados por categorias temáticas.

A organização dos dados a partir da categorização, conforme Gomes (2012, p. 70), “abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. [...] significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”.

No momento da análise dos dados buscou-se realizar articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, estabelecendo as devidas relações entre “o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (GOMES, 2012, p. 79). Assim, foram formuladas três categorias baseadas nas questões levantadas nas falas dos/as entrevistados/as, a saber: concepções de gênero e violência; conhecimento sobre a rede e as legislações; e práticas de atendimento às mulheres em situação de violência.

Para a análise das evocações livres de palavras, das entrevistas e do questionário estruturado foram consideradas como variáveis a Rede de atuação e o gênero.

2.4.1 Questionário de evocação livre de palavras

O material coletado através da técnica de evocação livre de palavras foi tratado a partir da construção do quadro de quatro casas, localizando as palavras mais frequentes a partir da ordem de evocação dos/as participantes. Com esse quadro, aponta-se para a estrutura da representação social, indicando seus elementos centrais e periféricos.

Paula (2012) apresenta algumas equações que auxiliam na construção do Quadro de Vergès. Essas equações foram utilizadas após o levantamento e o registro dos termos evocados pelos sujeitos. Assim, a Ordem Média das Evocações (OME) expressa a ordem em que os termos foram evocados após o termo indutor. Posteriormente, a OME é combinada com a frequência total (f) do termo, para a identificação do valor simbólico da representação.

Ainda de acordo com Paula (2012, p. 43), “quanto menor o valor de OME e maior o de f, mais importante é a contribuição do termo evocado para a Representação Social do grupo investigado”.

Segundo Paula (2012), o modelo do núcleo central apresenta a organização da representação social entre os elementos componentes dos sistemas central e periférico. Assim, os termos que possuem maior frequência e são mais prontamente evocados, provavelmente fazem parte do núcleo central e ficam posicionados no quadrante superior esquerdo. Os termos evocados com frequência baixa, mas expressados com prontidão, ficam dispostos no quadrante inferior esquerdo, e representam a zona de contraste. Já aqueles termos que apresentam baixa frequência concernem ao sistema periférico – se tiverem ordem de evocação baixa, ficam no quadrante superior direito, e se a ordem de evocação for alta, ficam no quadrante inferior direito.

2.4.2 Entrevista semiestruturada

A análise das entrevistas foi realizada de acordo com o método de caracterização e análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2016). A análise de conteúdo realizada considerou os objetivos propostos nesta pesquisa, com base na Teoria das Representações Sociais, e seguindo as etapas operacionais.

A técnica de análise de conteúdo permite visualizar os núcleos que organizam os discursos, assim como os conflitos e consensos que são estabelecidos pelos sujeitos pertencentes ao grupo pesquisado. A técnica também permite observar os dados a partir de uma visão ampliada, em que a partir da totalidade do material coletado torna-se possível realizar o levantamento das categorias.

Para Bardin (2016), a análise de conteúdo possui duas funções que são complementares. A primeira é a tentativa de exploração do material que permite a ampliação e a descoberta dos conteúdos aparentes. A segunda é a confirmação das hipóteses. A autora ressalta que a análise de conteúdo é realizada através da técnica de codificação, ou seja, há uma transformação dos dados brutos do texto (ou das falas).

A técnica consiste em realizar três escolhas: a realização de recortes, ou seja, a unidade de registro; as regras de contagem, isto é, a enumeração; e a classificação e

agregação, ou seja, as categorias. Isso permite atingir uma representação do conteúdo. A unidade de registro apresenta natureza e dimensões variáveis podendo ser o tema, uma palavra ou uma frase (BARDIN, 2016).

A técnica de análise de conteúdo possui cinco etapas. A primeira etapa consiste na constituição do *corpus*, que este é composto pela totalidade dos conteúdos que serão analisados. A segunda etapa é a realização de uma leitura fluente, ou seja, uma leitura inicial do material, com o objetivo de aproximar o/a pesquisador/a com os dados coletados, emergindo as primeiras impressões e orientações (BARDIN, 2016).

A terceira etapa é a codificação. Após a leitura flutuante do *corpus*, é realizada uma transformação dos dados brutos, agregando-os em unidades que permitem uma descrição das características do conteúdo. Na etapa seguinte é realizada a categorização, isto porque após a decomposição do *corpus*, é necessário agrupar o material a partir da classificação em categorias emergentes. Por fim, é realizada a etapa das inferências, em que são feitas as induções a partir das categorias. Com isso, é possível inferir os conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens (BARDIN, 2016).

Seguindo as etapas propostas por Bardin (2016), após as transcrições das entrevistas foram realizadas leituras do material, com o objetivo de familiarização do conteúdo e da estrutura, o que permitiu visualizar as orientações para a interpretação dos dados. Consequente às releituras, teve-se início à categorização dos dados. Foram elencadas três categorias temáticas para análise dos dados coletados. A seguir apresenta-se cada uma delas e suas subcategorias.

2.4.2.1 Concepções de gênero e violência

O uso da categoria “gênero” possibilita algumas reflexões sobre a construção das representações de homens e mulheres na sociedade, sem referir-se à questão estritamente biológica. Neste sentido, utiliza-se o termo gênero enfatizando a sua base relacional, destacando sua dinâmica nas relações sociais a partir de diferentes contextos históricos e sociais.

Segundo Minayo (2005), a noção do masculino ligada diretamente à questão da sexualidade, tendo em contrapartida o feminino como seu objeto, foi perpetuada durante

muito tempo na sociedade. Consequentemente, os padrões de masculinidade que predominam referem-se à agressividade, ao descontrole sexual, ao controle da família. Estes comportamentos estão diretamente associados ao homem do Sertão, geralmente presente nos discursos como um homem forte, valente e destemido, vinculado ainda a uma sociedade de base patriarcal.

É possível fazer uma relação entre o olhar hegemônico sobre as relações de gêneros, baseadas numa dominação masculina contra uma subordinação feminina, com a violência. Esta violência seria uma das consequências de uma sociedade que perpetua o lugar do homem como o lugar da ação, da decisão e naturaliza-o como agente do poder da violência.

Assim, é imprescindível analisar as concepções de gênero e violência dos/as profissionais, identificando se eles/as compreendem as questões das desigualdades socioculturais entre os gêneros e os elementos que compõem o fenômeno da violência contra as mulheres, bem como se reconhecem os diferentes tipos de violência.

Nessa categoria temática, foram destacadas sete unidades de significação: representações de gênero na atualidade; representações de gênero no Sertão; dominação masculina; conceito de violência contra as mulheres; taxionomia da violência; motivos para acontecer a violência contra as mulheres; e motivos para permanecer no ciclo da violência.

2.4.2.2 Conhecimento sobre a rede e as legislações

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher abrange diversas ações e serviços, de diferentes áreas, sobretudo da Assistência Social, Saúde, Segurança Pública e Justiça. Esses setores tem o objetivo de ampliar e melhorar a qualidade do atendimento, principalmente na identificação e no encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência. Conhecer a Rede do município no qual atua, assegura a integralidade e a resolutividade dos casos.

Assim, é fundamental identificar se os/as profissionais têm informações sobre os serviços disponíveis, quais devem ser acionados e em quais situações. Também é importante verificar se há uma interlocução entre os pontos da Rede. Outra questão que se mostrou relevante refere-se ao conhecimento das legislações, posto que um/a profissional da Rede não

deve perpetuar a informação errada de que a Lei Maria da Penha também pode ser utilizada nos casos em que os homens sofram violência da mulher, por exemplo.

Nessa categoria temática foram evidenciadas três unidades de significação: rede de serviços existentes; fragilidades da rede; e conhecimento das legislações.

2.4.2.3 Práticas de atendimento às mulheres em situação de violência

A partir do entendimento que as situações de violações de direitos, principalmente violências, são complexas e demandam abordagens de atenção integral e responsabilidade social, faz-se necessário identificar as práticas de atendimento, levando em consideração as especificidades das diferentes áreas de composição da Rede.

O atendimento às mulheres em situação de violência vai depender das habilidades e dos conhecimentos específicos, apresentados nas duas categorias anteriores. O atendimento deve ser articulado e integrado em Rede, e os encaminhamentos necessários para um atendimento de qualidade só poderão ser realizados a partir do reconhecimento dos serviços. Em consequência, os atendimentos integrais devem evitar a revitimização das pessoas em situação de violência. Diante disso, os/as profissionais precisam refletir sobre suas práticas e sobre as possibilidades de atuação, nos diversos contextos e redes.

Nessa categoria temática foram elencadas cinco unidades de significação: identificação da violência; discriminação e pré-julgamentos; dificuldades no atendimento; sentimentos em relação ao fenômeno da violência; e ações realizadas.

2.4.3 Questionário Estruturado

Os dados do questionário também foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Escolheu-se utilizar a análise temática, a partir de categorias *a priori*, com o intuito de corroborar ou refutar os resultados obtidos nas entrevistas.

2.5 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o registro do CAAE nº 83078117.6.0000.5282. A pesquisa foi construída e realizada respeitando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 (BRASIL, 2012) e a Resolução nº 510 (BRASIL, 2016a).

Antes de iniciar a coleta de dados, foi solicitada a permissão da direção e/ou dos/as secretários/as para a realização da pesquisa, através da assinatura do Termo de Autorização Institucional (TAI). A coordenação/direção ou secretaria ficou com uma cópia do TAI (APÊNDICE E) e a pesquisadora com outra.

Para a realização da coleta de dados, todos/as os/as participantes, inclusive dos pré-testes, foram informados/as sobre a condição voluntária da participação, sendo solicitada a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento foi assinado em duas vidas, uma pelos sujeitos e outra pela pesquisadora. Cada participante, bem como a pesquisadora, ficou de posse de uma cópia do TCLE (APÊNDICE F). De forma geral, as pesquisas foram gravadas em áudio. Apenas alguns/mas participantes recusaram a gravação, o que impossibilitou a realização de entrevistas em profundidade.

Além disso, todas as instituições participantes receberão o resultado da pesquisa, seja através de palestras ou de um relatório, conforme será decidido posteriormente pelas mesmas.

A partir do caminho metodológico aqui apresentado, esta pesquisa evidenciou as questões vinculadas aos objetivos, ou seja, inicialmente conhecer as representações da mulher e do homem do Sertão, para posteriormente conhecer as representações sociais da violência contra as mulheres. Reitera-se que também foram realizadas análises comparativas entre as diversas Redes e os gêneros dos/as participantes.

Dessa forma, no capítulo a seguir serão apresentadas as análises das evocações livres dos termos indutores “mulher sertaneja” e “homem sertanejo”. Apresentam-se também trechos das entrevistas realizadas com intuito de corroborar ou refutar os dados encontrados nas análises das evocações.

3 O PENSAMENTO SOCIAL SOBRE O SERTÃO E AS/OS SERTANEJAS/OS

Eu sou nordestino
e o nordestino acho que é muito mais marcado pela paisagem
e pela paisagem humana onde ele vive [...].
A miséria dá nos olhos,
e eu tenho a impressão que
nenhum nordestino é indiferente ao meio
em que ele vive ou em que ele se criou.
*João Cabral de Melo Neto*³⁰

Para compreendermos o pensamento social sobre os atores elencados neste estudo, acredita-se ser essencial, anteriormente, traçar o perfil do Sertão, através de dados históricos, geográficos, populacionais e sociais. Em seguida, o capítulo apresenta as construções históricas sobre as/os sertanejas/os, refletindo as construções do imaginário, da identidade e da memória dessa população. Por fim, apresenta-se a análise dos dados da pesquisa realizada com as/os profissionais da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres acerca da representação social da mulher e do homem do Sertão.

3.1 “Sertão! É dentro da gente”³¹: O que é e onde é o Sertão?

Inicia-se esse estudo com problematizações acerca da região denominada Sertão. A primeira problemática refere-se à utilização da expressão “Sertão”, que atualmente é usada para nomear, mais especificamente, as regiões do interior dos estados nordestinos. Ressalta-se, no entanto, que a palavra “Sertão” também foi usada para outras regiões, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, como o Vale do Paraíba em São Paulo, e a Zona da Mata e o Vale do Rio Doce em Minas Gerais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Nesse estudo, utiliza-se a palavra “Sertão” designando especificamente o interior do Nordeste.

³⁰ Entrevista concedida à TV Cultura, em 1994. Trecho disponível em: https://tvcultura.com.br/videos/28492_entrelinhas-joao-cabral-de-melo-neto.html. Acesso em: 07 mar. 2021.

³¹ ROSA, 2006, p. 213.

Há algum tempo a expressão “Sertão” aparece nas representações do Brasil. Nos mapas do território colonial já havia este designativo. Segundo Amado (1995), a categoria “Sertão” está presente desde o século XVI, nos relatos dos viajantes europeus que visitaram e descreveram o país.

Desde a Carta de Caminha, há um espaço mostrado e outro assinalado como desconhecido e antagônico à costa, ou seja, o interior, um espaço geográfico dentro do território, oposto à faixa litorânea (AMADO; FIGUEIREDO, 2001). Mesmo assim, é apenas a partir da virada do século XIX para o XX que o Sertão assume uma centralidade na própria explicação do Brasil: “O que significava ‘sertões’ no final do século passado [XIX]? Na linguagem corrente, a melhor definição era interior, o que equivalia a um imenso território pouco explorado situado costa adentro” (ABREU, 1998a, p. 165).

Segundo Abreu (1998b), o Rio São Francisco teve um papel importante na consolidação do projeto colonial e na formação do povo brasileiro, pois foi considerado o rio de unidade nacional e um símbolo regional. O autor ressalta que todas as terras desbravadas a partir de São Paulo de Piratininga e das vilas costeiras no segundo século do Brasil Colônia eram consideradas como Sertão. Assim, durante muito tempo, o Sertão esteve em toda parte, sendo tudo aquilo que não estava na orla marítima. Posteriormente, ao ser associado à questão climática, o Sertão brasileiro foi sendo reduzido ao Sertão nordestino, não sendo mais registradas referências ao Sertão do Mato Grosso ou do Araguaia, por exemplo. Apenas ao de Minas Gerais, em situações muito específicas.

Conforme problematiza Oliveira Neto (2014, p. 112-113), “O Sertão, que antes esteve em todo o Brasil não litorâneo, onde fica? É possível estar em alguma parte? São idênticos sertanejos e nordestinos?”. Deste modo, verifica-se uma tendência de naturalizar a expressão “Sertão”, remetendo-a a um espaço físico delimitado. Lima (1999) pontua que delimitar o “Sertão” é não levar em consideração a gênese e a alta carga de valores simbólicos associados ao termo, já que a ideia inicial foi fundada em questões sociopolíticas.

Para Moraes (2003), Sertão é um designativo que ainda não tem definição precisa, sendo polissêmico, com variações de acordo com a representação que se faz de um lugar. O autor aponta que essa diversidade de significados, que ele chama de “imaginário do sertão”, apesar de vago, têm algumas características gerais:

- a) O uso do imaginário supõe uma predisposição de transformação desse espaço, através de uma ocupação e da exploração;

- b) A denominação é geralmente atribuída a áreas de “soberania incerta”, ou seja, uma área de expansão;
- c) O Sertão só se define pelo seu contrário, remetendo à ausência daquilo que está presente em outro lugar;
- d) O Sertão também é qualificativo do “exótico”, é a morada do “diferente”, do “outro”.

Importante frisar que utilizar a palavra “Sertão” para designar um local não é uma ação ingênua. Neste sentido, há uma prerrogativa do próprio termo que pressupõe um projeto de dominação simbólica. Assim, Sertão é um designativo político. A dominação simbólica remete à ideia da necessidade de conhecer e desvendar o local para então transformá-lo – ou, como se costuma dizer, modernizá-lo, desenvolvê-lo. Nas palavras de Moraes (2003, p. 2):

O sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais [...]. Assim, do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação roseana de que “*o sertão está em toda parte*” [grifos do autor].

De fato, segundo Lima (1999), vários autores/as apontam para a polissemia do termo Sertão, e também ressaltam a sua importância no processo de construção da identidade nacional. Sua abrangência espacial e seus sentidos foram sendo gradativamente redefinidos, até chegarmos ao conhecimento atual de Sertão como uma das áreas nas quais se subdivide o Nordeste brasileiro. Porém, a força do termo foi tão grande que o senso comum e o imaginário social passaram a utilizar o “Sertão” e o “Nordeste” praticamente como sinônimos. Por isso, Amado (1995, p. 145) ressalta que Sertão, “entre os nordestinos, é algo tão crucial, tão preñado de significados, que sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais”.

Corroborando a ideia de Amado e Figueiredo (2001), Cascudo (2012) também aponta a compreensão do termo Sertão como sinônimo de interior. O autor ressalta que as tentativas para caracterizar o espaço foram mais convencionais do que reais. Neste sentido, para Albuquerque Jr. (2009, p. 27), os territórios de existência são imagéticos, pois “nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas”. Portanto, a existência do Sertão não é necessariamente real, mas criada, onde as pessoas se identificam com o lugar e com figuras do passado, que são reelaboradas constantemente.

Ainda segundo Albuquerque Jr. (2009), a noção da região Nordeste foi sendo construída aos poucos, a partir de discursos jornalísticos, artísticos, científicos e literários. Esta ideia foi reforçada principalmente a partir da obra de Euclides da Cunha e dos textos regionalistas das décadas de 1920 e 1930, com autores como Gilberto Freyre e Graciliano Ramos. Assim, o Nordeste seria:

uma criação imaginético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatório, que impõe ao ver e ao falar de certos limites. Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagonicas, elas lidaram com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 217).

Conforme Castoriadis (2010, p. 13), o imaginário antecede a própria concepção do que entendemos como realidade, sendo esta um produto daquele: “O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/ formas/ imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’”.

Geograficamente, o Sertão nordestino é caracterizado pela presença do clima semiárido, da vegetação de caatinga, irregularidades nas distribuições de chuvas, solos secos e temperaturas elevadas. A nova delimitação do semiárido alcança 1.262 municípios, ou seja, quase 12% do território nacional, de acordo com as Resoluções do Conselho Deliberativo da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de 2017.

A Resolução nº 107/2017, do Ministério da Integração Nacional, apresenta como critérios para municípios pertencentes ao semiárido: o volume de precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; índice anual de aridez de até 0,5; e o risco de seca superior a 60%, ou seja, 60% dos dias de um ano sem precipitação (BRASIL, 2017a).

Figura 4 – Mapa de Delimitação do Semiárido

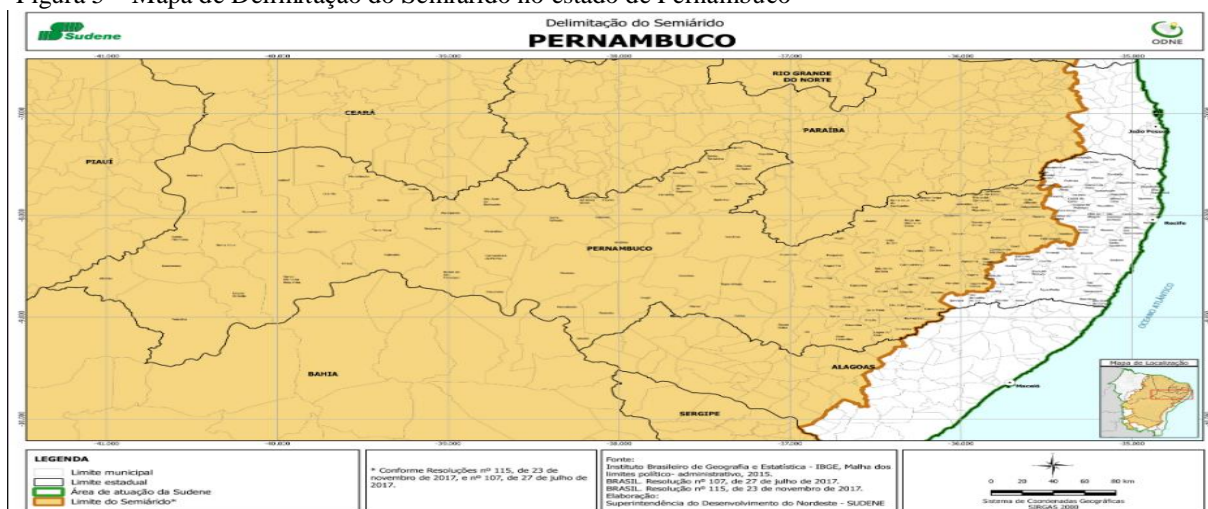


Fonte: BRASIL, 2017b.

Assim, o semiárido está presente em todos os estados do Nordeste³², e abrange também o estado de Minas Gerais, no Sudeste, compreendendo uma área de 1.128.697 km² e uma população de 27.870.241 habitantes (BRASIL, 2017b), conforme representado na Figura 4.

Em Pernambuco, o semiárido está presente em 123 municípios, compreendendo uma área de 86.341 km² e uma população estimada em 3.993.976 pessoas, com a predominância do bioma da caatinga (BRASIL, 2017b). A temperatura no semiárido varia entre 23°C e 27°C, com solo rochoso, arenoso e raso, propenso à desertificação. O mapa do semiárido em Pernambuco está apresentado na Figura 5.

Figura 5 – Mapa de Delimitação do Semiárido no estado de Pernambuco



Fonte: BRASIL, 2017a. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Segundo Ab'Sáber (2003), os termos “Sertão nordestino” e “Semiárido brasileiro” são utilizados para designar o espaço das caatingas ou o Nordeste seco, ressaltando, no entanto, que historicamente o termo Sertão foi saturado pela noção de espaço dominado pela natureza. Para o geógrafo, as características principais da região são o clima semiárido muito quente e sazonalmente seco, que produz consequências na paisagem natural, bem como nas questões socioeconômicas da população local.

Grande parte da região sertaneja do estado de Pernambuco tem como principal atividade econômica a agricultura de subsistência, ou seja, aquela que tem o objetivo de atender as necessidades de sobrevivência da família. Há, também, a agricultura familiar que,

³² A resolução anterior excluía o estado do Maranhão. Em 2017, dois municípios foram incluídos: Araisos e Timon. Além disso, foram acrescentados municípios do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais (BRASIL, 2017b).

além de servir para a sobrevivência da família, visa à comercialização dos produtos excedentes, com predominância da agricultura de sequeiro, isto é, aquela que não utiliza tecnologia de irrigação.

Já o polo gesseiro do Araripe, localizado no Sertão do Araripe de Pernambuco, gera aproximadamente 13,9 mil empregos diretos e 69 mil indiretos, resultantes da atuação de 42 minas de gipsita, 174 indústrias de calcinação e cerca de 750 indústrias de pré-moldados, que geram um faturamento anual na ordem de R\$ 1,4 bilhões/ano. O polo é responsável por quase 97% do gesso consumido no Brasil (INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO, 2014). A criação de caprinos e ovinos, e a apicultura são outras atividades econômicas importantes, bem como a vitivinicultura³³, principalmente na região do Sertão do São Francisco, além dos festejos religiosos.

Conforme Ferraz (2006), o primeiro registro do povoamento do Sertão de Pernambuco foi realizado por Diogo de Castro, em 1578, que adentrou o Sertão pelas terras das margens do Rio São Francisco, através das expedições promovidas pela doação de terras de sesmarias³⁴. Ainda segundo a autora, no início da colonização, as leis incentivavam a ocupação das terras, sendo que estas deveriam ser ocupadas num prazo de cinco anos. No entanto, com o passar dos anos, houve uma mudança na legislação, de forma que caso as terras não fossem ocupadas e usadas para produção econômica, poderiam ser consideradas terras devoluta, ou seja, devolvidas para o Estado.

Ferraz (2006) ressalta que a ocupação do Sertão foi realizada também a partir de expedições de exploração, com o intuito de aumentar a posse de terras, e que foram travadas guerras contra a população nativa da época. Para a autora, houve uma aliança entre grupos sociais que apontava para a tolerância do extermínio indígena, ou que no mínimo permitiam o afastamento forçado da população de suas terras.

Para Ferraz (2006), a região do Sertão nordestino começou a ter mais relevância após o surgimento do Estado-nação Brasil, em 1889. Foi nesse momento que as ocupações dos territórios se tornaram mais violentas, a partir da chegada de outros atores sociais na região. Essas conquistas territoriais foram retratadas em obras literárias e documentos da época, como no livro de Cunha (2016). É possível verificar que a guerra em Canudos refletia os vários

³³ Atividade que envolve o cultivo das uvas e fabricação de vinhos. Em Pernambuco, essa atividade acontece principalmente no Sertão do São Francisco, em cidades como Petrolina e Lagoa Grande.

³⁴ As Cartas de Sesmarias eram títulos de propriedade particular de terra. O império português fazia as doações, exigindo em contrapartida o cumprimento de algumas normas, como medir, demarcar e cultivar as terras.

conflitos da época, quando o poder territorial foi consolidado através do surgimento do Estado, a partir de um conjunto de leis, com o objetivo de organizar a ordem social.

Segundo Oliveira Neto (2014), o semiárido, que tem sua maior parte no interior do Nordeste, é acompanhado por dois fatos importantes. Primeiro, a referência ao interior de todo o país como Sertão é substituída por uma parte da região, ou seja, o restante do Brasil deixa de “ser” Sertão. Em consequência, o que se entende por Sertão passa a ser apenas o semiárido nordestino. Ainda segundo o autor, esse deslocamento também é realizado com a utilização de termos depreciativos da “sertanidade” para a semiaridez.

O segundo fato é a ideia do sertão como uma região não desenvolvida. Conforme Amado (1995), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define o Sertão como uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras (agreste e zona da mata). Seja pela influência do clima como pela influência da raça, há uma ideia amplamente divulgada de que a região seria povoada por uma “sub-raça”, enfatizando a superioridade do Sul em relação ao Norte³⁵.

Seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país [...]. A certeza de que o rápido desenvolvimento do Sul, notadamente São Paulo, se explicava por sua superioridade de [...] ser um Estado de clima temperado e raça branca, levava a que não se tivesse dúvidas do destino desta área, “puxar o trem descarrilhado de uma nação tropical e mestiça”. O Norte ficaria “naturalmente” para trás (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 67).

Não se pode negar que, nesses lugares considerados pertencentes ao Sertão estão concentradas algumas das cidades com maiores índices de desigualdades sociais do país, além de baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1990, apontava que dos 32 milhões de indigentes no país, 55% estavam no Nordeste. Mais de 10 milhões viviam na zona rural, e destes, 63% eram do Nordeste (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 1993).

Dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgados pelo IBGE, indicam que o maior índice de pobreza continua na região Nordeste do país, onde quase metade da população está na linha de pobreza, com renda familiar per capita de ½ salário mínimo, o equivalente a R\$ 499,00. A região também possui 56,8% das pessoas consideradas

³⁵ Utiliza-se a palavra Norte como no original. Durante muito tempo, e talvez ainda hoje aconteça, o Norte e o Nordeste são chamados de “Norte”. Como dizia Patativa do Assaré, é o “Brasil de baixo” em oposição ao “Brasil de cima”. Disponível em: http://fazendoalarido.blogspot.com/2012/11/brasi-de-cima-e-brasi-baxo_8296.html. Acesso em: 25 fev. 2019.

extremamente pobres³⁶, embora tenha 27,2% do total populacional do país. A pesquisa ainda aponta que a pobreza tem maior incidência nas residências do interior do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Este dado está em consonância com a realidade mundial, em que 80% da pobreza se concentram em zonas rurais.

Ainda segundo a pesquisa SIS, houve uma pequena diminuição da taxa nacional de subutilização da força de trabalho entre 2018 e 2019, passando de 24,6% para 24,2%. No entanto, a taxa na região Nordeste se manteve em 36%. A região concentra as sete maiores taxas de subutilização em 2019 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), ou seja, os sete municípios brasileiros com maiores taxas de subutilização da forma de trabalho estão no Nordeste.

Realizando um recorte de gênero, é importante atentar-se ao fato que os motivos para não procurarem trabalho são diferentes. Para homens, o principal motivo é não haver trabalho formal na localidade. Embora essa também seja uma razão para as mulheres, ainda há situações de cuidado com tarefas domésticas, filhos/as e outros/as parentes. Por conseguinte, as principais razões para os/as jovens pararem de estudar, ou de nunca terem estudado, é precisar trabalhar, resposta mais recorrente para homens do que para mulheres; já as mulheres interrompem os estudos por causa da gravidez, para cuidar de crianças, idosos/as ou pessoas com deficiência 13 vezes mais do que os homens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Em relação ao índice de Gini³⁷ do rendimento domiciliar per capita nacional, houve um aumento entre 2015 e 2019, passando de 0,524 para 0,543. A região Nordeste apresentou um Gini de 0,559 em 2019, exibindo um crescimento de 2,5% em relação ao ano de 2015. Destacaram-se como municípios mais economicamente desiguais: Recife (0,612), João Pessoa (0,591) e Aracaju (0,581). Consequentemente, a região foi a que menos evoluiu na distribuição de rendimentos para os mais pobres, com uma redução de 28,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

O rendimento médio domiciliar per capita, em 2019, na região Nordeste foi de R\$ 884,00, um aumento de 10,6% em relação ao ano de 2012. No entanto, mesmo com esse aumento, a região continua como a mais desigual do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE

³⁶ São consideradas extremamente pobres as pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$1,90. O percentual dessa população foi 6,5%, afetando mais da metade dos/as nordestinos/as e 39,8% das mulheres pretas ou pardas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

³⁷ O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, variando numericamente de zero a um. Assim, quanto mais perto de zero, mais há uma situação de igualdade.

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Na região do Sertão, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁸ é considerado baixo, principalmente devido ao alto índice de analfabetismo e à baixa circulação de capital. No Sertão, encontra-se a maioria dos/as pequenos/as agricultores/as, tanto da agricultura familiar quanto da produção de subsistência, predominando a produção de sequeiro.

Na população de 25 anos ou mais de idade da região Nordeste, 49,1% não tinha instrução ou possuíam fundamental incompleto. Em consequência, apenas 12,2% tinham superior completo. Em todos os estados da região, mais de ¼ dos/as jovens entre 15 e 29 anos não estudavam e não estavam ocupados/as. Enquanto a média nacional de jovens ocupados/as foi de 49,8%, na região Nordeste foi de 40,5%. A média nacional de anos de estudo da população entre 18 e 29 anos residente em domicílios urbanos foi de 11,8. Nas regiões Norte e Nordeste, a média foi de 10,9 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

De acordo com os dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a região apresenta os seguintes indicadores socioeconômicos: é uma região predominantemente rural e desértica; o Índice de Gini é maior do que 0,60 para quase 1/3 dos municípios; o IDH varia de muito baixo a baixo para mais de 60% dos municípios, com o IDHM³⁹ abaixo da média do Brasil; 50% da população não possui renda monetária ou possui como única fonte de rendimento os benefícios governamentais; as mulheres representam 60% da parcela que depende dos benefícios do governo; quase 1/3 da população tem até um salário mínimo mensal, ou seja, mais de cinco milhões de pessoas; 5,5% possui renda entre dois a cinco salários mínimos; e apenas 0,15% tem renda acima de 30 salários mínimos (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013).

Apesar de os dados apresentados anteriormente corroborarem a ideia de que no Sertão se encontram algumas das cidades com maiores índices de desigualdades sociais do país, deve-se questionar a equação em que Sertão seja igual à pobreza, como se em outras partes do nosso país isso não existisse, ou que não haja nada lá além da seca. A partir dessa

³⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH brasileiro, segundo o ranking apresentado pela ONU em 2018, é de 0,759, estando na 79ª posição entre 189 países, resultado classificado como alto desenvolvimento humano.

³⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) analisa também três dimensões: expectativa de vida, educação e renda, assim como o IDH global. Segundo o IDHM, os 100 municípios com melhor qualidade de vida encontram-se principalmente na região Sudeste e na região Sul do país.

compreensão, a ideia de Dumont (1997) sobre as sociedades tradicionais e a sociedade moderna torna-se útil para o entendimento da construção imaginária do Sertão.

Para Dumont (1997), nas sociedades tradicionais há ênfase na sociedade como um conjunto, como Homem coletivo; já na sociedade moderna, o ser humano é o homem elementar. Assim, as sociedades tradicionais valorizam a ordem, a hierarquia, enquanto a moderna valoriza o ser humano individual, sendo este igual a qualquer outro e livre. Na divisão proposta por Dumont há, portanto, dois tipos de sociedade: uma orientada pelos valores do “holismo” que é baseada na hierarquia; e outra baseada na igualdade, o “individualismo”. Para ele, a nossa sociedade moderna seria individualista.

Dumont (2000), porém, chama a atenção ao fato de que nem todas as sociedades holistas acentuam a hierarquia no mesmo grau, nem as sociedades individualistas, a igualdade. Para Dumont (1997), a noção de valor é o operador da diferença no interior de uma relação hierárquica, ou seja, é o vetor que permite a um determinado termo ser a expressão do sentido da totalidade e, ao mesmo tempo, daquilo que torna um diferente do outro.

Segundo Dumont (1997), a sociedade moderna é individualista e a noção de indivíduo predominante nesta é a de ser moral. Esta configuração não foi fruto do acaso, e sim de um longo processo de desenvolvimento no qual a visão holística, que marcava a sociedade medieval perdeu respaldo para o individualismo, estigma da sociedade atual. Dessa forma, ao comparar a sociedade moderna com as sociedades tradicionais – mais precisamente a indiana –, Dumont aponta que o advento do individualismo distingue a cultura da primeira em relação às outras. Sendo fruto de um longo processo, cujo resultado foi a mudança na concepção do indivíduo, que antes se estabelecia fora, e hoje é dentro do próprio mundo.

Dessa forma, pensar a oposição entre o “Brasil de cima” (o Norte) versus o “Brasil de baixo” (o Sul), é atribuir valores diferentes a cada região. Como pontua Dumont (1997, p. 66), “adotar um valor é hierarquizar, e um certo consenso sobre os valores, uma certa hierarquia das ideias, das coisas e das pessoas é indispensável à vida social”. Em decorrência da imputação diferenciada de valor às entidades sociais, ocorre que os lugares e os sujeitos são postulados como diferentes, complementares e logicamente hierarquizados.

Porém, é importante atentar-se ao fato de que o ideal igualitário é artificial, e mesmo nas sociedades modernas, há hierarquias, sendo uma necessidade lógica do ordenamento social. O universo simbólico, matriz da ordenação, estrutura-se e se move a partir de oposições. Tal raciocínio também acompanha a lógica existente nas relações entre homens e

mulheres. Afinal, em um sistema social moldado pelo paradigma individualista, é possível dizer que a hierarquia apresenta-se como o caráter subordinado dessa totalidade.

Assim, o imaginário do Sertão nordestino foi construído baseado principalmente nos baixos índices econômicos e sociais da região. Os principais signos desse imaginário estão relacionados ao fenômeno das secas, importante característica natural do clima semiárido. Assim, o Sertão nordestino é apresentado historicamente a partir de uma conscientização coletiva das dificuldades, compreendidas como inerentes ao meio, por causa do clima local. (CASTRO, 1992).

Para Castro (1992), o imaginário da seca nordestina como uma tragédia social e econômica, é um recurso ideológico utilizado por grupos sociais dominantes. Para a autora, devido às características físicas do Brasil, que possui grande extensão territorial, as diferenças podem ser disfarçadas ou confundidas, e podem induzir diferentes interpretações das relações de causa e efeito existentes na natureza. Ou seja, as diferenças sociais e econômicas também devem ser refletidas a partir de um olhar político, pois o território nacional é organizado e construído política e historicamente. Nesta lógica, a autora ressalta que as diferenças espaciais devem ser abordadas como fruto de decisões políticas.

Conforme aponta Andrade (1999), o primeiro registro sobre a seca no Nordeste brasileiro foi em 1625, a partir do relato do padre Fernão Cadim. O religioso escreveu sobre o período de 1580 a 1583. Ainda segundo Andrade (1999), desde o Império começou-se a pensar sobre as intervenções públicas para combater o fenômeno. O problema da seca foi querer acabar com ela, o que de acordo com o autor é impossível, já que os períodos de longa estiagem são característicos da região.

Segundo Ribeiro (1999), o Nordeste é tido como uma região problema, uma vez que a ela estão associados os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país. O autor aponta que o Nordeste possui características naturais muito diferentes do restante do Brasil e, assim, o fenômeno da seca, muitas vezes rigorosa, e suas consequências, terminam representando o elemento principal do imaginário regional. Esta associação direta entre clima e pobreza naturaliza um problema que é, antes de tudo, de ordem social. Ainda segundo o autor, a descrição da seca realizada por alguns/mas autores/as, com ares de tragédia, proporcionou justificativa para aqueles/as que acusaram a seca como principal responsável pelos problemas da região.

O imaginário trágico que é forjado, ligado à ideia de inexorabilidade do meio é tão forte que torna fácil sua transformação para uma associação entre o atraso da região e seu meio físico. Esse discurso toma forma no início do século XX e o reforço de

uma imagem trágica que o acompanha de tal maneira toma espaço, que exaure a visão anterior das possibilidades da dureza do clima como condicionante do progresso através dos desafios que são colocados à sociedade para sua superação. Esta perspectiva acaba sendo superada, no início deste século, por outra que ressalta a submissão e impotência do Homem diante da inclemência das secas (RIBEIRO, 1999, p. 83).

Parece-nos, portanto, que há uma relação entre a seca e o atraso regional no imaginário de alguns/mas autores/as que produziram reflexões sobre o clima semiárido, que parece continuar existindo no senso comum até os dias de hoje. Interessante notar que apesar de o Sertão muitas vezes ser compreendido como sinônimo de seca, outras áreas do país vêm sofrendo com secas periódicas semelhantes às do semiárido nordestino.

Para Mendonça (2000), há uma política da seca, com base em estruturas políticas de combate à seca que posteriormente começou a ser conhecida como a “Indústria da seca”. Esse termo refere-se à política regional que ao mesmo tempo em que mobiliza recursos no combate à seca, também fomenta a existência de grandes indústrias agropecuárias no Sertão. Assim, pode-se perceber que o período de estiagem no Sertão permanece como um fator de disputas de poder.

Para Brandão (2008), são muitos os Sertões, e a partir dos diversos aspectos do processo de formação histórica do interior do Nordeste, a produção do conhecimento sobre as questões sociais não deve ter como referência apenas os aspectos gerais, e sim levar em conta tudo que há de específico em cada localidade do Sertão.

O historiador Albuquerque Jr. (2009), conforme já mencionado anteriormente, sugere que o Sul seria eleito naturalmente o fundamento da nação, explicando que tal situação se deve ao fato de que, tanto o Sul quanto o Norte, de formas diferentes, afirmavam o Norte enquanto espaço associado ao rural. O Sul representava de forma pejorativa, associando o lugar com o atraso, a violência e a miséria. Já o Norte tinha o rural como representação da brasilidade mais pura, distante das influências estrangeiras, lugar do homem forte do Sertão, mas também como lugar de seca, sendo este um dos fortes elementos de constituição da região.

Para Albuquerque Jr. (2009), o Nordeste⁴⁰ foi construído a partir de uma totalidade político-cultural como uma resposta à percepção de perda de espaços econômicos e políticos, tanto dos produtores de açúcar e algodão, quanto dos comerciantes e intelectuais ligados aos primeiros. Assim, para o autor, o termo Nordeste começa a ser utilizado para indicar a área de

⁴⁰ O historiador analisou várias reportagens do jornal O Estado de São Paulo, e citou que num texto publicado em 1920 o estado da Bahia é considerado como pertencente ao Sul do Brasil.

atuação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909. O IOCS foi resultado de uma articulação política, envolvendo dirigentes dos estados do Nordeste, além de intelectuais que acreditavam que o atraso dos Sertões dificultava a consolidação do projeto de uma nação moderna. No entanto, para Albuquerque Jr. (2009), o órgão abriu espaço no aparelho de Estado para a atuação dos grupos dominantes da região.

Maia (2008) defende a tese que a partir do século XIX consagra-se uma ambiguidade no tratamento da terra no pensamento social brasileiro: por um lado há uma desqualificação do Sertão como atraso, e de outro como autêntico. Isso, muitas vezes, aparece num mesmo discurso, reafirmando a imprecisão do termo. Esse dualismo atraso *versus* modernidade está na base da representação da região em produções literárias, cinematográficas e científicas.

Para Abreu (1998a), até meados do século XIX, existiam duas tradições de narrativas sobre os Sertões: uma a partir dos relatos das expedições de cunho científico, e outra atrelada à literatura de ficção. Apontam-se aqui duas obras clássicas da literatura brasileira que apresentam essa perspectiva: “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa. Além disso, como contraponto, apresenta-se a obra “Romance d’A pedra do reino”, de Ariano Suassuna.

A famosa obra de Euclides da Cunha (2016), publicada originalmente em 1902, traz um discurso ambíguo, pois produz uma estereotipia negativa quando inferioriza o Sertão/Nordeste, mas apresenta uma estereotipia positiva ao enaltecer seu povo a partir de uma determinada característica. Para o autor, a resistência dos/as sertanejos/as se originava na sua vivência fundada numa situação física (clima, topografia) e social (miséria, fome, solidão), atravessada por uma violência excessiva.

Importante ressaltar que, embora justificasse os comportamentos dos/as sertanejos/as por causa da raça e do clima, Cunha também realizava uma explicação a partir de uma biologização do social. Com base nas ideias sobre a evolução orgânica de Spencer, Cunha demarcou as dificuldades do progresso da sociedade brasileira em razão do cruzamento das raças, da mestiçagem, da inferioridade, da colonização, ideia já preconizada por Nina Rodrigues no século XIX.

Para Nina Rodrigues havia um risco de esfacelamento da nacionalidade, pois no Sul estava presente uma civilização branca e moderna, portanto considerada superior; enquanto que no Norte havia uma predominância mestiça e negra que impediria o desenvolvimento do país. Para Freyre (1966), foi essa concepção preconceituosa de Cunha contra os/as mulatos/as que serviu de base para o arianismo de Oliveira Viana e de outros intérpretes do Brasil.

Para Oliveira Vianna (1982) o Sul, principalmente São Paulo, era o local de uma aristocracia moral e psicologicamente superior, de forma que restava ao Norte subordinar-se às influências modernizadoras do Sul. O autor discute a formação e a organização da sociedade brasileira divididas em “populações meridionais” e “populações setentrionais”. Assim, ele faz um recorte de três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul e a do extremo-sul. Estas produzem três sociedades diferentes, a dos sertões, a das matas e dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Segundo o autor, esses três grupos se distinguem não apenas em extensão, mas haveria diversidades consideráveis nas suas estruturas íntimas.

Para Cunha (2016), o/a sertanejo/a estava isolado/a, atrasado/a três séculos da civilização, e sua obra apresenta uma descrição da natureza física do Sertão através de um tom dramático, perpassado por uma melancolia que descreve um lugar inóspito, de relevo desordenado, clima árido e vegetação ofensiva. O Sertão apresentado na obra é um lugar naturalmente isolado, de difícil acesso e permanência, consagrando a imagem do Sertão como atraso.

Segundo Cunha (2016) a adaptabilidade à inospitalidade era formadora de uma diferença básica entre a população do Norte e do Sul do país. A do Sul, não se adaptava facilmente, sendo manifestada em todas as esferas da vida social, repercutindo inclusive na vida política. Por isso, o surgimento de um homem sertanejo capaz de enfrentamentos como a Guerra de Canudos devia-se à chegada dos Bandeirantes ao Nordeste. Cunha insistia que vinha do indígena e do bandeirante a rebeldia que estava presente nos/as sertanejos/as de Canudos. Assim, apesar de julgar a mestiçagem algo ruim, acreditava que o/a sertanejo/a era mais forte por não ter as “aberrações” e os vícios da civilização moderna, como dos chamados mestiços urbanos. Daí, sua célebre frase: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 2016, p. 27).

Na parte III do livro, Cunha (2016) traça um perfil da cultura do/a sertanejo/a. Se ao mesmo tempo os homens e as mulheres dos Sertões eram bárbaros/as e impetuosos/as, eram também servis. A sua “brabeza”, a sua determinação em arrancar os meios de sobrevivência de condições inóspitas eram características fortes. No entanto, o mais visível no seu livro é a ambiguidade: rudeza e lealdade; doçura e brutalidade; preguiça e trabalho árduo; delicadeza e força. Tudo ao mesmo tempo, numa mesma pessoa. São as ambivalências, ou até mesmo plurivalências, na construção sobre quem somos (CASTRO, 2017b).

Para Cunha (2016), o massacre da população em Canudos foi necessário e natural, pois fazia parte da evolução da sociedade do Sertão, já que a região estava num estágio primitivo, sem contexto de formação de uma sociedade civilizada. Neste momento, já estava evidente o conflito de raças, base da construção social de diferenciação, herdada principalmente do racismo europeu, em que a cor da pele definiria a hierarquia entre as pessoas.

Assim, nessa mistura entre índios/as com negros/as e poucos/as brancos/as, conforme já pontuado anteriormente, o/a sertanejo/a é compreendido como um povo mestiço, que aprendeu a trabalhar com animais (principalmente gado), além da arte com o couro. É representado como um povo acostumado a longas secas, corajoso/a, trabalhador/a, sério/a, centrados/as na vida familiar.

Albuquerque Jr. (2009) chama a atenção para a representação do Nordeste na mídia, principalmente nas novelas e nos programas de humor. O que aparece geralmente em cena é um lugar bem distante, com pessoas engraçadas, que falam errado, se vestem com roupas emendadas, usam maquiagem exagerada, e que ao mesmo tempo são violentas, dando tiros e “peixeiradas” para todo lado. Para o autor, a produção destes discursos conferiu ao Nordeste, e conseqüentemente aos/às nordestinos/as, determinadas características e estigmas morais, culturais, simbólicos e sexuais, frutos das relações de poder e saber, de conflitos e de acordos entre o Sul e o Norte.

A segunda obra destacada é a de Guimarães Rosa, que já diz que vai falar do Sertão, de um grande Sertão. Diferente da obra de Cunha, Rosa (2006, p. 235) escreve um romance que tem como cenário o Sertão definido poeticamente: “O Sertão é sem fim; o Sertão está em toda parte; o Sertão tá dentro da gente”. Rosa supera o regionalismo tradicional visto até aquele momento, ao tratar de questões universais do homem retratadas no sertanejo. Para este, o mundo é o Sertão. E nesse ambiente rústico, o homem vive em conflito, questiona o sentido da vida e da morte, da existência ou não de Deus e do diabo, e do significado do amor e do ódio.

Publicado originalmente em 1956, o livro narra a história do ex-jagunço Riobaldo, que através de seus contos e “causos”, conta também a história do povo sertanejo. Na obra estão expressas também concepções de vida, de tempo e de espaço do sertanejo. Ressalta-se que esse livro fala do Sertão mineiro, representado por Rosa como um território dos jagunços, dos coronéis, da aridez do cerrado. Na obra, o Sertão é visto e vivido de uma maneira subjetiva e profunda, não apenas como uma paisagem, mas como uma série de costumes que são

descritos. Aparecem histórias de disputas, vinganças, viagens e mortes no Sertão mítico que são narradas pelo ex-jagunço – além de seu amor por Diadorim.

Frisa-se que Cunha era natural do Rio de Janeiro, e escreveu sua história como um “estrangeiro”, que chega ao Sertão e vislumbra o “outro”, o “exótico”. Apesar de Rosa falar com propriedade da sua terra natal, esta é mineira, e não nordestina como nos interessa. Para um retrato mais “fiel”, acredita-se ser fundamental trazer a literatura de autores/as nordestinos/as.

Um desses autores é Ariano Suassuna, que em sua obra “Romance d’A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai e volta”, utiliza as regiões do Cariri Paraibano e do Pajeú Pernambucano. O livro originalmente lançado em 1971 é inspirado em um episódio ocorrido no século XIX, no município pernambucano de São José do Belmonte, região do Sertão do Pajeú, em que se tentou ressuscitar o rei português Dom Sebastião, que virou lenda após desaparecer na África. O “movimento sebastianista”, como ficou conhecido, foi liderado pelo autoproclamado rei João Antônio dos Santos. Ele teria sonhado com o rei português encantado entre os dois rochedos da Serra do Catolé⁴¹.

O livro foi escrito no contexto do Movimento Armorial, cujo objetivo é a construção de uma arte popular erudita brasileira com base na cultura popular do país (GASPAR, 2009). A história desenvolve-se num universo que congrega diversos elementos característicos desse momento, como literatura de cordel, xilogravura, festas populares e os cantadores acompanhados de viola, rabecas e pífanos.

A trama é desenvolvida através do personagem Dom Dinis Ferreira-Quaderna, que elabora um memorial no qual conta a história de sua família, das desavenças, lutas e controvérsias políticas. Quaderna está preso em Taperoá por subversão e tem que fazer sua própria defesa perante o corregedor, e para isso declara-se descendente de legítimos reis brasileiros e de “cabras” da Pedra do Reino.

[...] uma terra, situada exatamente na fronteira da Paraíba com Pernambuco, para os lados do Sertão do Piancó. Nessa terra, fica a famosa Serra do Reino, na qual se erguem aquelas duas enormes pedras, estreitas, compridas e paralelas, que os nossos Sertanejos consideram sagradas, por serem as torres do Castelo, Fortaleza ou Catedral Encantada onde meu bisavô, Dom João Ferreira-Quaderna, foi Rei, ensinando, de uma vez para sempre, que o Castelo está ali, soterrado por um cruel encantamento, do qual somente o sangue nos poderia livrar, acabando de uma vez com a miséria do Sertão e fazendo todos nós felizes, ricos, belos, poderosos, eternamente jovens e imortais (SUASSUNA, 2017, p. 57).

⁴¹ Para resgatar as manifestações culturais do período sebastianista foi criada a “Cavalgada à Pedra do Reino”. Uma vez por ano, cavaleiros do município de São José do Belmonte e da região se reúnem em frente à Igreja de São José e seguem para a Serra do Catolé, onde está localizada a Pedra Bonita, atualmente Pedra do Reino.

O autor faz referências constantes ao quadro natural do Cariri e do Pajeú, bem como aos costumes da região, narrando cantigas de roda, as conversas em família, a hospitalidade sertaneja, e descrevendo em detalhes a arrumação dos quartos e da casa, além da culinária local: cuscuz com manteiga, tapioca, inhame, macaxeira, queijo de coalho. Em suma, Suassuna (2017) faz uma narrativa que muitas vezes nos remete ao Dom Quixote, mas que também encanta pela sutileza, sem fazer nenhum juízo de valor sobre o lugar ou sobre as pessoas.

A partir das três narrativas apresentadas, Wanderley e Menezes (1997) afirmam que não há apenas um Sertão e, conseqüentemente, diferentes Sertões foram representados na literatura por Cunha, Rosa e Suassuna. Para as autoras, o Sertão de Cunha é seco, desértico e cinzento; o de Rosa é fértil; e o de Suassuna é agreste e castanho. O primordial apontado pelas autoras é que os territórios são apresentados através das relações sociais e afetivas, e não fundamentados numa essencialidade geográfica. Assim, os modos de representar o Sertão influenciam na maneira de conceber o povo da região.

3.2 Coronelismo e cangaço: as construções dos gêneros no Sertão

A partir da compreensão de que a colonização do Sertão foi efetuada através de conflitos territoriais, com base na violência e no extermínio da população nativa, Queiroz (2003) afirma ser evidente que uma nova forma de organização de poder foi instaurada, tendo como ponto de partida a criação do Estado nação republicano brasileiro. Assim, as normas políticas e os valores sociais dominantes foram sendo construídos socialmente, ao longo do tempo, e numa escala regional. Em consequência, as instituições políticas mais fortes na região foram, e ainda são, a família e a Igreja.

Segundo Ferraz (2006), no século XVII, o Sertão era ocupado por famílias organizadas em grandes fazendas de produção agrícola, sendo que 40% das atividades eram desenvolvidas pelo trabalho familiar, e o restante por agregados/as e por trabalho escravo. Os/as agregados/as não mantinham uma relação assalariada com os empregadores, embora tivessem suas casas na propriedade dos donos de fazenda, e suas principais tarefas eram a agricultura de subsistência e a ajuda nos afazeres domésticos. A autora ressalta que o trabalho escravo nunca foi implantado totalmente nessa região. Para corroborar essa informação,

Ferraz (2006) aponta que entre os fazendeiros no Sertão do São Francisco no XIX, o mais rico tinha 24 pessoas escravizadas, e outro 11.

Assim, a organização social no Sertão foi sendo caracterizada a partir de uma organização familiar e de agregados/as, cuja atividade principal era a agropecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Essas atividades foram conduzidas pelas famílias que se apossavam das terras, e com isso as estruturas de poder foram sendo consolidadas a partir de alianças entre as famílias de fazendeiros/as da região. Ferraz (2006) lembra que o modelo matrimonial existente na região não era organizado apenas a partir do gênero masculino, mas também por mulheres, que tiveram e ainda continuam a ter um papel fundamental na organização social do Sertão.

A sociedade brasileira, não diferente de muitas outras, foi moldada ao longo da história por padrões que preconizavam a subordinação da mulher ao homem, ligando-a aos estereótipos dos deveres maternos e domésticos. Essa dominação masculina é estabelecida numa relação que coloca o homem na posição de dominador, detentor da força e de um poder absoluto sobre tudo e todos, inclusive o poder de dominação sobre as mulheres, pois, como bem apresenta Freyre (2013a), a força concentrou-se nas mãos dos senhores, considerados donos das mulheres.

Analisando a sociedade brasileira, Freyre (2013a) deixa evidente o lugar do homem historicamente construído desde o Brasil colonial, como sendo o dono, inclusive das mulheres. Essa violência simbólica que constitui a mulher como objeto, portanto submissa e submetida ao desejo do outro, está longe de ser uma atitude localizada na individualidade dos atores sociais. Ao contrário, está inscrita na própria trama social historicamente situada. Quer seja na casa, como fruto dos acordos privados, quer seja na senzala, como fruto das relações públicas de comércio e opressão, e nas linhas tênues que separam esses dois cenários, a propriedade, o patrimônio, enfim, o poder é do homem.

As mulheres, segundo Azevedo (1985), ganham a atribuição de um universo próprio, o doméstico, enquanto os homens atuam no mundo público, ou seja, o do trabalho e da política. Assim, a vida das mulheres é privada e doméstica e a dos homens, pública e social. Importante destacar que esse espaço doméstico tem sido reservado para as mulheres sob a justificativa de sua capacidade natural de ser mãe.

DaMatta (1997) ressalta que o mundo cotidiano aponta as mulheres como centro de todas as tarefas domésticas familiares. Esta divisão de espaços casa *versus* rua, que acorda esferas simbólicas do masculino e do feminino, se atualiza concretamente nas análises sobre

gênero e violência. O homem é visto como um ser da rua, enquanto que a mulher deve ficar em casa em sua posição de dona de casa, aquela que cuida dos filhos, dos afazeres domésticos, enquanto o homem sai para trabalhar, e pode sair com os amigos e com outras mulheres. Pode-se afirmar que mesmo hoje, nesta era de transformação e mudanças rápidas, o homem é o agregador, símbolo do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis, enquanto a mulher representa o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade. Essas dicotomias homem/público e mulher/privado são apresentadas como justificativas para a ideia da dominação masculina sobre a mulher, porque o homem apesar de ser do domínio público, detém o poder do privado, da casa, da mulher e dos/as filhos/as.

A dominação masculina é uma dominação simbólica, mas legitimada pela sociedade. Entende-se essa dominação como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, conseqüentemente, formas de resistência e contestação. Há uma hierarquia entre os gêneros que é fundamentada numa suposta superioridade e no poder masculino. Assim, o conceito de gênero, inicialmente pensado na diferença sexual entre homens e mulheres, foi sendo reformulado ao passar do tempo. A concepção de gênero partiu da ideia de uma diferença biológica existente entre homens e mulheres e, vinculada a essa diversidade, os vários lugares sociais historicamente construídos e propostos a cada um/a deles/as, que instituem os alicerces de práticas discriminatórias e desiguais entre as pessoas.

Conforme Scott (1995), o termo gênero nasce com as feministas americanas, que tentavam dar ênfase ao caráter social das diferenças baseadas no sexo. As feministas recusavam o determinismo biológico que ficava implícito nos termos “sexo” e “diferença sexual”. Para a autora, o conceito de gênero é uma categoria analítica que ajuda no entendimento da história, do percurso e dos diversos significados atribuídos ao termo. Além disso, tem suas implicações para a compreensão de estudos sobre as mulheres.

Considerando as três abordagens que buscam explicar o gênero, mas percebendo que cada uma tem falhas, Scott (1995, p. 86) propõe uma definição que incorpora duas posições entendendo como: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Dessa forma, trabalhar com o conceito de gênero é ampliá-lo além das questões sobre diferenças físicas e biológicas, sendo necessário afirmar sua dimensão social, histórica e política.

As relações sociais (a primeira posição do conceito) são atravessadas por quatro elementos distintos, relacionados entre si, que não operam isoladamente, mas concomitantemente. São eles: os símbolos culturalmente disponíveis e que evocam representações múltiplas e muitas vezes contraditórias, como Eva-Maria, luz-escuridão; os conceitos normativos, que evidenciam interpretações dos símbolos e significados, dentre eles as doutrinas religiosas, educativas, políticas, entre outras; as instituições sociais e políticas, e as organizações que sustentam uma representação binária do gênero, visto que a questão de gênero também existe nas instituições; e a formação da identidade subjetiva, pois o desenvolvimento da sexualidade e identidade dos sujeitos é contornado por um processo cultural (SCOTT, 1995).

A segunda posição do conceito refere-se ao gênero como um dos meios de articulação do poder, pois a mulher é vista como o sexo frágil, sobre o qual é realizado um controle que a coloca “em seu lugar” e impede sua participação na esfera política, impõe maneiras de vestir, andar e sentar para as mulheres, consolidando o poder e naturalizando as posições masculinas e femininas (SCOTT, 1995). Gênero, portanto, revela-se um conceito fundamental para analisar a relação de subordinação das mulheres e a mudança social e política, bem como as violências praticadas contra elas.

É importante reafirmar que a mulher não tem um destino traçado pela sua biologia; não há um construto biológico que define qual o destino da mulher. Na verdade, existe uma construção sociocultural que define, e às vezes limita a ação da mulher na sociedade. Falar sobre a mulher é trazer à tona inúmeros aspectos, como por exemplo, as diversas representações, status e modelos de comportamento das mulheres, além dos mitos e das expectativas sociais.

O conceito de gênero problematizado mais intensamente a partir da década de 1970 possibilitou um avanço em termos teóricos, gerando análises e discussões entre os gêneros muito além dos aspectos biológicos. Assim, compreende-se que sexo não é gênero, sendo o primeiro relacionado às questões biológicas, e o segundo é uma construção social variando de época e de sociedade (LAURETIS, 1994). Assim, homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão diretamente ligados por uma relação social de gênero.

Como o gênero é uma construção social, é fundamental o questionamento de representações tradicionais de gênero que contribuem para que homens e mulheres se percebam de maneira a-histórica, eternizados em determinados comportamentos e atitudes que são interpretados como parte da “natureza” masculina ou feminina.

Conforme Bourdieu (2012), a dominação masculina coloca a mulher como objeto simbólico, fazendo com que se torne dependente dos outros, principalmente dos homens. Esta dependência simbólica termina por construir o “ser mulher”, dependente, insegura, envolvida apenas em atividades domésticas, já que no lar estaria protegida de todo o “mal” que existe fora dele.

Conforme Albuquerque Jr. (2009), o tipo nordestino foi se definindo como um tipo tradicional, voltado para a preservação de um passado regional, um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos – um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril, másculo, sem sentimentos de amor e afeto. A partir daí pode-se perceber que o processo de estereotipia do nordestino associado ao sertanejo, ao homem da roça, não é apenas uma disputa entre o Sul e Norte, mas principalmente uma forma de afirmar o povo do Sul como educado, moderno, rico e racional.

Para Ribeiro (2006), não temos um país homogêneo, pois somos um povo plural que vive num mesmo espaço. Na análise realizada sobre a formação do povo brasileiro, o autor aponta que no Sertão, tanto o cangaceiro quanto o “fanático religioso” encontraram um ambiente favorável para se desenvolverem. A vida simples da população, além das adversidades do clima são considerados fatores que facilitaram a existência dos dois personagens. Para o autor, o isolamento do Sertão contribuiu com a formação de uma sociedade conservadora e com tradições mais rigorosas. Assim, enquanto os sujeitos do litoral eram compreendidos como mais evoluídos e modernos, o homem do Sertão começou a ser representado como uma pessoa com requintes de barbárie, rústicos ao extremo, arcaico e com código moral rígido.

O lugar desse homem do Sertão é permeado de significados identitários. De acordo com Deschamps e Moliner (2009, p. 27), existe uma articulação entre a identidade individual e a identidade social, pois “a identidade social remete a um sentimento de semelhança entre as pessoas de mesma pertença, enquanto a identidade pessoal remete a um sentimento de diferença em relação aos outros”. A manutenção da identidade é uma das funções das representações sociais, enquanto influência da cultura dos grupos de pertinência que oferecem possibilidades simbólicas de constituição identitária.

Há, portanto, uma construção em oposição da população do Sul e a do Norte. A construção identitária emerge, assim, de um contexto e de um discurso reelaborado. Surgem em espaços comunicativos e pode circular na comunicação implícita ao longo de muitas gerações, sem mudar nem ter consciência destes saberes de sentido comum. É compreensível,

portanto, que essa representação do nordestino/sertanejo que foi elaborada desde o século XIX, continue existindo nos dias atuais, principalmente nas mídias, sejam em filmes e novelas, e até mesmo nas reportagens jornalísticas.

Ao tentar entender como se configuram as identidades do homem e da mulher do Sertão, é necessário evidenciar a identidade deste território em particular, marcado por estigmas sociais, que muitas vezes compreende seu povo como aquele/a trabalhador/a rural que foge da seca. Albuquerque Jr. (2007) identifica esse “preconceito de lugar” como sendo um preconceito relacionado à origem geográfica que marca alguém simplesmente por pertencer a um território (seja uma cidade, um estado, uma região, um país ou um continente) que é considerado por outra pessoa como sendo inferior, atrasado, vindo de um lugar subdesenvolvido, menos civilizado e/ou culturalmente inferior. Esta pessoa, segundo o autor, quase sempre está numa posição de poder hierarquicamente acima daquele julgado como selvagem e ignorante.

Os diversos preconceitos constroem e estigmatizam tanto homens quanto mulheres. Esse olhar marcado por preconceitos de lugar acarreta, por consequência, a imagem de “macho” do Sertão. Conforme pontua Albuquerque Jr. (2010), um “macho” do Sertão é agressivo, caracterizado pela vontade de poder, não manifesta suas emoções e, claro, não chora e nem demonstra fraquezas. O autor continua sua reflexão, acrescentando que um “macho” não pode adoecer, nem ter fragilidades físicas ou emocionais, tendo que ser competitivo, sempre disputando com outros “machos” a posse das coisas e das pessoas. Em resumo, um “macho” deve ser objetivo, racional, calculista, frio e cruel.

Assim, no senso comum, as representações dos homens nordestinos estão ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade. Para Albuquerque Jr. (2003), alimentar esse mito do homem sertanejo como “cabra-macho” é contribuir para alimentar um modelo de masculinidade baseada numa relação entre homens e mulheres que vigora desde o Brasil colônia, e por isso, é naturalizada, e tida como eterna. Esse modelo de homem termina por vitimar os próprios homens, já que os instiga a situações de risco, colabora com a violência contra as mulheres, e termina por exigir dos homens renúncias afetivas e emocionais, como paternidade e expressão de sentimentos. Para o autor, a macheza nordestina torna os homens infelizes.

Durante muito tempo, o “ser mulher” no Nordeste esteve no imaginário social ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. As mulheres eram vistas como “mulheres de coragem”, referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse

estigma de “mulher macho”, uma categoria dicotômica de gênero, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse, em que a criminalidade atribuída a elas não levava em consideração as circunstâncias que as fizeram entrar para o cangaço. As mulheres do Sertão estavam associadas aos valores morais rígidos e tradicionais, vistas como mulheres sérias, trabalhadoras, centradas na vida familiar, apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Interesse notar que, de forma geral, as representações da mulher eram de “sexo frágil”, dócil, delicada, meiga. Porém, quando essa mulher é do Nordeste/Sertão, uma série de adjetivos opostos é trazida à tona, e quase sempre apresentam uma mulher masculinizada ou que remetem a um estereótipo: matuta, caipira, beata, cafona, e outras qualidades vinculadas à incivilização que lhe são frequentemente impostas. Os discursos preconceituosos acabam por naturalizar as representações de gênero, reafirmando as mulheres do Sertão como feias, muito sérias, e consideradas boas para trabalhar.

Nesse ambiente de caatinga, a construção do “ser mulher” não é algo fácil, e a vaidade e os sentimentos como amor, acabavam dividindo espaço com a dor e o medo. Parece que o senso comum cristalizou a ideia da masculinização das mulheres como algo corriqueiro do Sertão nordestino, colocando-as num lugar fixo e determinado. Segundo Falci (2017), no Sertão, ao nascerem, as mulheres eram chamadas de “mininu fêmea”.

Algumas ideias cristalizadas ainda mostram as mulheres do Sertão como sendo as “mulheres-machos”. Albuquerque Jr. (2003) afirma que as mulheres ainda são vistas como lutadoras, resistentes à seca, honestas, cheias de filhos/as dos/as quais cuidam com muito amor e carinho, sejam ricas ou pobres. As mulheres do Sertão além de trabalharem nos afazeres domésticos, são aquelas que também trabalham em pequenas indústrias e auxiliam nos serviços do marido, podendo substituí-lo, caso haja necessidade.

Embora o “ser mulher” no Nordeste ainda está no imaginário social muito ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento, ao mesmo tempo, nos é dado mulheres nordestinas que vivem às voltas de seu “coronel”, levando-se em conta o estereótipo do machão nordestino. As mulheres passam a serem vistas como sofridas da seca, com a função de ir para roça com os maridos e as crianças, em busca de algum alimento. Aos homens nordestinos estão as representações ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade. Assim, as mulheres nordestinas, sertanejas, vivem em dois lugares distintos, e constantemente não sabem em qual se encontram: os das mulheres-machos, valentes, corajosas, que enfrentam com destemor as adversidades da seca; ou o das

mulheres-frágeis, que vivem sob a proteção, muitas vezes castradora e violenta de seus maridos.

É óbvio que há violência contra as mulheres em todos os contextos, não sendo restrito ao Sertão, mas nem sempre é essa a compreensão que as mulheres do Sertão têm, sendo fundamental levar em conta a variabilidade da vida social, considerando as diferentes subjetividades sociais. Nesta lógica, como propõe Barbieri (1993), ao invés de homogeneizar a experiência de homens e mulheres, é importante considerar o contexto étnico e cultural nas análises de gênero, partindo do pressuposto de que não existe a mulher e o homem, mas mulheres e homens em diferentes situações sociais e culturais.

Segundo Falci (2017), o Sertão e seu modo de vida excêntrico, em relação à população do Sul, marcado pela pecuária e ausência do Estado, evidenciava a necessidade do uso da força, da honra e de códigos de conduta que alimentaram a ideia de que as mulheres nordestinas eram masculinizadas, ou seja, apenas as “mulheres-machos” sobreviveriam aos obstáculos da região.

Ao contar a história das mulheres do Sertão, Falci (2017) diz que as mulheres mais ricas não tinham muitas atividades fora do lar, e geralmente eram educadas para exercer o papel de mãe e aprender as “prendas domésticas”, como orientar os/as filhos/as, fazer ou mandar fazer alguma coisa na cozinha, além de costurar e bordar. Aquelas com menos dinheiro faziam atividades, como doces por encomenda, arranjo de flores, mas não eram atividades valorizadas nem bem-vistas pela sociedade. As mulheres pobres, então, eram costureiras, rendeiras, lavadeiras. Ou eram roceiras, ao lado dos pais, irmãos e maridos, fazendo todo o serviço considerado masculino. Disso surge a ideia das mulheres do Sertão como fortes assim como os homens, já que realizam as mesmas tarefas que eles.

Essa identidade feminina nordestina foi construída em relação ao homem nordestino. Na ideia de estabelecer os homens nordestinos como aqueles que não têm medo, de pensá-los como fortes e resistentes ao clima árido que assola o Sertão, tornou os homens viris, machos e corajosos. Assim, as mulheres também foram sendo construídas em relação a esta identidade masculina, e igualmente em decorrência das condições de sua região, passaram a ser masculinizadas, ou seja, as mulheres tinham que ser macho para sobreviver aos obstáculos. Para Albuquerque Jr. (2009), a “mulher-macho” era uma exigência do local, demarcado por uma natureza hostil, em que eram necessários coragem e destemor. Assim, o discurso regionalista cria não apenas os homens nordestinos, mas conseqüentemente as mulheres

nordestinas, a partir de traços masculinos, considerados também traços das mulheres do Sertão.

Ao pensarmos na construção da identidade dos homens e das mulheres do Sertão, compreende-se que é uma categoria que envolve um campo multidisciplinar sobre o qual se debruçam vários saberes. Segundo Silva (2000), a identidade e a diferença não são naturais ou inatas, elas são produzidas pela linguagem, isto é, elas precisam ser nomeadas. Para nomear-se uma identidade, ela deve estabelecer e excluir o seu diferente, impondo e afirmando aquilo que a caracteriza, que a torna si mesma:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p. 81).

Ou seja, a identidade depende de algo fora dela para existir e distingue-se pelo que não é. A produção da identidade sertaneja foi alicerçada em traços caricaturais a partir da compreensão do Sertão como um mundo perdido e agrário. Em consequência, a caracterização imagética dos festejos juninos, com roupas arcaicas e trejeitos extravagantes, foi sendo reafirmada através de estereótipos, inclusive no Rio de Janeiro e em São Paulo, principais cidades da diáspora nordestina. Segundo Abreu (1998a), o declínio econômico teve como consequência a nova construção identitária, evidenciada principalmente em obras literárias. Para a autora, a boa recepção das obras de Cunha (2016) e de Freyre (2013a) deixa evidente que os traços identificadores da “sertanidade” foram fundamentais para o redesenho da identidade nacional na fase de modernização urbana.

Jodelet (2002), se referindo aos estudos de Tajfel, argumenta sobre a indissolúvel ligação entre identidade e diferença, e o quanto a necessidade de diferença supera a de afirmação da semelhança. Assim, a identidade sertaneja não foi forjada no isolamento, e sim a partir da oposição ao outro que, simultaneamente, passa a defini-lo.

Para Cardel (2009), o pertencimento é representado por tensões entre os seus componentes, de maior ou menor duração, sendo que as categorias de autorreconhecimento são formadas nos territórios, a partir das noções “de dentro” e “de fora”. Conforme a autora, a mobilidade dos indivíduos, bem como o contato das culturas locais com outras distantes, como, por exemplo, o litoral ou cidades como São Paulo, teriam sempre sido constantes e reconfiguradoras dessas identidades. Nesse sentido, é possível estabelecer bordas de oposição, seja entre o Sertão e seu Outro não-Sertão, seja entre o povo do Sertão e os “de fora”. Assim,

o território original, o ambiente geográfico, é produto e produtor de uma identidade grupal elaborada socialmente.

Ampliando a questão da identidade das mulheres do Sertão, recorre-se às ideias de Paul Ricoeur. Para o autor, a identidade é um reconhecimento, posto que além da necessidade de saber quem somos, e necessário a relação com o outro – não existimos sem o reconhecimento do outro. Ou seja, a alteridade é fundamental para o reconhecimento da identidade. Em sua última obra publicada em vida, Ricoeur (2006) estabelece o percurso de passagem do reconhecimento de uma noção epistemológica (identificação), passando pelo reconhecimento de si, para chegar ao reconhecimento como noção política.

Ricoeur (2006) recorre ao significado das palavras que são usadas no cotidiano e que podem ser fonte de reflexão filosófica. O autor enumera ao menos três sentidos da palavra “reconhecimento”: como identificação; como reconhecer a si mesmo; e como reconhecimento mútuo. Seguindo esses sentidos, o livro é dividido em três estudos.

No primeiro, que trata do reconhecimento como identificação, Ricoeur (2006) começa sua análise com Descartes e a questão da distinção entre o verdadeiro e o falso, marcando o reconhecimento como identificação formal e não como reinterpretação. O autor compreende a pluralidade do ser, que muda a cada etapa, e a cada nova experiência vivida. Para ele, isto é ser o mesmo em outro, o ser outro em si mesmo. Assim, é possível ter que reconhecer algo que se transfigurou, tendo que analisar os fatos para chegar ao entendimento de que estavam diante de algo conhecido.

No segundo estudo, o reconhecimento de si mesmo, Ricoeur (2006) parte da filosofia grega, e se detém especialmente sobre as fórmulas verbais do reconhecimento, o papel das marcas de reconhecimento e dos disfarces, por meio de obras clássicas, como por exemplo, a “Odisséia” e “Édipo em Colona”. O autor compreende que reconhecer é também aceitar e, a partir disso, obter uma nova perspectiva, uma nova dimensão até então não pensada.

No terceiro estudo da obra, sobre reconhecimento mútuo, Ricoeur (2006) não propõe uma reciprocidade total, pois seria preciso que o outro seja análogo ao eu, para que uma nova experiência se inicie com base na reciprocidade. Por outro lado, o autor também não aposta totalmente na tese de Levinas, do outro como um polo distinto e reconhecível. Para Ricoeur (2006), o dilema vai além da alteridade e permeia o próprio conhecimento de si mesmo.

Em síntese, Ricoeur (2006) caracterizou as formas possíveis de reconhecimento que o indivíduo pode obter por parte da sociedade em que vive. Esse reconhecimento pode ser organizacional ou institucional, gerando prestígio, consideração e aceitação. Viver em

sociedade exige um esforço contínuo de reconhecimento dos outros e da busca por ser reconhecido.

Aceitar as diferenças pode facilitar o reconhecimento do outro, mas pode também, por um lado, banalizar e, por outro, torná-los tão evidentes que o reconhecimento vem acompanhado da intolerância, da violência. Reconhecer que as mulheres são diferentes dos homens, historicamente, colocou as mulheres numa situação de subordinação, como se os homens tivessem direitos sobre corpos e as vidas das mulheres. Nessa mesma lógica, reconhecer que as mulheres do Sertão são diferentes das mulheres de outros locais tem perpetuado o imaginário dessas mulheres como inferiores, incultas, pobres, sem perspectivas de vida, sofridas com a seca.

Em outro livro, Ricoeur (2007) aponta a relação entre memória e história, e nesta relação como pensa a identidade. A memória seria a matriz da história, numa relação em que a memória serve a história e esta, por sua vez, consolida e perpetua uma memória determinada, ou seja, legítima certa memória. A perpetuação de um ponto de vista único sobre o passado destitui a possibilidade de outras perspectivas (memórias). Assim, o passado é encerrado, fechado e não permite novas expectativas. O passado do cangaço, fenômeno social importante do Sertão nordestino, perpetuou a memória de uma população valente, corajosa, muitas vezes violenta e sem escrúpulos.

No que diz respeito às questões de gênero, esta perspectiva tem-se convertido numa espécie de “memória ensinada” que silencia ou minimiza a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da cultura e da história, como se as mulheres não tivessem participado efetivamente de grandes eventos sociais. Como não se pode mudar o passado, os estudos de gênero tentam mudar o presente, para garantir outro futuro.

Problematizando as questões históricas das narrativas sobre as mulheres, em geral, há a possibilidade de se construírem como identidade (seja individual ou coletiva) em termos de equilíbrio humano e de positividade? Ou as narrativas concebem as mulheres apenas como o segundo sexo, usando o termo de Beauvoir?

Sem querer dar uma resposta definitiva à pergunta, fica evidente o olhar sobre o feminino, desde a ideia de macho incompleto de Aristóteles, até a inveja do pênis de Freud, não há uma simetria entre o masculino e o feminino, sendo este último tomado sempre como derivado do primeiro, conjugando o feminino em termos de natureza, sensibilidade e emoção, colocando estas dimensões como secundárias em relação à cultura, à racionalidade, e à intelectualidade, que aparecem sempre ligadas ao masculino.

Se, como afirma Ricoeur (2007), a memória é fundamental para a reivindicação da identidade, é imprescindível relacionar as questões de gênero, de modo a alterar o estado de coisas atual e permitir um futuro em que as assimetrias sejam descartadas.

Ainda sobre as questões da memória, as proposições de Halbwachs (2013) são cruciais. Foi o autor que criou a categoria de “memória coletiva”, postulando que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória.

A memória, na concepção de Halbwachs (2013) é um processo de reconstrução e deve ser analisada levando em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; e o fato de que se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais.

Segundo Halbwachs (2013), o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência. Assim, a memória é sempre construída em grupo, mas o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, pois as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Dessa forma, a lembrança é resultado de um processo coletivo, inserida em um contexto social específico. O autor ressalta que as lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito estava envolvido, por causa do envolvimento do indivíduo em um grupo social. O autor assinala a contribuição da memória coletiva no processo de rememoração:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Halbwachs aponta que para recordar um evento passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros para que o sujeito se lembre dele; é preciso que tenha algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos se constituam em lembranças.

Halbwachs conceitua dois tipos de memória: a coletiva e a histórica. Para ele, a histórica é a reunião dos fatos que ocupam “maior” lugar na memória da sociedade, porém os eventos narrados são “selecionados, classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram repositório vivo” (HALBWACHS, 2013, p. 100). Nesse sentido, a história se inicia no momento em que termina a tradição, ou seja, quando ocorre o apagamento da memória social.

A memória coletiva se distingue da histórica pelo menos em dois aspectos. O primeiro é o fato de que a memória coletiva se constitui numa corrente de pensamento contínuo, não ultrapassando os limites do grupo, enquanto a histórica passa por um processo de renovação. O segundo ponto é que existem muitas memórias coletivas, mas existiria apenas uma história (HALBWACHS, 2013).

Outro tópico importante refere-se à relação entre memória e espaço. Para Halbwachs (2013), a partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa a moldá-lo de acordo com a sua imagem, suas concepções, e seus valores. Por outro lado, o grupo também se adapta a materialidade do lugar que pode resistir a sua influência, ou seja: “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade” (HALBWACHS, 2013, p. 160).

A partir da obra de Halbwachs, Sá (2015) propõe uma taxonomia das memórias. Dessa forma, subdivide as memórias históricas em duas modalidades: documentais – que consistem em registros e traços do passado que se encontram disponíveis a qualquer membro da sociedade em museus e bibliotecas; e as orais – que apenas recentemente passou a ser transcrita, e constituem o conjunto de fontes não documentais com que lida a história oral. Este tipo de memória é muito importante no contexto do Sertão nordestino. Foi através da fala que muitas histórias ficaram conhecidas. O fenômeno do cangaço é um bom exemplo. Ainda hoje é difícil saber o que realmente aconteceu quando um determinado bando de cangaceiros passava numa cidade. O que importa são as memórias que continuam sendo contadas.

Diante do que foi exposto, questiona-se quem é são as mulheres do Sertão? A mais propagada no senso comum é: masculinizadas, feias, velhas, de pele parda queimada do sol, com muitos/as filhos/as, (semi) analfabetas, perto ou abaixo da linha da pobreza, trabalhando na casa e na roça, valentes e corajosas por enfrentar os desafios da seca extrema. Parece-nos que no imaginário social há apenas uma mulher do Sertão.

Apesar da construção da identidade da “mulher macho”, ao mesmo tempo, é-nos dada uma mulher nordestina que vive às voltas de seu “coronel”, levando-se em conta o estereótipo do machão nordestino. Mesmo as mulheres mais ricas, tinham a vida cerceada pelos homens. No sertão nordestino do século XIX, as mulheres de classe social alta, mesmo aquelas que tinham estudo, estavam limitadas ao espaço privado, do lar. As mulheres não eram consideradas cidadãs políticas, e por isso o campo público (seja econômico, político, social ou cultural), não era destinado às mulheres (FALCI, 2017).

Naquela época, os casamentos eram acertos de família, firmados como um compromisso familiar, um acordo. O que se queria, na verdade, era a manutenção e solidificação dos laços de amizade e do patrimônio territorial das famílias detentoras do poder local. Dentre algumas normas, a filha mais velha devia casar primeiro, e os maridos tinham o “poder marital” sobre a herança da mulher.

Apesar de não ter a mesma dimensão dos casamentos entre famílias ricas, o casamento entre as classes mais pobres também era valorizado. Segundo Falci (2017), era um alívio para os pais casarem suas filhas, pois não havia “acerto” entre famílias nem havia dote. Nesse cenário de seca, com a natureza nem sempre como aliada, as mulheres pobres passam a serem vistas como sofredas, com a função de ir para roça com o marido e as crianças, em busca de algum alimento.

Assim, é construído um lugar para as mulheres que é do trabalho duro e da ajuda aos maridos. Albuquerque Jr. (2003) relaciona alguns elementos que explicariam a suposta “masculinização” das mulheres do Nordeste, como a seca e a ausência dos maridos que migraram com ela, forçando as mulheres a assumirem as tarefas deles e também seu lugar na família. Aquelas denominadas “viúvas da seca” tinham que aprender a viver no universo masculino para sobreviver à ausência do marido. Essa rigidez das mulheres na época da seca e a necessidade de estarem masculinizadas são elementos ainda presentes na literatura regionalista.

Esses elementos reforçam as ideias do que seria masculino ou feminino no Sertão. Os discursos preconceituosos acabam naturalizando os papéis de gênero, reafirmando as sertanejas como mulheres feias, muito trabalhadoras, e consideradas mulheres “boa para trabalhar e casar e nunca para exercer profissões importantes, para ocupação de altos cargos administrativos, pouco atrativas para romance ou aventuras” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13).

A diversidade de comportamentos e atitudes atribuídas às mulheres do Sertão pontua que as imagens fixas não condizem necessariamente com o cotidiano, e Vasconcelos (2009) ressalta que ao referir-se ao Nordeste/Sertão, é possível trazer à tona imagens cristalizadas associadas à seca, fome e calor, mas também pode-se desconstruir essas representações fazendo alusão às ações, acontecimentos e pessoas que subvertem essas imagens estereotipadas.

Albuquerque Jr. (2009) analisou os discursos de Freyre (2013a) e uma série de outros intelectuais que viam na sociedade da época uma feminização, uma horizontalização em que as fronteiras tanto espaciais, sociais e culturais entre o “ser homem” e o “ser mulher” eram observadas como naturais e biológicas. Estas “características naturais” estariam se perdendo, algo visto por alguns intelectuais como algo extremamente negativo. Assim, com estes pressupostos os discursos tradicionalistas criaram de certa forma um estereótipo de um tipo regional, “o nordestino”, que para eles seria capaz de salvar a sociedade através de sua força, virilidade, bravura e honradez, dos tais problemas trazidos, segundo eles, com a República e suas mudanças econômicas, culturais e sociais.

Analisando esses discursos, Albuquerque Jr. (2009) mostra como a identidade regional nordestina é inventada como uma “reação viril” perante a passividade das “pessoas” da região. O tipo nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. Conforme o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda espécie humana, pois a ideia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura. É imprescindível, no entanto, ressaltar que no contexto considerado “urbano”, a violência contra as mulheres também acontece, não sendo algo restrito dos contextos “rurais”.

Esse tipo regional criado dentro um discurso eugenista, procurava naturalizar os comportamentos e valores dos/as nordestinos/as. Já o discurso antro-po-geográfico procurava explicar as características físicas, os traços subjetivos e os códigos culturais dos/as nordestinos/as como produto tipificado pela natureza da região. O discurso literário desenhava o nordestino como aquele que partilhava da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso em uma região que até a mulher é “macho, sim senhor”. Este discurso se vale de uma série de imagens e enunciados que constituíam os tipos regionais anteriores como o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, o vaqueiro, o coronel, o senhor de engenho, o caboclo, o

matuto, o beato e o retirante. Enfim, os discursos tradicionalistas ou regionalistas localizam o falo como significante central na forma de ser do nordestino, e assim, a figura que emerge nos anos 1920, vai conduzir toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e, acima de tudo, desenhado com características masculinas (ALBUQUERQUE JR., 2009).

No Nordeste, a principal questão sociocultural se figura no coronelismo. Como pontua Leal (2012), o coronelismo não é um fenômeno simples, pois envolve uma complexidade de características da política local. O coronelismo seria, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos, principalmente entre os senhores de terras e o poder público.

O poder do coronel estava relacionado às populações rurais, e o coronel era uma figura local de grande influência, e dominavam funções de polícia e de justiça, submetendo ao seu poder, inclusive delegados, juízes e prefeitos (LEAL, 2012). Nesse caso, quanto mais terra o coronel possuísse, maior era seu poder, e mais pessoais dependiam dele.

Segundo Leal (2012), o voto de cabresto é uma característica do coronelismo. Esse tipo de voto era um sistema tradicional de controle do poder público, onde os coronéis utilizavam a compra de votos, ou da máquina pública. O coronel às vezes “violentava” os eleitores do curral eleitoral para que votassem nos candidatos apoiados por ele. E já que o voto era aberto, havia uma grande pressão dos coronéis. Podemos então compreender o coronelismo como uma manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação pelas quais os resíduos patriarcais conseguem sobreviver ao sistema representativo.

Se o coronel tinha poder sobre todo um município, imagina-se como seria esse poder dentro de casa. Em relação ao seu lar, é reproduzido o patriarcado na casa grande, e o coronel queria fazer exatamente aquilo que não tolerava que fizessem com ele, queria mandar em tudo, queria bater. De forma geral, os coronéis são concebidos como homens que, além do grande poder aquisitivo, são figuras autoritárias, brutais e ignorantes. Assim, no final do século XIX e início do XX, como uma mulher poderia assumir um papel de autoridade? A mulher era, então, considerada frágil, indefesa, sendo aquela que precisava do homem para lhe proteger. A figura do coronel era respeitada além de sua casa, intervindo, inclusive, na vida de outras pessoas que eram manipuladas pelo seu poder.

A mulher nesse período era vista como a responsável pelo pecado carnal e não tinha o direito de se defender. Se fosse a mulher a querer casar novamente, de certo seria excomungada dentro da sociedade patriarcal. Geralmente, a mulher era vista como aquela que servia como escrava do lar, principalmente para o coronel. Segundo Albuquerque e Vilaça

(2003), isso pode ser constatado quando o coronel se casava várias vezes, pois suas mulheres morriam muitas vezes no parto, ou de doenças venéreas.

A figura do coronel Chico Heráclio, de Pernambuco, reforça a ideia de um homem viril, em que as mulheres tinham de ceder ao que ele queria, sendo elas consideradas as responsáveis pelo prazer dele. Já que os coronéis mandavam em toda a região (ou curral eleitoral), não poderia ser diferente em sua casa, sendo sua mulher e filhos/as obrigados/as a lhe obedecer incondicionalmente. Por isso que, para continuar mandando na região, os coronéis sempre queriam que suas esposas lhe dessem filhos varões (machos). Quando tinham filha mulher, eles queriam que elas seguissem a mãe em casa e aprendessem tudo que elas sabiam, para que quando arranjasse seu casamento, não decepcionassem seu marido (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2003).

Nessa época dos grandes coronéis, as mulheres tinham que ser boas cozinheiras, cuidarem bem da casa e dos/as filhos/as, além de satisfazer sexualmente o marido. Dento da política falocêntrica, não tinham como deixar essa imagem de mulher, já que eram treinadas para servirem ao marido e ao lar. Restava às mulheres serem aquelas submissas aos homens, tendo que acatar suas decisões e servi-los. Depois de casar, as mulheres se libertavam do poder de seus pais, mas caíam nas “garras” do poder dos maridos, passando a obedecer a seus esposos. Para Albuquerque e Vilaça (2003), no coronelismo podem-se ver as mulheres com dois objetivos: o da satisfação dos homens, centro da sociedade coronelística, e o da reprodução.

Janotti (1987), no entanto, critica o estereótipo dos coronéis como pessoas rústicas, brutais e ignorantes, considerando que todo estereótipo é restritivo e empobrecedor. A autora traduz o coronelismo como uma política de compromissos, uma aliança do Estado com a oligarquia agrícola. Ainda conforme a autora, o coronel era um tipo social, que tinha sua autoridade reconhecida pela comunidade em função de seu papel “protetor”. Porém, também deixa explícito que o coronel podia representar o bem ou o mal, a depender das circunstâncias e seus interesses.

Atualmente, a sociedade sertaneja é herdeira de uma sociedade machista, do coronelismo. A modernidade, é claro, chegou, e o Sertão está mais desenvolvido, com Universidades, por exemplo, e as mulheres estudam e trabalham. No entanto, os pensamentos continuam tendo como base a raiz “coronelista”.

Para Beauvoir (2019a), as mulheres são consideradas o negativo dos homens, e teriam uma falta que as diferencia do masculino. As mulheres seriam aquelas que os homens se

apoderam para complementar seus corpos no sentido do prazer. Ao remeter-nos ao coronelismo, as mulheres não passariam daquele objeto diferente da identidade masculina que estava ali para lhes satisfazerem. A identidade masculina é construída desde o nascimento, como homens fortes, ignorantes, detentores do poder, principalmente nessa sociedade patriarcal. As mulheres, por outro lado, seriam aqueles seres frágeis, ingênuos, tendo que ser guiados durante toda a vida. Na sociedade do final do século XIX e início do XX, a política coronelística tinha os homens como sendo os poderosos, os machões. Se existia prazer, eram os homens quem deveria sentir, pois as mulheres estariam ali simplesmente para servirem os homens viris e fortes sempre que eles tivessem vontade. Esse é um exemplo claro de uma sociedade desigual, na qual as mulheres tem seu único espaço o da casa, para lavar, cozinhar e cuidar dos/as filhos/as, e no momento em que os homens quisessem se satisfazer sexualmente, elas deveriam estar prontas.

No coronelismo, existente numa sociedade em que o homem dominava sua casa e as fronteiras dos currais eleitorais, as mulheres tinham pouca oportunidade para reivindicar por espaços dentro da sociedade construída para elas servirem aos homens. De forma geral, as mulheres eram educadas e tinham como destino traçado um casamento. As mulheres que “fugiam” dos coronéis terminavam por cair na outra ponta: a do cangaço.

Foi no final do século XIX até a década de 1940 que homens e mulheres do Sertão entraram para a história: o movimento do cangaço foi tão importante para o Brasil, que houve um ciclo de filmes retratando esse tema⁴². Para Queiroz (1991), o cangaço é delimitado no tempo (de fins do século XIX até 1940, com a morte do cangaceiro Corisco) e no espaço (interior do Sertão nordestino). No entanto, a autora ressalta que não há uma clareza sobre o início da atuação dos cangaceiros fora da proteção de um clã, “mas há documentos atestando que em fins do século XVIII, bandos independentes já existiam, tendo como ponto de partida as guerras de família” (QUEIROZ, 1991, p. 59).

Os termos “cangaço” e “cangaceiro” eram empregados para definir homens que viviam fortemente armados na região das caatingas áridas, no interior de sete estados brasileiros. Segundo Freitas (2005), o fenômeno do cangaço foi considerado uma alternativa em relação aos trabalhos rurais e aos casamentos que selavam acordos entre as famílias e não consideravam os sentimentos dos noivos, principalmente das mulheres. Ser cangaceiro (ou cangaceira) parecia ser algo subversivo à ordem social, patriarcal e clientelista existente, embora não seja possível desconsiderar que as maiores vítimas das violências praticadas pelos

⁴² Destacam-se os filmes “Lampião, o rei do cangaço” (1964), “Deus e o diabo na terra do sol” (1964) e “Corisco e Dadá” (1996).

cangaceiros eram as mulheres camponesas, que quando não entravam de forma forçada para os bandos, eram estupradas e até mesmo mortas.

A memória do cangaço ainda é muito forte no Sertão nordestino. A história do movimento do cangaço é bem representada em filmes e documentos. No entanto, pouco há sobre as cangaceiras. Esta invisibilidade é expressa até na definição sobre o que foram. O cangaceiro foi definido por Queiroz (1991) como um homem que vivia fortemente armado na região da caatinga do Sertão nordestino. E as mulheres, seriam uma versão feminina do cangaceiro?

É importante lembrar que a questão do gênero não se reduz à diferenciação sexual. Considerando que o gênero é constituído por práticas culturais e linguagens que definem o masculino e o feminino, portanto, o feminino não se resume aos traços biológicos, sendo uma construção. Assim, a definição de Queiroz (1991) acima apresentada não é suficiente para definir a cangaceira, pois elas foram múltiplas.

Freitas (2005), em pesquisa realizada sobre as mulheres no cangaço, apresentou três motivações para a entrada delas no movimento: voluntário, rapto ou fuga. Independente do motivo, os documentários analisados pela autora apresentaram essa experiência como algo positivo. Dessa forma, apesar da pouca visibilidade das mulheres na memória do cangaço (com exceção de algumas, como Maria Bonita e Dadá), a identidade das mulheres do Sertão foi sendo construída a partir desse fenômeno.

Faz-se necessário ressaltar que o movimento do cangaço é contraditório. Para alguns, Lampião foi uma espécie de herói. Assim, a constituição da memória coletiva referente ao cangaço, seguindo as proposições de Halbwachs (2013), não seria uma imposição, mas uma adesão afetiva ao grupo, que ele denomina de “comunidade afetiva”. Para o autor, a memória nacional seria a mais completa forma de memória coletiva. Essa memória nacional do cangaço foi registrada na literatura, no cordel, pelos memorialistas. Existia (e ainda existe) em torno do mito do cangaço uma adesão afetiva, por tudo que ele representou para o Sertão.

Facó (2009) em seu estudo sobre a origem do cangaço situa historicamente o período colonial, como o período de exploração e ocupação do interior do país, em que os colonos expulsaram indígenas e os negros dos quilombos, como sendo responsável pelo surgimento dos capangas, que serviam para defender as terras dos ataques indígenas. Com o tempo, a função deixou de ser apenas defensiva e os capangas passaram a atacar as propriedades vizinhas. Como bem frisa o autor, os capangas eram comandados pelos coronéis, chefes locais.

O capanga podia posteriormente tornar-se cangaceiro, e uma das diferenças entre os dois era que o último não era um assalariado, e praticava crimes por sua conta e risco. Mas, principalmente, o cangaceiro era uma espécie de rebelde contra a ordem dominante que esmagava os pobres do campo e não se submetia ao trabalho pesado do campo. Por outro lado, ambos eram de origem humilde, trabalhadores rurais oprimidos pelo latifúndio e sofriam as injustiças sociais. Assim, o cangaço proliferou no Nordeste, especialmente em tempos de grandes secas (FACÓ, 2009). Tendo Lampião como principal expoente do movimento, o cangaço teve sob seu comando vinte anos de assassinatos, assaltos a propriedades de grandes fazendeiros, ataques a povoados, vilas e cidades. O cangaço passa a ser visto como um modo de ganhar a vida num ambiente onde imperava a ferocidade do coronel.

Lins (2001) ressalta que o cangaço foi contado através de um imaginário de fome, crueldade, beirando ao surrealismo. Isto não quer dizer que o autor negue as ações violentas cometidas pelos cangaceiros, mas alerta para a importância de separar ficção e realidade. Algumas histórias falam da violência cometida por Lampião e seu grupo; outras dizem que para Lampião, o estupro era crime punido com a morte.

O cangaço foi um fenômeno tão importante que inúmeras mulheres participaram do movimento. Quando a seca assolava o Sertão e a população se via na miséria, o cangaço se tornava um lugar de liberdade ou de aventura, tanto para os rapazes quanto para as moças. Nesses períodos de grande seca, era comum que os patriarcas vendessem suas filhas ou irmãs mais jovens para as “volantes”, que eram os grupos de soldados contratados para combater os cangaceiros (LINS, 2001).

Barroso (2012) apresenta uma visão ambígua, pois há momentos em que defende os homens que aderiram ao “banditismo”, e outras vezes os desqualificam. Para o autor, o verdadeiro inimigo regional era o atraso do Sertão, representado pelos cangaceiros e pela política autoritária e corrupta dos coronéis, que utilizavam, inclusive, a religião como forma de legitimar o poder. Assim, a existência dos jagunços e dos cangaceiros era justificativa pela falta de políticas públicas que buscavam a melhoria de vida da população do Sertão.

A República até hoje quase nada fez para instruí-lo ou melhorar-lhe a sorte. Antes tem explorado o banditismo para fins políticos. O jagunço é, às vezes, a última ratio do governo federal a fim de dominar num Estado rebelde. Para a nação, são perniciosas as consequências desse abusivo modo de agir como do descuido em impedir a formação de núcleos de bandidos, consequências que dificilmente se apagam (BARROSO, 2012, p. 74).

Pode-se perceber que Barroso não culpou os jagunços e cangaceiros pelos seus atos, e sim, o sistema e os seus líderes. Ao representar o Sertão como uma terra de barbárie e isolada

da civilização, sendo quase selvagem, Barroso (2012) reafirma a ideia de que os cangaceiros são pessoas dúbias, com uma anormalidade quase normal numa sociedade primitiva como a sertaneja.

Diante da dualidade de visões no que refere ao fenômeno do cangaço, não se pode dizer com certeza que as mulheres vivenciavam outro tipo de relação de poder, mais libertário, dentro do grupo (QUEIROZ, 1991). Ao aceitar as mulheres no cangaço, inicialmente com Maria Bonita que se tornaria sua esposa, Lampião subverteu a norma e ignorou a tradição. Segundo Lins (2001), embora a maioria das mulheres que entraram no cangaço tivesse origem pobre, com passado de violência, algumas mulheres ricas aderiram ao movimento, por razões que não eram econômicas ou sociais.

Em contrapartida, quando as mulheres eram entregues aos cangaceiros, tornavam-se cangaceiras, o que lhes dava uma identidade e autonomia. A entrada das mulheres, por volta de 1930, mudou completamente o movimento do cangaço. Para alguns, depois que o cangaceiro se apaixonava, ficava mais fácil de ser vencido; para outros, amar uma mulher deixava simbolicamente o cangaceiro menos viril (LINS, 2001).

Importante frisar que no Sertão, assim como no resto do Brasil, os “desviantes” são muitas vezes respeitados e admirados, como aconteceu com Lampião. Assim, o contexto de violência trazido pelo cangaço, trouxe graves consequências para o destino das mulheres. Segundo Queiroz (1991), o machismo tradicional do Nordeste teve como consequência a estigmatização das mulheres violadas pelos cangaceiros ou pelos soldados, produzindo, inclusive, um repúdio pelas vítimas. A violência (neste caso, o estupro de mulheres), era uma prática tida como “natural” da cultura androcentrista, uma afirmação do erotismo masculino.

Dessa forma, a violência sexual antes do casamento era passível de “pagamento” através do casamento. Ou seja, o estuprador podia casar com a vítima e tornar-se membro da família. E nesse caso, se a violação fosse cometida por um cangaceiro, a mulher jamais seria perdoadada, visto que o erro só era “pago” com o casamento. Então, uma mulher violentada não “servia mais” para o casamento; uma vez estuprada, a mulher estava acabada, restando-lhe como solução a prostituição (LINS, 2001). As mulheres representavam uma preocupação permanente, porque criou o pecado e porque podia ser violada. Com isso, não se pode afirmar que o cangaço proporcionou uma revolução da representação das mulheres nordestinas, pois a emancipação se restringiu ao movimento dos cangaceiros. Essa dualidade é expressa no tratamento dado às mulheres de fora do bando, e o desejo de algumas jovens de aderirem ao cangaço.

Ao atribuírem aos cangaceiros a ideia de violência e da violação sem medida, criou-se o mito dos cangaceiros. O nordestino, expresso no cangaceiro, é radicalizado numa visão ambígua e perigosa, repudiado como monstro, mas amado e respeitado (LINS, 2001). Assim, como a violência normatiza a conduta dos homens pobres e livres do Nordeste, tanto entre coronéis quanto entre os cangaceiros, o poder do mando, sem descartar o uso da força, é o que prevalece.

Nesse sentido, é fundamental analisar as representações sociais das mulheres do Sertão a partir do fenômeno do cangaço e do coronelismo. As representações sociais evidenciam que o contexto sertanejo (embora não o único) apresenta uma ambiguidade na identidade de gênero da mulher, ora vista como “mulher-macho”, ligada ao estereótipo do cangaço, ora vista como “mulher-frágil”, mãe e esposa dedicada. Face aos argumentos elencados, voltamos à pergunta: as mulheres do Sertão são mulheres-machos, valentes, corajosas, enfim, masculinizadas?

Podemos argumentar que, diferente do que está posto no imaginário social, as mulheres do Sertão são múltiplas, como são as mulheres de qualquer espaço geográfico, cultural, social e histórico. No entanto, o que se vê recorrentemente é a reprodução do estereótipo de mulheres do Sertão com características bem definidas, delimitando as suas possibilidades. Faz-se necessário, portanto, questionar a forma como as mulheres do Sertão veem sendo representadas e construídas pelas produções sociais e culturais.

Longe de querer dar respostas simplistas às problemáticas lançadas, faz-se necessário pensar as mulheres do Sertão de forma plural, sem deixar de tensionar outros diversos marcadores, além do espaço geográfico. Afinal, as mulheres do Sertão podem ser brancas, negras ou pardas; de classe baixa, média ou alta; analfabetas ou com nível superior completo; trabalhando na roça, no comércio ou no setor público; pode ser a valente, mas também pode ser a que é violentada.

Conforme o exposto, o contexto sertanejo apresenta uma ambiguidade na identidade de gênero das mulheres, ora vistas como “mulheres-machos”, ligadas ao estereótipo do cangaço, ora vistas como “mulheres-frágeis”, ligadas ao coronelismo. De qualquer forma, o cangaço é representado por um contexto transgressor, que não segue regras nem leis, e por isso é visto como a representação da própria violência, principalmente contra as mulheres. Já o coronelismo, na figura marcante do “coronel”, representa a dominação do homem sobre as mulheres, suas esposas, consideradas apenas objetos da sexualidade do marido e instrumento de procriação. Assim, a violência contra as mulheres, como consequência das construções das

identidades dos homens e das mulheres do Sertão, ainda é alarmante e muitas vezes legitimada como algo cultural do contexto sertanejo.

As representações sociais compartilhadas entre os/as sertanejos/as parecem, portanto, demonstrar a importância dos fenômenos locais – o coronelismo e o cangaço – como resposta à norma social que incide no contexto dos participantes; essa posição é fortemente defendida no desenvolvimento de questões socioculturais. A representação está relacionada a fatores históricos e culturais compartilhados pelos/as participantes, determinantes da percepção dos homens e das mulheres do Sertão.

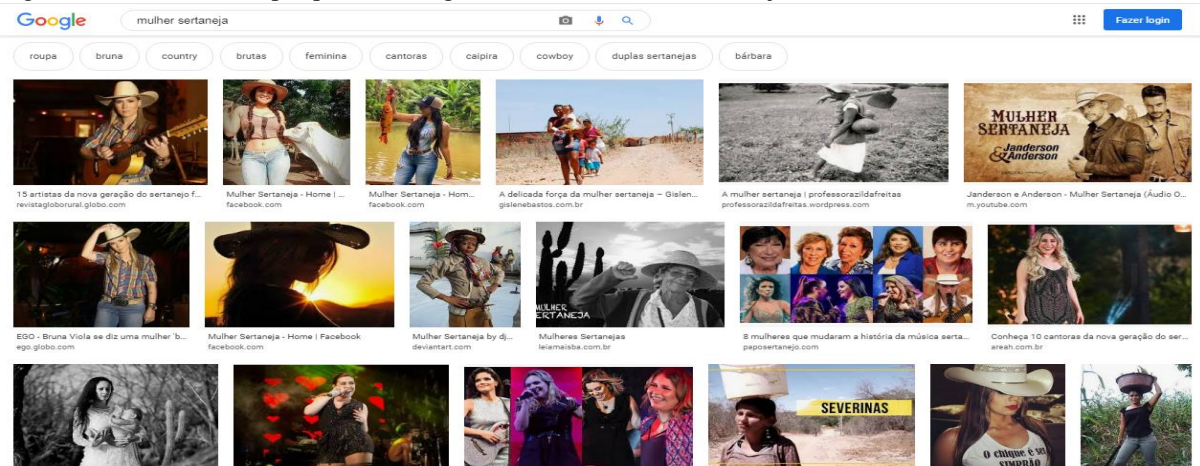
O pertencimento é fundamental para o estabelecimento de pensamentos sociais sobre identidade, nas lembranças e esquecimentos e na valoração dos fatos (CASTRO, 2017a). É preciso ressaltar que quando se trata de identidade, não há correspondência com o conceito antropológico. Utiliza-se, aqui, identidade em uma perspectiva psicossocial associada ao pensamento social que se refere basicamente à representação que se faz de si mesmo e de quem se considera próximo ou igual.

3.3 Representações da mulher e do homem do Sertão

Antes de apresentar e analisar os dados sobre as mulheres e os homens do Sertão, faz-se necessário explicar o porquê da utilização desses termos em detrimento dos termos “mulher sertaneja” e “homem sertanejo”. Ao realizar uma análise no site de pesquisas Google com o termo “mulher sertaneja”, as imagens que aparecem são contraditórias, conforme a Figura 6.

A partir da Figura 6, é possível perceber que o termo vem sendo a algum tempo vinculado com o ritmo musical considerado sertanejo e, assim, as cantoras desse estilo aparecem nos resultados. Inclusive, as pesquisas relacionadas sugerem os termos “Marília Mendonça”, “Naiara Azevedo” e “Paula Fernandes”, que são cantoras representantes do ritmo sertanejo. Além disso, aparecem também imagens de mulheres associadas ao tema da seca. Assim, das 18 primeiras imagens, 11 (equivalente a 61%) são vinculadas às cantoras e às questões do ritmo musical sertanejo.

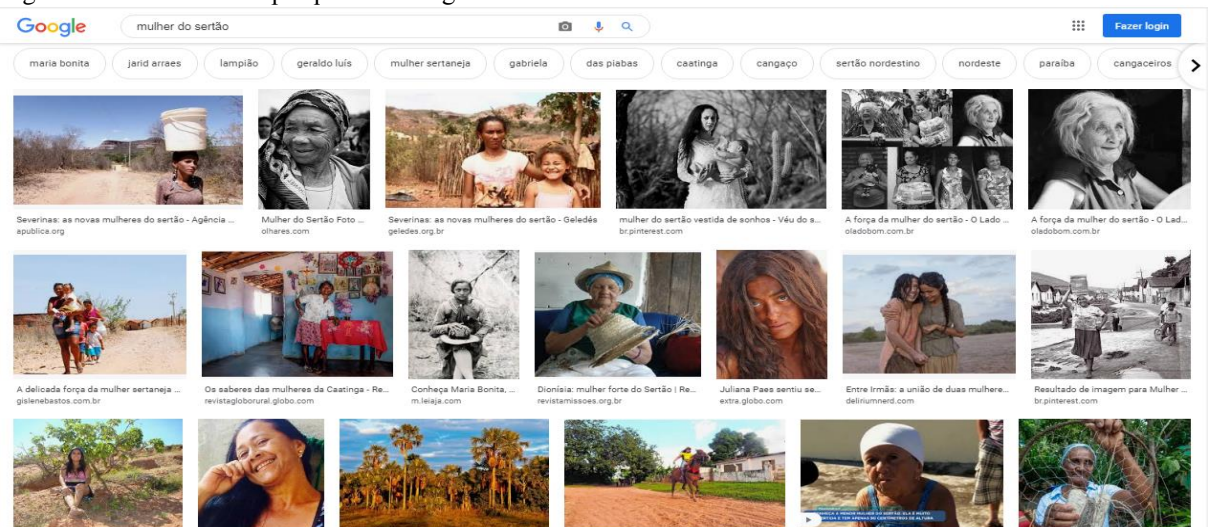
Figura 6 – Resultados da pesquisa de imagens do termo “mulher sertaneja”.



Fonte: Site Google. Acesso: 23 jan. 2021.

Ao realizar a pesquisa com o termo “mulher do sertão”, o resultado é outro, não aparecendo mais as cantoras do ritmo sertanejo, conforme a Figura 7.

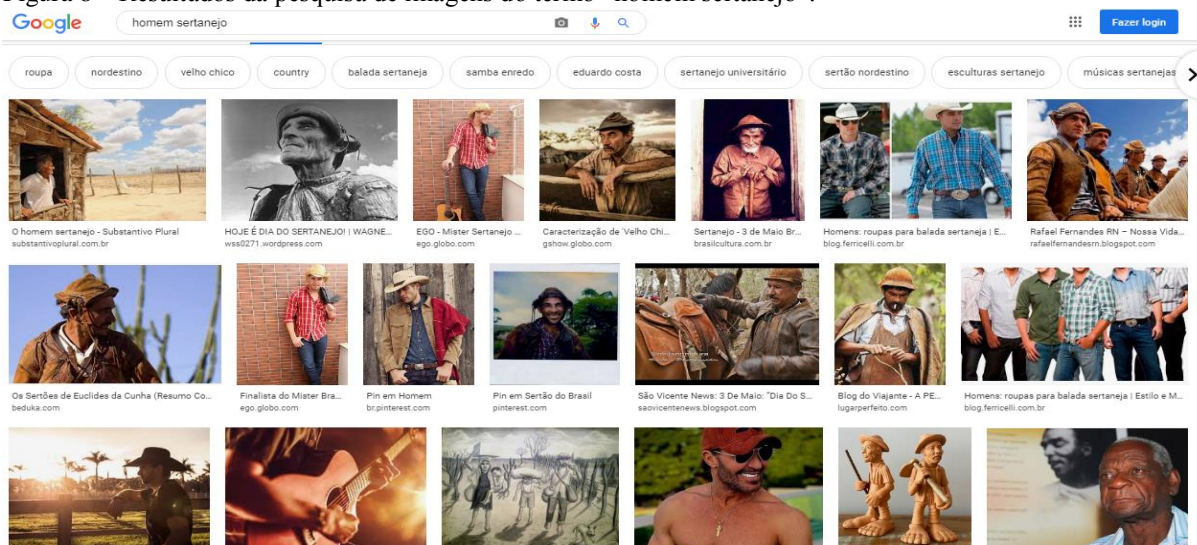
Figura 7 – Resultados da pesquisa de imagens do termo “mulher do sertão”.



Fonte: Site Google. Acesso em: 23 jan. 2021.

Para o termo “homem sertanejo”, a pesquisa produziu o resultado apresentado na Figura 8. Diferente do resultado para “mulher sertaneja”, a pesquisa com o termo “homem sertanejo” apresenta menos imagens relacionadas ao estilo musical: das 20 primeiras imagens, apenas sete (equivalente a 35%) fazem alusão aos cantores sertanejos. As pesquisas relacionadas também são diferentes, apontado os seguintes termos: “homem sertanejo nordestino”, “homem sertanejo desenho” e “homem do sertão”. Já a Figura 9, apresenta o resultado da pesquisa com o termo “homem do sertão”.

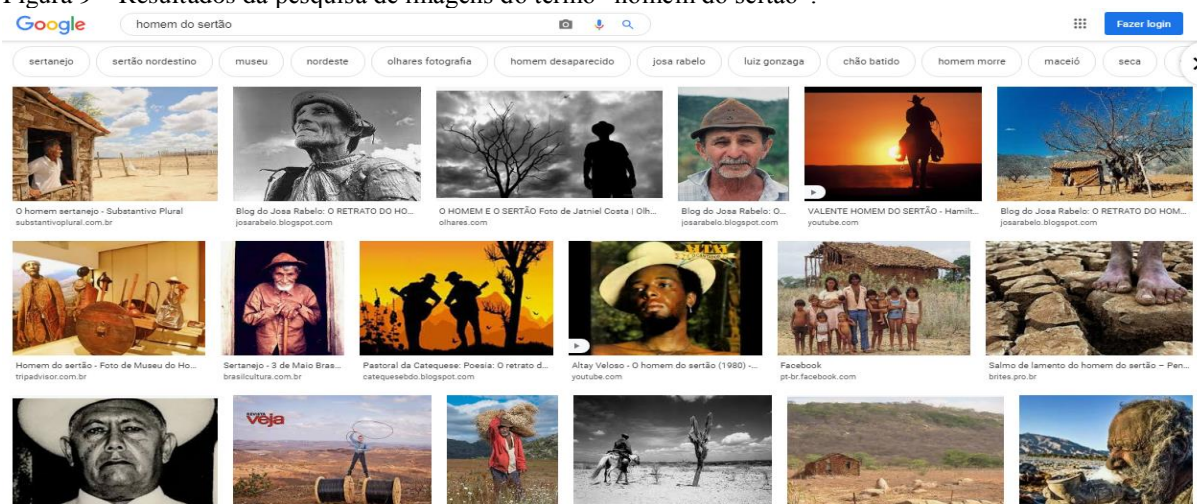
Figura 8 – Resultados da pesquisa de imagens do termo “homem sertanejo”.



Fonte: Site Google. Acesso em: 23 jan. 2021.

A partir dos resultados apresentados, é possível perceber que o imaginário popular é corroborado pelas imagens de mulheres e homens castigadas/os pela seca e com muitos/as filhos/as. Na Figura 7, dentre as 18 primeiras imagens, duas remetem à dificuldade do acesso à água; três mostram as mulheres e seus/suas filhos/as; e seis apresentam mulheres idosas. Com um contexto semelhante, a Figura 9 apresenta homens associados ao espaço geográfico configurado pela seca.

Figura 9 – Resultados da pesquisa de imagens do termo “homem do sertão”.



Fonte: Site Google. Acesso em: 23 jan. 2021.

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada com os/as profissionais da Rede de Enfrentamento da violência contra as mulheres no que se refere à representação social da mulher e do homem do Sertão. Ressalta-se, no entanto, que no momento da coleta de

dados, os termos utilizados para a evocação livre de palavras foram “mulher sertaneja” e “homem sertanejo”.

As análises das entrevistas foram realizadas através da técnica de análise de conteúdo que conforme Bardin (2016) representa um papel de técnicas de ruptura, a partir de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados, e se trata de uma técnica controlada baseada na inferência. Para garantir o anonimato dos/as participantes, os nomes foram suprimidos, e os trechos são acompanhados das seguintes informações: gênero, idade e área de atuação.

3.3.1 Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô⁴³!

O título dessa subseção faz menção a uma música famosa no Nordeste do Brasil, eternizada na voz de Luiz Gonzaga, conhecido como o “Rei do Baião”. Embora se refira ao estado da Paraíba, a música popularizou o termo “paraíbas” como expressão utilizada, principalmente no Sul e Sudeste do país, para designar as mulheres nordestinas. Com isso, foi reforçada a ideia de que as mulheres do Sertão/Nordeste são “mulheres-machos”, ou seja, mulheres masculinizadas, com traços considerados pertencentes ao universo masculino.

Analisando as evocações para o termo indutor “mulher sertaneja”, os/as participantes evocaram 1.242 palavras no total, pois houve oito omissões, sendo 228 palavras diferentes. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização, ou seja, de tratamento de equivalência, e a frequência mínima considerada para a inclusão das palavras no quadrante foi de 15. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana do rang de evocação, cujo valor foi de três. O resultado está apresentado no Quadro 1.

Diante do questionamento para os/as profissionais sobre quais palavras ou expressões lhes vem à mente com o termo “mulher sertaneja”, emergiram alguns termos que compõem o conjunto da representação social desse grupo, como mostra o Quadro 1. Os termos “batalhadora”, “forte”, “guerreira”, “lutadora” e “trabalhadora” constituem o possível núcleo central da representação sobre a mulher do Sertão, de acordo com os critérios de frequência e de ordem de evocação. Os termos do núcleo central são aqueles evocados com maior

⁴³ Trecho da música “Paraíba”, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, gravada oficialmente em 1952.

frequência pelos sujeitos e mais prontamente. O núcleo central é a parte mais consensual e estável da representação, e por isso menos sensível a mudanças em função do contexto externo ou das práticas cotidianas dos sujeitos (OLIVEIRA et al., 2007).

Quadro 1 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja”.

Frequência média	Termo evocado	Rang < 3		Rang ≥ 3		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
≥ 35	Batalhadora	58	2,27	Mãe/pai	41	3,58
	Forte	94	2,13	Sofredora	65	3,00
	Guerreira	101	2,01			
	Lutadora	36	2,72			
	Trabalhadora	73	2,37			
< 35	Bonita	34	2,26	Amorosa	19	3,92
	Corajosa	32	2,68	Dedicada	16	3,09
	Do lar/doméstica	23	2,50	Determinada	19	3,00
	Valente	22	2,67	Família	17	3,75
				Honesta	23	3,12
				Inteligente	19	3,92
				Religiosa	17	3,58

Fonte: A autora, 2020.

Desse modo, a ideia central que organiza a compreensão e o sentido atribuído pelos/as profissionais ao que caracteriza uma mulher sertaneja, é a ideia de ser forte e guerreira. As representações sociais sobre a mulher do Sertão são ancoradas no significado do trabalho como algo difícil na região, principalmente devido à seca, precisando a mulher ser forte e guerreira para aguentar todas as adversidades. Os trechos abaixo destacados corroboram os achados dos termos que constituem o núcleo central da representação social.

[...] A mulher forte, porque a mulher, ela se vira nos 30 [risos]. Ela é uma mulher que ela trabalha na rua, ela trabalha em casa, ela cuida das crianças, ela cuida do esposo e da casa. Então assim, mil e uma utilidades... (Mulher, 28 anos, Assistência Social).

Mas o forte, as mulheres sertanejas elas trabalham muito mais que os homens. Não são reconhecidas, né, porque elas trabalham em casa, na roça, em tudo quanto é buraco. Elas tão lá com a tripla, quádrupla jornada de trabalho. Então, elas são mulheres resistentes, porque como a caatinga, elas resistem [...]. Porque as mulheres adoecem, mas mesmo doente elas são as cuidadoras, dos filhos, do tal do marido, de todo o resto, né. Então eu acredito que o forte tá muito aí, sabe? (Mulher, 32 anos, Informal).

Ela é guerreira por causa de que ela é mulher que aguenta tudo na vida. Quando a mulher pernambucana [ênfase], ela leva uma rasteira, aí ela levanta assim a cabeça e diz: “Vou levantar e começar tudo de novo”. Nós mulheres pernambucanas, você pode ter certeza que somos assim. Não sei se você é pernambucana, sei que eu sou. Eu, minha filha, eu sou desse jeito. Se eu levar uma rasteira, eu bato a poeira e boto pra frente (Mulher, 43 anos, Assistência Social).

Porque antes de tudo, antes de ser sertaneja, ela já é mulher. A mulher já é... A fragilidade é o que colocam... Aliás, botaram essa fragilidade eu acho que como utopia, porque de fato não existe mulher frágil, toda mulher é guerreira... (Mulher, 47 anos, Assistência Social).

Inicialmente as representações da mulher forte e guerreira estão diretamente ligadas à imagem da mulher do Sertão. A ideia do ser “forte” está intimamente associada à proposição de que a mulher pode aguentar todas as diversidades. Estas adversidades estão ligadas à ideia do espaço geográfico seco e, conseqüentemente, às questões socioeconômicas. Devido à escassez de recursos bem como de políticas públicas específicas, a mulher do Sertão busca os meios de subsistência, mesmo que, muitas vezes, tenha pouca escolaridade e que as possibilidades de trabalho sejam poucas, além daquelas ligadas à agricultura.

Aguentaria, mas é porque a mulher nordestina, é uma mulher que tem, sei lá, eu acho ela... Não sei explicar. Eu acho uma mulher muito forte. Ela passa por cada coisa e mesmo passando por tanta dificuldade, tá com um sorriso no rosto, tá... Entendeu? Tá batalhando, correndo atrás dos seus sonhos, objetivos. Então é isso. (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Hoje como ela tá mais, tipo, mais forte, ela quer realmente o melhor pra ela e pra sua família, então ela não quer mais ser a submissa que fica em casa, ajeitando a casa, fazendo comida, cuidando dos filhos. Ela não! Ela quer ir pra rua, ela quer conquistar também, ela quer trabalhar, quer ser independente (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Considerando que o núcleo central é composto pelos elementos que estão ligados à memória coletiva e à história do grupo (ABRIC, 2001), ainda é composto pelos termos “batalhadora”, “lutadora” e “trabalhadora”.

[Há] uma luta que vem ganhando força a cada dia que passa, porque as mulheres de hoje em dia estão adotando essa coisa de ser mulher, de lutar pelo papel delas na sociedade (Homem, 30 anos, Assistência Social).

Uma mulher forte? Porque assim, a mulher sertaneja, acho que a mesma coisa do homem que eu imaginei. Ela é batalhadora, não desiste, sempre tá correndo atrás dos seus objetivos, seus sonhos, entendeu? Cuida da casa, trabalha, estuda. Então pra mim é uma mulher [forte]... (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

E não é isso, porque se tu quiser, tu sai com teu filho de um ano, e sai pra trabalhar, e põe comida dentro de casa, e vai à luta, e assim as coisas vão acontecendo aos pouquinhos, com toda dificuldade que tenha, que passe fome, que não tenha onde dormir, mas um dia, na tua luta, tu vai conseguir sair daquela vida (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

A mulher sertaneja ela é uma mulher mais sofrida, de ser mais lutadora, mais trabalhadora, ela é mais sofrida. A situação financeira dela fica bem aquém da capital e das cidades mais desenvolvidas. (Mulher, 57 anos, Informal).

Que antes a mulher era muito dependente, ainda temos, claro, era muito dependente do homem pra tudo, ficar em casa, enquanto o homem vai na luta, buscar a comida,

o lazer, essas coisas. E hoje ela pode buscar isso e conciliar, de acordo com o ciclo familiar, com filhos, trabalho, entre outros (Mulher, 30 anos, Assistência Social).

A partir dos trechos destacados, é possível perceber que a identidade da mulher do Sertão corrobora a ideia de Silva (2000), de que só se é alguma coisa porque não se é outras, e só não se é alguma coisa porque algo se é. Neste sentido, o autor ressalta que a identidade e a diferença são produzidas no contexto de relações culturais e sociais, ou seja, a identidade é constituída a partir do outro, entendido como aquilo que não é, o negativo que se opõe. Assim, a mulher do Sertão, diferente das mulheres de outros contextos é aquela que é guerreira e lutadora, porque precisa enfrentar mais adversidades geográficas, climáticas, políticas e sociais.

Para Ricoeur (2006), o reconhecimento de si é necessário para o reconhecimento como noção política. Por outro lado, é igual a todas as mulheres, é forte, entendendo-se que a fragilidade da mulher foi algo inventado. Esta noção de mulher forte configura um reconhecimento que se transfigurou, posto que inicialmente o imaginário social foi construído a partir da ideia da mulher frágil.

Retomando-se a proposição de Moscovici (2012) em que as representações sociais se estruturam a partir de três dimensões, pode-se buscar compreender melhor os termos encontrados no núcleo central da representação. Neste sentido, o termo “trabalhadora” constitui a informação que os/as profissionais têm acerca da mulher sertaneja, compreendendo-as como alguém muito ligada ao trabalho. Segundo Albuquerque Jr. (2003), a mulher sertaneja ainda é vista como uma mulher que além de trabalhar nos afazeres domésticos, é aquela que também trabalha na roça, ajudando o marido.

Os termos “forte” e “guerreira” constituem a dimensão imagética. A imagem, ou sensações mentais, representam as impressões que pessoas ou objetos deixam em nosso cérebro. Assim, para os/as profissionais, há um destaque para a imagem de mulher forte e guerreira como característica formadora e necessária da mulher do Sertão. Já os termos “lutadora” e “batalhadora” podem referir-se ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre a mulher sertaneja.

Os elementos periféricos de uma representação social são aqueles que mantêm a representação e integram novas informações a estas. A presença do termo “sofredora” na primeira periferia aponta para representação da mulher do Sertão ainda muito ligada às ideias de seca, do trabalho árduo, e às adversidades do local. Para Jodelet (2002), a alteridade deve ser analisada como um produto e processo psicossocial, por ser um duplo processo de

construção e exclusão sociais, não se colocando a tônica somente na exclusão social, mas também na construção da identidade. Assim, a alteridade seria o resultado de um vínculo social, de uma interação. Pode-se inferir que a questão do machismo está diretamente relacionada ao sofrimento das mulheres sertanejas.

Sofredora em termos que ela às vezes se pega cuidando de todo mundo e esquece de cuidar de si. Muitas vezes a mulher, ela se preocupa com a saúde da família, dos seus filhos, do seu esposo, com a limpeza da casa, e às vezes ela tá ali doente, né, não tira aquele tempo pra se cuidar, ou mesmo a questão dela pessoal (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

Quando a gente foi fazer a escuta, a vizinhança disse: “Essa daí é uma sofredora. Ele sempre bateu nela, humilhou ela” (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

Porque, assim, eu pensei a sertaneja, não tipo, de hoje, eu pensei sertaneja da zona rural, a situação seguinte: é doze crianças, aí já começa daí o sofrimento [risinhos]. Aí ainda é casa, doze menino pra cuidar, de casa, comida, às vezes trabalha ainda na roça. Aí é pesado. (Homem, 28 anos, Saúde).

Ela sofre em relação ao machismo, porque eu pensei mais na mulher sertaneja lá do Sertão [rural]. Por mais que eu vi na minha experiência mulheres que são bastante fortes, assim, não baixa a cabeça pra homem, mas tem muitas que ainda sofrem com isso, e sofrem caladas. Sofrem com alcoolismo, sofrem com machismo, sofrem com as agressões (Mulher, 34 anos, Saúde).

Já o termo “mãe/pai” aponta para a ideia da capacidade natural de ser mãe da mulher (AZEVEDO, 1985), mas também ressalta a proposição de que, muitas vezes, a mulher do Sertão tem que substituir o homem, inclusive no seu papel de pai. Conforme Albuquerque Jr. (2003), as “viúvas da seca” tinham que aprender a viver e a sobreviver na ausência do marido, realizando as atividades consideradas masculinas, perpassando os cuidados com os/as filhos/as, conforme trecho a seguir.

Mas que há uma tendência pra criança do sexo feminino e do sexo masculino, a tendência do sexo feminino é que já induz a conduta de ser mãe, de ser cuidadora do lar (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

A segunda periferia é composta por termos com mais proximidade da representação com as práticas sociais (OLIVEIRA et al., 2007), que comporta os elementos periféricos evocados menos prontamente e de pouca presença nas representações. Esses elementos servem como preceptores de comportamento, sendo a parte operacional da representação, que intervêm na defesa da representação bem como na transformação das representações (ABRIC, 2001). Assim, é possível inferir que compreender a mulher como “amorosa”, “dedicada” e “determinada”, protege o núcleo central de uma transformação da sua representação.

Encontram-se ainda na segunda periferia termos como “família” e “religiosa”. Barroso (2012) indicava a existência de um código sertanejo baseado no respeito às tradições, religião e família. Assim, reforça-se a ideia de que a mulher do Sertão é uma mulher de família e de muita fé.

Retoma-se a proposição de Abric (2001) sobre a zona de contraste, composta por elementos de baixa frequência, mas evocados mais prontamente, podendo complementar ou reforçar o núcleo central. Para os/as profissionais deste estudo, os termos “bonita”, “corajosa”, “do lar/doméstica” e “valente” compõem a zona de contraste. Deste modo, o conceito e imagem de “trabalhadora”, “forte” e “guerreira” do núcleo central podem ser reforçados pelos termos existentes na zona de contraste. Isso porque as ideias da mulher forte e guerreira podem estar relacionadas com a mulher “corajosa” e “valente”.

É importante verificar o aparecimento de termos como “inteligente” (na segunda periferia) e “bonita” (na zona de contraste), que podem apontar para uma mudança na representação da mulher do Sertão, que durante muito tempo foi considerada com traços feios, rudes, de matuta, caipira, beata, cafona, e outras qualidades que foram frequentemente impostas (ALBUQUERQUE JR., 2003).

Tabela 12 – Avaliação dos termos evocados pelos/as participantes para o termo indutor “mulher sertaneja”.

Termo Evocado	Quantidade de Evocação			Avaliação Geral
	Total	Apenas Mulheres	Apenas homens	
Amorosa	19	11	8	+
Batalhadora	58	41	17	+
Bonita	34	18	16	+
Corajosa	32	23	9	+
Dedicada	16	11	5	+
Determinada	19	16	3	+
Do lar/doméstica	23	12	11	0
Família	17	12	5	+
Forte	94	66	28	+
Guerreira	101	61	40	+
Honesta	23	14	9	+
Inteligente	19	11	8	+
Lutadora	36	26	10	+
Mãe/pai	41	25	16	0
Religiosa	17	11	6	+
Sofredora	65	42	23	0
Trabalhadora	73	53	20	+
Valente	22	13	9	+

Fonte: A autora, 2020.

Legenda: + (positivo); 0 (neutro).

Procurou-se estabelecer se o conteúdo das respostas expressava valoração positiva, negativa ou de neutralidade. A Tabela 12 mostra que 83% das respostas expressaram uma

valoração positiva, praticamente inexistindo a neutralidade. Ressalta-se o fato de que nenhum termo foi considerado como negativo.

Assim, a partir dos resultados da Tabela 12, evidencia-se que a imagem da mulher do Sertão apresenta uma conotação positiva, pois é considerada uma vitoriosa por conseguir sobreviver num ambiente de tantas adversidades e de falta de oportunidades, além de conviver com violências, sejam físicas e psicológicas, bem como estruturais e simbólicas.

Para fins de comparação, realizou-se a análise das evocações livres segmentada por gênero. Assim, o Quadro 2 apresenta o resultado das evocações do termo indutor “mulher sertaneja” para as profissionais mulheres, e o Quadro 3 apresenta o resultado das evocações para os profissionais homens.

Quadro 2 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja” para as profissionais.

Frequência média	Termo evocado	Rang \leq 2,70		Rang $>$ 2,70		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 20	Batalhadora	41	2,23	Lutadora	26	2,95
	Corajosa	23	2,59	Mãe/pai	25	3,39
	Forte	66	2,10	Sofredora	42	2,93
	Guerreira	61	2,00			
	Trabalhadora	53	2,30			
< 20	Dor lar/doméstica	12	1,88	Amorosa	11	4,12
	Valente	13	2,70	Bonita	18	3,08
				Dedicada	11	3,25
				Determinada	16	3,08
				Família	12	3,77
				Honesta	14	3,20
				Inteligente	11	3,62
				Religiosa	11	3,00

Fonte: A autora, 2020.

É possível perceber que no que se refere às evocações apenas para as profissionais mulheres, houve uma mudança no núcleo central da representação, com a inserção do termo “corajosa” e a saída do termo “lutadora”. No entanto, essa mudança não altera a representação social da mulher sertaneja, que continua ancorada nos termos “forte” e “guerreira”, ao permanecerem como os evocados com maior frequência entre todos os termos. Além disso, os termos “corajosa” e “lutadora” possuem uma mesma ideia atrelada, pois podem referir-se à coragem de continuar lutando pela sobrevivência num ambiente considerado hostil e inóspito, como o Sertão.

Em relação à representação da mulher sertaneja para os profissionais homens, apresentado no Quadro 3, é possível identificar uma mudança mais significativa no núcleo central com a saída do termo “lutadora” para a entrada do termo “bonita”, que para as mulheres está na segunda periferia, ou seja, como um termo com baixa frequência e não prontamente evocado.

Quadro 3 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “mulher sertaneja” para os profissionais

Frequência média	Termo evocado	Rang ≤ 3		Rang > 3		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 10	Batalhadora	17	2,40	Do lar/doméstica	11	3,28
	Bonita	14	1,70	Mãe/pai	16	3,90
	Forte	28	2,23	Sofredora	23	3,28
	Guerreira	40	2,00			
	Trabalhadora	20	2,58			
≤ 10	Corajosa	9	3,00	Amorosa	8	3,60
	Honesta	9	3,00	Companheira	9	3,83
	Lutadora	10	2,00	Humilde	6	3,50
	Valente	9	2,60	Religiosa	6	3,25

Fonte: A autora, 2020.

No que se refere à primeira periferia, nota-se a diferença entre os subgrupos, sendo que para as mulheres têm-se o termo “lutadora”, enquanto para os homens têm-se o termo “do lar/doméstica”. Esse termo retoma a ideia da mulher como sendo do âmbito privado, da casa (DAMATTA, 1997). No entanto, é importante ressaltar que o termo aparece na zona de contraste para as profissionais, ou seja, são termos que embora tenham uma frequência baixa, foram evocados prontamente. Neste sentido, é possível perceber que para as mulheres, o termo também é significativo.

Nota-se a existência do termo “família” na segunda periferia para as profissionais, enquanto o termo não aparece na representação dos profissionais homens. Lins (2001) ressalta que apesar da importância da família para mulheres e homens do Sertão, no movimento do cangaço as mulheres eram consideradas transportadoras da decadência. Assim, a única mulher que deveria ser amada e respeitada sem medidas era a mãe.

Diante do exposto, pode-se perceber que o imaginário social da mulher do Sertão, que utiliza o simbólico para se exprimir e existir (CASTORIADIS, 2010), ainda perpetua a imagem de uma mulher sofrida, resistente à seca e à fome, como as imagens apresentadas nas Figuras 6 e 7. No entanto, a construção da identidade da mulher do Sertão foi sendo

construída a partir do reconhecimento do outro, da diferença (SILVA, 2000; RICOEUR, 2006).

Assim, a construção de um Sertão castigado pela seca e pobre, como o Outro Brasil de cima, reafirmou a necessidade de mulheres fortes e guerreiras para sobreviver a todas as adversidades. No entanto, entende-se que a mulher do Sertão não precisa ser “macho”. Precisa apenas ser mulher, com acesso às políticas públicas e à garantia de direitos.

3.3.2 O sertanejo é, antes de tudo, um forte⁴⁴

Analisando as evocações para o termo indutor “homem sertanejo” os/as participantes evocaram 1.246 palavras no total, pois houve quatro omissões, sendo 213 palavras diferentes. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização, ou seja, de tratamento de equivalência, e a frequência mínima considerada para a inclusão das palavras no quadrante foi de 12. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana do rang de evocação, cujo valor foi de 2,8.

Quadro 4 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo”.

Frequência média	Termo evocado	Rang < 2,8		Rang ≥ 2,8		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 20	Batalhador	26	2,44	Corajoso	22	2,80
	Forte	88	2,01	Honesto	26	3,22
	Guerreiro	56	2,56	Lutador	42	3,00
	Machista	55	2,05	Sofredor	52	2,86
	Trabalhador	140	2,19			
≤ 20	Agricultor	13	2,11	Família	12	3,00
	Bruto	20	2,64	Ignorante	19	3,15
	Valente	16	2,36	Inteligente	14	3,70
				Humilde	16	3,09
				Pai	14	4,00
				Persistente	17	3,42
				Religioso	13	4,11

Fonte: A autora, 2020.

Diante do questionamento para os/as profissionais sobre quais palavras ou expressões lhes vem à mente com o termo “homem sertanejo”, emergiram alguns termos que compõem o conjunto da representação social desse grupo, como mostra o Quadro 4. Os termos

⁴⁴ CUNHA, 2016, p. 27.

“batalhador”, “forte”, “guerreiro”, “machista” e “trabalhador” constituem o possível núcleo central da representação sobre o homem sertanejo, de acordo com os critérios de frequência e de ordem de média de evocação.

Desse modo, a ideia central que organiza a compreensão e o sentido atribuído pelos/as profissionais ao que caracteriza um homem sertanejo, é a ideia de trabalho. As representações sociais sobre o homem do Sertão são ancoradas no significado do trabalho como algo difícil na região, principalmente devido à seca, precisando o homem ser forte e guerreiro para aguentar todas as adversidades.

Considerando que o núcleo central é composto pelos elementos que estão ligados a memória coletiva e a história do grupo (ABRIC, 2001), o núcleo central ainda é composto pelo termo “machista”. Ou seja, há uma história sociocultural que relaciona os homens do Sertão a um comportamento considerado machista.

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais se estruturam a partir de três dimensões: conceito-informação, atitude-julgamento e imagem-campo de representação. O conceito refere-se à informação, ou seja, os conhecimentos que determinado grupo possui sobre um objeto. O termo “trabalhador” constitui a informação que os/as profissionais têm acerca do homem sertanejo. Neste sentido, os sujeitos compreendem o homem do Sertão como alguém muito ligado ao trabalho.

Os termos “forte” e “guerreiro” constituem a dimensão imagética. A imagem, ou sensações mentais, representam as impressões que pessoas ou objetos deixam em nosso cérebro. Podemos perceber que a clássica frase de Euclides da Cunha (2016, p. 27) de que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” é um marcador de identidade primordial. Esta identidade de forte é atribuída principalmente por causa das adversidades do lugar, da seca, da falta de acesso às políticas públicas. Assim, para os/as profissionais, há um destaque para a imagem de homem forte, trabalhador e batalhador, como característica formadora e necessária do homem do Sertão.

[...] a gente tem que ver que a gente vive com o básico, a gente tá acostumado com aquele básico, a gente infelizmente não tem muito [...]. Ele é forte porque ele aguenta, porque ele consegue ser feliz com aquilo, porque ele consegue muitas vezes construir sua família baseada na simplicidade do campo, baseado no menos que é mais (Mulher, 28 anos, Assistência Social).

[...] porque quando eu pensei no homem sertanejo, eu pensei no homem trabalhador, tá entendendo? A força que, assim, tá entendendo... Porque não, realmente também assim, eu nunca trabalhei [na roça], talvez não seja fácil... (Mulher, 30 anos, Assistência Social).

Um homem batalhador, entendeu? Um homem do campo, batalhador, guerreiro. Sofredor, porque mesmo tendo esse momento difícil, ele não desiste nunca, sempre tá ali batalhando, correndo atrás. Foi na figura do meu pai que eu pensei (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Para Ricoeur (2006), a identidade é um reconhecimento, posto que além da necessidade de saber quem somos, é necessário a relação com o outro, pois não existimos sem o reconhecimento do outro. Ou seja, a alteridade é fundamental para o reconhecimento da identidade. Assim, o autor caracterizou as formas possíveis de reconhecimento que o indivíduo pode obter por parte da sociedade em que vive. Esse reconhecimento pode ser organizacional ou institucional, gerando prestígio, consideração e aceitação. Viver em sociedade exige um esforço contínuo de reconhecimento dos outros e de busca por ser reconhecido. Por isso a mulher e o homem do Sertão são pessoas identificadas como fortes, porque a escassez é uma característica marcante do lugar que é seco, árido, inóspito, isolado, de difícil acesso – diferente de todos os outros.

Interessante comparar os termos da representação do homem e da mulher, pois quatro termos se repetem, exceto pelo termo “lutador”, que compõem a primeira periferia. O quinto termo do núcleo central é “machista”, termo que não aparece na representação das mulheres. Ressalta-se que o termo foi evocado, mas não compõe a representação social da mulher do Sertão.

Aceitar as diferenças pode facilitar o reconhecimento do outro, mas pode também por um lado, banalizar e, por outro, torná-los tão evidentes que o reconhecimento vem acompanhado da intolerância, da violência. Reconhecer que o povo sertanejo é diferente das demais regiões do Brasil, historicamente, o colocou numa situação de subordinação, como se tivesse abaixo dos outros, uma “sub-raça”, enfatizando a superioridade do Sul em relação ao Norte, conforme pontuado por Albuquerque Jr. (2009).

Assim, pode-se considerar que o termo “machista” se refere ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre o homem do Sertão. O termo representa o sentimento que os/as profissionais atribuem ao homem, principalmente devido à cultura patriarcal local, ou seja, o homem sertanejo, herdeiro dessa história, continua com o machismo, associando a ideia de que os homens têm poder sobre as mulheres.

E a maioria dos homens, eles são muito machistas. Eles só pensam nele. Eles não querem ver, quer a esposa, mas não querem ter aquele carinho, aquele cuidado (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

Eu acredito que o machismo impera em todo lugar. Então assim, eu acredito, eu ainda não vejo o meu lugar como o pior. É um lugar onde o machismo é muito forte, mas existem lugares [que são piores]... (Mulher, 32 anos, Informal).

Porque o homem daqui ele é muito machista. Então ele não aceita determinadas coisas. Isso é muito característico daqui. (Mulher, 30 anos, Saúde).

O homem também era mais machista, não deixava as mulheres trabalhar. [...] Às vezes muitas não vai trabalhar porque o marido já acostumou tá em casa ou porque não querem trabalhar. Porque não deixa ela trabalhar. Às vezes até querem trabalhar, mas o marido que é bem machista não deixa! (Mulher, 28 anos, Saúde).

O homem acha que a mulher tem que depender dele, então ele acha que pode fazer o quer com a mulher, e muitas vezes algumas mulheres entendem dessa forma também, infelizmente. Eu já conversei com algumas e me disseram isso. Então assim, eu vejo mais o machismo mais nessas cidades pequenas, no sertanejo (Mulher, 29 anos, Informal).

Interessante notar que os/as profissionais fazem uma correlação entre as noções do homem forte, machista e covarde. Ou seja, o homem não deve utilizar sua força para cometer uma violência contra a mulher, pois aí ele seria, na verdade, um covarde. Essas situações seriam relacionadas ao machismo ainda existente na sociedade, sobretudo, nos homens.

Porque eu acho que um homem que bate numa mulher, ele não é macho, ele é um covarde. Apesar de ele ser nordestino, apesar dele ser antes de tudo um forte, como já disse Euclides da Cunha, mas ele é um covarde. Por que ele não fez isso na rua contra outro homem, se ele se sente tão forte? (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

Aqui tem muito caso de machismo mesmo. Um exemplo: a mulher sai com as amigas, ou vai... Aí ele já se acha no direito de exigir, entendeu? Já teve casos aí de a viatura ir, chegar lá: “Não, fiz isso porque minha mulher saiu com as amigas, tal, eu não gostei”. E pra mim isso é machismo. (Homem, 38 anos, Segurança Pública).

Porque eu acho que o machismo é mais preponderante no Sertão. A questão deles verem a mulher como um objeto. Assim, quando a mulher resolve se separar, a maioria dos casos de violência doméstica, que já chegou a caso de tentativa de feminicídio, e até feminicídio consumado, né, tem a ver com a questão de separação. É como se eles achassem que a mulher não pudesse separar, né? Se ela se separar, é como se tivesse atingindo ele de alguma forma, né? (Mulher, 40 anos, Segurança Pública).

Eu acredito assim: pelo próprio machismo dele. Porque ele já determina aquilo, entendeu? Então assim, tem uma casa que uma mulher tá sendo agredida, o cara é muito machista. É difícil de você chegar nesse homem (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Ainda há uma cobrança, porque hoje o machismo ainda continua. Infelizmente ainda continua. É tanto que há cargos, profissões, que ainda quando é a mulher: “Ah, é porque é a mulher que tá fazendo esse papel, se fosse um homem faria melhor”. Porque ainda há um machismo que a mulher não poderia tá fazendo aquilo, ela não tem aquela autonomia (Mulher, 30 anos, Assistência Social).

Tajfel (1981) enumera quatro atributos psicológicos sociais que determinam possíveis formas de comportamento social: o consenso entre os grupos envolvidos de que os critérios de estratificação são tão legítimos como estáveis, ou seja, impossíveis de se alterar; o consenso de que os critérios não são legítimos nem impossíveis de se alterar; o consenso de que os critérios são ilegítimos, mas imutáveis devido às diferenças de poder entre os grupos; o consenso de que os critérios são legítimos, mas instáveis e possíveis de se alterar.

Desse modo, para Tajfel (1981), a base das diferenças entre comportamento interpessoal ou intergrupar, consiste em que no primeiro caso, os indivíduos agem enquanto indivíduos e, no segundo caso, os indivíduos interagem segundo seu sentimento de pertencimento ao grupo. Considerando-se pertencentes ao grupo de homens do Sertão que tem uma construção socio-histórica patriarcal, os homens mantêm a identidade e comportamentos considerados como machistas.

Ainda conforme Tajfel (1981), a condição básica para o aparecimento de comportamentos extremos intergrupo é a crença de que as fronteiras sociais relevantes entre os grupos são imutáveis, sejam quais forem as razões, é impossível que os indivíduos de um grupo se movam para outro grupo. Do mesmo modo, a condição básica para o comportamento puramente interpessoal de indivíduos que se incluem em grupos distintos, é a crença de que as mesmas fronteiras intergrupais relevantes são flexíveis, mas que há grandes dificuldades que impedem a mobilidade social de indivíduos de um grupo para o outro. Com isso, apesar de alguns homens compreendem determinados comportamentos como machistas, a mudança demora a acontecer, e o grupo, de forma geral, continua sendo considerado como machista.

Os elementos periféricos de uma representação social são aqueles que mantêm a representação e integram novas informações a estas. A presença dos termos “sofredor”, “lutador”, “corajoso” e “honesto” na primeira periferia apontam para representação do homem do Sertão ainda muito ligada às ideias de seca, trabalho árduo, e as adversidades do local.

A segunda periferia é composta por termos com mais proximidade da representação com as práticas sociais (OLIVEIRA et al., 2007), que comporta os elementos periféricos de menor importância e de pouca presença nas representações. Esses elementos servem como preceptores de comportamento, sendo a parte operacional da representação, que intervêm tanto na defesa da representação como na transformação das representações (ABRIC, 2001). Assim, é possível inferir que compreender o homem como “humilde” e “persistente”, protege o núcleo central de uma transformação da sua representação. No entanto, nota-se o

aparecimento do termo “ignorante”, que apesar de ser apontado nas entrevistas referindo-se, principalmente, à falta de acesso aos estudos, pode justificar a entrada do termo machista no núcleo central. A informação nova é o aparecimento de termos como “família”, “inteligente” e “pai”, que apontam para uma nova representação do homem do Sertão.

Interessante notar a identidade da/o sertaneja/o como uma pessoa religiosa e de fé. No entanto, essa ideia de religiosidade constrói uma imagem para o Outro com uma conotação diferente. Para Ribeiro (2006, p. 320), “o sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e à violência”. Porém, para os homens e mulheres do Sertão, a identidade perpassa a ideia de religiosidade, ou seja, para ser forte e guerreiro, superando as adversidades, é preciso ter fé.

[...] questão de ser firme e forte, independente de tudo. Ele mostrar que independente de ser homem ou mulher, independente de tudo, tem que ser forte, tem que ser guerreiro, tem que ser sempre atrelado à fé (Homem, 30 anos, Assistência Social).

O que o povo mais valoriza em casa é o trabalho e a fé (Homem, 34 anos, Saúde).

Principalmente [precisa] é ter fé, e força de vontade, confiar em Deus, que a gente vence (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

A pessoa que está presente, com Deus no coração, na mente, em todo o momento, agradecendo a Deus pelas coisas boas que acontecem, agradecendo todo o momento de sua vida, até as coisas que não foram satisfeitas pra sua vida, você tem que agradecer a Deus porque você soube sair delas. Então você só faz isso, porque você tem amor a Deus. Então você fica uma pessoa mais sensata, mais pensante. Então uma pessoa que pensa em Deus primeiro, chega em qualquer lugar, consegue qualquer coisa (Mulher, 57 anos, Informal).

A zona de contraste, de acordo com Abric (2001), é composta por elementos de baixa frequência, porém considerados importantes, evidenciam as variações da representação em função de subgrupos, mas sem alterar os elementos centrais, e pode complementar ou reforçar o núcleo central, por serem termos que apesar de poucas vezes enunciados possuem importância elevada. Para os/as profissionais deste estudo, os termos “agricultor”, “bruto” e “valente” compõem a zona de contraste.

Freyre (2010), ao analisar a construção da família brasileira, ressalta que o patriarca que punia as pessoas escravizadas, punia igualmente os/as filhos/as. Essa brutalidade do sistema patriarcal brasileiro também era evidenciada nos castigos intrafamiliares. Conforme o autor, os filhos (principalmente os meninos) também eram castigados com palmatória, com vara de marmelo, eram presos nas covas ou postos de joelhos sobre grãos de milho. Neste

sentido, o castigo perpetrado contra as pessoas escravizadas bem como o castigo ao filho de família, fazia parte de um sistema de educação, de assimilação e de disciplina que não podia abrir oportunidades para as demonstrações de carinho. A forma de educar e disciplinar tanto as pessoas escravizadas quanto os/as filhos era concebida a partir do castigo corporal, uma punição cruamente física. Assim, esse comportamento ainda continua e perpetua a imagem do homem bruto, violentador, inclusive com sua família.

Segundo Barroso (2012), a valorização do homem bruto e da mulher de coragem eram valores difundidos desde muito cedo para as crianças. Dessa forma, o sentimento de honra pessoal era muito importante para o homem do Sertão, podendo ser restaurada através do sangue do opositor, caso houvesse algum crime contra ela. Ainda conforme o autor, diante de uma ofensa grave, a resposta dada a quem ofendeu era a morte, posto que as tradições enraizadas poderiam coagir as pessoas a se vingarem: “No sertão, quem não se vinga está moralmente morto” (BARROSO, 2012, p. 59). Com isso, os crimes contra a honra do homem foram compreendidos de forma muito ampla, até mesmo o desejo de a mulher trabalhar, estudar; o fato de ter amigos/as; além, claro, da traição, que foi, e ainda é, a principal motivação apresentada nos casos de feminicídio.

Já o conceito e imagem de trabalhador, forte e guerreiro do núcleo central podem ser reforçados pelos termos existentes na zona de contraste. Isto porque a ideia de um homem trabalhador pode estar relacionada com a de “agricultor”. Os termos guerreiro e forte podem ser reforçados por “valente”. Por fim, o termo machista do núcleo central pode ser complementado pelo termo “bruto” na zona de contraste, pois alguns/mas profissionais podem considerar que o machismo faz parte da estrutura da família patriarcal do contexto sertanejo.

Procurou-se estabelecer se o conteúdo das respostas expressava valoração positiva, negativa ou de neutralidade. A Tabela 13 mostra que 68% das respostas expressaram uma valoração positiva, menor do que a avaliação para as mulheres, que foi 83% positiva. Em relação à neutralidade e a negatividade, cada valoração teve 16%.

Apesar da existência de termos com valoração negativa, os resultados da Tabela 13, evidenciam a imagem do homem do Sertão com uma conotação predominantemente positiva, por ser forte, guerreiro e trabalhador. A imagem propagada por Cunha (2016) em relação à cultura do/a sertanejo/a, ainda persiste. Assim, apesar do imaginário social propagar a ideia dos homens e das mulheres dos Sertões como bárbaros/as e violentos/as, reforçam também a

ideia de que a sua “brabeza” e a sua determinação para conseguir sobreviver em condições inóspitas eram características fortes e essenciais.

Tabela 13 – Avaliação dos termos evocados pelos/as participantes para o termo indutor “homem sertanejo”.

Termo Evocado	Quantidade de Evocação			Avaliação Geral
	Total	Apenas Mulheres	Apenas homens	
Agricultor	13	11	2	0
Batalhador	26	11	15	+
Bruto	20	15	5	-
Corajoso	22	14	08	+
Família	12	8	4	+
Forte	88	65	23	+
Guerreiro	56	36	20	+
Honesto	26	15	11	+
Humilde	16	8	8	0
Ignorante	19	15	4	-
Inteligente	14	4	10	+
Lutador	42	27	15	+
Machista	55	38	17	-
Pai	14	11	3	+
Persistente	17	11	6	+
Religioso	13	3	10	+
Sofredor	52	36	16	0
Trabalhador	140	103	37	+
Valente	16	10	6	+

Fonte: A autora, 2020.

Legenda: + (positivo); 0 (neutro); - (negativo).

Para fins de comparação, realizou-se a análise das evocações livres segmentada por gênero. Assim, o Quadro 5 apresenta o resultado das evocações do termo indutor “mulher sertaneja” para as profissionais mulheres, e o Quadro 6 apresenta o resultado das evocações para os profissionais homens.

Quadro 5 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo” para as profissionais.

Frequência média	Rang ≤ 3			Rang > 3		
	Termo evocado	Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 15	Forte	65	2,15	Lutador	27	3,10
	Guerreiro	36	2,73	Sofredor	36	3,19
	Machista	38	1,71			
	Trabalhador	103	2,16			
≤ 15	Agricultor	11	2,25	Honesto	15	3,09
	Batalhador	11	2,25	Ignorante	15	3,45
	Bruto	15	3,00	Pai	11	4,25
	Corajoso	14	2,90	Persistente	11	3,87
				Valente	10	4,00

Fonte: A autora, 2020.

É possível perceber que no que se refere às evocações apenas para as profissionais mulheres, houve uma mudança no núcleo central da representação, com a saída do termo “batalhador”. No entanto, essa mudança não altera a representação social do homem do Sertão, que continua ancorada nos termos “forte”, “guerreiro” e “trabalhador” para ambos os gêneros. A diferença mais significativa refere-se ao termo “machista”, que continua compondo o núcleo central da representação para as mulheres, mas não para os homens. Ou seja, as mulheres identificam os homens como machistas, mas eles não se reconhecem como tal. Para os profissionais, o termo está na primeira periferia.

Em relação à representação do homem do Sertão para as profissionais mulheres, é possível verificar no Quadro 5 a existência de termos como “agricultor”, “pai”, “bruto” e “ignorante”, que não fazem parte da representação para os profissionais. Enquanto o termo “machista” que está em quadrantes diferentes, os quatro termos simplesmente não aparecem na representação dos profissionais. Além do mais, percebe-se que os termos “bruto” e “ignorante” podem complementar a ideia de “machista”, reforçando a representação do homem do Sertão para as mulheres.

Já em relação à representação do homem do Sertão para os profissionais homens, é possível verificar no Quadro 6 a existência de termos como “inteligente”, “religioso”, “comprometido”, “esforçado” e “humilde” que não fazem parte da representação entre as mulheres. Os termos “inteligente”, “humilde” e “religioso” compõem a representação dos/as profissionais, mas os outros termos só aparecem na representação entre os profissionais. Percebe-se que são termos de valoração positiva, reforçando a imagem do homem do Sertão como forte e guerreiro.

Quadro 6 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “homem sertanejo” para os profissionais.

Frequência média	Termo evocado	Rang \leq 2,75		Rang $>$ 2,75		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 10	Batalhador	15	2,60	Honesto	11	3,42
	Forte	23	1,57	Lutador	15	2,77
	Guerreiro	20	2,23	Machista	17	3,00
	Trabalhador	37	2,32	Sofredor	16	3,00
\leq 10	Comprometido	6	2,50	Inteligente	10	3,33
	Corajoso	8	2,60	Persistente	6	3,25
	Esforçado	6	2,75	Religioso	10	3,66
	Humilde	8	2,60	Valente	6	4,00

Fonte: A autora, 2020.

Ressalta-se que as representações sociais, por mais que possam aparentar naturalidade, não são idênticas ao “real”, posto que são sempre produtos de uma luta simbólica protagonizada por agentes sociais, e necessariamente envolvem interesses concretos. Desse modo, a representação de um Sertão/Nordeste de secas e pobreza é também resultado de representações cristalizadas, realizadas através de processos de efetivação de poderes simbólicos.

Assim posto, é fundamental discutir sobre os sistemas simbólicos e as construções de identidades locais, pois estas envolvem a legitimação de poderes, conforme Bourdieu (2012), como uma ordem estabelecida como natural, mas que é exercida através de uma violência simbólica. Representar e legitimar o Sul como desenvolvido, e o Norte como lugar de violência e miséria é, como reforça Dumont (1997), adotar um valor para hierarquizar as ideias, coisas e pessoas. Em decorrência da imputação diferenciada de valor às entidades sociais, ocorre que os lugares e os sujeitos são postulados como diferentes, complementares e logicamente hierarquizados.

Diante de todos os dados aqui apresentados, pode-se verificar a renovação do Sertão dentro de um mundo de identidades múltiplas e simultâneas, sejam elas individuais ou coletivas, em que as transformações não são percebidas como uma perda, mas suas representações são compreendidas como uma unificação entre as noções de Sertão, Semiárido e Nordeste.

Dessa maneira, as representações sociais da mulher e do homem do Sertão para as/os profissionais da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres têm como provável núcleo central os termos “forte”, “guerreiro/a”, “batalhador/a” e “trabalhador/a”. Percebe-se, portanto, que a representação possui uma conotação e uma valoração favoráveis. Apesar de autores como Oliveira Viana (1982) afirmarem que a população do Sul era moral e psicologicamente superior, e Cunha (2016) apontar que o/a sertanejo/a estava isolado/a, atrasado/a três séculos da civilização, a identidade da população do Sertão foi reafirmada como positiva, afinal, são características consideradas fundamentais para a sobrevivência num espaço que é demarcado histórico e socialmente por secas, pobreza e violência.

Para Albuquerque Jr. (2009), as lideranças religiosas assumiram um papel central na vida dos/as sertanejos/as. Por outro lado, o autor aponta que a religião tradicional (cristã católica) e o misticismo (negro e indígena) parecem se confundir e se fundirem para denotar um caráter único à religiosidade nordestina. Porém, das 250 pessoas que participaram da

pesquisa, apenas 25 (10%) disseram que não tinham religião e duas (0,8%) não informaram. A maioria se declarou católica (74,4%), conforme dados já apresentados na Tabela 10.

Novas identidades também começam a aparecer, e termos como “inteligente” e “bonita” surgem, ainda que com menos frequência. A palavra inteligente teve 14 evocações para homem e 19 para mulher. A palavra bonita teve 34 evocações para a mulher, não fazendo parte da representação para o homem, embora tenha sido evocada nove vezes. Além disso, os homens também evocaram palavras como beleza, formosa e cheirosa para as mulheres.

Os dados coletados e analisados mostram a complexidade e o caráter polissêmico da identidade sertaneja, apresentando de um lado representações ligadas à miséria, à fome e ao trabalho árduo, e por outro lado, representações positivas que podem indicar a possibilidade de mudança em andamento no modo como os/as sertanejos/as identificam a si mesmos/as.

Longe de querer dar respostas simplistas às problemáticas lançadas, nosso objetivo foi apresentar a necessidade de pensar as pessoas do Sertão de forma plural, sem deixar de tensionar outros diversos marcadores, além do espaço geográfico. Não estamos aqui negando que no Sertão não existam retirantes, longas e severas secas, e que mulheres e homens participaram da vida do cangaço, e que muitas pessoas sofreram com a ação dos coronéis e dos jagunços.

Não se nega, tão pouco, que no Sertão existe miséria, fome, sofrimento, violência, falta de políticas públicas, O que se afirma é que esses fatos não são exclusivos do Sertão. Não se pode aceitar a reprodução de um discurso que não considere que há mulheres que resistem, que estudam, que não vivem à custa apenas de benefícios sociais do governo. As mulheres e os homens do Sertão possuem diversidade do ponto de vista econômico, político, cultural, social, e não podem ser pensadas a partir de estereótipos construídos desde o século XIX. Afinal, essa perpetuação das ideias cristalizadas pode levar à violência, principalmente contra as mulheres, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

4 AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

A violência doméstica, É bem ruim com certeza.
É dormir com inimigo, É viver sempre indefesa.
A mulher tem que acordar, Com muita garra lutar
Em prol de sua defesa.
*Dalinha Catunda*⁴⁵

Neste capítulo, apresentam-se algumas concepções acerca da violência, destacando em seguida as violências contra as mulheres. Procurou-se apontar o percurso histórico da construção do conceito das violências contra as mulheres, a partir de Conferências e Convenções Internacionais, perpassando seu entendimento como uma violação de direitos humanos. Especificamente em relação ao Brasil, são apresentados os avanços legislativos, desde a Constituição Federal de 1988, até a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006. Reflete-se, também, sobre o ciclo de violência como subsídio para compreensão da perpetuação das violências.

Em seguida, são expostas as tipificações da violência. Parte-se da classificação apresentada pelo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (KRUG et al., 2002), até a tipificação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Posteriormente, apresenta-se a discussão das violências contra as mulheres como objeto de representação social, compreendendo que esse fenômeno é fomentado pelos símbolos emergidos na história, entendida como um fenômeno de saber social sendo, portanto, um objeto de pesquisa significativo para a Teoria das Representações Sociais (TRS). Procurou-se pensar a “naturalização” histórica das violências contra as mulheres e a importância da expansão do conceito de violência para que situações que anteriormente não eram consideradas passassem a ser designadas como tal.

No último ponto desta seção, buscou-se divulgar a estrutura da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do quantitativo de serviços existentes, bem como os dados das violências contra as mulheres na região pesquisada, segundo alguns indicadores, tais como: registros de violência doméstica e familiar; crimes violentos letais e intencionais; feminicídio; e abrigo.

⁴⁵ Cordel disponível em: <http://cordelparaiba.blogspot.com/2011/04/cordel-contra-mulher-dalinha-catunda.html>. Acesso em: 23 fev. 2019.

4.1 Violências contra as Mulheres

A violência é considerada um fenômeno que existiu em toda história da humanidade, e que, segundo Melo (2010), ainda persiste devido às desigualdades e às injustiças, que muitas vezes são expressas nas relações de gênero e de classes, bem como nas relações institucionais.

Para Caldeira (2000), os estudos sobre a violência foram intensificados a partir da década de 1980, após o surgimento de um duplo processo de compreensão sobre o fenômeno. Esse período foi permeado pela produção de um novo padrão de segregação, consequência do aumento de atividades criminosas. Além disso, houve um aumento do medo da violência, principalmente oriundo das transformações pelas quais passou a sociedade brasileira. Destacam-se, entre essas modificações, as novas formas de estruturas de poder, o aumento das desigualdades e as diferenciações dos espaços sociais. Conforme a autora, estes acontecimentos foram determinantes para a reconstrução dos conceitos da violência.

A compreensão da violência depende da sociedade em que acontece. Assim, a violência é corriqueiramente pensada como um fenômeno ambíguo, múltiplo e relativo. Michaud (1989) ressalta que não é possível pensar e conhecer a violência de maneira a-histórica e, por isso, deve-se entender que a violência e suas manifestações são produtos da história. Para o autor, é importante caracterizar e perceber as manifestações da violência a partir de um olhar global, sem desconsiderar os descolamentos sociais, culturais, jurídicos e políticos imbricados no fenômeno.

A violência é considerada um fenômeno biopsicossocial, e de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatório que reúne o resultado de várias posições teóricas e práticas adotadas por diversos países e culturas, a violência pode ser entendida como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio/a, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (KRUG et al., 2002).

Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 14), a palavra violência “provém do latim *violentia*, que significa ‘veemência’, ‘impetuosidade’, e deriva da raiz latina *vis*, ‘força’”. Neste sentido, compreende-se que há uma interação entre violência e violação, já que os autores consideram que violência é a força que não mede os efeitos dos seus atos, e seus elementos constitutivos são a ação, produção do dano ou destruição, e a intencionalidade. A

partir disso, tem-se uma definição básica de violência: uma ação intencional que provoca algum dano. Entende-se que este dano pode ser físico, psicológico, simbólico ou moral.

Para Michaud (1989), o significado da violência deverá sempre indicar uma confluência com uma tese comparativa, que deve ter sua construção num tempo e num espaço característicos, portanto, nunca devem ser neutros ou imparciais. Dessa forma, a violência na sociedade contemporânea é um objeto mutável, em sua fisionomia e na sua potencialidade.

Diante do exposto, percebe-se que é difícil apresentar um único conceito de violência, por tratar-se de uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural. Além disso, a violência é resultado das interações sociais e representa, algumas vezes, um componente próprio da cultura de uma determinada sociedade. Ainda que existam dificuldades para definir o que é violência, podem ser percebidos alguns elementos consensuais sobre o tema: a noção de coerção ou força; e o dano que se produz a alguém ou grupo de pessoas.

Para DaMatta (1982), é necessário “etnografar a violência” no Brasil e, assim, esclarecer algumas questões que são apresentadas como verdades universais sobre o comportamento violento, principalmente em relação às ações do Estado. Segundo o autor, para acabar com determinadas falácias, os seguintes questionamentos são importantes:

De que modo a violência é concebida no Brasil? Quais as formas de violência mais invocadas na nossa sociedade? De que forma a violência tende a se manifestar entre nós? Em que esferas do sistema a violência seria vista como mais frequente ou mais normal? Que categorias de pessoas estão mais sujeitas a sofrer violência? Que formas de sociabilidade consideramos como inversas às formas ditas e concebidas como violentas? (DAMATTA, 1982, p. 16-17).

Pode-se compreender que as respostas para essas questões acima apresentadas estão vinculadas às formas e particularidades de um determinado momento histórico e social. Pode-se citar como exemplo o fato de que, no Brasil, durante muito tempo, a violência contra as mulheres foi legitimada, pois o artigo 27 do Código Penal, promulgado em 1940, excluía a ilicitude dos atos cometidos por pessoas que estavam num estado de privação de sentidos e de inteligência no momento do crime. Ou seja, não era considerado crime quando a pessoa estava com estado emocional considerado alterado.

Ressalta-se que, apesar de não ser explícita a “permissão” para matar o/a companheiro/a, o artigo 27 foi amplamente utilizado por diversos juristas para justificar a legítima defesa da honra. A consequente alteração do artigo 28 demonstrou que a emoção e a paixão não podem excluir a imputabilidade penal (BRASIL, 1984a). Esse exemplo aponta que algo que não era considerado uma violência pode passar a ser, e vice-versa, a depender do momento histórico e social em que se pensa o fenômeno.

A Organização das Nações Unidas (2015) construiu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) metas para a redução da violência, das quais se destacam:

- a) Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- b) Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- c) Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- d) Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares;
- e) Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2017b), embora a violência seja um fenômeno mundial, uma das áreas mais afetadas é a região das Américas. Por isso, foi aprovada a resolução XIX, que solicita que os governos estabeleçam políticas e planos nacionais, com o intuito de prevenir e controlar a violência, dando ênfase especial aos grupos mais vulneráveis, nos quais se incluem crianças, mulheres e pessoas idosas. O Relatório aponta que a maioria dos países investiu em programas de prevenção primária, incluindo as estratégias de prevenção de violência recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2010. No entanto, não houve investimento em um nível proporcional à escala e à gravidade do problema.

Assim, entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, considera-se como objeto de estudo desta pesquisa uma forma particular, que é a violência contra as mulheres. Ressalta-se que a utilização do termo mulheres no plural vai ao encontro da proposição do Plano Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2013a) que busca evidenciar as várias questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, deficiências, inserção social, econômica e regional existente entre as mulheres.

A violência contra as mulheres está presente em diversos momentos da história da sociedade. Porém, foi nos finais da década de 1960 e durante os anos 1970 que teve início o

processo de conscientização sobre a necessidade de criação de mecanismos institucionais que buscassem a melhoria das condições de vida das mulheres. No bojo das inúmeras lutas dos movimentos feministas em várias partes do mundo, o ano de 1975 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “Ano Internacional da Mulher”, além de ter sido realizada a “I Conferência sobre as Mulheres”, na Cidade do México. Em consequência, os anos de 1976 até 1985 foram declarados como a “Década das Mulheres”.

Apesar das primeiras conquistas citadas acima, foi após a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, e promulgada no Brasil em 1984, que a violência contra as mulheres passou a ser considerada como um crime contra a humanidade (BRASIL, 1984b), reconhecendo os direitos das mulheres como direitos humanos, universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis.

A partir dos mecanismos supracitados, o fenômeno da violência contra as mulheres começou a ter maior visibilidade. A CEDAW é considerada a “carta dos direitos humanos das mulheres” (LOPES, 2005, p. 162), porém, apesar de ter mais de 40 anos continua a ser alvo de constantes violações dos direitos nela enunciados.

Após a Década das Mulheres, que terminou oficialmente em 1985, até o ano de 1995, a ONU realizou mais três Conferências mundiais especificamente sobre mulheres. A primeira, em Copenhague – Dinamarca, em 1980; a segunda em Nairóbi – Quênia, em 1985; e a terceira em Pequim – China, em 1995. Em 1993, a Conferência sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena – Áustria, produziu a “Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, em que é posto pela primeira vez uma classificação mais precisa das diversas formas de violência existentes (LOPES, 2005).

A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres definiu em seu artigo 1º a violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993). O artigo 2º apresenta alguns aspectos que devem ser considerados na definição da violência contra as mulheres, embora ressaltando que não se restrinjam a esses:

- a) Violência física, sexual e psicológica cometida no âmbito familiar, incluindo maus tratos, abuso sexual de crianças, violação conjugal, mutilação genital e outras práticas tradicionais;
- b) Violência física, sexual e psicológica perpetrada pela comunidade em geral, incluindo a violação, abuso sexual, assédio e intimidação sexual, em diversos locais públicos, como ambiente de trabalho e escolas, além do tráfico de mulheres e prostituição forçada;
- c) Violência física, sexual e psicológica perpetrada ou admitida pelo Estado, independente do local que ocorra.

Conforme Piovesan (2009), a Declaração dos Direitos Humanos de Viena, na Áustria, em 1993, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, na China, em 1995, ajudaram no reconhecimento de que a violência contra as mulheres é específica, baseada no gênero e mais passível de ocorrer no âmbito privado. Assim, a Conferência de Pequim modifica o final da definição posta na Declaração de Viena, incluindo que a violência contra as mulheres se constitui “uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres”. A Conferência de Pequim apresentou um diagnóstico da situação da mulher no mundo, propondo um conjunto de medidas a serem tomadas pela comunidade internacional com o objetivo de promover a capacitação das mulheres e a superação das discriminações de gênero (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995).

A Declaração e a Plataforma de Ação da Conferência de Pequim são consideradas documentos importantes na efetivação dos direitos das mulheres. Ponderando que os direitos humanos estão ligados às questões econômicas, civis, sociais, culturais e políticas, a Plataforma de Pequim estimulou os Governos, a comunidade internacional e a sociedade civil a intervir em doze áreas especiais de preocupação: a pobreza; as desigualdades na educação; as desigualdades nos serviços de saúde; todas as formas de violência; os conflitos armados; as desigualdades políticas e econômicas; as desigualdades no exercício do poder; a insuficiência dos mecanismos para promover o progresso das mulheres; o desrespeito a todos os direitos humanos das mulheres; a estereotipação das mulheres nos meios de comunicação; as desigualdades na gestão dos recursos naturais e defesa do meio ambiente; e a discriminação persistente contra as adolescentes e a violação de seus direitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995).

O significado da violência contra as mulheres das Nações Unidas é afinado com a definição da OMS citada anteriormente (KRUG et al., 2002), e a considera como toda ação de violência de gênero que acarrete ou possa acarretar danos ou sofrimentos, tanto físicos, quanto sexuais ou mentais para as mulheres, incluindo as ameaças, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2017a).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2006), a violência contra as mulheres continua existindo em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos, além de ser um grande impeditivo na conquista da igualdade de gênero.

De acordo com Barsted e Romani (2014), a violência contra as mulheres pode ocorrer em vários locais, como na rua, no ambiente de trabalho, na comunidade e nas diversas instituições públicas e privadas. No entanto, como ressaltam as autoras, é nas relações familiares que esse tipo de violência acontece mais rotineiramente. Como o lar é considerado algo inviolável e privativo, a violência contra as mulheres que acontece no âmbito das relações familiares foi banalizada durante muito tempo, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, fato corroborado pela não punição dos agressores.

Não obstante a gravidade e a intensidade da violência contra as mulheres, no Brasil a questão foi considerada do campo privado até pouco tempo. De acordo com Blay (2003), o Código Civil Brasileiro de 1916 considerava as mulheres como relativamente capazes, não permitindo que trabalhassem sem a autorização de seus maridos, definindo que a família deveria ser “chefiada” pelo homem, e que o homem poderia anular o casamento caso a mulher já tivesse sido “deflorada”. A extinção da necessidade de autorização dos maridos para que as mulheres pudessem trabalhar fora de casa aconteceu em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada. Já a Lei do Divórcio foi promulgada somente em 1977.

Além disso, baseado nas “Ordenações Filipinas”, quando a mulher tinha relação sexual fora do casamento, o marido poderia matar ambos. Essa justificativa era baseada na tese de “legítima defesa da honra”. De acordo com Pimentel, Pandjarijian e Belloque (2006), os “crimes de honra” são, em geral, os casos de agressões e homicídios contra as mulheres, praticados por seus maridos, companheiros, namorados, atuais ou ex, com alegação de prática de adultério e/ou desejo de separação por parte da mulher. A pesquisa realizada pelas autoras verificou que de 42 casos em que os assassinos utilizaram a tese de defesa da honra nos tribunais, 23 foram absolvidos em primeira instância. Assim, foi sendo construída a forma de

perceber a violência, e a maneira de coibi-la, com base nas desigualdades entre os gêneros, mas também de classe social e de cor.

Minayo (2013) alerta que, muitas vezes, algumas violências são “naturalizadas” e, por isso, as pessoas que as cometem acreditam que estão fazendo algo normal. No entanto, como a violência é uma construção histórica e que muda de acordo com cada sociedade que a produz, ela pode aumentar ou diminuir, em conformidade com sua construção social. Neste sentido, faz-se necessário refletir as questões históricas sobre os direitos das mulheres, que durante muito tempo tiveram sua ação na sociedade limitada aos cuidados com o lar e com a família, tendo direitos básicos, como direitos políticos, educação e a liberdade de ir e vir cerceados.

Essa aceitação sociocultural da violência contra as mulheres está tão arraigada que mesmo atualmente a legislação reprovando esse tipo de ação, algumas mulheres não se percebem como vítimas, e não reconhecem as agressões sofridas como violência. As violências contra as mulheres que foram toleradas por tanto tempo, tem o caso Maria da Penha como um representante ilustrativo da principal forma de violência que atinge as mulheres: a violência doméstica e familiar.

Para Celmer (2010), os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar” e “violência conjugal”, não são sinônimos, mesmo que diversas vezes sejam usados como se fossem. Concorde-se com essa posição, pois se entende que a violência contra as mulheres não acontece necessariamente dentro de casa nem pelos vínculos familiares ou conjugais. Assim, embora a violência contra as mulheres não seja a mesma coisa, está incluída na violência doméstica, familiar e conjugal.

Segundo Almeida (2007), é fundamental compreender as diferenças das terminologias. Para a autora, “violência contra a mulher” destaca que o alvo da violência é a mulher, porém ignora qual é o agente perpetrador da violência. A “violência doméstica” aponta para o local de ocorrência da violência, que ainda é considerado como privado, e de difícil acesso do poder público. A “violência intrafamiliar” tem uma proximidade com a violência doméstica, porém abrange outros membros da família como vítimas e agentes. Por fim, a “violência de gênero” aborda o aspecto relacional e a produção social do fenômeno.

Embora todas as definições apresentadas acima sejam consideradas insuficientes diante da complexidade do fenômeno da violência, Almeida (2007) assinala que a expressão “violência de gênero” é a única que busca evidenciar todos os fatores e estruturas que são construídas nas desigualdades entre os gêneros. Neste sentido, devido à construção

hierárquica da estrutura familiar, entende-se que isso pode facilitar a existência de ações violentas, com o intuito de manter as desigualdades e a reafirmação do poder. Assim,

A violência de gênero (sobretudo a restrita à dimensão simbólica), uma vez instalada no seio de relações familiares, tende a se reproduzir de forma ampliada, sob o olhar complacente da sociedade, do poder público e dos técnicos envolvidos nesse campo, prescindindo de justificativas para seu exercício cotidiano contra suas vítimas preferenciais. Se a violência visa a abrir caminho para a maior efetividade da dominação, o que significa dizer – reitera-se – que não se dirige a seres passivos, mas àqueles capazes de oporem resistência, a sua reprodução contínua tende a acentuar a heteronomia, a fragilizar sobremaneira a autoestima dos seus protagonistas, a provocar sintomas psicossomáticos e a levar à crescente passividade das suas vítimas. A passividade é, antes, consequência e não causa da violência de gênero institucionalizada (ALMEIDA, 2007, p. 30).

O contexto da violência simbólica pode ajudar na compreensão da violência ancorada nas relações de gênero. Para Bourdieu (2012), a raiz da violência simbólica está presente nos símbolos e signos culturais, principalmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certos grupos. Assim, a violência simbólica não é percebida como violência, mas sim como uma interdição desenvolvida com base em um respeito que se exerce de um para o outro de forma “natural”, como é a dominação do homem ao longo dos tempos. Conforme o autor, a dominação acontece pela ação de forças sociais e pela estrutura de normas internas do mundo social em que os indivíduos se inserem e incorporam em seu *habitus*.

Entende-se, portanto, que situações de violência simbólica são muito comuns na vida das mulheres, porque mesmo quando não se encontram numa situação de violência física ou psicológica, sofrem alguma violência simbólica. Conforme assinala Celmer (2010), a frase “isto não é coisa de menina” é um exemplo de violência simbólica, que traz em seu cerne as questões das relações desiguais entre os gêneros.

No Brasil, segundo Santos (2010), desde o final da década de 1970, a luta pelos direitos das mulheres e a ruptura das condições de violência têm sido pautas privilegiadas pelos movimentos feministas, buscando, inclusive, a criação de serviços integrados de psicologia, assistência social, saúde, orientação jurídica e policial, bem como casas abrigos e medidas preventivas na área da educação.

Uma conquista importante do movimento feminista no Brasil veio com o avanço legislativo da Constituição Federal promulgada em 1988. A Carta Magna veio garantir igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, inclusive na esfera familiar, além de proibir a discriminação no mercado de trabalho e, principalmente, apontar como dever do Estado coibir a violência no âmbito das relações familiares (BRASIL, 1988).

Essa garantia formal, no entanto, coexistiu com outras legislações discriminatórias, como o já citado Código Civil de 1916, que vigorou até 2002. O antigo Código outorgava ao homem o comando da família, apontando que “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher” (BRASIL, 1916, art. 233). O Código permitia que o homem administrasse os bens comuns e os particulares da mulher e, além disso, ao colocar a mulher como “relativamente capaz”, permitia o controle total dos homens, o que poderia resultar na violência contra as mulheres.

Em 1995 foi sancionada a Lei nº 9.099, que implantou os Juizados Especiais Criminais (JECRIM), estabelecendo competências e normas específicas para seu funcionamento. Assim, esses Juizados teriam como competência os crimes considerados de menor potencial ofensivo, em que a pena máxima não seria superior a um ano, aplicada geralmente aos crimes de ameaça e lesão corporal leves, de acordo com os artigos 129 e 147 do Código Penal. Tais tipos de crimes eram os mais comuns relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Portanto, a maioria das violências contra as mulheres, dentro do âmbito doméstico e familiar, era considerada como de menor potencial ofensivo. Com essa interpretação, a violência contra as mulheres passou a ser abordada de maneira secundária, diminuindo a gravidade do problema, além de criar mecanismos alternativos de cumprimento de pena para o agressor. Para Piovesan e Pimentel (2011, p. 113), naquele momento os crimes de violência contra as mulheres “ora eram vistos como mera ‘querela doméstica’, ora como reflexo de um ato de ‘vingança ou implicância da vítima’, ora decorrentes da culpabilidade da própria vítima, no perverso jogo de que a mulher teria merecido, por seu comportamento, a resposta violenta”.

Diante disso, mesmo que a Constituição Federal e os tratados internacionais, como a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará, sejam considerados grandes avanços no entendimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e no modo de interpretar o fenômeno da violência contra as mulheres, a Lei nº 9.099/1995 trouxe uma regressão ao tratar a ameaça e a lesão corporal leve como crimes de menor potencial ofensivo, além de prever a aplicação de penas alternativas.

Um documento fundamental para a evolução das garantias dos direitos das mulheres foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1994, que ficou conhecida como a Convenção de Belém do Pará, e que foi promulgada

por Decreto no Brasil em 1996. A Convenção assinala no Capítulo III os deveres dos Estados no que se refere à realidade social, levando-se em conta as situações de vulnerabilidade das mulheres. Dentre os deveres aponta a prestação de serviços especializados adequados às mulheres em situação de violência, com o intuito de prevenir, investigar e punir a violência contra as mulheres (BRASIL, 1996).

Em 2006, por iniciativa do estado de Pernambuco, foram realizadas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres no intuito de denunciar a violência e os homicídios de mulheres, além de pedir a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4.559/2004. O PL foi aprovado na Câmara e seguiu para o Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37/2006. O PLC foi discutido e aprovado na Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo como relatora a senadora Lúcia Vânia, e em seguida foi encaminhado para o Plenário do Senado, onde foi aprovado por unanimidade, seguindo para sanção presidencial.

Acolhendo às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o Brasil sancionou, no dia 7 de agosto, o PLC n.º 37/2006. A Lei entrou em vigor no dia 22 de setembro como Lei nº 11.340/2006, e dispôs sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, nos termos do §8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (BRASIL, 2006). Com a aprovação da Lei, de acordo com os artigos 17 e 41, a Lei nº 9.099/1995 não pode mais ser utilizada, vedando-se a aplicação de penas pecuniárias, cesta básica e multa isolada.

A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, no artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra as mulheres como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha, conforme observam Simioni e Cruz (2011, p. 188), aponta para uma mudança significativa no enfrentamento da violência contra as mulheres, justamente por trazer uma perspectiva de gênero para pensar o fenômeno, pois: “se a tortura, o cerceamento da liberdade ou a violência física (apenas para citar alguns exemplos), exercidas nos mais diferentes contextos, são considerados intoleráveis no espaço público, porque seriam toleráveis quando praticadas contra mulheres, no espaço doméstico e intrafamiliar?”.

Simioni e Cruz (2011) ressaltam que embora a Lei Maria da Penha assinale o âmbito doméstico como o espaço privilegiado para a proteção às mulheres, a violência que acontece na rua, no trabalho, ou quaisquer outros lugares, quando for cometida por marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado, amante ou ex-amante, bem como outros parentes ou moradores da mesma casa que tenham ou não vínculo familiar, também deverão ser de competência da referida Lei.

Conforme Agüero (2013), a violência apresenta um padrão de gênero marcante, pois apesar dos homens estarem mais predispostos a serem atacados por um desconhecido, as mulheres sofrem mais violência de seus parceiros. A partir de uma pesquisa realizada com quase 83 mil mulheres, de variados grupos de renda, em sete países da América Latina e do Caribe, o autor resalta ser impossível prever todas as consequências da violência na saúde reprodutiva das mulheres, na oferta de trabalho e no bem-estar de seus/suas filhos/as. Os resultados também evidenciam que a violência contra as mulheres está fortemente associada ao estado civil, posto que há um aumento da taxa de divórcio ou de separação. Além disso, a violência repercute negativamente na saúde das mulheres, bem como na saúde das crianças. Ainda segundo o autor, há evidências de que a educação e a idade são fatores de proteção, ou seja, quanto maior a escolaridade e a idade, as mulheres possuem meios para diminuir o efeito negativo da violência na sua saúde e na dos/as filhos/as.

Segundo Beauvoir (2019b, p. 547), entre homens e mulheres há uma “igualdade na desigualdade”, em que um se utiliza de seu despotismo e o outro de sua covardia; ou seja, nas trocas sociais realizadas, a mulher recorrerá para a igualdade abstrata que lhe prometeram, enquanto o homem apelará para a desigualdade que é percebida concretamente.

Para Simioni e Cruz (2011), a existência da desigualdade baseada no gênero atrelada com aspectos da vulnerabilidade social de um grande grupo de mulheres, além dos marcadores de classe, raça/etnia e geração, foram alguns dos fatores decisivos para a constituição de uma legislação nacional especificamente aplicada à coibição da violência doméstica e intrafamiliar.

Para Minayo (2006), a comunidade precisa estar envolvida na compreensão dos aspectos de vulnerabilidade social porque a violência também é resultado da relação entre diversos fatores de nível comunitário e social como, por exemplo, a presença do tráfico de drogas, o alto índice de desemprego, a existência de áreas de pobreza, além de questões mais gerais, como a vivência de normas culturais que instigam a violência e conservam a desigualdade entre homens e mulheres. Assim, o Manual de Atenção à Violência Intrafamiliar

(BRASIL, 2001) aponta alguns fatores de risco que podem se manifestar entre os casais, e que podem ser observados tanto por profissionais quanto por familiares, amigos/as e a comunidade em geral, por exemplo:

- Indícios de que havia violência em relacionamentos anteriores de pelo menos um/a dos/as parceiros/as;
- Indicativos de violência desde o início do relacionamento, como ciúmes, controle e discussões frequentes;
- Existência de uma dinâmica agressiva, de isolamento da relação, ou de distanciamento de familiares e grupos de amigos/as;
- Nível de dependência econômica e/ou emocional muito elevado de um/a dos/as parceiros/as;
- Baixa autoestima e pouca autonomia dos/as parceiros/as;
- Uso abusivo de álcool e outras drogas de um dos membros ou de ambos;
- Curva crescente de grau, intensidade e frequência dos episódios de violência.

Ao atentar-se ao último ponto destacado, é importante compreender que a violência doméstica e familiar contra as mulheres costuma acontecer com tempo e intensidade diferentes nas distintas relações. Walker (1979) propôs um “ciclo da violência” para explicar os padrões de comportamento presentes em relacionamentos abusivos e violentos. O ciclo é dividido em três fases, porém, pode variar na intensidade e no tempo de duração, bem como pode não aparecer em todos os relacionamentos.

A Fase Um é caracterizada por pequenos incidentes, que ocorrem de maneira frequente e que, de forma geral, a mulher atribui aos fatores externos, confiando que ainda tem controle sobre o comportamento do homem agressor. No entanto, a mulher não consegue restabelecer o equilíbrio da relação, e vai ficando cada vez menos capaz de se defender. Nesta fase, o homem aumenta a opressão, o ciúme e a possessividade, bem como as humilhações e ofensas verbais tornam-se mais intensas (WALKER, 1979).

A Fase Dois é caracterizada por incidentes mais graves e agudos, quando vai ocorrer a descarga da tensão acumulada na fase anterior. É uma fase mais breve, em que a mulher pode apresentar sintomas de depressão, ansiedade e queixas psicossomáticas. Há uma sensação de que é inútil tentar escapar desta situação. O homem não consegue controlar seu

comportamento, sendo que o motivo inicial das agressões pode estar relacionado a um fator externo (WALKER, 1979).

Já a Fase Três é caracterizada por um período de calma incomum e a esperança de mudança. O homem tenta fazer as pazes, e trata a mulher de forma carinhosa, pedindo perdão e comprometendo-se a controlar sua raiva. A mulher tenta acreditar que não sofrerá mais violência. É o período em que os parceiros tornam-se dependentes um do outro (WALKER, 1979).

Leitão (2014) propõe outro modelo explicativo para o processo vivenciado pelas mulheres em situação de violência. A autora ressalta que diante dessa situação, a mulher passa por um período de quatro fases de transição sequenciais, mas que não são lineares nem exclusivas. A primeira fase é a de entrada, caracterizada pela desilusão do sonho sobre a relação; a segunda fase é a de manutenção, em que a mulher permanece na relação por causa do abandono vivenciado no processo, além do auto-silenciamento; a fase três é caracterizada pela decisão de saída, em que a mulher tenta enfrentar o problema; a última fase é a do (re)equilíbrio, sustentado por três pilares: querer ser livre, encontrar um sentido para a vida e (re)construir sua identidade.

Para Leitão (2014), a tomada de decisão de romper a relação é um movimento complexo, com possíveis regressões ou estagnações. O processo é dividido em dois períodos: o primeiro abarca as fases de entrada e de manutenção, e o segundo é iniciado a partir da decisão de saída da relação e termina com o (re)equilíbrio. Assim, o marco do rompimento é a tomada de decisão de abandonar a relação abusiva.

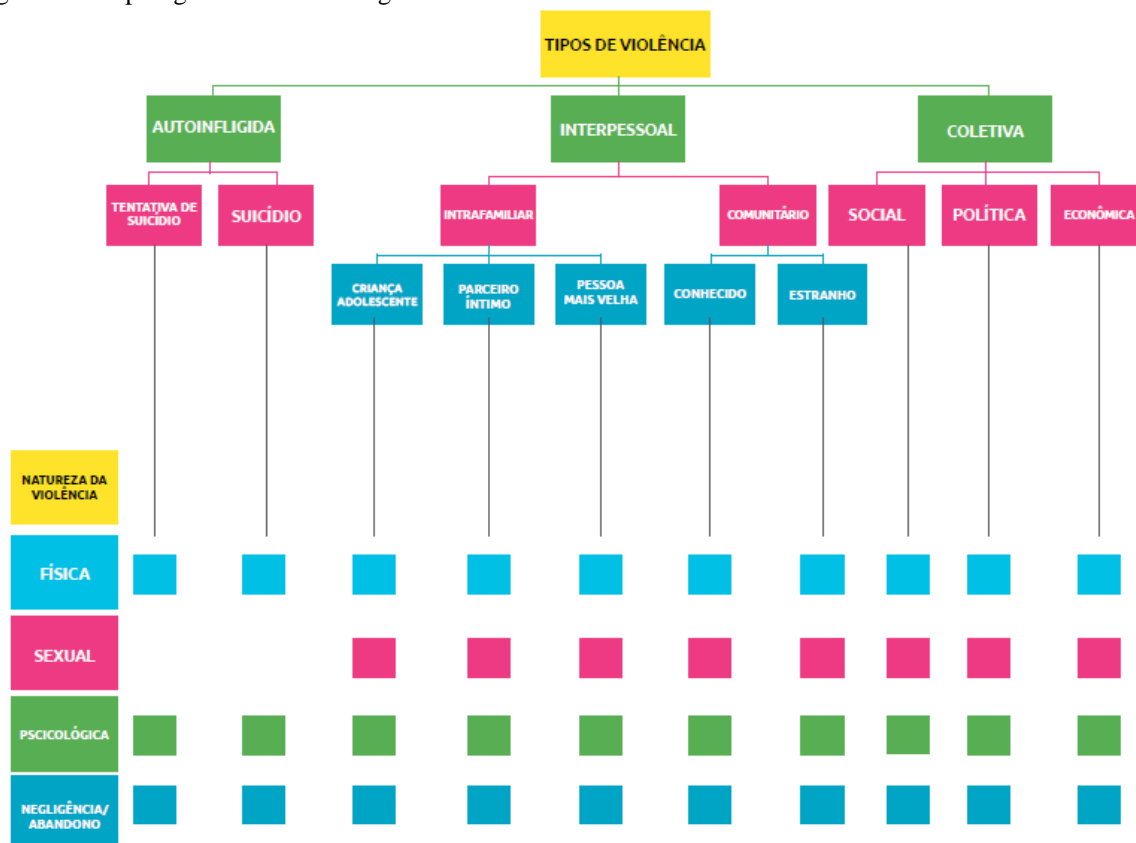
Devido à complexidade do fenômeno da violência, à sua amplitude e à sua operacionalização, visto que depende da área do conhecimento em que se percebe o problema, é necessário tentar compreender a violência a partir de algumas tipificações, que são apresentadas a seguir.

4.2 A tipificação da violência

Para melhor entendimento da problemática, recorre-se a algumas tipificações da violência, segundo a OMS, em seu Relatório já mencionado (KRUG et al., 2002), que propõe uma tipologia da violência baseada em três grandes categorias: a violência autodirigida, a

violência interpessoal e a violência coletiva, tendo cada uma subtipos, de acordo com a Figura 10. Segundo o Relatório, a “violência autodirigida” refere-se à violência em que o perpetrador e a vítima são a mesma pessoa (KRUG et al., 2002). Pode-se ver na Figura 10 que esta violência é dividida em autoagressão e suicídio.

Figura 10 – Tipologia da Violência segundo a OMS



Fonte: KRUG et al., 2002, p. 6.

A “violência interpessoal” refere-se à violência entre indivíduos. Este tipo é subdividido em violência na família ou na relação íntima, e violência na comunidade. Esta última pode ser cometida por conhecidos/as ou por estranhos/as à vítima, e geralmente ocorre fora dos lares.

Nessa tipificação interessa-nos a violência familiar que é definida como aquela que “ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa” (KRUG et al., 2002, p. 6) e inclui, além da violência entre os parceiros íntimos, os abusos contra crianças, adolescentes e pessoas idosas. Está contida nessa categoria a violência contra as mulheres.

A “violência coletiva” é subdividida em social, política e econômica, e são aquelas cometidas por grandes grupos ou até mesmo por países. A violência social refere-se aos

crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política abrange a guerra e os conflitos violentos, violência do Estado e atos praticados por grandes grupos. Já a violência econômica compreende ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico (DAHLBERG; KRUG, 2006).

Minayo (2013) apresenta uma divisão ampla dos tipos de violência, a partir das consequências para a vida pessoal e social do sujeito. A tipificação ajuda na compreensão do fenômeno, sendo que um mesmo ato pode ser enquadrado em mais de um tipo de violência. A “violência criminal” é aquela cometida através de agressão, atentando à vida e aos bens, e são caracterizados por serem objetos de prevenção e repressão das áreas da justiça e da segurança pública.

A “violência institucional” é efetivada dentro de instituições, principalmente através de regras, normas de funcionamento e relações políticas e burocráticas que refletem estruturas sociais injustas como, por exemplo, a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde. A “violência interpessoal” é baseada na forma de relação e de comunicação que produz danos morais, físicos e psicológicos, bem como a morte (MINAYO, 2013).

A “violência intrafamiliar” é compreendida a partir das consequências das relações familiares e apresenta diversas manifestações, sendo as mais comuns aquelas contra as mulheres, crianças e pessoas idosas, geralmente cometidas pelo pai, marido ou provedor. A “violência autoinfligida” é aquela cometida contra si mesmo, como as tentativas e os suicídios, além das automutilações (MINAYO, 2013).

A “violência cultural”, segundo Minayo (2013), é expressa por valores, crenças e práticas naturalizadas pela cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade. Este tipo de violência é representado pelas discriminações e preconceitos que podem tornar-se mitos e, conseqüentemente, prejudicar e oprimir um determinado grupo. A autora subdivide a violência cultural em três tipos específicos: de gênero – baseada nas opressões e crueldade nas relações entre homens e mulheres e que vitima principalmente as mulheres; racial – expressada pela discriminação por raça/cor, geralmente associada à desigualdade social e econômica; e contra a pessoa deficiente⁴⁶ – realizadas a partir de discriminações, agressões e negligências contra as pessoas com deficiência, muitas vezes perpetradas por pessoas próximas.

⁴⁶ Utiliza-se aqui o termo pessoa deficiente tal qual aparece no texto. No entanto, é preciso ressaltar que o termo atualmente é considerado pejorativo. Assim, desde a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, adotada pela ONU em dezembro de 2006, o termo aceito e convencionado é “pessoa com deficiência”, considerando que a pessoa é o foco e não a deficiência.

Ainda segundo a OMS (KRUG et al., 2002), quanto à natureza, a violência pode ser classificada em: física (soco, tapa, empurrão, puxão de cabelo, etc.); psicológica (insulto, humilhação, ameaça, etc.); sexual (obrigar a praticar sexo, submeter a carícias sexuais sem consentimento, etc.); e privação e/ou negligência (submeter a cárcere privado, não oferecer os cuidados necessários a crianças, adolescentes ou idosos).

Minayo (2013) também apresenta a natureza dos atos violentos classificados nas quatro modalidades de expressão, conforme preconiza a OMS. Para a autora, o abuso físico configura-se no uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades a outra pessoa. O abuso psicológico abrange as agressões verbais ou gestuais que tenham o intuito de humilhar, aterrorizar ou isolar a pessoa de convívio social. O abuso sexual refere-se aos atos ou jogos existentes nas relações sexuais por meio de aliciamento, violência ou ameaças. Por fim, as negligências, abandonos e privação de cuidados são identificados pela falta, recusa ou deserção do atendimento necessário a alguém que precisaria receber atenção e cuidados.

De acordo com Dahlberg e Krug (2006), esses quatro tipos de atos violentos ocorrem em todas as grandes categorias e subdivisões descritas acima, com exceção da natureza sexual na violência autodirigida. Para as autoras, mesmo esta tipologia sendo imperfeita e não universalmente aceita, fornece uma estrutura útil para compreender os complexos tipos de violências praticadas em todo o mundo.

A Lei Maria da Penha, que trata especificamente da violência doméstica e familiar contra as mulheres, apresenta os diferentes tipos de violência. Segundo Feix (2011), a estrutura do artigo 7º tem o objetivo de facilitar, didaticamente, a aplicação do Direito. Ao utilizar a expressão “entre outras”, o *caput* do artigo 7º assinala que não se podem esgotar as hipóteses ou prever todas as possíveis situações. A lei apresenta cinco dimensões: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral. Essa divisão é baseada nos requisitos apresentados nos artigos 5º e 6º, ou seja, fundamentada nas desigualdades de gênero e compreendida como uma violação de direitos humanos.

De acordo com a Lei Maria da Penha, a “violência física” é qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher (BRASIL, 2006). Conforme Feix (2011), essa é a forma mais visível e identificável no âmbito da violência doméstica e familiar contra as mulheres porque gera consequências comprováveis, como hematomas, arranhões, cortes, fraturas, queimaduras, entre outros tipos de ferimentos. No entanto, a autora ressalta que as marcas corporais não são requisitos para a configuração da violência física, porque pode

gerar, por exemplo, transtornos psicossomáticos, além de doenças decorrentes da baixa imunidade. Para a autora:

O castigo físico imposto às mulheres nas relações afetivas e domésticas também é, em última análise, o recurso utilizado para dizer quem manda, ou qual dos sujeitos está em condição de subordinar e submeter o outro, toda a vez que a sua conduta ameaçar ou não atender as expectativas ou desejos de quem “deve” deter a autoridade. [...] há tentativa de perpetuar a posição de poder, pela anulação do outro como sujeito, como diverso, que só existe como extensão ou projeção do sujeito dominador (FEIX, 2011, p. 204-205).

A “violência psicológica” é qualquer conduta que venha a causar dano emocional e redução da autoestima, ou que possa prejudicar o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, através do uso de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação (BRASIL, 2006).

Para Feix (2011, p. 205), todas as condutas descritas no inciso II do parágrafo 7º como violência psicológica “estão intimamente relacionadas ao boicote do ser; ao boicote à liberdade de escolha, que nos definem como humanos”. Segundo a autora, a violência psicológica tem base na negativa à mulher de exercer sua liberdade, sua autonomia de vontade e, conseqüentemente, sua condição de sujeito de direitos.

A “violência sexual” é entendida como a conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força. É ainda caracterizada quando se induz a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade, quando impede de usar um método contraceptivo ou força o matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação. Esse tipo de violência também é configurado quando se limita ou anula o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006). Assim, todos os atos aqui apresentados referem-se às práticas contra a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, violando, portanto, seus direitos.

Segundo Feix (2011), ao expor situações que caracterizam a violência sexual contra as mulheres, a Lei Maria da Penha aponta um avanço importante na busca da ruptura de padrões estereotipados sobre os comportamentos sexuais apresentados por homens e mulheres, já que os estereótipos costumam gerar falsas crenças e expectativas sobre a conduta das pessoas.

Para a autora, uma das crenças que precisa ser combatida é a de que a mulher não pode desistir de uma relação sexual.

A crença expressa no jargão “ajoelhou tem que rezar” implica uma comum naturalização do uso da força e do constrangimento contra a manifestação e o exercício autônomo da vontade. Como se o “sim” dito no cartório, no altar, no bar ou no motel impusesse à mulher um consentimento permanente, inquestionável, infalível, irretirável. Não. O exercício da sexualidade deve ser sempre contratado, e os contratantes, para garantia de sua dignidade, devem ser livres para destratar a qualquer tempo (FEIX, 2011, p. 206).

A Lei Maria da Penha ainda tipifica a “violência patrimonial” como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive aqueles destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006). A tipificação desse tipo de violência é considerada uma grande inovação da lei por configurar as violações dos direitos econômicos das mulheres.

Conforme alerta Feix (2011), a retenção, subtração ou destruição de bens coloca a mulher em situação de vulnerabilidade, pois podem reduzir sua capacidade de tomar decisões. Importante refletir que em muitos casos, os homens permanecem na condição de “chefe da família”, gerindo os bens e usurpando o poder econômico dos demais membros. Assim, esse comportamento pode ser considerado meio de troca ou barganha através da pressão para impor sua vontade e para a conservação de uma relação desigual de poder.

A “violência moral” se configura em três condutas: calúnia, ou seja, atribuir à mulher um crime que se sabe ser falso; difamação, ou seja, imputar à mulher a prática de um fato desonroso; injúria, ou seja, conferir à mulher qualidade negativas (BRASIL, 2006).

Feix (2011) ressalta que a violência moral está intimamente associada à violência psicológica. No entanto, a violência moral apresenta efeitos mais extensos, já que sua perpetração confere ofensas à imagem e à reputação da mulher em seu meio social, ao menos nos casos de calúnia e difamação. Importante refletir que quando há uma desqualificação, inferiorização ou ridicularização, a violência moral contra as mulheres no âmbito das relações de gênero se configura também como uma ofensa à autoestima e ao reconhecimento social.

Diante do exposto, pode-se perceber que a Lei Maria da Penha apresenta um avanço legislativo importante ao tipificar a violência contra as mulheres em cinco dimensões principais: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Devido ao fato de as formas de violência não serem exclusivamente de matéria penal, pode acarretar na dificuldade em reconhecer uma determinada situação como violência, ou seja, como um crime. Deste

modo, determinadas condutas podem configurar violência doméstica e mesmo assim não acarretar ação penal, por não se enquadrarem na tipificação expressa nas leis nacionais.

Importante destacar que mesmo que haja tipificação, diversas situações de violência contra as mulheres podem não ser identificadas ou reconhecidas. Como exemplo, lembra-se que até muito recentemente casos de estupro entre cônjuges não eram reconhecidos pelas vítimas e por seus perpetradores, e até mesmo pelos órgãos públicos, como a Polícia e o Judiciário. Essa falta de reconhecimento deve-se a um padrão de submissão historicamente enraizado, que preconizava que a mulher deveria satisfazer os desejos de seu marido, ainda que não fosse sua vontade.

A violência psicológica e a violência moral apresentadas na Lei Maria da Penha são consideradas um avanço legislativo importante, já que causam danos significativos e, muitas vezes, são o começo para uma violência física. Ressalta-se, mais uma vez, que a violência contra as mulheres não se restringe às questões físicas, apontam-se outras formas de agressão que são consideradas violência:

- Humilhar, xingar e diminuir a autoestima da mulher, através de atos como desvalorização moral ou deboche público;
- Fazer a mulher achar que está ficando louca, conhecido como “*gaslighting*”, caracterizado pela distorção dos fatos ou omissão de situações com o intuito de deixar a mulher em dúvida sobre sua memória ou sanidade;
- Controlar e oprimir a mulher, através de um comportamento obsessivo, controlando o que a mulher faz, não a permitindo sair de casa, isolando-a da família e de amigos/as, além de acessar as mensagens e e-mail pessoais da mulher;
- Expor a vida íntima da mulher, falando sobre a vida do casal para outras pessoas, além do vazamento de fotos íntimas nas redes sociais como forma de vingança, o “*revenge porn*”;
- Forçar atos sexuais desconfortáveis, através da obrigação da mulher em participar de atos sexuais que causam desconforto ou repulsa, além da realização de fetiches sem consentimento da mulher;
- Impedir a mulher de prevenir a gravidez através do impedimento do uso de métodos contraceptivos, ou obrigar a mulher a abortar;
- Controlar, guardar ou tirar o dinheiro da mulher contra sua vontade, ou reter documentos pessoais;

- Quebrar objetos da mulher ou aqueles que ela goste de forma proposital (BRASIL, 2016b).

É importante ressaltar que todos os tipos de violência aqui apresentados não são produzidos de maneira isolada. Na verdade, fazem parte de uma sequência de episódios que vão se tornando mais frequentes e intensos. Por isso, é fundamental que tanto as mulheres em situação de violência quanto os/as profissionais que atuam na rede possam identificar os atos em estágio inicial, com o intuito de evitar sua evolução para agressões mais graves, inclusive o feminicídio.

4.3 As Violências contra as Mulheres como objeto de Representação Social

É notório que a sociedade atual está imersa num contexto de circulações de conhecimentos, incluindo informações sobre as violências contra as mulheres. Embora as informações circulem cada vez mais e de forma mais rápida, não se pode negar que nem sempre foi dessa forma. Afinal, durante muito tempo as violências contra as mulheres foram “naturalizadas” e, por isso, as pessoas que as cometiam acreditavam estar fazendo algo normal. Posteriormente, as informações começaram a circular na mídia e ganharam visibilidade. Para Galinkin (2007), foi a partir da expansão do conceito de violência que situações que anteriormente não eram consideradas violência, passaram a ser denominadas como tal.

As discussões sobre o fenômeno da violência contra as mulheres ainda são insuficientes e banalizadas no senso comum, representadas principalmente a partir de expressões que permanecem circulando entre grupos sociais, e que muitas vezes são corroboradas pela mídia. Como exemplos, é possível citar as frases: “mulher gosta de apanhar”; “lugar de mulher é em casa”; “ele não sabe porque bateu, mas ela sabe porque apanhou”, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, “com essa roupa, esperava o quê?”. Estas e outras expressões que são usadas no dia-a-dia diminuem a gravidade do problema, e com isso podem favorecer a objetificação da mulher e a compreensão da violência como algo normal. Nesse sentido, as representações são ancoradas na cultura de

gênero e na naturalização da violência e, segundo Moscovici (1978), também são construídas e difundidas através da interação pública e em práticas de comunicação do cotidiano.

A objetivação e a ancoragem são processos compreendidos como “socialmente marcados e permitem que nos aproximemos das representações em diferentes níveis de complexidade” (JODELET, 2001, p. 39), e podem explicar a natureza concreta e abstrata das representações e de seus elementos constitutivos. Dessa forma, entender como são criadas as dimensões das representações da violência contra as mulheres, no contexto do Sertão pernambucano, possibilita entender as práticas e condutas dos/as profissionais das áreas de enfrentamento da violência.

Pode-se aqui retornar à proposição de Abric (2000), de que as representações sociais são fundamentais para a dinâmica e para as práticas das relações sociais, a partir de quatro funções essenciais: do saber, identitária, de orientação e justificadora. Através dessas funções, é possível compreender, por exemplo, as práticas profissionais orientadas ao fenômeno da violência contra as mulheres. Assim, mesmo que as condutas sejam consideradas como inadequadas ou omissas, elas são justificadas pelos/as profissionais.

Conforme já pontuava Freyre (2010), a escravidão na época do Brasil colônia era baseada nas relações da violência, considerando que um era propriedade do outro, e assim ficando sob um domínio quase que absoluto. Da mesma forma que a violência contra as pessoas escravizadas não era considerada crime, pois não eram consideradas pessoas de direitos e capacidades, a mulher, durante muito tempo foi tratada de forma análoga a uma pessoa escravizada, ou seja, agredida e sem lei para ampará-la.

Após o período de escravidão e com a chegada da república, o cenário da violência mudou, a partir das novas realidades políticas e sociais. No entanto, as ancoragens sociais das representações da violência continuaram pautadas nas relações de poder desiguais entre os gêneros. Com o tempo, a violência começou a sair do espaço público, que pode ser compreendido como um campo mais propício para o fenômeno, para entrar no campo privado, mais especificamente no familiar, que no imaginário social foi idealizado como um lugar aparentemente desprovido de coação e violência. Diniz, Santos e Lopes (2007) afirmam que, na maioria das sociedades, a família foi imaginada como um ambiente de segurança e proteção. Dessa forma, no que se refere às representações sociais, que circundam o imaginário social, parece haver somente um padrão “ideal” de família, e consequentemente, de homens e de mulheres.

De acordo com Almeida (2005b), a violência tem na família um lócus privilegiado no que se refere ao exercício do poder. Segundo a autora, esse poder está localizado nas estruturas macrossociais, culturais e econômicas, que envolvem a dominação, a impunidade, a corrupção e as desigualdades de gênero e de cor. Nesse sentido, não se deve pensar a violência familiar de maneira separada, e sim em conexão com outros grupos sociais, instituições, comunidade e cultura, que compõem a sociedade num determinado momento histórico-social.

De acordo com Silva et al. (2005), o comportamento feminino que foi determinado culturalmente, desde os tempos mais remotos até a contemporaneidade, é o de ser esposa e mãe. Em consequência dessa construção histórica, alicerçada nos interesses coletivos ou baseada no amor romântico, o imaginário social perpetua que o principal potencial da mulher é ser mãe e companheira submissa ao poder do homem. Para os/as autores/as, a vida da mulher era restrita às questões domésticas e à assistência moral da família. Já o homem tinha a obrigação de prover a mulher e os/as filhos/as, tendo o poder de decisão na família, ou seja, a proteção dos bens e a manutenção do casal era responsabilidade do homem, enquanto as mulheres deveriam ser obedientes ao marido.

Del Priore (2017) aponta que havia dois tipos de maternidade vivenciada pela mulher desde o período do Brasil colônia: uma era a forma lícita e sacramentada, que seguia as orientações da Igreja e do Estado, sendo resultado da união matrimonial; a outra eram as formas que eram consideradas ilícitas como, por exemplo, aquelas que eram fruto da sedução, do estupro, bem como as relações sexuais antes do casamento, em que se seguia o abandono do noivo.

Del Priore (2017) ressalta, porém, que havia desigualdades em relação às mulheres de diferentes classes sociais. Essas diferenças eram percebidas nas funções domésticas e na maternidade, pois enquanto as mulheres ricas estavam ligadas aos estereótipos da mulher submissa e mãe dedicada, as mais pobres, geralmente, não correspondiam ao ideal de família proposta pela Igreja e pelo Estado. Assim, era comum que as mulheres de classe mais baixa criassem seus/suas filhos/as sem a presença do pai, além de terem sido vítimas de exploração sexual e doméstica, entre outros atos de violência perpetrada por homens, geralmente o pai das crianças. Com isso, as mulheres mais abastadas foram consideradas submissas sexualmente e materialmente reclusas, enquanto as mulheres mais pobres foram associadas à libertinagem, à depravação e à sensualidade, principalmente as mulheres negras ou indígenas.

Pode-se perceber, então, que há uma ambiguidade nas representações sociais das mulheres, ancoradas nas duas realidades apresentadas anteriormente. Essas realidades simbólicas são corroboradas pelas proposições de Swain (2001) ao identificar que no ocidente, atualmente, as representações das mulheres são objetivadas em dois polos: são diabolizadas – ancorada na ideia de uma natureza sexual selvagem e rebelde; ou santificadas – ancorada na imagem da “boa e verdadeira mulher”. Essa dualidade de representação social das mulheres confirma imagens e palavras que estão no imaginário social, em que a mulher é compreendida a partir de sua sedução perversa, da inferioridade física e social, da incapacidade intelectual e da dependência de seu corpo. Para Swain (2001, p. 16-17),

Essas imagens do feminino ancoradas nesta memória se incorporam às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuances que fazem das práticas sociais um espaço binário assimétrico, cujas polarizações reforçam e justificam a divisão *generizada* do mundo. Ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal [grifos da autora].

Dessa forma, com base na Teoria das Representações Sociais, é possível afirmar que há diferentes representações sociais de gênero, por meio das quais se distinguem o que é considerado masculino ou feminino, conforme apresentada em pesquisas como as de Leal (2010) e Dal’ri (2007). Consequentemente, essa teoria é importante para entender uma consequência direta das desigualdades de gênero – a violência contra as mulheres, principalmente a que ocorre no âmbito doméstico e familiar.

Uma das possíveis representações sociais é atribuir à violência o fato de que social e historicamente foi sendo construída a ideia de que o homem é mais poderoso e mais forte fisicamente do que a mulher. Por conseguinte, a mulher é compreendida como frágil, desprotegida e sensível. Para Bourdieu (2012), essas representações refletem uma relação de poder histórica, em que o homem agride a mulher porque ele se entende como o “homem” e precisa demonstrar seu domínio, seu poder de “macho”, e a mulher precisa ser dominada e estar submissa à sua autoridade.

No que concerne à violência contra as mulheres, vários autores/as (SANTOS, 2012; LIRA, 2015; SILVA, 2016; REZENDE, 2017) apontam que este fenômeno está pautado numa luta de poderes histórico-sociais, na qual a mulher é concebida como inferior ao homem e, portanto, destituída de poder nessa relação.

Essas representações encontram sua ancoragem, segundo Ribeiro e Cruz (2009), no Brasil patriarcal, dos períodos da cana-de-açúcar e dos senhores de engenho que detinham

todo o poder. Para as autoras, as famílias pernambucanas eram constituídas pela formação típica de uma família, com todos/as morando na casa grande, ou seja, com mulher, filhos/as (bastardos/as ou legítimos/as), além das pessoas escravizadas. Com isso, havia a manutenção das relações sociais baseadas no abuso de poder do senhor do engenho e na submissão da mulher e das crianças.

Essa relação de poder é resultado de um extenso processo de socialização, mediante a ideia de dominação e força, que foi correlacionada a uma característica unicamente masculina. Ou seja, no imaginário social, foi produzida uma ideia de fraqueza, docilidade e submissão da mulher. Importante ressaltar que, tanto para homens quanto para as mulheres envolvidos/as numa situação de violência doméstica e familiar, as representações sociais são similares, produzindo uma arena inesgotável para a perpetuação e manutenção da violência contra as mulheres.

Soares (2005) chama atenção ao fato de que, muitas vezes, o senso comum apresenta as violências contra mulheres como sendo algo característico de famílias problemáticas. No entanto, a autora ressalta que muitas famílias marcadas pela violência podem parecer “funcionais”, sendo a violência conjugal uma consequência de um conjunto de condições, tais como “história pessoal, traços de personalidade, fatores culturais e sociais” (SOARES, 2005, p. 34). Além disso, muitas vezes a sociedade pode pensar que as violências contra as mulheres ocorrem apenas em famílias pobres. Como ressalta a autora, as violências contra as mulheres podem ocorrer tanto em classes sociais altas ou baixas, e com mulheres de diversos níveis de escolaridade. A principal diferença consiste no fato de que as mulheres mais ricas possuem meios de camuflar a situação de forma convincente, além de terem mais condições financeiras para tentar fugir da violência.

Outra ideia bastante difundida no senso comum é de que o homem não consegue controlar seus impulsos e por isso comete a violência. No entanto, Soares (2005) ressalta que os homens sabem se controlar, pois não agredem o patrão, por exemplo, e sim a mulher e os/as filhos/as. Da mesma forma, a autora comenta sobre o mito de que a mulher conseguiria romper o ciclo caso a violência fosse grave. Na realidade, há várias coisas envolvidas numa situação de violência, principalmente a doméstica e familiar. Como motivos para que as mulheres continuem num ciclo de violência, Soares (2005) aponta: riscos de romper a relação; vergonha e medo de procurar ajuda; esperança de que o homem mude o comportamento; isolamento da mulher de sua rede de apoio; despreparo da sociedade para atuar diante desse tipo de violência; outros impedimentos que dificultam o rompimento da relação; dependência

econômica e financeira da mulher perante o homem; a compreensão de que terminar um relacionamento violento é um processo e que cada pessoa tem o próprio tempo.

Para Soares (2005), também é vinculada a ideia de que é fácil identificar a mulher que está numa situação de violência. Segundo a autora, da mesma forma que não há um perfil único de homens que cometem a violência, não há um padrão de mulher, pois “qualquer mulher pode ser vítima de violência doméstica. Não importa se ela é rica, pobre, branca ou negra; se vive no campo ou na cidade, se é moderna ou antiquada; católica, evangélica, atea ou umbandista” (SOARES, 2005, p. 15). A autora ainda ressalta que buscar um padrão de mulheres em situação de violência perpetua estereótipos e podem ser formas discretas de culpabilizar a mulher.

Em relação às implicações do uso de álcool e outras drogas e de doenças mentais na ocorrência das violências contra as mulheres, Soares (2005) enfatiza que, embora existam casos em que a violência está atrelada ao uso abusivo de drogas ou aos problemas psiquiátricos, não é possível dizer que a violência é causada pela dependência química ou por algum transtorno mental. A inexistência dessa relação direta é facilmente percebida porque muitos homens que cometem violência contra as mulheres, não manifestam nenhuma dessas problemáticas. Para a autora, questões como pobreza, uso e abuso de álcool e outras drogas, além dos problemas mentais, não são a causa da violência, mas demandas complementares; isto porque alguns homens não precisam fazer uso de álcool, por exemplo, para agredir a mulher, da mesma forma que alguns que fazem uso abusivo nunca violentaram suas mulheres.

As questões do senso comum também foram enfatizadas na pesquisa de Guimarães (2009). Para o autor, ditados populares, como “se você não sabe por que bateu na sua esposa, não se preocupe, ela sabe”, trazem implícitos a culpabilização da mulher, compreendendo-a como provocadora da situação de violência. Expressões como “tapinha de amor não dói” podem perpetuar a ideia de que a mulher precisa apanhar e de que o homem precisa fazer uso da força e do poder, muitas vezes entendidos como declaração de amor.

Guimarães (2009) reflete também sobre o mito de que a mulher costuma mentir sobre a situação de violência. No entanto, o autor pondera que o que existe, na verdade, é uma inclinação da mulher em ocultar o problema, principalmente por medo ou vergonha. Estes sentimentos estão relacionados à possibilidade de impunidade e de aumento da violência, mesmo diante da denúncia. Além disso, a mulher terá sua intimidade e sua família expostas. Assim, embora possam existir situações em que a mulher inventa histórias somente para depreciar seus companheiros, reduzir a violência a esse tipo de situação é desautorizar a

mulher, que sócio e historicamente está numa posição de poder inferior em relação ao homem.

Como resultado das reflexões apresentadas, compreende-se que ao identificar a violência contra as mulheres como um fenômeno de representação social, por conseguinte, entende-se que é um objeto de “relevância cultural” e datado historicamente. Assim, é fundamental compreender que o fenômeno possui uma “espessura social”, ou seja, está espalhado na sociedade, presente na cultura e nas diversas instâncias da interação social, “nas instituições, nas práticas, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais” (SÁ, 1998, p. 45).

Segundo Arruda (2002), a Teoria das Representações Sociais (TRS) permite compreender a sociedade atual porque ela tem como principais características o fato das informações circularem constantemente e, assim, não permitir que as tradições sejam totalmente cristalizadas. Ou seja, a TRS admite conhecer a sociedade atual a partir da dinâmica social que está sendo acionada no momento em que estão sendo analisadas. Arruda (2002, p. 134), ressalta, no entanto, que a representação social “é uma tradução, uma versão” da realidade.

Para Moscovici (2015), as representações sociais são a interpretação e a construção da realidade que é vivenciada pelos indivíduos. No caso dessa pesquisa, consiste, portanto, na interpretação e na construção da realidade que é vivenciada pelos/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco no que se referem às violências contras as mulheres. Ainda conforme o autor, as representações sociais são uma versão contemporânea do senso comum, sendo estabelecidas a partir das três dimensões destacadas no Capítulo 1 – informação, campo de representação e atitude.

De acordo com Saffioti e Almeida (1995), a análise das representações sociais nas questões de gênero é importante porque demonstra a existência de uma relação e do reconhecimento do eu e do outro. Ou seja, o estudo das representações sociais permite avaliar como estão sendo construídas as imagens e as ideias sobre as violências contra as mulheres, e como está acontecendo a relação e o reconhecimento dos/as profissionais e das mulheres em situação de violência.

Conforme ressaltam Bispo (2002), Leal (2010) e Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglio (2011), os/as profissionais podem culpabilizar as mulheres pela situação de violência em que se encontram, utilizando a questão econômica e o gosto de apanhar como justificativas para permanecerem no ciclo de violência. Em consequência dessas representações sociais, os/as

profissionais podem mais uma vez colocarem as mulheres numa nova situação de violência, a partir de um pré-julgamento que considera que a mulher não tem vontade de romper com o ciclo de violência. Muitas vezes, os/as profissionais compreendem a violência como do âmbito privado, internalizando que não são responsáveis por intervir nas situações, a menos que haja alguma lesão mais grave. Essas representações podem indicar também que o conceito da violência está restrito às questões físicas. Assim, é importante analisar as representações sociais dos/as profissionais porque as mulheres podem passar pelo seu atendimento e, portanto, os/as profissionais podem ser peças fundamentais para a identificação, o encaminhamento e o acompanhamento dos casos de violências contra as mulheres.

De acordo com Jodelet (2001), as significações que são compartilhadas pelos membros pertencentes a um determinado grupo estabelecem um panorama consensual da realidade para esse mesmo grupo. Porém, este cenário consensual pode ter conflito com o de outros grupos, passando a ser um guia para ações e trocas. Deste modo, os diversos sentimentos que podem ser mobilizados nos/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento da violência, vão estabelecendo uma teia de símbolos, significados e ações relativos à violência contra as mulheres, bem como de diversos fenômenos envolvidos, como o homem agressor, a família, as legislações, a mulher em situação de violência, e vários outros.

Diante disso, entende-se que o que os/as profissionais pensam sobre o que é a violência, tem a ver com a realidade que eles/as vivenciam, ou seja, com as representações que fazem do fenômeno. De acordo com Porto (2010), a compreensão do conceito tem a ver com a sociedade em que o fenômeno acontece. Por isso,

Quanto mais uma sociedade é unilateral quanto às suas normas e valores, tanto menos aparece o caráter relativo do conceito e tem-se a ilusão de objetividade, construída por uma suposta unidade de pontos de vista. Sociedades mais plurais convivem com uma multiplicidade normativa, coexistindo lado a lado ou disputando hegemonia (PORTO, 2010, p. 75).

A partir disso, é possível refletir sobre as situações que permitiram as violências contra as mulheres transformarem-se um fenômeno de magnitude social. Para Moscovici (1978), pode-se compreender a questão a partir da análise das dimensões da realidade social que estão vinculadas à produção das representações sociais no que se refere à violência contra as mulheres, analisando três aspectos principais. O primeiro aspecto é a dispersão da informação que é publicizada nos meios de comunicação de massa. Porém, Moscovici (1978, p. 250)

ressalta que as informações as quais as pessoas podem ter acesso são abundantes e, ao mesmo tempo, insuficientes, já que existem “zonas de interesse e de comportamentos”, que pressupõem discrepâncias na análise correta do objeto representacional.

O segundo aspecto é a focalização, pois as relações entre o sujeito ou grupo com o objeto social podem variar. Ou seja, alguns podem estar mais ou menos envolvidos com o objeto, por exemplo, as violências contra as mulheres. Isto se reflete, segundo Sá (1996, p. 42) na “elaboração de uma representação social mais sólida ou mais fluida acerca de um dado objeto”. Assim, devem-se discutir como diferentes grupos podem colocar em destaque a temática das violências contra as mulheres, além de ser preciso considerar, sendo o autor, quais as inserções sociais, os recursos educativos e os interesses profissionais ou ideológicos dos sujeitos pertencentes a determinado grupo.

O terceiro aspecto é a pressão à inferência, ou seja, entende-se que nas relações sociais, as pessoas ou grupos são empurrados o tempo todo a tomar uma posição, a agir, a estar dentro das conversações correntes. De acordo com Sá (1993), isto significa que é preciso saber se a violência contra as mulheres é um tema que desperta interesse no grupo, ao ponto das pessoas se sentirem implicadas a falar a respeito. Porém, é fundamental saber se os discursos que são organizados pelo grupo caracterizam as representações sociais do objeto, ou se são apenas repetições de mensagens que circulam, por exemplo, na mídia.

Jodelet (2001) defende que o estudo das representações sociais deve acontecer a partir das articulações dos elementos afetivos, mentais e sociais que se manifestam na linguagem e nas relações sociais que são mediadas por ela. Nesse sentido, a interação pode, em qualquer momento, provocar, modificar ou afetar as representações e a realidade material, social e ideativa.

Ainda conforme Jodelet (2005), as representações sociais precisam ser estudadas em seu meio natural, com o intuito de compreender de onde elas provêm de forma espontânea sem, contudo, intervir na sua dinâmica de manifestação. Neste sentido, as representações sociais podem contribuir para a revelação da realidade e são instrumentos fundamentais para a determinação do comportamento, porque elas “regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas” (JODELET, 2001, p. 22).

Diante do exposto, pode-se compreender que o fenômeno das violências contra as mulheres é fomentado pelos símbolos emergidos na história, entendida como um fenômeno de saber social e um objeto de pesquisa. Dessa forma, identificar as violências contra as mulheres como um fenômeno passível de se estudar em termos de representações sociais,

segundo Porto (2010), é acreditar que existe o fenômeno objetivo, ou seja, o dado bruto, e o subjetivo, ou seja, as representações. Assim, a compressão das violências contra as mulheres circulam nos discursos dos/as profissionais, dos/as leigos/as, dos/as pesquisadores/as, fazendo com que o debate sobre o fenômeno aconteça rotineiramente na vida das pessoas, no senso comum. Reitera-se que o senso comum é o objeto das representações sociais, e por isso pode-se afirmar que a violência contra as mulheres apresenta-se como um campo de pesquisa fértil para o estudo das representações sociais.

Após essa explicação, parte-se agora para as questões práticas, e em seguida serão apresentadas as definições e a composição da Rede de Enfrentamento às violências contra as mulheres na região do Sertão de Pernambuco onde foi realizada a pesquisa.

4.4 A estrutura da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Diante da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres, considera-se necessária a existência de diversas ações e serviços, envolvendo órgãos governamentais, órgãos não governamentais, famílias e a sociedade civil. Cada um desses elementos é fundamental para o enfrentamento da violência, seja na prevenção, proteção ou no atendimento das mulheres em situação de violência.

Alguns serviços e setores são considerados fundamentais para a construção da Rede de Enfrentamento, como por exemplo, a Saúde, a Assistência Social, a Segurança Pública, a Educação, o Judiciário, incluindo o Ministério Público e a Defensoria Pública. Além disso, ações nas áreas da Habitação, Emprego, Qualificação e Renda, Direitos Humanos, entre outros, são importantes. A articulação desses setores possibilita diálogos e pactuações de ações que devem ser realizadas conjuntamente com o objetivo de garantir o atendimento integral das pessoas em situação de violência.

Segundo Oliveira (2001), o trabalho em rede é organizado a partir da autonomia dos setores envolvidos, do dinamismo no fluxo de trabalho e das informações, da multiliderança e da descentralização. As redes são consideradas uma forma de atuação conjunta de serviços e/ou pessoas, e que estão presentes na sociedade de uma forma geral. Assim, segundo a autora, para atuar em rede, é necessário que haja organização e cooperação entre os serviços,

de forma que seja possível: reconhecer que o outro existe e é importante; conhecer o que o outro faz; colaborar quando necessário; compartilhar saberes, ações e poderes.

A partir da amplitude da temática aqui abordada, compreende-se que é fundamental entender o conceito e a composição da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. A constituição da Rede procura dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa várias áreas. Assim, o conceito de Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres refere-se à:

atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a, p. 13).

Importante ressaltar que a mudança no conceito ocorreu em 2010, passando a ampliar o escopo de serviços e ações. Assim, a Rede de Enfrentamento é considerada mais ampla por incluir, além da rede de atendimento, novos parceiros e atores sociais como, por exemplo, os organismos de políticas para as mulheres, núcleos de gênero, núcleos de enfrentamento de tráfico de pessoas, entre outros. Embora esses serviços não atuem na assistência às mulheres de forma direta, possuem um papel relevante no combate e na prevenção da violência, e na garantia dos direitos das mulheres (BRASIL, 2011a).

A construção da Rede de Enfrentamento considera a rota crítica que as mulheres em situação de violência percorrem e que possui diversas portas de entrada, como os serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços de assistência social, e que devem atuar de maneira articulada para prestar uma assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011b). Além disso, a consolidação da Rede de Enfrentamento demanda ações conjuntas dos diversos setores envolvidos com o fenômeno da violência, com o objetivo de realizar ações que:

desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do **combate**, mas compreende também as dimensões da **prevenção**, da **assistência** e da **garantia de direitos das mulheres** [grifos do autor] (BRASIL, 2011b, p. 25).

Para garantir a efetivação dos eixos de combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, a Rede de Enfrentamento é composta por agentes governamentais e não

governamentais, organizações de políticas para as mulheres, conselhos de direitos, movimentos de mulheres, além de serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres, em especial dos setores da Assistência Social, Justiça, Saúde e Segurança Pública. A Rede de Atendimento composta pelos quatro setores principais tem como objetivo básico ampliar e melhorar a qualidade do atendimento, além de identificar e encaminhar de maneira adequada às mulheres em situação de violência, garantindo a integralidade e a humanização do atendimento (BRASIL, 2011a).

A Rede de Atendimento é composta por duas principais categorias de serviços. A primeira categoria refere-se aos serviços considerados não especializados de atendimento às mulheres e são aqueles que, em geral, constituem a porta de entrada na Rede, como os hospitais gerais, serviços de atenção básica e programa saúde da família, delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministérios e Defensorias Públicas (BRASIL, 2011a).

A segunda categoria engloba os serviços especializados, que são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres e são especializados na temática da violência contra as mulheres, como os Centros de Atendimento à mulher em situação de violência, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias e Promotorias Especializadas, Juizados Especiais, entre outros (BRASIL, 2011a).

A Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres contemplada nesta pesquisa abarca a rede de atendimento, que é dividida em quatro principais setores/áreas – Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social (BRASIL, 2011a) –, e serão explicitados brevemente a seguir; além de outros setores sociais e de garantia de direitos, que dão suporte às mulheres, como a área de educação, associações, centros religiosos, entre outros.

Compreendendo que a violência contra as mulheres é reconhecida internacionalmente como um problema social, as ações para prevenção e enfrentamento do problema demandam uma conexão entre diferentes setores da sociedade. Assim, a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito a uma atuação articulada entre os serviços governamentais e não governamentais, bem como com a comunidade.

Como o objetivo principal da pesquisa é identificar a representação social da violência contra as mulheres entre profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, fez-se necessário conhecer a estrutura da Rede de Enfrentamento existente na região de realização do estudo e os números da violência contra as mulheres. Para cumprir o objetivo de conhecer a estrutura da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres na

região pesquisa, foi realizado o levantamento dos dados junto às Secretarias Municipais de Assistência Social, de Saúde e da Mulher, ou Coordenadorias Municipais de Políticas para as Mulheres, além da Coordenadoria Regional de Políticas para as Mulheres, vinculada à Secretaria Estadual da Mulher. Somou-se a essa etapa da pesquisa o levantamento dos dados sobre as violências contra as mulheres, disponibilizados pelas Secretarias Estaduais da Mulher e de Defesa Social de Pernambuco.

A partir dos dados disponibilizados referentes até o ano de 2020, tem-se a seguinte estrutura de serviços componentes da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres na Região de Desenvolvimento (RD) pesquisada, apresentada nas Tabelas 14 e 15. A partir dos dados exibidos nas referidas, é possível perceber que a região carece de serviços, principalmente aqueles considerados como especializados, ou seja, que realizam atendimentos específicos às mulheres.

Tabela 14 – Quantitativo de Serviços Especializados para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM)	00
Casas-Abrigo	00
Juizados Especiais de Violência contra a Mulher	00
Defensorias e Promotorias Especializadas	00
Centro de Referência de Atendimento à Mulher	01
Serviço de Referência à Saúde da Mulher	00
Total	01

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 15 – Quantitativo de Serviços Não Especializados para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Delegacias Comuns	12
Ministério Público	07
Varas Criminais	07
Defensorias Públicas	02
Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	17
Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS)	10
Total	55

Fonte: A autora, 2020.

A Lei Maria da Penha reafirmou a importância de serviços já existentes e previu a criação de novos, totalizando onze serviços: Casas-Abrigo; DEAM; Núcleos de Defensoria Pública especializados; Serviços de Saúde especializados; Centros Especializados de perícias médico-legais; Centros de Referência para atendimento psicossocial e jurídico; Juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres; Equipe de Atendimento multidisciplinar para auxiliar o trabalho dos Juizados; Núcleos Especializados de Promotoria; Sistema nacional de coleta de dados sobre violência doméstica; e Centros de Educação e de Reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006).

A partir de 2003, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas, incluindo as ações de prevenção, de garantia de direitos e de combate à violência. Observou-se um aumento de 161,75% do número de serviços especializados entre 2003 e 2011. Em 2003 havia 248 Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAM) em todo o Brasil, e em 2011 esse número subiu para 470. Da mesma maneira, em 2003 havia 43 Casas-Abrigo, e em 2011 eram 72. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) subiram de 36 em 2003, para 187 em 2011. Além disso, após a Lei Maria da Penha, foram criados 94 Juizados Especializados/Varas adaptadas de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2011a).

Segundo dados apresentados no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2013, houve um crescimento da rede especializada de atendimento à mulher em 65,3% em comparação com o ano de 2007, totalizando 974 serviços em todo território nacional. Além disso, houve a criação das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em situação de Violência no Campo e na Floresta (BRASIL, 2013a). Porém, o PNPM não apresenta dados detalhados de informação sobre os locais onde os serviços foram implantados.

A DEAM é o órgão mais comentado pelos/as participantes da pesquisa no que se refere à falta de serviços especializados. Foi possível identificar que, para os/as profissionais, a existência de uma DEAM ocasionaria uma mudança significativa no atendimento às mulheres em situação de violência, ao mesmo tempo em que relatam casos de violações de direitos das mulheres que buscaram ajuda nas delegacias comuns.

Apesar de ser inegável a importância da implantação de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, faz-se necessário refletir se apenas a existência de um órgão mudaria a forma de acolhimento e dos encaminhamentos realizados em toda a Rede de Enfrentamento. Afinal, os serviços não existem por si só, mas são

executados por profissionais que devem compreender suas funções e realizar as ações pertinentes, independente do órgão em que estão atuando. A seguir, apresentam-se conceituações das Redes de Atendimento destacadas nesse estudo, além de reflexões sobre suas funções diante das situações de violência e, por fim, o quantitativo de serviços de cada uma das áreas destacadas.

4.4.1 Serviços da Rede de Saúde

A violência contra as mulheres é um assunto que começou a ser cada vez mais abordado como um tema da área de saúde. Todavia, por tratar-se de um fenômeno complexo, alguns/mas profissionais da área podem apreender que atuar diante dos casos de violência na Rede de serviços de Saúde é algo difícil e desafiador, visto que as demandas geralmente são enormes, o que pode deixar as equipes, muitas vezes, sobrecarregadas. Em contrapartida, percebe-se que os/as profissionais da área têm pouco conhecimento sobre o que fazer diante dos casos, já que a sua formação raramente inclui algum conhecimento técnico específico sobre a temática. De forma geral, as mulheres em situação de violência podem apresentar, por exemplo, baixa autoestima, além de sentirem medo e vergonha para expressar seus sentimentos. Por isso, não raramente, elas podem procurar os serviços de saúde com diferentes tipos de problemas físicos e psicológicos que, na verdade, tem como causa direta a situação de violência vivida.

Em relação à Rede de serviços de Saúde, em 1983, foi implantado pelo Ministério da Saúde (MS), o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres existentes até aquele momento. Este Programa propôs integrar os aspectos biomédicos, psicológicos e sociais como necessidades em saúde e começou a incluir a violência doméstica e sexual como parte dessas necessidades, acentuando o olhar para a violência contra as mulheres como uma questão de saúde pública (BRASIL, 1984c).

Após 20 anos do PAISM, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), publicada originalmente em 2004, em seu diagnóstico sobre a situação da saúde da mulher no país, já apontava que a morbidade provocada pela violência doméstica e sexual atingia principalmente a população feminina, bem como chamava a atenção para a questão

dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, a PNAISM traz como um dos objetivos promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, a partir de ações como: “Organizar redes integradas de atenção às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; Articular atenção à mulher em situação de violência com ações de prevenção de DST/Aids; Promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual” (BRASIL, 2011c, p. 70). A Política tem como intuito conseguir romper as fronteiras da saúde sexual e da saúde reprodutiva, para alcançar todos os aspectos da saúde da mulher, através de ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação.

Os serviços de saúde prestam assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres em situação de violência, oferecendo serviços e programas especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e sexual, inclusive no que se refere à interrupção da gravidez em casos de estupro (BRASIL, 2011a). Os serviços de saúde existentes na rede pesquisada estão apresentados na Tabela 16.

Apesar do número elevado de serviços da rede de saúde, nenhum é de referência no atendimento às mulheres em situação de violência. Por trata-se de uma RD composta por dez municípios, o principal serviço é configurado pela rede de atenção básica, representada, principalmente, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ressalta-se que um dos municípios possuem equipes de atenção básica com financiamento municipal, e que as equipes Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) pararam de receber financiamento federal em 2019 e, portanto, desde 2020 não estão mais ativas.

Tabela 16 – Composição da Rede de Saúde para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Equipes de Atenção Básica	101
Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)	14
Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	06
Serviços de Atendimento Médico de Urgência (SAMU)	00
Unidades de Atendimento de Urgência e Emergência	03
Serviços de Referência à Saúde da Mulher	00
Total	124

Fonte: A autora, 2020.

Com relação à violência sexual, segundo uma Norma Técnica publicada pelo Ministério da Saúde em 2005 sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra mulheres e adolescentes, a Equipe de Saúde da Família deve estar preparada,

entre outras ações, para: identificar as situações de violência e acolher as vítimas; garantir a privacidade, confiança e respeito no atendimento; prestar os cuidados necessários referentes às queixas da mulher; incluir o tema violência nas ações educativas da unidade; informar e encaminhar a mulher para os programas e serviços intersetoriais, como saúde mental, de apoio social e jurídico, além das delegacias; bem como agendar retorno e/ou visita domiciliar para continuidade do atendimento (BRASIL, 2005a).

A Norma Técnica também aponta para a importância de identificar situações que precisam de encaminhamentos para serviços de urgência ou de pronto-atendimento, como o abuso sexual, lesões graves e/ou extensas, queimaduras profundas, traumatismos cranianos e faturas, além de suspeita de lesão de órgãos internos e estado de choque emocional (BRASIL, 2005a).

Importante destacar que em 2013 foi aprovada a Lei nº 12.845, que tornou obrigatório o atendimento a vítimas de violência sexual e o tratamento no serviço público em hospitais (BRASIL, 2013b). Já o Decreto nº 7.958/2013, estabelece as diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual, tanto para profissionais da Segurança Pública quanto para os da Rede de Saúde. Assim, a violência sexual é compreendida como uma questão de saúde pública, mas também de segurança pública e de acesso à justiça. Por isso, exige ações integradas para lidar com a questão.

O referido Decreto prevê que os/as profissionais de saúde ajuntem o atendimento, realizado com foco nos cuidados com a pessoa em situação de violência sexual, a partir de um olhar que permita identificar e registrar informações necessárias à persecução penal do/a agressor/a. O Decreto também prevê a articulação entre os setores de Saúde, Segurança Pública e Justiça, com o objetivo de proteger a pessoa em situação de violência, bem como adotar medidas de responsabilização do/a agressor/a (BRASIL, 2013c).

Além da legislação acima mencionada, em 2015 foi lançado uma Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual, com registro de informações e coleta de vestígios. A Norma recomenda que o atendimento seja realizado até 72 horas depois da agressão devido à maior eficácia das medidas profiláticas. Ressalta-se também que os serviços de saúde não devem exigir o registro de boletim de ocorrência para a realização do atendimento. Assim, se a pessoa não desejar realizar o registro do boletim de ocorrência, precisará ser respeitada, sem haver nenhum dano ao atendimento integral à saúde, além de ser garantindo todas as orientações necessárias sobre seus direitos (BRASIL, 2015b).

O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) em seu terceiro capítulo trata sobre a saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, e tem como principal objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do ciclo vital, além de ampliar o acesso aos serviços de promoção, prevenção e assistência à saúde integral, sem discriminação, porém protegendo as especificidades de raça, etnia, classe social, entre outras (BRASIL, 2013a).

Entre as metas que articulam saúde e violência, apontam-se: ampliar em 20% o número de serviços de saúde com notificação de violências doméstica, sexual e outras violências; e acompanhar a implementação da notificação compulsória nos municípios brasileiros (BRASIL, 2013a). A linha de ação 3.6 refere-se à promoção e ampliação da atenção às mulheres adultas, jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Para isso, propõe as seguintes ações:

- 3.6.1. Ampliar e qualificar os serviços da rede de saúde de atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, incluindo a interrupção da gravidez prevista em lei;
- 3.6.2. Garantir o atendimento multiprofissional e multidisciplinar com acompanhamento nos casos descritos na ação 3.6.1;
- 3.6.3. Acompanhar o cadastramento dos serviços de atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual;
- 3.6.4. Elaborar norma técnica que contenha diretrizes, protocolos e fluxos de atendimento para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica;
- 3.6.5. Colaborar para implementação de estratégias que garantam a regulamentação da cadeia de custódia de material biológico, para garantir a materialidade das provas nas situações de violência sexual contra mulheres, adolescentes e crianças.
- 3.6.6. Elaborar estratégia para melhorar a notificação e investigar os óbitos por homicídio, no âmbito do SUS;
- 3.6.7. Implantar a notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências em articulação com os Núcleos de Prevenção de Violências (BRASIL, 2013a, p. 37).

Assim, ao apresentar um capítulo sobre a saúde, além de diversos objetivos e ações concernentes às questões da violência, o PNMP deixa clara a importância da área da Saúde para a identificação, atendimento, enfrentamento e prevenção das violências contra as mulheres. Porém, é fundamental atentar-se à necessidade de integrar questões relacionadas à violência na formação dos/as profissionais da saúde. A Organização Mundial da Saúde (2013) enfatiza que todos/as profissionais que realizam algum tipo de cuidado precisam compreender a relação entre violência e os problemas de saúde das mulheres, pois apenas dessa forma serão capazes de responder de maneira apropriada e eficaz às demandas apresentadas pelas mulheres em situação de violência.

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.778, que “estabelece a notificação compulsória em todo o território nacional para os casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde, públicos ou privados” (BRASIL, 2003a, p.11). Segundo a Lei, os casos devem ser notificados, sejam confirmados ou suspeitos.

A Portaria nº 1.271 de 2014 define a lista das doenças, agravos e eventos de saúde pública de notificação compulsória, tanto nos serviços públicos quanto nos privados. A Portaria define notificação compulsória no artigo 2º, inciso VI, como a:

comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública, descritos no anexo, podendo ser imediata ou semanal (BRASIL, 2014, s/p).

Além disso, a Portaria estabelece que a notificação deva ser imediata, ou seja, realizada em até 24 horas a partir do conhecimento da ocorrência (BRASIL, 2014). De acordo com Schraiber e D’oliveira (2003), nos serviços de saúde os números da violência doméstica tendem a ser grandes, visto que as mulheres em situação de violência tendem a usar esses serviços com maior frequência, sendo que de 25% a 50% das mulheres atendidas podem sofrer ou ter sofrido violência física ou sexual cometida pelo parceiro. No entanto, como alertam as autoras, raramente as mulheres revelam de forma espontânea a violência sofrida, seja por dificuldades pessoais ou por não confiarem nos serviços de saúde.

Para Schraiber e D’Oliveira (2003), a abordagem da problemática da violência doméstica e sexual nos serviços de saúde requer técnica específica de conversa, além de conhecimento das referências existentes na região (jurídica, policial, social, psicológica, religiosa, cultural), para que o/a profissional tenha meios de apoiar a mulher a tomar a melhor decisão sobre o caso. Para as autoras, também é fundamental a mudança da cultura de ações isoladas de especialistas para uma ação de competência potencializada, com intuito de buscar o cuidado integral. Assim, o trabalho de um/a complementa o dos/as outros/as.

A violência sexual é um dos principais indicadores da discriminação de gênero contra a mulher. Pesquisa da OMS realizada em oito países retrata o perfil da violência sofrida pelas mulheres entre 15 e 49 anos. No Brasil, o estudo foi realizado em São Paulo e em Pernambuco, constatando que 29% das mulheres relataram violência física e/ou sexual por parte do companheiro. Em Pernambuco, 34% das mulheres contaram algum episódio de violência cometido pelo parceiro ou ex-parceiro. No entanto, entre as mulheres que relataram sofrer violência, apenas 11% referiram que buscaram hospitais ou centros de saúde. Ainda

conforme a pesquisa, os principais problemas de saúde relatados pelas mulheres foram: dores ou desconforto severo, problemas de concentração e tontura, além de serem mais comuns as tentativas de suicídio e maior frequência do uso do álcool (KRUG et al., 2002).

O Relatório sobre a prevalência e os efeitos na saúde causados pela violência contra a mulher da OMS aponta como principais impactos na saúde das mulheres que são expostas à violência íntima: estão duas vezes mais propensas a sofrer de depressão; tem quase duas vezes mais a probabilidade de ter transtornos por uso de álcool; 16% mais provável que tenham um bebê com baixo peso ao nascer; maior probabilidade de adquirir alguma infecção sexualmente transmissível, como HIV, sífilis ou gonorreia; 42% das mulheres em situação de violência física ou sexual perpetrada por um parceiro tiveram alguma lesão como resultado; e 38% dos assassinatos de mulheres em todo o mundo foram cometidos por seus parceiros íntimos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Além disso, alguns sinais percebidos durante os atendimentos podem servir de alerta para identificar possíveis situações de violência. Entre os sinais de alerta relacionados no Protocolo de Atenção Básica, destacam-se: queixas vagas, sem explicação e recorrentes; sofrimento psíquico; infecções sexualmente transmissíveis; início tardio do acompanhamento pré-natal; evacuação dolorosa ou dor ao urinar; gravidez indesejada ou em menores de 14 anos, entre outros (BRASIL, 2016c).

Fica claro, portanto, que os serviços de Saúde são importantes portas de entrada das mulheres em situação de violência à Rede de Enfrentamento. Devido à ausência anterior da participação da Saúde na Rede de Enfrentamento, surgiu a importância da realização de capacitações para que os/as profissionais possam identificar, diagnosticar, encaminhar e prestar atendimento integral e humanizado. Nesse sentido, a qualidade dos serviços ofertados às mulheres em situação de violência depende do número de órgãos existentes, mas também dos/as profissionais envolvidos/as. Assim, o atendimento à mulher pode ser influenciado pela representação que os/as profissionais têm sobre a violência doméstica (SILVA et al., 2015).

4.4.2 Serviços da Rede de Justiça

Com o advento da Lei Maria da Penha, buscou-se garantir que a mulher em situação de violência doméstica e familiar estivesse sempre acompanhada por um/a advogado/a ou

defensor/a público/a, tanto nas causas cíveis quanto nas criminais (BRASIL, 2006). Segundo Belloque (2011), a necessidade de a mulher estar acompanhada de advogado/a ou defensor/a em todos os atos do processo, é justificável porque a ausência de assistência jurídica torna a mulher mais vulnerável e dificulta o exercício de seus direitos.

Assim, a Lei nº 11.340/2006, em seus artigos 27 e 28, afirma que o Estado brasileiro tem o compromisso de prover a assistência judiciária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, em todos os atos processuais, cíveis e criminais, além de garantir que toda mulher em situação de violência doméstica e familiar tenha acesso aos serviços gratuitos, em sede policial e judicial, através de um atendimento específico e humanizado.

Ainda segundo Belloque (2011), a Lei Maria da Penha ao garantir a assistência jurídica à mulher, buscou minimizar situações que, infelizmente, eram muito corriqueiras, conhecidas como “vitimização secundária”. Para a autora, a vitimização secundária é refletida no tratamento recebido pela mulher no momento de prestar declarações como vítima, tanto na polícia quanto em juízo, sendo submetida, por exemplo, a exames corporais desnecessários para provar a agressão, ou sendo forçada a ser confrontada com o agressor, sobressaindo dúvidas sobre sua denúncia. Conforme ressalta a autora:

A discriminação contra as mulheres, reproduzida pelo sistema de justiça que incorpora e reflete as relações sociais de poder, enquanto integrante de um corpo social com identificações de papéis, tem sido historicamente uma barreira limitadora do acesso à justiça por parte das vítimas de violência doméstica e familiar (BELLOQUE, 2011, p. 341).

Compreende-se, portanto, que a orientação jurídica é fundamental para que sejam adotadas ações, como as medidas protetivas de urgência, consideradas ferramentas importantes para tentar romper como o ciclo de violência, inclusive evitando seu agravamento. A assistência jurídica deve ser voltada ao interesse da mulher, e deve ser prestada de duas formas: de modo individualizado; ou por órgão que tenha atuação voltada às questões da violência contra as mulheres.

Segundo dados disponibilizados no III PNPM, referentes aos anos de 2006 a 2011, foram distribuídos 685.905 procedimentos, realizadas 304.696 audiências, com 26.146 prisões em flagrantes, 4.146 prisões preventivas, além de 278.364 medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2013a). Mesmo diante desses números, ainda há um sentimento de impunidade e há uma necessidade de dar celeridade nos julgamentos dos casos, além de mobilizar toda a sociedade para o enfrentamento da violência contra as mulheres. A linha de ação 4.1 do III

PNPM refere-se ao fortalecimento da segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em situação de violência. Para isso, propõe diversas ações, as quais se destacam:

4.1.9 Criar Defensorias Públicas Especializadas no atendimento às mulheres e/ou Núcleos da mulher nas Assistências Judiciárias Gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.

4.1.10 Fortalecer as Defensorias Públicas Especializadas no atendimento às mulheres e/ou Núcleos da mulher nas Assistências Judiciárias Gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.

4.1.11 Criar Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

4.1.12 Fortalecer os Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

4.1.13 Criar Promotorias Especializadas de Atendimento às Mulheres e/ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos.

4.1.14 Fortalecer as Promotorias Especializadas de Atendimento às Mulheres e/ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos (BRASIL, 2013a, p.45).

Assim, o III PNMP deixa clara a importância da criação e do fortalecimento dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, conforme preconizado na Lei Maria da Penha. A referida Lei também prevê a criação dos Juizados Especiais, que podem contar com equipe de atendimento multidisciplinar e ser integrada por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e da saúde (BRASIL, 2006). Esses Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm competência cível e criminal para o processo, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres (BRASIL, 2011a).

No intuito de atender o que preconiza a Lei Maria da Penha, a Recomendação nº 9, de 8 de março de 2007, sugere aos Tribunais de Justiça a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a adoção de outras medidas previstas na Lei (BRASIL, 2007). Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2006 e 2011 as Varas e Juizados Especiais receberam mais de 677 mil procedimentos entre inquéritos, ações penais e medidas protetivas, sendo que 57% dos processos iniciados nessas varas especializadas em violência doméstica foram julgados (BRASIL, 2013d).

As Defensorias da Mulher têm o objetivo de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência, sendo o órgão responsável pela defesa daquelas que não possuem condições financeiras de contratar um/a advogado/a, possibilitando a ampliação do acesso à Justiça. De acordo com dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), o número de Defensorias especializadas subiu de apenas quatro em 2003, para 57 em 2011 (BRASIL, 2011a). Os serviços de justiça existentes na rede pesquisada estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 – Composição da Rede de Justiça para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Juizados Especiais de Violência contra a Mulher	00
Defensorias Especializadas	00
Núcleos de Gênero no Ministério Público	00
Promotorias Especializadas	00
Defensorias Públicas Comuns	02
Ministérios Públicos Comuns	07
Varas de Justiça Comuns	07
Total	16

Fonte: A autora, 2020.

Segundo dados disponibilizados em 2011, após a promulgação da Lei Maria da Penha, 94 Juizados Especializados ou Varas de violência doméstica e familiar foram criados no país (BRASIL, 2011a). No entanto, é possível perceber através da Tabela 17, que nenhum desses serviços foi aberto na região do Sertão foco da pesquisa. Os dados deixam clara a fragilidade da assistência jurídica especializada para as mulheres em situação de violência, principalmente aquelas com poucos recursos financeiros.

Os Núcleos de Gênero no Ministério Público são espaços de garantia dos direitos humanos das mulheres, que atuam através da fiscalização da aplicação de leis voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres, principalmente a Lei Maria da Penha. Além disso, promovem a fiscalização dos serviços de atendimento à mulher, especialmente os serviços que realizam atendimento à mulher em situação de violência (BRASIL, 2011a).

É preciso esclarecer que a prestação de atendimento psicológico e social, de forma geral, não é atribuição dos serviços de justiça. Assim, quando for diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicossocial, a mulher deverá ser encaminhada para os serviços da Rede de Atendimento (CRAS, CREAS ou serviços de saúde) que são responsáveis pela assistência psicológica e social. Por isso, Belloque (2011) afirma que o atendimento jurídico pode não produzir os efeitos desejados se não estiver atuando em parceria com ações de assistência social e psicológica. A garantia de atendimento psicossocial às mulheres também são fundamentais para o enfrentamento da situação e para o empoderamento da mulher.

4.4.3 Serviços da Rede de Segurança Pública

Na década de 1980, a violência contra as mulheres no Brasil tornou-se um dos grandes eixos de ação do movimento feminista, iniciando parcerias com o Estado para a formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. Um marco dessas parcerias foi a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM), em 1985, que significou o reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social e não mais da esfera privada. A implantação das delegacias deu visibilidade à problemática e trouxe o consequente aumento das denúncias; no entanto, não foi eficaz para evitar novas agressões, isolamento social e fuga da vítima diante da perseguição do agressor (BRASIL, 2013a).

As reivindicações dos grupos feministas e de direitos humanos contribuíram para a criação de serviços de atenção às mulheres, especialmente em situação de violência, como as Delegacias de Defesa da Mulher, a construção de Casas-Abrigo e os Centros de Atendimento Multiprofissionais, tendo como foco, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros ou ex-parceiros (SCHRAIBER et al., 2002). Em 1986 foi criada pela Secretaria de Segurança Pública a primeira Casa-Abrigo do país, para atender mulheres em situação de risco de morte no estado de São Paulo.

De 1985 a 2002, o principal eixo de combate à violência contra as mulheres no Brasil foi a criação de Delegacias Especializadas e de Casas-Abrigo⁴⁷, com ênfase na segurança pública e na assistência social, sendo a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, gerenciado pela Secretaria da Mulher, à época vinculada ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2011a). Em 2019, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) passou a ser vinculada ao recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O III PNPM assinala em seu quarto capítulo o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Dentre os objetivos apontados, está “proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento” (BRASIL, 2013a, p. 43). Como uma linha de ação, o Plano aponta: “Fortalecimento da segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em

⁴⁷ Desde 2009, as Casas-Abrigo são consideradas serviços socioassistenciais de alta complexidade e, portanto, serão explicados no subitem a seguir – Serviços de Assistência Social.

situação de violência” (BRASIL, 2013a, p. 44). Como ações propostas especificamente para esta linha, estão:

4.3.19 Capacitar de forma permanente os operadores/as da Segurança Pública nas questões referentes às relações de gênero e violência contra as mulheres, incluindo o enfrentamento ao racismo institucional;

4.3.20 Combater a impunidade e a omissão frente à violência contra as mulheres e nos casos de homicídio;

4.3.21 Articular para que os Serviços de Inteligência Policial incluam na sua formação inicial a violência de gênero (BRASIL, 2013a, p. 47).

Fica evidente, portanto, a preocupação da articulação das políticas públicas com a área da Segurança Pública, pois enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres é um dever do Estado, além de ser uma demanda da sociedade. Faz-se necessário, então, compreender o fenômeno da violência contra as mulheres como multidimensional, que não é restrita a nenhuma classe social, raça, etnia, faixa etária ou local.

O Plano Nacional de Segurança Pública, reeditado em 2003, destaca que em relação às questões da violência doméstica e de gênero, o setor tem um papel importante na prevenção e no combate aos problemas vinculados ao fenômeno (BRASIL, 2003b). A partir disso, uma nova concepção de polícia foi pensada, abarcando a proteção de grupos vulneráveis na sociedade. Embora tivesse como eixo principal os/as jovens, incluía também mulheres e crianças. O Plano também previa a participação da comunidade como fundamental para a formulação, implantação e manutenção de uma política de segurança capaz de assegurar os direitos de cidadania, apostando na criação de um policiamento comunitário, com o intuito de construir uma nova postura da instituição policial frente à sociedade.

Em 2018, um novo Plano foi lançado com o nome de Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com propostas para dez anos. Um dos objetivos do Plano é reduzir todas as formas de violência contra as mulheres, em especial as violências doméstica e sexual, e aprimorar o atendimento nas instituições policiais. Para isso, duas das estratégias apontadas pelo Plano são:

7.2.1 Estabelecer normas e procedimentos para os profissionais de segurança pública no atendimento de mulheres em situação de violência, incluindo aspectos sobre como lidar com os casos de violência doméstica e sexual, o adequado atendimento às vítimas, garantindo sua segurança, inclusive mediante a utilização de dispositivos eletrônicos (como por exemplo, botão de pânico), e privacidade e normas sobre como lidar com os autores de violência;

7.2.2 Promover a formação continuada dos profissionais de segurança pública com disciplinas obrigatórias sobre o atendimento de mulheres em situação de violência, sensibilizando-os para o reconhecimento da violência de gênero (BRASIL, 2018, p. 33-34).

Assim, a violência contra as mulheres configura-se como uma questão desafiadora para os/as profissionais dos serviços que compõem a área da Segurança Pública, que demanda a construção de novas compreensões do fenômeno, bem como a melhoria no atendimento às mulheres em situação de violência. A Tabela 18 apresenta os serviços de segurança pública existentes na rede pesquisada.

Tabela 18 – Composição da Rede de Segurança Pública para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Delegacias Comuns	12
Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM)	00
Unidades da Polícia Militar	02
Unidades do Corpo de Bombeiros	02
Unidades da Polícia Científica	01
Total	17

Fonte: A autora, 2020.

As DEAM são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, desempenhando atividades de caráter repressivo e preventivo, através de ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2011a). Importante frisar que a Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência das mulheres em situação de violência.

A Polícia Militar também integra a Rede de Enfrentamento, visto que, muitas vezes, realizam o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, acolhendo situações de emergência, conflitos e violência, para em seguida fazer o devido encaminhamento a outros serviços da Rede. A Polícia Militar também é responsável pelo policiamento ostensivo e prestação de serviços à comunidade. O Batalhão existente na região de pesquisa era de abrangência regional até o ano de 2017, momento em que foi desmembrado, com a criação de uma Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), abrangendo três dos dez municípios da região. Dados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apurou a violência contra as mulheres no Brasil apontam que quase 56% das mulheres em situação de violência não procuraram a Polícia. E mais: 33% disseram temer represália ou não queriam envolver a polícia (BRASIL, 2013e).

Já a Unidade de Polícia Científica foi inaugurada em 2018 e tem abrangência regional. A Unidade tem a prerrogativa de realizar investigações de perícia no local de crime, perícia de

química forense (drogas), balística, identificação de veículos e perícia em informática. A Unidade Regional é dividida em dois setores principais: o Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto Médico Legal (IML). Ou seja, é na Polícia Científica que as mulheres em situação de violência realizam os exames de corpo de delito para comprovar a ocorrência e o tipo de lesões sofridas, inclusive no caso de morte da vítima. O laudo do IML é um elemento judicial importante para comprovação da prática de violência acontecida. De forma geral, os exames de corpo de delito eram realizados no Hospital Regional. Ressalta-se apenas que até o momento, o IML da região pesquisada ainda não realizava os exames de tanatoscopia, que é a investigação e a confirmação da causa de uma morte.

4.4.4 Serviços da Rede de Assistência Social

A Lei Maria da Penha preconiza que a assistência às mulheres em situação de violência deve ser assegurada através do atendimento humanizado e qualificado, realizado por agentes públicos e comunitários com formação continuada (BRASIL, 2006). A promulgação da lei fomentou o estabelecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que versa sobre os pactos entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) no intuito de planejar as ações de prevenção, combate e atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011b).

A Política Nacional apresenta diversos serviços que devem prestar atendimento às mulheres. Na área da assistência social, destacam-se dois: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os principais objetivos destes dois equipamentos é realizar o acolhimento, atendimento e a proteção de famílias em situação de vulnerabilidade ou com direitos violados, além de realizar a orientação e o encaminhamento jurídico das mulheres em situação de violência, com o intuito de fortalecer e resgatar a cidadania. Devem, também, articular, acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas pela rede (BRASIL, 2011b).

Como já mencionado anteriormente, o III PNPM apresenta no quarto capítulo, o tema do enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Assinala dentre os seus objetivos: ampliar e fortalecer os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, no intuito de propiciar um atendimento humanizado e integral; e a busca da garantia

de inserção das mulheres em programas sociais das esferas federal, estadual e municipal, como meio de estimular autonomia e independência (BRASIL, 2013a). Para alcançar tais objetivos, o Plano aponta como uma das linhas de ação: “Ampliação e fortalecimento da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência”. Como ações propostas especificamente para esta linha, estão:

- 4.1.1 Criar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e/ou núcleos especializados nas demais delegacias existentes;
- 4.1.3 Criar Centros Especializados da Mulher em situação de violência;
- 4.1.15 Ampliar o número de serviços e fortalecer a atenção especializada para atendimento das mulheres em situação de violência;
- 4.1.29 Promover o atendimento qualificado às mulheres em situação de violência no Sistema Único da Assistência Social (BRASIL, 2013a, p. 44-46).

Ao apontar como uma das ações o atendimento qualificado no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e elencar como uma das metas a existência de pelo menos um CRAS em todos os municípios brasileiros, o III PNPM deixa clara a importância da Rede da Assistência Social como uma das principais portas de entrada das mulheres em situação de violência na Rede de Atendimento. Assim, torna-se fundamental os Programas definidos na Política da Assistência Social para o devido acompanhamento dos desdobramentos das situações, inclusive articulando outras redes de serviços.

O marco histórico da Assistência Social deu-se a partir da Constituição Federal, que junto com a Saúde e a Previdência Social, passou a compor a Seguridade Social (BRASIL, 1988). Neste momento começou a ser considerada uma política que tem o objetivo de garantir a proteção social do/a cidadão/ã e sua família, deixando de ser uma prática filantrópica e assistencialista, para ser um direito social garantido pelo Estado.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) veio regulamentar a assistência enquanto política social pública e responsabilidade do Estado. A LOAS apresenta os serviços, programas, financiamentos e outras questões concernentes à Assistência Social, e aponta a proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos como alguns dos seus objetivos (BRASIL, 1993).

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que busca articular a proteção social com outras políticas públicas, e é operacionalizada pelo SUAS, estabelecendo um modelo único de gestão, descentralizado e participativo, conforme preconizado na LOAS desde a década de 1990 (BRASIL, 2004). O SUAS é um sistema que integra as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS afirma que:

A proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2005b, p. 16).

A Proteção Social de Assistência Social é realizada de maneira hierarquizada, dividida em básica e especial, contemplando níveis de complexidade. A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir determinadas situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços da Proteção Básica são destinados à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos (BRASIL, 2005b). A base territorial para a implementação das ações da proteção básica é o CRAS, que além de prestar serviço de atendimento social, deve organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais da política de assistência em nível local.

A Proteção Social Especial é dividida em Média e Alta Complexidade, e tem como objetivos promover ações socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, através da reparação de danos, uma vez que o trabalho é realizado com sujeitos que já tiveram seus direitos violados e/ou vínculos rompidos (BRASIL, 2005b).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento aos indivíduos que tiveram seus direitos violados, sem, no entanto, ter havido rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários. O principal equipamento deste nível é o CREAS, que deve realizar a acolhida, o atendimento, acompanhamento e encaminhamento sociofamiliar, bem como monitorar e realizar buscas ativas de situações de violência, abuso, exploração e outras formas de ameaça aos direitos (BRASIL, 2005b).

Os serviços de Alta Complexidade são, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), destinados aos indivíduos com violação de direitos e perda de vínculos. Assim, de forma geral, a pessoa será retirada de seu núcleo de convivência social para ser encaminhada a um abrigo correspondente a sua condição específica. Os serviços devem garantir proteção integral (moradia, alimentação, proteção), e podem ser: casa lar; casa de passagem; casa abrigo, entre outros. A Tabela 19 apresenta os serviços da assistência social existentes na rede pesquisada.

As Casas-Abrigo são consideradas locais seguros que oferecem moradia e atendimento integral às mulheres em risco iminente de morte, exclusivamente em decorrência da violência doméstica, configurando-se um serviço de caráter sigiloso e temporário, de no mínimo três meses, até reunir condições para retomar suas vidas. As Casas de Acolhimento Provisório

prestam serviços de abrigamento de curta duração (máximo de 15 dias), que não precisam ser sigilosos e as mulheres não correm risco iminente de morte, garantindo a integridade física e emocional das mulheres, e realizando diagnóstico da situação para realizar os encaminhamentos necessários (BRASIL, 2011a).

Tabela 19 – Composição da Rede de Assistência Social para atendimento às mulheres em situação de violência na RD pesquisada.

Serviço	Quantidade
Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	17
Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS)	10
Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)	01
Casas-Abrigo	00
Casas de Acolhimento Provisório	00
Total	28

Fonte: A autora, 2020.

Os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS, sendo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) seu principal serviço. O trabalho do CRAS tem caráter preventivo, promovendo acesso e usufruto de direitos (BRASIL, 2011a). Embora não seja sua função, pode realizar acolhimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência.

Já os CREAS ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), sendo responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento de famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Tem como uma das linhas de ação, mas não exclusivamente, o atendimento/acompanhamento às mulheres em situação de violência. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) são espaços de acolhimento/atendimento psicossocial, orientação e encaminhamento jurídico às mulheres, realizando ações necessárias para a superação da situação de violência (BRASIL, 2011a).

Assim, como a violência contra as mulheres é considerada uma violação dos direitos, percebe-se que é uma questão que incide diretamente nos serviços da Assistência Social. Essa rede de serviços deve orientar as mulheres sobre benefícios que ajudem na melhoria da condição de vida e/ou que contribuam para o enfrentamento da violência, bem como oferecer atendimento psicossocial para a construção de novos projetos de vida e reorganização da situação familiar.

4.4.5 Outros Serviços de Redes Informais

Ao compreender a complexidade da violência contra as mulheres, sabe-se que muitas vezes as mulheres não se sentem acolhidas nos serviços formais, e terminam buscando ajuda e acolhimento em outros lugares. Segundo pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019a), 27,4% das mulheres entrevistadas disseram ter sofrido alguma violência. Destas, 52% das mulheres não fizeram nada após sofrer violência. Das que procuraram ajuda, 23,8% procurou algum órgão especializado, sendo que 10,3% procurou uma DEAM, 8% uma delegacia comum e 5,5% ligaram para o número 190 da Polícia Militar. Já 15% compartilhou a situação com alguém da família ou pessoas próximas.

Segundo Guará (2000), as redes são divididas em cinco tipos principais. Consideram-se duas importantes para este tópico. A primeira é a rede social espontânea, que é composta pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela igreja. Esse tipo de rede é considerado como uma rede primária, que tem sustentação principalmente nos fundamentos de cooperação, afetividade e solidariedade.

A segunda rede proposta por Guará (2000) é a sociocomunitária, que é formada por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outras organizações que possam oferecer serviços assistenciais ou organizar as comunidades. A partir das duas definições acima apresentadas, entende-se que a rede incluída nesta pesquisa abarca os dois tipos. Assim, adotou-se o nome de Rede Informal, no intuito de incluir as duas redes – a social espontânea e a sociocomunitária.

A sociedade civil também deve compor a Rede Informal que complementa a Rede Intersetorial de Enfrentamento à violência. A participação pode ser realizada através dos Conselhos de Direitos das Mulheres, da Criança e Adolescente, da Pessoa Idosa, que podem existir nos estados e nos municípios. Ressalta-se que os Conselhos são órgãos paritários com representação do governo e da sociedade civil organizada, desempenhando um papel fundamental no processo de formulação, deliberação, acompanhamento e avaliação de políticas voltadas para o público-alvo do Conselho específico.

A partir da ampliação da noção de Rede, consideram-se alguns dispositivos como importantes e executando um papel fundamental na articulação e fiscalização das políticas públicas para as mulheres. Assim, a pesquisa buscou atores que atuavam em conselhos de direitos da mulher; organizações da sociedade civil e de apoio à mulher; organizações não

governamentais (ONG); líderes religiosos; líderes comunitários; representantes dos conselhos municipais; professores/as e diretores/as de escola; profissionais da mídia; além de comunidade em geral, como familiares e vizinhos/as de mulheres em bairros considerados de vulnerabilidade social nos municípios pesquisados.

Ressalta-se que não foi realizado o mapeamento da Rede Informal, pois se percebeu que não seria possível contabilizar, por exemplo, todas as instituições religiosas presentes nos municípios, principalmente aquelas localizadas na zona rural. Nenhuma das Secretarias contatadas possuía esses dados. Assim, para além da contabilidade dos serviços, é importante ressaltar a existência de uma dinâmica da Rede Informal e, por isso, muitas vezes sua atuação pode ultrapassar esses interesses iniciais, através de ações articuladas com outros setores e serviços formais.

No entanto, as representações sociais identificadas nos/as profissionais que atuam na Rede Informal tem muita relação com o espaço geográfico em que vivem, circulam e vivenciam os fenômenos sociais. Nesse sentido, mesmo que pareça simples, esta afirmação confere importância à ação dos/as profissionais envolvidos/as com o tema da violência contra as mulheres. Apresentam-se a seguir dados estatísticos nacionais e locais da violência contra as mulheres.

4.5 Dados da violência contra as mulheres no Sertão de Pernambuco

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2017a), a violência contra as mulheres é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos. Além disso, a Organização aponta que de acordo com algumas estimativas mundiais, aproximadamente 35% das mulheres em todo o mundo sofreram alguma violência física e/ou sexual durante a vida. Na maior parte dos casos o agressor é o parceiro da mulher, sendo que quase um terço das mulheres relatou alguma violência física e/ou sexual perpetrada pelo parceiro.

A violência é uma das maiores preocupações atuais da população brasileira e, a grande incidência no Brasil revela, também, uma estreita relação com a problemática de gênero. Segundo dados apresentados pelo Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), o Brasil passou de 1.353 homicídios de mulheres em 1980 para 4.762 em 2013, ou seja, um aumento de 252%

em pouco mais de 30 anos. A taxa que em 1980 era de 2,3 vítimas para 100 mil habitantes, passou para 4,8 em 2013, equivalente a um aumento de 111%.

Embora esses números sejam alarmantes, é importante lembrar que se referem apenas ao grau máximo da violência, os homicídios, e não apresentam as outras formas de abuso. Assim, estudar este recorte específico da violência torna-se cada vez mais significativo, já que apesar de ter havido um progresso em relação às políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres, a ocorrência de casos ainda é preocupante. Com taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países que mais cometem violência contra as mulheres (WAISELFISZ, 2015).

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), utilizando-se dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, tipifica os diversos tipos de violências⁴⁸ sofridas pelas mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2014. A violência física é a principal, aparecendo em 48,7% dos casos. A violência psicológica representa 23%, seguida da sexual, com 11,8% dos atendimentos. Com esses números, não se pode dizer que a violência sexual é a menos praticada; pode ser a menos denunciada e/ou a menos percebida como violação pelas mulheres, já que compreender que o sexo forçado dentro do casamento configura-se uma violência é uma ideia relativamente recente.

Ainda segundo o Mapa da Violência, o local mais comum de ocorrência da violência contra as mulheres é a residência da vítima, fato em 71,9% dos casos. Ainda de acordo com o Mapa, o agressor era parceiro, ex-parceiro ou parente da mulher, em 67,2% dos casos (WAISELFISZ, 2015), o que demonstra a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares. Embora não existam apenas vulnerabilidades, o lar, tido como do âmbito privado pode, muitas vezes, camuflar e esconder a violência que acontece entre as “quatro paredes”, dando continuidade à ideia de que o que acontece dentro de casa, deve permanecer dentro de casa.

A violência contra as mulheres é um fenômeno de amplitude social e atualmente, no Brasil, é difícil conhecer alguém que não tenha tido contato com a problemática. Segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013), 54% das pessoas entrevistadas conheciam uma mulher que já foi agredida por um parceiro, e 56% conheciam um homem que já agrediu uma parceira. Ainda segundo dados da pesquisa, sete em cada dez pessoas entrevistadas acreditavam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos.

⁴⁸ Considera-se, segundo o Mapa da Violência, que mais de um tipo de violência pode ter sido indicado em cada atendimento.

Essa ideia é corroborada pelos dados já apresentados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015). Os números são claros e mostram que, efetivamente, as mulheres sofrem mais violência em casa e por seus parceiros íntimos.

No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019a), a cada dois minutos há um registro de violência doméstica contra a mulher, com um total de mais de 263 mil casos de lesão corporal dolosa, o que representa um aumento de 0,8% em relação à pesquisa anterior. Além disso, o Anuário aponta que houve um crescimento de 4,1% dos casos de estupros (com uma média de 180 por dia), e o aumento de 11,3% dos feminicídios. Em 88,8% dos casos, o autor era companheiro ou ex-companheiro da vítima.

Estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou que o eixo básico de qualquer política preventiva e efetiva de segurança pública é a educação. A pesquisa é taxativa ao apontar que há uma necessidade de boa educação desde a infância até o ensino médio (CERQUEIRA, 2016). Neste sentido, inserir a escola no contexto social mais amplo, que vai além do âmbito privado, é corroborar o papel da escola como mediadora, bem como espaço latente de identificações e notificações de situações de violência doméstica e familiar.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) através do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) confirma esta raiz simbólica da violência. Apresenta-se aqui o que se consideram como os principais resultados da pesquisa: para 58% dos/as entrevistados/as, se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros; 63% concordam que casos de violência dentro de casa deveriam ser discutidos somente entre os membros da família; 89% concordam que “roupa suja deve ser lavada em casa”; para 82%, em briga de marido e mulher, “não se mete a colher”; para 64%, os homens devem ser a cabeça do lar; e 65% acham que a mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar. Esses números impressionantes demonstram o pensamento da população brasileira, ainda com fortes bases patriarcais e sexistas.

Apesar dos avanços legislativos, dados do estudo de Bueno e Lima (2019) apontam que 27,4%, aproximadamente 16 milhões de mulheres com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Em 76,4% dos casos, as mulheres afirmaram que o agressor era alguém conhecido: cônjuge/companheiro/namorado em 23,8% dos casos; vizinho em 21,1%; e ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado em 15,2% dos casos. O principal local de ocorrência da violência

foi a residência da mulher, em 42% dos casos, corroborando a vulnerabilidade da mulher nas relações domésticas e familiares.

De acordo com o Atlas da Violência, houve um crescimento de 30,7% de homicídios de mulheres no Brasil entre 2007 e 2017. Ainda conforme o Atlas, o aumento foi de 6,3% entre os anos de 2016 e 2017. Apenas em 2017 foram 4.936 mulheres assassinadas, o maior número em 10 anos, uma média de 13 vítimas por dia. Além disso, o Atlas também afirma que enquanto os homicídios de mulheres fora da residência caíram em torno de 3,3%, dentro de casa aumentaram em 17% (CERQUEIRA et al., 2019).

Em Pernambuco, segundo o Mapa da Violência, houve 256 assassinatos de mulheres no ano de 2013, o que significava o 15º lugar no ranking nacional. Ainda assim, a taxa de homicídios era de 5,5 por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 4,8. Embora continuando acima da média nacional, houve uma melhora significativa, pois o estado ocupava o 5º lugar em 2003, com taxa de 6,5 para cada 100 mil habitantes (WASELFISZ, 2015).

De acordo com dados atualizados do Atlas da Violência, Pernambuco ocupa a 12ª posição entre os estados que mais matam mulheres no Brasil, com uma taxa de mais de seis homicídios para cada 100 mil mulheres continuando, portanto, maior do que a média nacional, que é de 4,7 mortes para cada 100 mil mulheres (CERQUEIRA et al., 2019).

Em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres, Pernambuco registrou no ano de 2012, 28.189 casos. Em 2019, esse número aumentou para 42.665, ficando em 41.403 casos em 2020 (PERNAMBUCO, 2021a).

No que se referem aos números específicos da região pesquisada, é possível perceber, de forma geral, o aumento da violência doméstica e familiar contra as mulheres. De acordo com a Portaria nº 2.028, de 12 de julho de 2011, os crimes notificados encontram-se nas seguintes categorias: ameaça por violência doméstica/familiar; calúnia por violência doméstica/familiar; constrangimento ilegal por violência doméstica/familiar; dano por violência doméstica/familiar; difamação por violência doméstica/familiar; estupro de vulnerável por violência doméstica/familiar; estupro por violência doméstica/familiar; homicídio por violência doméstica/familiar; injúria por violência doméstica/familiar; lesão corporal por violência doméstica/familiar; maus tratos por violência doméstica/familiar; perturbação do sossego por violência doméstica/familiar; vias de fatos por violência doméstica/familiar e outros crimes por violência doméstica/familiar (PERNAMBUCO, 2011). A Tabela 20 apresenta os dados da violência contra as mulheres entre os anos de 2016 a 2020.

Tabela 20 – Estatística da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na RD pesquisada (2016-2020).

Município	2016	2017	2018	2019	2020
Cidade A	273	290	319	403	362
Cidade B	50	64	91	100	134
Cidade C	56	55	74	114	148
Cidade D	05	08	18	21	21
Cidade E	67	71	96	112	94
Cidade F	27	32	54	46	96
Cidade G	151	156	91	196	214
Cidade H	11	08	26	33	26
Cidade I	14	07	26	30	33
Cidade J	100	89	108	113	134
Total	754	780	903	1.168	1.262

Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2021a).

De acordo com a Tabela 20, verifica-se que houve um crescimento da violência contra as mulheres na região. Na análise por municípios, a maioria também apresenta um aumento dos números em relação ao ano de 2019 para 2020: em seis houve aumento, em três houve queda e um permaneceu com o mesmo número. Em termos percentuais, chama-nos a atenção o Município F que apresentou um aumento de 108%. O Município H apresentou maior queda, de aproximadamente 21%. Na região, constata-se um aumento de 67,3% de 2012 para 2020, e de 8% de 2019 para 2020.

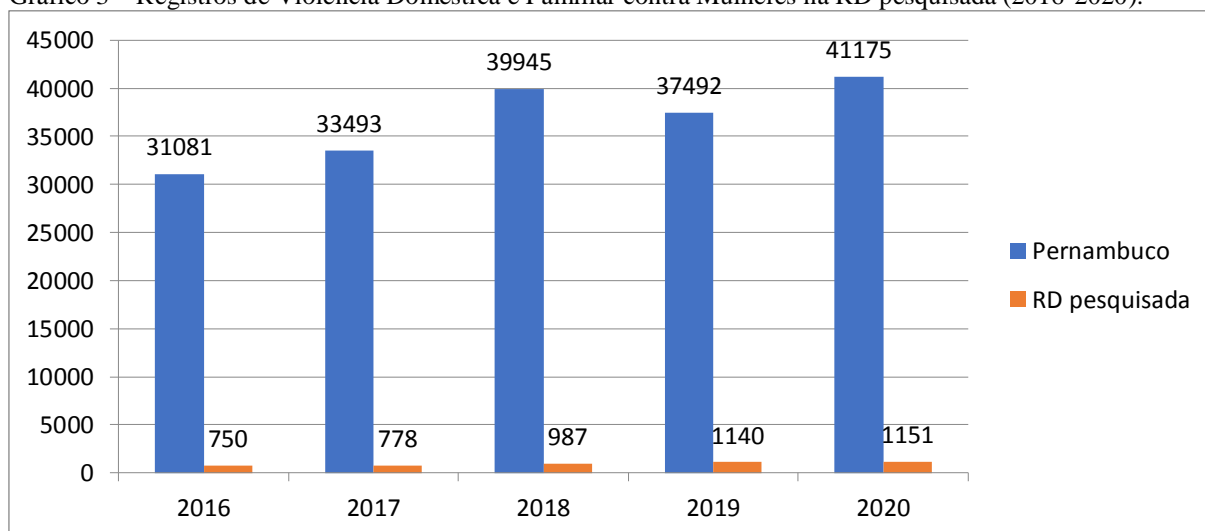
Pode-se perceber que, no ano de 2019, o município A registrou 403 casos de violência doméstica e familiar, representando 34,57% do total da região; em 2020, esse número teve uma queda, e passou para 362 casos registrados, 28,7% do total. Já a cidade G, no ano de 2019, foram registrados 196 casos de violência doméstica e familiar, ou seja, 16,8% dos casos na região; em 2020 esse número passou para 214 casos no município, representando 17% dos casos registrados em toda a região.

Conforme os dados da Secretaria da Mulher de Pernambuco, a RD pesquisada apresenta uma média anual de 961 registros de violência doméstica e familiar contra mulheres. O Gráfico 3 apresenta os dados do estado e da região entre os anos de 2016 e 2020.

É interessante notar que, em todos os anos, há uma divergência entre os dados apresentados pela Secretaria de Defesa Social e pela Secretaria da Mulher. Não há informações sobre o motivo das diferenças nos números, mas é uma indicação de que a coleta de dados pode estar ocorrendo de maneiras distintas. Embora as diferenças às vezes sejam pequenas, influenciam na avaliação final do fenômeno, principalmente porque a região tem

uma população menor do que outras regiões. No entanto, a divergência no ano de 2020 é alta: enquanto a Secretaria de Defesa Social contabilizou 1.262 casos, a Secretaria da Mulher registrou 1.151, uma diferença de 111 notificações.

Gráfico 3 – Registros de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres na RD pesquisada (2016-2020).



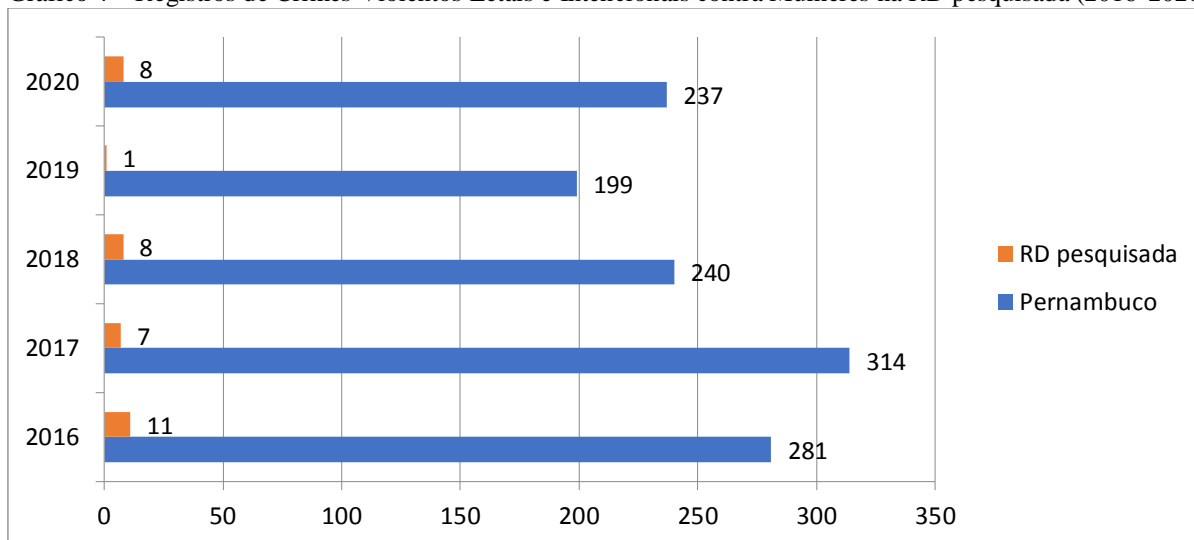
Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

No que se referem aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), houve uma queda, sendo que 11 mulheres foram assassinadas em 2016 e oito em 2020. O número de feminicídio também foi menor, sendo oito registrados em 2016 e quatro em 2020 (PERNAMBUCO, 2019; 2021b).

Os Gráficos 4 e 5 apresentam os dados de CVLI e feminicídio na região, respectivamente. De acordo com o Gráfico 4, a RD pesquisada apresentou uma média anual de sete CVLI de mulheres. É possível notar que os números de CVLI vêm caindo na região, sendo o pico em 2016. No entanto, houve um aumento significativo de 2019 para 2020, passando de apenas um, para oito homicídios de mulheres.

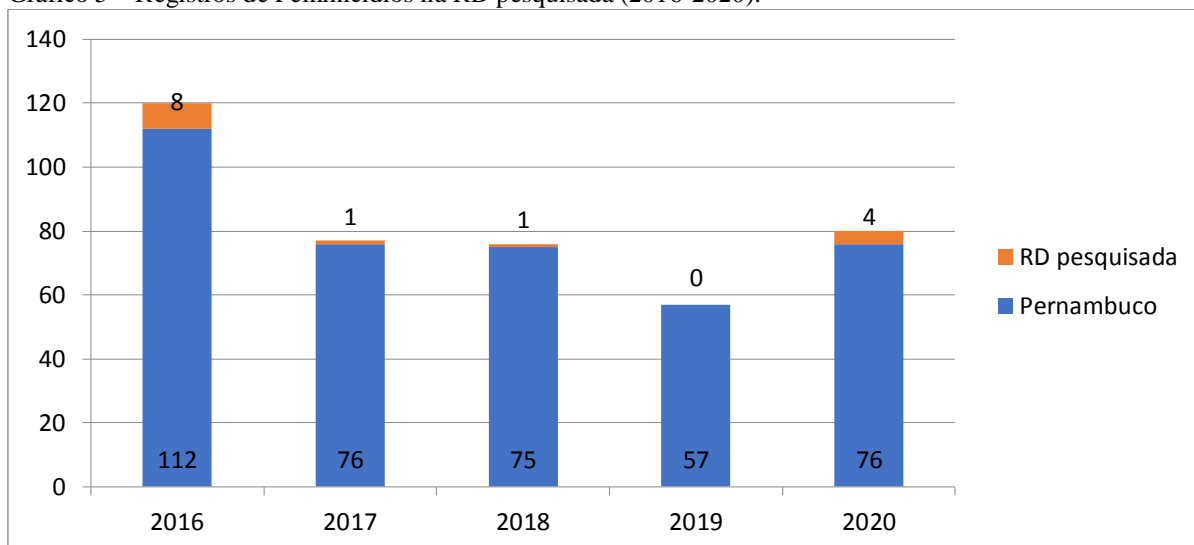
Da mesma forma, os crimes configurados como feminicídios, apresentados no Gráfico 5, apontam a mesma lógica: de nenhum caso em 2019, para quatro em 2020. Para melhor visualização dos números, a Tabela 21 apresenta os dados de CVLI por município.

Gráfico 4 – Registros de Crimes Violentos Letais e Intencionais contra Mulheres na RD pesquisada (2016-2020).



Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

Gráfico 5 – Registros de Feminicídios na RD pesquisada (2016-2020).



Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

Na análise por municípios percebe-se, a partir dos dados da Tabela 21, uma estabilidade. As cidades D e I são as únicas que não registraram nenhum CVLI de mulheres no período analisado. A cidade A apresenta o maior número total, com 11 CVLI registrados em cinco anos. Em segundo lugar está o município E com cinco, seguido pelo município G com quatro.

Tabela 21 – Distribuição de mulheres vítimas de CVLI por município da RD pesquisada (2016-2020).

Município	2016	2017	2018	2019	2020
Cidade A	04	03	01	00	03
Cidade B	01	01	00	00	01
Cidade C	00	02	00	00	00
Cidade D	00	00	00	00	00
Cidade E	02	01	00	00	02
Cidade F	00	00	01	00	00
Cidade G	01	00	00	01	02
Cidade H	02	00	00	00	00
Cidade I	00	00	00	00	00
Cidade J	01	00	01	00	01
Total	11	07	03	01	09

Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

Comparando com os dados apresentados na Tabela 20, a cidade A também expressa os maiores números de registros de violência doméstica e familiar contra as mulheres da região, com 1.647 casos em cinco anos. Já a cidade G é segunda no ranking da região, com 808 casos, e em terceiro está a cidade J, com 544 em cinco anos. A cidade E, que nos CVLI está em segundo, configura-se no quinto lugar em casos de violência contra as mulheres.

A Tabela 22 apresenta os dados de feminicídio por município. Em Pernambuco, foi elaborado um protocolo de ações sobre o feminicídio, dispondo, inclusive, sobre o registro de ocorrências do crime de feminicídio no estado.

Tabela 22 – Distribuição de feminicídio por município da RD pesquisada (2016-2020).

Município	2016	2017	2018	2019	2020
Cidade A	01	00	01	00	02
Cidade B	01	00	00	00	01
Cidade C	00	01	00	00	00
Cidade D	00	00	00	00	00
Cidade E	02	00	00	00	01
Cidade F	00	00	00	00	00
Cidade G	01	00	00	00	00
Cidade H	02	00	00	00	00
Cidade I	00	00	00	00	00
Cidade J	01	00	00	00	00
Total	08	01	01	00	04

Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

O principal intuito do protocolo é de aperfeiçoar o cumprimento da Lei do Feminicídio, a Lei nº 13.104/2015. Segundo a referida Lei, o feminicídio é aquele realizado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (BRASIL, 2015c). Assim, o termo “crime passional” foi retirado dos registros policiais envolvendo CVLI cometidos contra as mulheres por violência doméstica e familiar, por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Nos registros a nomenclatura foi substituída, passando a ser utilizado o termo “feminicídio” para se referir a esse tipo de crime (PERNAMBUCO, 2018b).

Na análise por municípios percebe-se, a partir dos dados da Tabela 22, uma diminuição nos últimos anos, com um crescimento no ano de 2020. As cidades D, F e I são as únicas que não registraram nenhum feminicídio de mulheres no período analisado. A cidade A apresenta o maior número total, com quatro feminicídios registrados em cinco anos. Em segundo lugar está o município E com três, seguido pelos municípios B e H, com dois cada um. Importante ressaltar que a cidade A é a mais populosa da região, assim como as cidades D e I, são as que possuem menores números de habitantes.

Dados da Secretaria da Mulher também apontam que, de modo geral, nos últimos anos houve pouco acesso aos serviços de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, principalmente os serviços: 190 Mulher; Monitoramento Eletrônico; e Casas de Abrigamento (PERNAMBUCO, 2019; 2021b). Embora não seja a única explicação, esses números deixam claro que as mulheres da região estão desprotegidas e que a Rede de Enfrentamento não tem conseguido atuar de maneira eficaz no combate à violência de gênero. A Tabela 23 apresenta o quantitativo de mulheres que acessaram o serviço de Abrigamento na RD entre 2016 e 2020. Não houve nenhum atendimento do 190 Mulher ou de Monitoramento Eletrônico na região no período analisado.

Faz-se necessário refletir que em 2020, com o confinamento ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, houve a possibilidade de agravamento das violências contra as mulheres, porque durante a quarentena, a residência poderia apresentar-se como um lugar de abuso e medo. Assim, desde o início da pandemia, em março de 2020, a Organização das Nações Unidas vem alertando para o aumento das situações de violência doméstica, além de recomendar aos países ações de enfrentamento do problema (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta o aumento da violência contra as mulheres e meninas durante a pandemia do COVID-19. Entre março e abril de 2020 houve um crescimento de 22,2% dos feminicídios. A Nota Técnica também revela que houve maior

dificuldade em denunciar, além da diminuição das medidas protetivas de urgência concedidas: em São Paulo, uma diminuição de 3,7%, e no Rio de Janeiro, de 28,7%. Por outro lado, houve um crescimento das chamadas para a Polícia Militar através do número 190: no Rio de Janeiro, um aumento de 3,5%, e em São Paulo, de 44,9%, comparados com o mesmo período de 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Neste sentido, a Lei Maria da Penha e outros dispositivos legais subsequentes mostram-se fundamentais para o enfrentamento das violências contra as mulheres, especificamente no contexto da pandemia, já que muitas mulheres estão confinadas junto com o agressor, e com dificuldades de fazer as denúncias.

Tabela 23 – Quantitativo de mulheres protegidas pelo serviço de Abrigamento da RD pesquisada (2016-2020).

Município	2016	2017	2018	2019	2020
Cidade A	02	02	00	00	01
Cidade B	00	00	01	00	00
Cidade C	00	00	00	00	00
Cidade D	00	00	00	00	00
Cidade E	00	00	00	00	00
Cidade F	00	00	00	00	00
Cidade G	00	00	00	00	01
Cidade H	00	00	01	00	00
Cidade I	00	00	00	00	00
Cidade J	00	00	00	00	00
Total	02	02	02	00	02

Fonte: Adaptado de PERNAMBUCO (2019; 2021b).

A partir do desafio imposto pelo confinamento, em julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.022, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como o enfrentamento das violências contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, durante a pandemia. A norma estabelece que enquanto durar o estado de emergência de saúde decorrente do novo coronavírus, os prazos processuais, a apreciação de matérias, o atendimento às partes e a concessão de medidas protetivas devem ser mantidos. A lei também determina que o registro de ocorrência poderá ser realizado por meio eletrônico ou por telefone. Além disso, afirma que o poder público deverá adotar as medidas necessárias para garantir a manutenção do atendimento presencial (BRASIL, 2020).

Assim, diante das informações apresentadas neste capítulo, entende-se que a violência contra as mulheres é definida desde a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as

Mulheres como sendo qualquer ação de violência baseado no gênero, e que cause ou possa causar dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993).

Importante ressaltar que com os avanços legislativos nacionais e internacionais, a promulgação da Lei Maria da Penha no Brasil foi fundamental para aumentar a visibilidade do fenômeno da violência contra as mulheres, identificando cinco tipos principais de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

Diante da complexidade da violência contra as mulheres, diversos documentos (BRASIL, 2011a; 2011b; 2013a) posteriores à Lei Maria da Penha ratificaram a necessidade de implantar ações e serviços, que envolvessem órgãos governamentais, órgãos não governamentais, famílias e a sociedade civil. Assim, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi definida, incluindo serviços especializados e não-especializados no atendimento às mulheres (BRASIL, 2011a).

Alguns serviços e setores foram considerados fundamentais para a construção da Rede de Enfrentamento, como por exemplo, a Saúde, a Assistência Social, a Segurança Pública, a Educação, o Judiciário, incluindo o Ministério Público e a Defensoria Pública. De acordo com os dados apresentados nesse capítulo, pode-se verificar que a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres na RD pesquisada apresenta um número reduzido de serviços, principalmente aqueles considerados especializados, ou seja, que realizam atendimento exclusivo às mulheres. Dentre as principais lacunas de serviços especializados, destacam-se a ausência de uma Delegacia Especializada e uma Casa de Acolhimento. Além disso, mesmo nos serviços não-especializados, nota-se que ainda há poucos equipamentos, como os CREAS.

Também foi possível perceber que diante da nova configuração social que se apresentou no ano de 2020, e que permanece no ano de 2021, faz-se necessário deixar claro que a pandemia não é a causa da violência, mas que pode contribuir para seu agravamento. Na RD pesquisada, o ano de 2020 apresentou aumento em todos os seguimentos analisados: registros de violência doméstica e familiar contra as mulheres; CVLI contra as mulheres; e feminicídios.

Esses dados podem indicar que o isolamento social imposto pela pandemia aumentou o período de convivência com o agressor e, assim, algumas situações que já eram delicadas podem ter se agravado. No entanto, não se pode esquecer que há uma subnotificação dos casos. Da mesma forma, o isolamento social pode ter acentuado essa situação, com as

mulheres tendo mais dificuldades em sair de casa para procurar algum serviço de proteção e atendimento às situações de violência. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) aponta, por exemplo, a diminuição do número de medidas protetivas de urgência concedidas no ano de 2020. Dessa forma, é imprescindível que os serviços que realizam atendimento às mulheres em situação de violência continuem prestando atendimento, mesmo diante da pandemia da COVID-19.

É necessário que os/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência compreendam o fenômeno como uma consequência de relações desiguais de poder entre os gêneros. Neste sentido, a representação social dos/as profissionais acerca da violência contra as mulheres influencia na identificação dos casos, no acolhimento da demanda e nos encaminhamentos realizados. No capítulo seguinte serão analisadas as representações sociais dos/as profissionais da Rede de Enfrentamento na RD escolhida, a partir das abordagens estrutural e processual.

5 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Essa mulher não vale nem um real
 Eu gosto dela e não é da conta de ninguém
 Por isso agora eu digo: Tô decidido!
 Se ela não ficar comigo não fica com mais ninguém.
 Mas aí o coro come, a cobra fuma, o bicho pega...
*Aviões do Forró*⁴⁹

A partir dos objetivos propostos para esse estudo, que foi analisar a representação social da violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Enfrentamento à violência numa região do Sertão de Pernambuco, elegeram-se três instrumentos de coleta de dados, conforme apresentados no Capítulo 2: a evocação livre de palavras; a entrevista semiestruturada; e o questionário estruturado. A análise dos resultados seguirá a ordem de aplicação dos instrumentos.

Assim, inicialmente são apresentados os resultados das evocações livres, utilizadas para a compreensão da estrutura da representação social da violência contra as mulheres. A análise foi realizada a partir de algumas divisões: primeiro, os resultados foram organizados por Rede, ou seja, de acordo com a área de atuação – Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Informal. Em seguida, apresenta-se a análise de toda a Rede de Enfrentamento à violência, incluindo os dados da Rede de Justiça, que não teve uma análise separada pelo pouco quantitativo de profissionais participantes. Por último, foi realizada uma comparação dos dados entre as profissionais mulheres e os profissionais homens.

Na segunda parte, são apresentados os resultados das entrevistas, a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A análise escolhida foi a temática, e para isso foram elencadas três categorias de análise: concepção de gênero e de violência; conhecimento sobre a rede e as legislações; e práticas de atendimento às mulheres em situação de violência. Com isso, buscou-se verificar o conteúdo da representação social, ou seja, a realização de uma análise processual da representação social.

Por fim, apresentam-se os resultados do questionário estruturado. Diante de todos os dados coletados, foi possível fazer uma análise da representação social da violência contra as mulheres para os/as profissionais da Rede de Enfrentamento à violência.

⁴⁹Trecho da música “Mulher não vale nem um real”, da Banda Aviões do Forró. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/avioes-do-forro/mulher-nao-vale-nem-um-real.html>. Acesso em: 07 mar. 2021.

5.1 A estrutura da representação social da violência contra as mulheres

Para iniciar a análise das representações sociais da violência contra as mulheres entre os/as profissionais da Rede de Enfrentamento à violência, optou-se por realizar as análises das evocações livres de palavras. O objetivo da utilização deste método foi provocar as primeiras reflexões sobre a temática, levando em conta que a associação de palavras “permite a atualização de elementos implícitos ou latentes, que seriam suplantados ou mascarados nas produções discursivas” (OLIVEIRA et al., 2005, p. 575).

Segundo Abric (2001), o núcleo central é formado pelos termos que possuem alta frequência e rápida evocação, ou seja, os números estão mais próximos de um. Os termos que apresentam alta frequência e evocação lenta estão no quadrante superior direito. Os termos que apresentam baixa frequência e evocação lenta estão no quadro inferior direito. Essas duas localizações possuem os termos com média de evocação mais distante de um. A zona de contraste é constituída pelos termos com baixa frequência, mas com rápida evocação, ou seja, mais próxima de um.

Os/as participantes da pesquisa foram solicitados/as a responder sobre o termo indutor “violência contra as mulheres”, no intuito de identificar e analisar a estrutura da representação da violência contra as mulheres para profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres na região do Sertão pernambucano escolhida para a pesquisa.

Os dados são apresentados a partir de análises realizadas separadamente, de acordo com cada área de atuação dos/as profissionais, em seguida da Rede como um todo, e por último, uma comparação por gênero. Essa divisão teve o objetivo de conhecer o campo semântico do objeto de estudo, ou seja, da violência contra as mulheres, para os grupos destacados, identificando as semelhanças entre eles e posteriormente fazendo as inferências sobre as possíveis especificidades de cada um.

Conforme Jodelet (2001), a representação social é uma forma de pensamento social que é construída e partilhada por um determinado grupo social, contribuindo para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Pode-se compreender que a representação social de um objeto de estudo possui uma grande importância na vida social das pessoas.

Para a análise das evocações livres, realizou-se a construção do Quadro de Quatro Casas, que tem o objetivo de quantificar as palavras evocadas e realizar um cruzamento entre

a frequência simples de cada termo e a sua ordem média de evocação (OME). Neste sentido, quanto menores foram os números da OME, mais rápido os termos foram evocados.

5.1.1 A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Saúde

A análise das evocações livres foi realizada a partir da construção do quadro de quatro casas. O *corpus* formado pelas evocações a partir do termo indutor “violência contra as mulheres” totalizou 300 palavras, sendo 111 diferentes. Em escala de um a cinco, a média das ordens médias das evocações (OME) foi de 2,5. A frequência mínima considerada foi quatro e a frequência média, sete. Os dados estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede de Saúde.

Frequência média	Termo evocado	Rang $\leq 2,5$		Rang $> 2,5$		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
> 7	Agressão	11	1,71	Falta de respeito	13	3,57
	Covardia	15	1,43	Injustiça	8	4,00
	Machismo	8	2,00	Medo	12	3,28
	Preconceito	9	2,40	Violência	15	2,55
	Sofrimento	8	2,00			
≤ 7	Crueldade	4	2,00	Falta de amor	5	3,50
	Raiva	7	2,50	Fraqueza	5	3,66
	Tristeza	5	1,50	Impunidade	5	3,66
				Submissão	5	4,00

Fonte: A autora, 2020.

Os dados no Quadro 7 apresentam no quadrante superior esquerdo os elementos com maior frequência e mais prontamente evocados, ou seja, com menor ordem de evocação. Estes elementos indicam o provável núcleo central da representação da violência contra as mulheres para os/as profissionais que compõem a Rede de Saúde, a partir dos termos: “agressão”, “covardia”, “machismo”, “preconceito” e “sofrimento”. Para Abric (2003, p. 39), o núcleo central é a parte que não é negociável, pois “constitui a base comum e consensual de uma representação social, aquela que resulta da memória coletiva e do sistema de normas ao qual o grupo se refere”.

Pode-se inferir que se trata de uma representação estruturada, pois o núcleo central contém conceito, imagem e julgamento dos/as participantes (PASCHOAL et al., 2014).

Percebe-se também que é uma representação com conotação negativa, que apresenta aspectos alusivos à prática da ação violenta. Os resultados encontrados como provável núcleo central são semelhantes aos encontrados nos estudos de Gomes et al. (2015) e Amarijo et al. (2017) que também apresentam como núcleo central os termos agressão e covardia.

Segundo Paschoal et al. (2014), o núcleo central deve apresentar as dimensões formadoras de uma representação social: o conceito, a imagem e a atitude. Assim, a dimensão do conceito, ou seja, os conhecimentos que determinado grupo possui sobre um objeto, é expresso pelos termos “agressão” e “covardia”. Dessa forma, os sujeitos compreendem as agressões como violência, e a consideram como uma covardia. Amarijo et al. (2017) apontam que o termo “agressão” também constitui a dimensão imagética, pois a imagem, ou sensações mentais, representam as impressões que pessoas ou objetos deixam em nosso cérebro. Neste sentido, o termo agressão pode estar ligado às marcas da violência, principalmente a física, que tende a ser a mais reconhecida socialmente.

A dimensão atitudinal é verificada pelo julgamento da violência contra as mulheres como consequências do “machismo” e do “preconceito”. No entanto, o termo “preconceito” também pode se referir ao conceito, pois conforme apresentado nas análises das entrevistas, o preconceito também foi considerado um tipo de violência. O termo “sofrimento” caracteriza a esfera subjetiva da representação, a partir dos sentimentos desencadeados pelas situações de violência.

A palavra “covardia” foi a mais mencionada ($f = 15$) e com a menor média de evocação ($OME = 1,43$) compondo a zona do núcleo central da representação. Em conformidade às proposições de Abric (2001), o núcleo central tem as funções de geração e organização de uma representação social. Nesse sentido, cabe ao núcleo central dar significado e determinar as relações entre os elementos que constituem uma representação. Assim, para os/as profissionais da Rede de Saúde, o termo “covardia” pode ser o mais significativo nessa representação. O termo “violência” teve o mesmo número de evocações ($f = 15$) do termo “covardia”, mas com uma evocação alta ($OME = 2,55$), configurando-se, portanto, na primeira periferia.

No quadrante inferior esquerdo localizam-se as palavras de menor frequência, mas evocadas prontamente, ou seja, com menor OME. Esses termos são considerados parte da zona de contraste e são representados pelas expressões “crueldade”, “raiva” e “tristeza”. Seguindo os termos encontrados no núcleo central, a zona de contraste também apresenta uma conotação negativa da representação da violência contra as mulheres. Os elementos

qualificam os atos violentos, identificando-os como uma crueldade do agressor. Além disso, referem-se aos sentimentos da mulher, como tristeza, e dos/as profissionais, como raiva, diante dos casos de violência contra as mulheres.

No quadrante superior direito está a primeira periferia da representação, que contém palavras com alta frequência, mas com uma posição média na ordem de evocação, e assim não fazem parte do núcleo central (OLIVEIRA et al., 2007). Segundo Abric (2003, p. 39), o sistema periférico é o mais acessível e “pode ser resumido em cinco funções: concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central e personalização”. Para os/as profissionais da Rede de Saúde participantes deste estudo, a primeira periferia é composta pelos termos “falta de respeito”, “injustiça”, “medo” e “violência”.

No quadrante inferior direito está a segunda periferia, em que se encontram os termos com baixa frequência e baixa ordem de evocação. Segundo Oliveira et al. (2007), a segunda periferia é a mais próxima das práticas sociais. Neste estudo, ela é composta pelos termos: “falta de amor”, “fraqueza”, “impunidade” e “submissão”. Assim, é possível que para os/as profissionais, a impunidade diante dos casos de violência contra as mulheres tenha uma correlação com a fraqueza e a falta de amor dos homens que cometem esses atos violentos, ou seja, são elementos que podem explicar e/ou justificar a agressão masculina.

A partir da análise das evocações livres dos/as profissionais que compõem a Rede de Saúde pode-se vislumbrar a provável estrutura da representação social acerca da violência contra as mulheres. Desse modo, compreende-se que o fenômeno é materializado na ideia de “agressão” e “covardia”, em que a violência pode ter como causa o “machismo” e o “preconceito” ainda impregnados na sociedade. Além disso, fica evidente o âmbito sentimental expressado pelo termo “sofrimento” diante das situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Aspectos como “falta de amor”, “fraqueza” e “submissão” também são apresentados, no entanto, aparecem no último quadrante, que expõe os elementos periféricos de maior ordem de evocação e de pouca frequência nas representações. Contudo, segundo Abric (2001), esses elementos da segunda periferia ou periferia distante servem como preceptores de comportamento, ou seja, constituem a parte operacional da representação, que pode intervir tanto na defesa quanto na transformação das representações. Assim, a compreensão da violência contra as mulheres pode vir a considerar não só a dimensão física, como também a dimensão psicológica e social.

5.1.2 A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede da Assistência Social

A partir do termo indutor “violência contra as mulheres” solicitou-se aos/às participantes que dissessem as cinco primeiras palavras que lhe viam à cabeça. Na construção do *corpus*, obteve-se 296 palavras, pois houve quatro omissões. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização (tratamento de equivalência) e a frequência mínima considerada para a inclusão das palavras no quadrante foi de quatro. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana nas ordens de evocação. Como havia cinco respostas por participante, o valor do ponto de corte foi de 2,5. Os dados estão apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede da Assistência Social.

Frequência média	Termo evocado	Rang \leq 2,5		Rang $>$ 2,5		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
≥ 6	Absurdo	6	2,33	Falta de amor	9	3,44
	Agressão	6	2,00	Medo	7	2,71
	Covardia	6	2,00	Sofrimento	9	3,22
	Falta de respeito	7	1,86	Violência	8	3,12
	Tristeza	6	2,16			
< 6	Crime	5	2,00	Injustiça	4	4,00
	Dor	4	2,50	Preconceito	4	3,25
				Submissão	5	3,80

Fonte: A autora, 2020.

A análise realizada a partir da construção do quadro de quatro casas identificou que os termos evocados refletem uma dominação masculina, em que se percebe a diferença de poder entre os gêneros. Neste sentido, alguns termos reforçam elementos que justificam e naturalizam a violência contra as mulheres.

Os resultados apresentados no Quadro 8 apontam como provável núcleo central da representação os termos: “absurdo”, “agressão”, “covardia”, “falta de respeito” e “tristeza”. O termo “agressão” pode demonstrar um direcionamento para as formas mais perceptíveis da violência, aquela que deixa alguma marca visível. A “falta de respeito” pode ser compreendida como um desencadeador da violência, da agressão. Além disso, os/as profissionais consideram a violência como uma “covardia” e um “absurdo”, o que pode estar relacionado com as desigualdades de poder instituídas nas relações entre homens e mulheres,

ao compreender que a mulher não tem como “medir forças” com um homem, estando do lado mais fraco e frágil dessa relação.

Para Moscovici (2012), a arquitetura básica da representação social é composta por três dimensões: informação, o campo de representação e a atitude. Assim, pode-se inferir que os termos “absurdo” e “covardia” constituem a informação que os/as profissionais têm acerca da violência contra as mulheres, ou seja, compreendem que a violência é um absurdo e uma covardia. O termo “agressão” compõe a dimensão imagética, indicando as impressões da violência, principalmente para aquelas que deixam marcas perceptíveis, mais fáceis de serem identificadas pelos/as profissionais.

Os termos “falta de respeito” e “tristeza” podem referir-se ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre a violência contra as mulheres. O termo “tristeza” representa o sentimento dos/as profissionais em relação às mulheres em situação de violência. Por outro lado, o termo “falta de respeito” reforça o julgamento de que a violência contra as mulheres acontece em consequência do desrespeito, sendo um dos motivos apontados para a violência ocorrer.

O sistema periférico mantém uma relação dialética com o sistema central e, assim, uma mudança no núcleo central depende da relação existente entre os dois sistemas, porque o periférico absorve e filtra as informações (SPINK, 2004). Na primeira periferia, em que se encontram os elementos com alta frequência e ordem de evocação maior que a média, encontram-se os termos “falta de amor”, “medo”, “sofrimento” e “violência”. Destacam-se os termos “falta de amor”, que aponta um campo sentimental, em que a violência é acarretada pela falta de amor, tanto como falta de amor próprio para que as mulheres permaneçam no ciclo de violência, como falta de amor do agressor em relação à mulher; e o termo “medo”, que parece referir-se ao motivo da permanência das mulheres em situações de violência, principalmente pelo receio do que poderá acontecer, caso façam algo diante dos casos.

A segunda periferia é composta por termos com baixa frequência e com média alta de evocação, em que se encontram os termos “injustiça”, “preconceito” e “submissão”. Destaca-se o termo “submissão”, que reforça a dominação simbólica sofrida pelas mulheres, incidindo na incorporação de comportamentos submissos, vinculados principalmente à ideia de manutenção da família. Assim, pode-se inferir que a submissão, vinculada ao preconceito, acarreta a permanência do modelo social que reforça a culpabilização da mulher, bem como a naturaliza a violência.

No quadrante inferior esquerdo encontram-se os elementos com baixa frequência, mas evocados rapidamente. Esses elementos podem evidenciar as variações da representação em função de subgrupos, porém, sem alterar os elementos centrais, bem como complementam o núcleo central. Neste sentido, a imagem de “agressão” pode ser reforçada pelo termo “dor”, considerada como uma consequência das agressões. Além disso, pode-se inferir que a dimensão da informação atitudinal do núcleo central composta pelos termos “covardia” e “absurdo” é reforçada pelo termo “crime”.

As palavras “falta de amor” e “sofrimento” foram as mais mencionadas ($f = 9$), porém com média de evocação alta (OME = 3,44 e 3,22, respectivamente), configurando-se, portanto, na primeira periferia. Já o termo “falta de respeito” teve a menor média de evocação de todas as palavras (OME = 1,86), compondo a zona do núcleo central da representação, embora a frequência tenha sido menor do que nove ($f = 7$). Segundo Abric (2001), as funções de geração e organização de uma representação social estão representadas no núcleo central. Por isso, para os/as profissionais que compõem a Rede da Assistência Social, os termos “absurdo”, “covardia” e “falta de respeito” remetem a uma dimensão normativa do núcleo central, ou seja, marcada pelas questões afetivas e sociais.

A análise dos dados da associação livre permitiu esboçar a estrutura da representação social da violência contra as mulheres entre os/as profissionais da rede da assistência social. Para eles/as, a violência contra as mulheres se sustenta nas desigualdades de poder estabelecidas e naturalizadas entre homens e mulheres. Essa representação se concretiza na ideia de “absurdo” e “covardia”, em que a violência teria como causa a “falta de respeito”.

Outras questões foram evidenciadas, como “falta de amor”, que também pode ser considerada um dos motivos dos atos violentos; e do “sofrimento” causado pela violência. Além disso, a “submissão” está associada à dificuldade em romper o ciclo de violência. Os termos “preconceito” e “medo” são encontrados no último quadrante, que apresenta os elementos periféricos de maior ordem de evocação e de pouca frequência nas representações. Vale ressaltar que esses elementos, de acordo com Abric (2001), são orientadores de comportamento. Assim, as mulheres podem ter dificuldade em romper o ciclo da violência por causa do medo do que pode acontecer, bem como pelo preconceito ainda existente na sociedade diante de situações como essa. Afinal, a ideia de que a violência familiar é do âmbito do privado continua sendo perpetuada.

5.1.3 A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Segurança Pública

A partir do termo indutor “violência contra as mulheres”, foi solicitado aos/às participantes que dissessem as cinco primeiras palavras relacionadas ao termo que lhe viam à cabeça. O *corpus* formado pelas evocações totalizou 297 palavras, pois houve três omissões. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização (tratamento de equivalência) e a frequência mínima considerada para a inclusão das palavras no quadrante foi de cinco. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana nas ordens de evocação. Como havia cinco respostas por participante, o valor do ponto de corte foi de 2,5. Os dados estão apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede de Segurança Pública.

Frequência média	Termo evocado	Rang \leq 2,5		Rang $>$ 2,5		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
≥ 7	Agressão	10	2,50	Desigualdade social	7	2,60
	Covardia	22	1,36	Falta derespeito	7	3,00
	Machismo	11	1,83	Ignorância	8	3,20
< 7	Danos	5	2,00	Falta de amor	6	4,00
	Medo	6	2,25	Intolerância	5	4,00
	Violência	5	2,00	Superioridade_homem	5	4,00
				Tristeza	5	4,00

Fonte: A autora, 2020.

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais se estruturam a partir de três dimensões: conceito-informação, atitude-julgamento e imagem-campo de representação. Os resultados encontrados a partir da análise da associação livre apresentados no Quadro 9 têm como provável núcleo central da representação os termos: “agressão”, “covardia” e “machismo”.

Assim, o termo “agressão” constitui a informação que os/as profissionais têm acerca da violência contra as mulheres. Neste sentido, os sujeitos compreendem uma agressão como violência. O termo agressão, como apontam Amarijo et al. (2017) também pode constituir a dimensão imagética, pois a imagem, ou sensações mentais, representam as impressões que pessoas ou objetos deixam em nosso cérebro. Isto é refletido nos casos de violência contra as mulheres relatados pelos/as profissionais.

Já os termos “covardia” e “machismo” referem-se ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre a violência contra as mulheres. O termo covardia representa o sentimento que os/as profissionais atribuem às pessoas que cometem uma violência; e o termo machismo reforça o julgamento de que a violência contra as mulheres acontece em consequência do machismo impregnado na sociedade, sendo um dos motivos apontados para a violência acontecer.

O sistema periférico, segundo Abric (2003), é mais flexível e sensível ao contexto imediato. Uma de suas funções é prescrever o comportamento. Na primeira periferia, os/as profissionais evidenciaram o termo “falta de respeito”, que aponta um campo sentimental, em que a violência é acarretada pela falta de respeito às mulheres. O termo “ignorância” parece referir-se à falta de conhecimento e não apenas à brutalidade da violência. Já o termo “desigualdade social” aponta a ideia de que a questão financeira é um dos agravantes para a permanência das mulheres na situação de violência.

A segunda periferia é composta por termos com mais proximidade da representação com as práticas sociais (ABRIC, 2001; 2003). Assim, na sua prática social, os/as profissionais expressam “tristeza” diante dos casos de violência contra as mulheres. Apontam também a “intolerância” e a “falta de amor” como motivos da violência. O termo falta de amor pode ter duas interpretações: o agressor não tem amor pela mulher e por isso a violenta; ou a mulher não tem amor próprio, e por isso não consegue romper o ciclo de violência. Já o termo “superioridade do homem” complementa o termo “machismo” encontrado no núcleo central.

No quadrante inferior esquerdo encontram-se os elementos com baixa frequência e com baixa ordem de evocação. Esses elementos podem evidenciar as variações da representação em função de subgrupos, porém, sem alterar os elementos centrais, bem como complementam o núcleo central. Para os/as profissionais da Rede de Segurança Pública, aspectos como “danos”, “medo” e “violência” fazem parte do contexto da violência contra as mulheres, e estão presentes na zona de contrate, que considera questões mais sensíveis ao contexto de interação, e são menos estáveis que o núcleo central. De forma geral, como os/as agentes da segurança pública podem fazer os atendimentos imediatos dos casos, os termos “violência” e “danos” representam suas vivências práticas. Por outro lado, o “medo” da mulher diante das situações pode ser percebido com frequência no acompanhamento das ocorrências.

A palavra “covardia” foi a mais mencionada ($f = 22$) e com a menor média de evocação ($OME = 1,36$), assim como para os/as profissionais da Rede de Saúde. A segunda

palavra mais evocada foi “machismo” ($f = 11$), com a segunda menor ordem de evocação (OME = 1,83). Os termos compõem a zona do núcleo central da representação. Como o núcleo central é o gerador e organizador da representação social, é interessante perceber que o termo “machismo” é componente importante do núcleo, posto que essa Rede é a que possui a maior proporção de profissionais do gênero masculino (90%). Em contrapartida, a Rede da Assistência Social possui a maioria de profissionais mulheres (90%), sendo que o termo “machismo” não faz parte da representação social desta Rede.

A análise dos dados da associação livre permitiu esboçar a estrutura da representação social da violência contra as mulheres entre os/as policiais. Para eles/as, a violência contra as mulheres se consolida na ideia de “agressão” e “covardia”, cuja causa estaria ligada principalmente ao “machismo” ainda existente na sociedade.

Outros pontos importantes também foram demonstrados, como “falta de amor”, “superioridade do homem” e “intolerância”, encontrados na segunda periferia, representando os termos com pouca frequência e alta média de evocação. Para Abric (2001), esses elementos orientam o comportamento e, portanto, podem ser considerados como motivadores da violência. Além disso, a “falta de respeito” e a “ignorância” também podem reforçar as motivações para os atos violentos contra as mulheres.

5.1.4 A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede Informal

O *corpus* formado pelas evocações a partir do termo indutor “violência contra as mulheres” totalizou 300 palavras, pois não houve omissão. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização, ou seja, de tratamento de equivalência, e a frequência mínima considerada para a inclusão das palavras no quadrante foi de três. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da ordem média de evocação. Como havia cinco respostas por participantes, o valor do ponto de corte foi de 2,5. Os resultados estão apresentados no Quadro 10.

Para Moscovici (1978), toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado, e ao representar um objeto, o sujeito traz sua bagagem simbólica,

ideológica e sociocultural de seu grupo de pertença. Na Rede Informal, há variados graus de relação ativa com o objeto.

Ressalta-se a proposição de Moscovici (2012) de que as representações sociais se estruturam a partir de três dimensões – conceito, atitude e imagem. Os resultados encontrados a partir da análise da associação livre apresentados no Quadro 10 têm como provável núcleo central da representação os termos: “covardia”, “falta de amor” e “tristeza”. Assim, o termo “covardia” pode constituir a informação que os/as profissionais têm acerca da violência contra as mulheres. Neste sentido, os sujeitos compreendem a violência como uma covardia.

Logo, o termo “falta de amor” refere-se ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre a violência contra as mulheres, considerando que a violência contra as mulheres acontece em consequência da falta de amor do agressor pela mulher. O termo “tristeza” representa o sentimento que os/as profissionais atribuem às mulheres em situação de violência, além de ser o próprio sentimento deles/as em relação à atuação diante dos casos.

Quadro 10 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede Informal.

Frequência média	Termo evocado	Rang ≤ 2,5		Rang > 2,5		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
≥ 10	Covardia	17	1,54	Agressão	10	2,75
	Falta de amor	10	2,34	Falta de respeito	10	2,89
	Tristeza	10	1,98	Medo	10	3,00
<10	Crime	4	2,50	Absurdo	3	3,21
	Crueldade	4	2,33	Feminicídio	3	2,75
	Dor	5	2,40	Impunidade	4	3,66
	Machismo	8	1,87	Vergonha	5	3,00

Fonte: A autora, 2020.

No quadrante inferior esquerdo localizam-se as palavras de menor frequência, mas evocadas prontamente, consideradas parte da zona de contraste. Para a Rede Informal, a zona de contraste é composta pelos termos “crime”, “crueldade”, “dor” e “machismo”. Seguindo os termos encontrados no núcleo central, a zona de contraste também apresenta uma conotação negativa da representação da violência contra as mulheres. Os elementos qualificam os atos violentos, identificando-os como um crime e uma crueldade. Além disso, referem-se à questão imagética da dor, e apontam o machismo como uma das motivações para a existência dos casos de violência contra as mulheres.

De acordo com Abric (2003), o sistema periférico é mais flexível e sensível ao contexto imediato, sendo uma de suas funções a prescrição do comportamento. Na primeira

periferia, os/as profissionais evidenciaram o termo “falta de respeito”, que aponta um campo sentimental, em que a violência é acarretada pela falta de respeito às mulheres. O termo “agressão” é o principal conceito em relação à violência. E o termo “medo” aponta a ideia de que as mulheres permanecem na situação de violência pelo medo do que pode acontecer com ela ou com outros/as familiares.

Para Abric (2001; 2003), a segunda periferia apresenta elementos que possuem mais proximidade com as práticas sociais. Nesse sentido, na sua prática social, os/as profissionais expressam a “impunidade” existente diante dos casos de violência contra as mulheres. Apontam também o “absurdo” e a “vergonha”. Esse último termo pode ter duas interpretações: vergonha da mulher diante da situação, e que por isso não denuncia nem busca ajuda; ou ainda a vergonha da sociedade como um todo, por permitir e legitimar a existência do fenômeno da violência.

A vergonha pode ser considerada como um vestígio de uma cultura machista e patriarcal que impõe à mulher a obrigação de zelar e cuidar da família. Assim, quando a violência acontece, a mulher pode achar que fracassou no seu papel de esposa e mãe. Sattler (2011, p. 234) destaca que existe um “vício social de culpar as mulheres por tudo o que acontece de errado na família”, pois foi construída uma imagem idealizada da mulher que supõe que ela seja capaz de prover todas as necessidades da família, sem levar em consideração sua condição humana e sua própria história de vida.

Ressalta-se que essa Rede foi a única que apresentou o termo “feminicídio” compondo a representação, porém a palavra apresentou baixa frequência e alta ordem média de evocação, configurando-se, portanto, na segunda periferia.

A palavra “covardia” foi a mais mencionada ($f = 17$) e com a menor média de evocação ($OME = 1,54$), assim como para os/as profissionais da Rede de Saúde e Rede de Segurança Pública. A segunda palavra mais evocada foi “tristeza” ($f = 10$), com a segunda menor ordem de evocação ($OME = 1,98$). Os termos compõem a zona do núcleo central da representação. No entanto, mais quatro palavras tiveram a frequência de dez, mas com OME um pouco mais alto. Para os/as profissionais que compõem a Rede Informal, o termo “machismo” aparece na zona de contraste com a segunda menor OME de toda a representação. Assim, o termo pode estar prestes a fazer parte do núcleo central da representação.

A análise dos dados da associação livre permitiu esboçar a estrutura da representação social da violência contra as mulheres entre os/as profissionais atuantes na Rede Informal.

Para eles/as, a violência contra as mulheres se consolida na ideia de “covardia” e “falta de amor”, além do sentimento de “tristeza” diante dos casos.

Do mesmo modo, é importante ressaltar que foram apontadas questões, como “falta de respeito” e o “medo”, encontrados na primeira periferia. Já na segunda periferia, em que estão os elementos que orientam o comportamento, encontram-se os termos “absurdo” e “impunidade”. Nesse sentido, as mulheres podem ter medo de realizar as denúncias ou de quebrar o ciclo da violência por causa da impunidade diante dos casos. Por fim, o “machismo” pode ser um dos orientadores de ações, como o “feminicídio”.

5.1.5 A violência contra as mulheres entre profissionais da Rede de Enfrentamento

Após as análises das evocações por área de atuação, expõe-se a análise de toda a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, que foi apresentada nos tópicos anteriores separadamente em quatro áreas. Ou seja, neste tópico, discorre-se sobre a análise das evocações com os/as 250 profissionais participantes desse estudo. No total, teve-se a evocação de 1.243 palavras, pois houve sete omissões. Os resultados encontrados a partir da análise da associação livre têm como provável núcleo central da representação os termos: “agressão”, “covardia”, “machismo” e “tristeza”, conforme apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais da Rede de Enfrentamento.

		Rang < 2,75		Rang > 2,75		
Frequência média	Termo evocado	Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
>20	Agressão	37	2,20	Falta de amor	30	3,61
	Covardia	60	1,62	Falta de respeito	37	2,88
	Machismo	30	2,05	Medo	34	2,95
	Tristeza	26	2,53	Sofrimento	26	2,75
				Violência	33	2,89
<20	Absurdo	13	2,11	Fraqueza	10	3,77
	Crime	17	2,67	Ignorância	16	3,00
	Crueldade	14	2,33	Injustiça	15	2,81
	Dor	13	2,72	Preconceito	16	3,00
				Submissão	13	4,00

Fonte: A autora, 2020.

Conforme Moscovici (2012), as representações sociais se estruturam a partir de três dimensões: conceito-informação, atitude-julgamento e imagem-campo de representação. A

dimensão do conceito consiste na informação, ou seja, nos conhecimentos que determinado grupo possui acerca de um objeto. De acordo com os termos que compõem o provável núcleo central da representação, pode-se inferir que o termo “agressão” constitui a informação que os/as profissionais têm acerca da violência contra as mulheres. Neste sentido, os sujeitos compreendem uma agressão como violência.

No que se refere à imagem, ou sensações mentais que indicam as impressões que pessoas ou objetos deixam em nosso cérebro, os/as profissionais evocaram “agressão” e “tristeza”. Segundo Amarijo et al. (2017), o termo “agressão” também pode constituir a dimensão imagética. Isto é refletido nos casos de violência contra as mulheres que são relatados pelos/as profissionais. Além disso, o termo “tristeza” também pode referir-se à imagem da violência, posto que a violência pode ser refletida na imagem de uma mulher triste.

A dimensão da atitude é a opinião, o julgamento que se tem sobre o objeto em questão, expressado pelos termos “covardia” e “machismo”. O termo “covardia” representa o sentimento que os/as profissionais atribuem às pessoas que cometem uma violência, considerando-os como covardes; e o termo “machismo” reforça o julgamento de que a violência contra as mulheres acontece em consequência do machismo impregnado na sociedade, sendo um dos motivos apontados para a violência acontecer.

No quadrante inferior esquerdo localizam-se as palavras de menor frequência, mas evocadas prontamente, ou seja, com menor OME. Esses termos são considerados parte da zona de contraste e são representados pelos termos “absurdo”, “crime”, “crueldade” e “dor”. Seguindo os termos encontrados no núcleo central, a zona de contraste também apresenta uma conotação negativa da representação da violência contra as mulheres.

Os elementos da zona de contraste qualificam os atos violentos, identificando-os como uma crueldade do agressor, além de caracterizar a violência como um crime. Igualmente, referem-se às questões subjetivas, como a dor provocada pela violência, e o sentimento dos/as profissionais, que compreendem ser um absurdo os casos de violência contra as mulheres. A pesquisa realizada por Gomes et al. (2015) também encontrou o termo “dor” na zona de contraste. Este elemento está em concordância com os elementos encontrados na primeira periferia, como sofrimento e violência.

A existência do termo “crime” na zona de contraste é importante, pois demonstra que os/as profissionais compreendem a violência contra as mulheres como uma contravenção, e não mais como uma questão do âmbito privado. Reforça-se a ideia apresentada por Beauvoir

(2019a) de que o privado é também político. Nesse sentido, entender que a violência não é um problema privado e familiar, e sim uma questão social, é fundamental para as que ações de enfrentamento e prevenção sejam devidamente realizadas.

O termo “absurdo” ($f = 13$, $OME = 2,11$) presente na zona de contraste, apesar da baixa frequência teve uma baixa ordem de evocação, ou seja, foi mais prontamente evocado, tendo, inclusive, OME menor do que dois termos presentes no núcleo central. Importante ressaltar que a zona de contraste é composta por elementos que caracterizam mudanças na representação em função de subgrupos. Assim, alguns/mas profissionais ancoram suas noções e significados sobre a violência na compreensão de que o ato é um absurdo. Ressalta-se que o termo compõe o núcleo central dos/as profissionais que compõem a Rede de Assistência Social.

Os elementos periféricos podem apresentar as transformações de avaliação, as novas interpretações, as modificações funcionais defensivas e a relação condicional de elementos conflitantes (ABRIC, 2001). Na primeira periferia encontram-se os termos “falta de respeito” ($f = 37$) e “medo” ($f = 34$) com alta frequência, inclusive, maior do que elementos presentes no núcleo central, mas possuem alta ordem de evocação ($OME = 2,88$ e $2,95$, respectivamente), ou seja, apresentaram maior tempo para serem evocados.

Para Abric (2003), o sistema periférico é mais flexível e sensível ao contexto imediato, e uma de suas funções é prescrever o comportamento. Na primeira periferia, os/as profissionais evidenciaram o termo “falta de respeito”, que aponta um campo sentimental, em que a violência é acarretada pela falta de respeito às mulheres. O termo “medo” parece referir-se à dificuldade da mulher em romper o ciclo da violência. O termo “sofrimento” acena para a ideia de prejuízos de ordem física ou emocional, e que podem ter implicações para o resto da vida. O termo “falta de amor” pode ter duas interpretações: o agressor não tem amor pela mulher e por isso comete a violência; ou a mulher não tem amor próprio, e por isso não consegue romper o ciclo de violência.

A segunda periferia é composta por termos com mais proximidade da representação com as práticas sociais (ABRIC, 2001; 2003). Assim, na sua prática social, os/as profissionais expressam “injustiça” diante dos casos de violência contra as mulheres. Apontam também a “ignorância” e a “fraqueza” como motivos da violência. A ignorância pode implicar a brutalidade, mas também a falta de conhecimento. Já a fraqueza é uma qualificação do homem agressor, considerado como fraco por não conseguir reprimir seu comportamento violento.

No sistema periférico dos/as profissionais que compõem a Rede de Enfrentamento se destacam os seguintes termos associados à violência contra a mulher: a violência é compreendida como uma consequência do “preconceito” em relação às mulheres, principalmente àquelas que subvertem a lógica das representações historicamente designadas e consideradas como adequadas. A violência também é associada à ideia de “submissão”, ou seja, a mulher é considerada como submissa em relação ao homem. Essa proposição é relevante, e será explicitada melhor a partir das análises das entrevistas. Para os/as profissionais, a violência contra as mulheres configura-se como uma fraqueza e ignorância do homem, atrelada à submissão da mulher e o preconceito da sociedade.

É importante refletir que a representação da violência atrelada à ideia de submissão feminina assinala para uma configuração subentendida de culpabilização da mulher, pois a submissão é considerada uma escolha e compreendida como um posicionamento consciente das pessoas. Conforme Bourdieu (2010), as ideias relacionadas à submissão muitas vezes são usadas como um pretexto para culpar a vítima, e são decorrentes das estruturas objetivas, que precisam da eficácia dos mecanismos que elas produzem e que colaboram para sua reprodução. Assim, é possível ponderar que o poder simbólico existente na violência contra as mulheres não pode ser cumprido sem a cooperação da própria mulher. Esse poder, que é estabelecido pelos discursos e comportamentos, termina potencializando o lugar da mulher como culpada e dificulta o enfrentamento da violência.

O sistema periférico da representação dos/as profissionais também apresenta oposições. Apesar de apontarem a ideia da submissão, a violência também é representada pelo “medo”. Conforme Costa, Lopes e Soares (2014), o medo pode exprimir a continuação das mulheres nas situações de violência, principalmente pela incerteza do que pode acontecer, caso elas tentem romper com o ciclo de violência. Para as autoras, o medo também reflete a dificuldade do/a profissional em se envolver nessas situações. Essa dificuldade pode colaborar para a continuação do fenômeno, visto que muitas mulheres apontam situações cotidianas de violência e podem, muitas vezes, naturalizar o acontecimento e acreditar que esse é seu destino como mulher.

Para alguns/mas profissionais, a violência contra as mulheres também está vinculada ao “preconceito”, termo presente no sistema periférico da representação. Assim, a principal causa da violência pode ser o preconceito contra as mulheres. Santos (2012) aponta que o preconceito pode ser decorrente do machismo, e pode estar vinculado ao fato de que os

homens compreendem que as mulheres estão ocupando lugares que eles acreditam que elas não têm capacidade para estar.

A palavra “covardia” foi a mais mencionada ($f = 60$) e com a menor média de evocação ($OME = 1,62$) compondo a zona do núcleo central da representação. Reforçando-se as hipóteses de Abric (2001), o núcleo central tem as funções de geração e organização de uma representação social. Com isso, compreende-se que o núcleo central tem o papel de dar significado e determinar as relações entre os elementos que constituem uma representação. Assim, para os/as profissionais que compõem a Rede de Enfrentamento à violência, o termo “covardia” pode ser o mais significativo nessa representação. O termo “agressão” teve o mesmo número de evocações do termo “falta de respeito” ($f = 37$), porém a OME do primeiro foi menor ($OME = 2,20$) do que do segundo ($OME = 2,88$). A o termo agressão está no núcleo central e o termo falta de respeito, na primeira periferia.

Ressalta-se que o termo “covardia” foi evocado 60 vezes, ou seja, por 24% dos/as participantes da pesquisa. Foi possível verificar que 32 profissionais o consideraram como 1º ou 2º elementos mais importantes, conforme é apresentado na Tabela 24.

Tabela 24 – Frequência da ordem de importância dos termos presentes no núcleo central da representação “violência contra as mulheres”.

Termo do Núcleo Central	Frequência da Ordem de Importância					Frequência Total de Evocação
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
Agressão	12	12	3	6	4	37
Covardia	24	8	15	5	8	60
Machismo	11	8	3	5	3	30
Tristeza	3	2	6	5	10	26

Fonte: A autora, 2020.

A covardia está associada principalmente às agressões perpetradas contra as mulheres, sejam agressões físicas ou psicológicas. Esses dados corroboram os resultados de outras pesquisas que indicam que as mulheres em situação de violência sofrem ameaças do agressor, caracterizadas como violência psicológica, conforme exposto na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), e que essas agressões, de acordo com Soares (2005), muitas vezes as impedem de denunciarem as violências sofridas.

Segundo Leal, Lopes e Gaspar (2011), a palavra covardia tem grande associação com a tristeza. Para as autoras, a tristeza pode ser representada tanto pelo sentimento da mulher, bem como por tudo que a abrange e também de sua família. Assim, a palavra agressão pode estar associada à covardia e ao machismo, ressaltando as consequências físicas e psicológicas resultantes da agressão e caracterizadas pela tristeza.

A análise dos dados da associação livre permitiu esboçar a estrutura da representação social da violência contra as mulheres entre os/as profissionais que compõem a Rede de Enfrentamento à violência. Para eles/as, a violência contra as mulheres se consolida na ideia de agressão e covardia, cuja causa estaria ligada ao machismo, tendo como principal sentimento a tristeza diante do fenômeno.

A partir da análise das associações livres foi possível verificar que os/as profissionais da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres possuem uma representação estruturada, em que o núcleo central contém imagem, conceito e atitude, conforme preconiza Moscovici (2012). Também foi possível constatar que se trata de uma representação social com conotação negativa, visto que todos os elementos que compõem o núcleo central foram considerados pelos/as profissionais como negativos. O Quadro 12 mostra que 100% das respostas expressaram uma valoração negativa da representação.

Quadro 12 – Avaliação dos termos do núcleo central evocados pelos/as participantes ao termo indutor “violência contra as mulheres”.

Termo Evocado	Avaliação Geral
Agressão	Negativa
Covardia	Negativa
Machismo	Negativa
Tristeza	Negativa

Fonte: A autora, 2020.

A partir dos resultados no Quadro 12, evidencia-se que a violência contra as mulheres apresenta uma conotação negativa, pois é considerada uma covardia, caracterizada por diferentes tipos de agressões, além de ser uma consequência direta do machismo ainda existente na nossa sociedade, e tem como sentimento mais referido a tristeza, tanto das mulheres em situação de violência, como dos/as profissionais que se sentem, muitas vezes, impotentes diante dos casos.

5.1.6 A violência contra as mulheres entre as profissionais versus os profissionais

Para fins de comparação e verificação de semelhanças e diferenças, realizou-se a análise das evocações livres segmentada por gênero, entre os/as profissionais que também fazem parte do todo que foi analisado no tópico anterior. Assim, o Quadro 13 apresenta o

resultado das evocações do termo indutor “violência contra as mulheres” para as profissionais mulheres, e o Quadro 14 apresenta o resultado das evocações para os profissionais homens.

É possível perceber que, no que se referem às evocações apenas para as profissionais mulheres, o núcleo central da representação permanece inalterado. Os termos evocados com mais frequência foram “covardia” e “medo” ($f = 26$). No entanto, o primeiro foi mais prontamente lembrado ($OME = 1,70$), configurando-se no núcleo central, e o segundo teve uma ordem de evocação alta ($OME = 3,10$), apresentando-se na primeira periferia.

Quadro13 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais Mulheres da Rede de Enfrentamento à Violência.

Frequência média	Termo evocado	Rang < 2,5		Rang > 2,5			
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME	
>15	Agressão	25	2,31	Falta de amor	18	3,33	
	Covardia	26	1,70	Falta de respeito	20	3,00	
	Machismo	20	2,14	Medo	26	3,10	
	Tristeza				Sofrimento	20	2,69
					Violência	20	3,00
<15	Absurdo	8	2,33	Fraqueza	8	3,33	
	Crime	9	2,14	Ignorância	8	2,83	
	Crueldade	10	2,00	Injustiça	9	3,00	
	Dor				Preconceito	10	3,38
					Raiva	8	2,66
					Submissão	8	4,50

Fonte: A autora, 2020.

De acordo com Abric (2003), o núcleo central está conectado às condições históricas, sociológicas e ideológicas, pois se estabelece a partir do sistema de valores e das normas sociais. Assim, a violência contra as mulheres pode ser considerada uma covardia porque os/as profissionais relacionam a diferença de força entre os gêneros, considerando a mulher como mais fraca, e o homem como mais forte. Para Scott (1995), essa compreensão é baseada numa construção social que diferenciam quais são as representações específicas de homens e mulheres.

A representação social das profissionais mulheres segue quase a mesma estrutura da representação de toda a Rede de Enfrentamento à violência, excetuando-se o termo “raiva”, que aparece na segunda periferia. Conforme Santos (2012), o termo raiva pode sugerir um sentimento de censura ao autor da violência contra as mulheres, ou seja, seria um indicador de que consideram a violência contra as mulheres com algo politicamente incorreto.

Em relação à análise das evocações livres da violência contra as mulheres para os profissionais homens, apresentado no Quadro 14, é possível identificar uma mudança mais

significativa no núcleo central com a saída do termo “tristeza” para a entrada do termo “medo”, que para as mulheres está na primeira periferia, ou seja, apesar de ter uma alta frequência, não é prontamente evocado. Para os homens, o termo “tristeza” apresenta-se na segunda periferia, com baixa frequência ($f = 7$) e alta ordem de evocação ($OME = 3,66$).

Quadro 14 – Quadro de quatro casas da análise de evocações ao termo indutor “violência contra as mulheres” – Profissionais Homens da Rede de Enfrentamento à Violência.

Frequência média	Termo evocado	Rang $\leq 2,5$		Rang $> 2,5$		
		Frequência	OME	Termo evocado	Frequência	OME
≥ 8	Agressão	12	1,75	Crime	8	3,40
	Covardia	34	1,40	Falta de amor	12	4,16
	Machismo	10	1,80	Falta de respeito	17	2,72
	Medo	9	2,25	Ignorância	8	3,20
				Violência	13	2,66
< 8	Absurdo	5	1,66	Impunidade	5	2,66
	Injustiça	6	2,50	Intolerância	6	3,75
	Preconceito	6	2,25	Sofrimento	6	3,00
				Submissão	5	4,33
				Tristeza	7	3,66

Fonte: A autora, 2020.

No que se refere à primeira periferia, nota-se a diferença entre os subgrupos, sendo que para as mulheres têm-se os termos “medo” e “sofrimento”, enquanto para os homens têm-se os termos “crime” e “ignorância”. Segundo Vasconcelos et al. (2018), o estabelecimento da Lei Maria da Penha foi de extrema importância para mudar a forma com que a justiça abordava os crimes contra as mulheres. Conforme ressalta Blay (2003), a gravidade e a intensidade da violência contra as mulheres foi considerada questão do campo privado até pouco tempo, não sendo sequer considerada crime em algumas situações.

Apesar das diferenças dos termos encontrados nas evocações para mulheres e homens, é possível fazer uma correlação, observando elementos que podem traduzir as causas da violência – ignorância para homens, e medo para as mulheres –, e consequências – crime para homens, e sofrimento para as mulheres. No estudo realizado por Silva (2016), a violência contra as mulheres é considerada um crime que causa sofrimento nas mulheres. O termo representa a dimensão atitudinal da representação.

O termo “sofrimento” que aparece na primeira periferia para as mulheres e na segunda para os homens, tem relação com a definição de violência proposta por diversas entidades, como a Organização Mundial da Saúde (KRUG et al., 2002), a Organização Pan-Americana de Saúde (2017a) e a Organização das Nações Unidas (1993). Essas organizações definem a

violência como toda ação ou omissão que pode causar danos ou sofrimentos, sejam físicos, psicológicos ou sexuais, assim como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Na zona de contraste da representação para os profissionais homens está presente o termo “preconceito”, que para as profissionais mulheres compõe a segunda periferia. Ou seja, para os homens, apesar da baixa frequência, é uma palavra mais prontamente lembrada. Para Vieira e Hasse (2017), existe uma invisibilidade da violência nos diversos serviços da Rede, relacionada, principalmente, às questões de gênero. Para as autoras, muitas vezes os preconceitos também são reproduzidos nos atendimentos às mulheres em situação de violência. Um exemplo é o fato de que alguns/mas profissionais relacionam violência e pobreza. Para Leal (2010), o preconceito é representado por qualquer ação relacionada aos direitos da mulher que possa causar agressão emocional ou física, e também a desvalorização da mulher.

Nota-se a existência do termo “injustiça” na segunda periferia para as profissionais mulheres, enquanto o termo aparece na zona de contraste da representação dos profissionais homens. Santos (2012) aponta que a violência contra as mulheres é considerada uma injustiça, relacionando-se à questão dos direitos humanos, já que todos os seres humanos são iguais em direitos. A pesquisa de Leal (2010) também apresenta o termo injustiça compondo a zona de contraste. Para a autora, a injustiça está intimamente ligada à impunidade.

O termo “impunidade” aparece na segunda periferia da representação para profissionais homens, mas não compõe a representação para as profissionais mulheres. Apesar de o termo ter baixa frequência ($f = 5$) e alta ordem de evocação ($OME = 2,66$), é interessante analisar do ponto de vista das desigualdades de gênero. Vieira e Hasse (2017) assinalam que a impunidade dos agressores leva a um sentimento de desproteção das mulheres. Assim, mesmo que a Lei Maria da Penha seja considerada uma das melhores do mundo no que concerne à punição da violência, há um entendimento de que ainda não é tão efetiva para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A questão da impunidade também é refletida por Soares (2005). Para a autora, os agressores cometem a violência ainda acreditando que não serão punidos, pois mesmo com a Lei Maria da Penha, ainda há falta de recursos que garantam a atuação efetiva da Rede de Enfrentamento, principalmente da Segurança Pública e da Justiça. Além do mais, a sociedade muitas vezes é indiferente e tolerante com os casos de violência contra as mulheres.

O termo “medo” encontra-se na primeira periferia para as profissionais mulheres ($f = 26$, $OME = 3,10$) e no núcleo central para os profissionais homens ($f = 9$, $OME = 2,25$).

Assim, apesar da alta frequência para as mulheres, o termo foi evocado mais prontamente pelos homens. Para Leal (2010), as representações de profissionais influenciam e reforçam a culpa e o medo das mulheres, o que pode dificultar o vínculo, impedir o atendimento integral e, conseqüentemente, inibir as denúncias. O medo também pode estar relacionado ao sentimento do/a próprio/a profissional em atender as mulheres em situação de violência, e com isso, muitas vezes, há omissão diante dos casos.

De maneira inversa, o termo “tristeza” encontra-se no núcleo central para as profissionais mulheres ($f = 19$, OME = 2,28) e na segunda periferia para os profissionais homens ($f = 7$, OME = 3,66). De acordo com Leal (2010), a tristeza está relacionada com a imagem de uma mulher machucada e tem ligações com a fragilidade e a adversidade vivenciada por aquelas que encaram o problema.

Diante do exposto, pode-se perceber que a representação da violência contra as mulheres ainda está arraigada na desigualdade dos gêneros, em que o machismo é preponderante, e causa sofrimento, dor e tristeza às mulheres. Por outro lado, a violência também é compreendida como um crime; porém, ainda há muita impunidade e injustiça diante dos casos.

É possível perceber que, no que se referem às evocações apenas para os profissionais homens, houve uma mudança no núcleo central da representação, com a saída do termo “tristeza”. No entanto, essa mudança não altera a representação social da violência contra as mulheres, que continua ancorada nos termos “agressão”, “covardia” e “machismo” para ambos os gêneros.

Também houve diferença no sistema periférico. Na primeira periferia, houve a troca dos termos “medo” e “sofrimento” existente na representação das profissionais mulheres, para os termos “crime” e “ignorância” na representação dos profissionais homens. No entanto, todos os termos possuem uma mesma conotação de causa e consequência da violência.

Outra diferença significativa foi percebida na segunda periferia, onde apenas um elemento é coincidente – “submissão”. De acordo com a pesquisa de Vasconcelos (2012), a violência contra as mulheres está vinculada às relações de gênero, pois ainda permanece o entendimento de que há uma dominação masculina em oposição à submissão feminina. Assim, compreende-se que o homem detém o poder, enquanto a mulher continua submissa. Esta compreensão pode ser baseada na ideia do senso comum de que é normal acontecer violência nos relacionamentos.

A segunda periferia para as profissionais mulheres ainda é composta pelos termos “fraqueza”, “ignorância”, “injustiça”, “preconceito” e “raiva”. O termo novo da segunda periferia em relação à representação da totalidade da Rede de Enfrentamento é raiva. Para Rezende (2017), o homem comete um ato violento contra a mulher quando descobre, ou mesmo quando apenas tem uma desconfiança de que esteja sendo traído por ela. De forma geral, a violência é entendida como uma forma de punição, além de servir para descontar sua raiva e indignação, visto que em suas representações o homem deve ser “macho”, ou seja, deve ser o dominador no relacionamento.

Em relação à representação da violência contra as mulheres para os profissionais homens, é possível verificar no Quadro 14 a presença de termos como “impunidade” e “intolerância” na segunda periferia, que não fazem parte da representação para as profissionais mulheres. Enquanto os termos “sofrimento” e “tristeza” estão em quadrantes diferentes, os termos “fraqueza” e “raiva” simplesmente não aparecem na representação dos profissionais homens.

O termo “intolerância” pode ter a ver com a falta de aprovação do homem em relação a determinados comportamentos das mulheres, visto que a sociedade ainda aponta os comportamentos sociais que são considerados adequados para homens e para mulheres. No entanto, a pesquisa de Vieira e Hasse (2017) aponta que a intolerância também pode estar relacionada ao descaso dos/as profissionais, que muitas vezes não sabem lidar com as ocorrências de violência.

Já em relação à representação da violência para as profissionais mulheres, é possível verificar no Quadro 13 a existência do termo “dor” que não faz parte da representação entre os homens. De acordo com Silva (2016), o termo dor indica a consequência da violência para a mulher, estando relacionado ao termo agressão presente no núcleo central da representação. Para a autora, o termo indica a esfera sentimental da representação, junto com o termo tristeza.

Ressalta-se, mais uma vez, que as representações sociais nunca são idênticas ao objeto “real”, mesmo que possam dissimular naturalidade. Isso acontece porque as representações são sempre frutos de uma luta simbólica fomentada por agentes sociais, e basicamente abrangem interesses concretos. Desse modo, a representação da violência contra as mulheres ancorada na ideia da submissão feminina, no preconceito sobre as mulheres, e baseada no machismo ainda existente na sociedade, é resultado de representações cristalizadas, que são elaboradas a partir de processos de concretização de poderes simbólicos.

Assim posto, é essencial debater sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, devido à magnitude do problema que, de acordo com Schraiber et al. (2002), tem consequências físicas, psicológicas e sociais, e se caracteriza como um grave problema de saúde pública. Representar e legitimar a violência contra as mulheres como uma questão sociocultural, na ideia da submissão feminina e no medo de denunciar as agressões, pode reforçar a representação do fenômeno como algo privado, em que “não se mete a colher”. Para Jodelet (1984), as representações sociais são teorias do senso comum, e entre suas principais funções está a de compreender como os grupos interpretam a realidade e orientam suas condutas. Assim, esse conhecimento permite analisar o posicionamento dos/as profissionais acerca do fenômeno da violência contra as mulheres.

Diante dos dados aqui apresentados, pode-se inferir que a representação social da violência contra as mulheres é um objeto que exige entendimento e consciência das desigualdades de gênero e dos valores socioculturais. Nesse sentido, procurou-se analisar como se deu o processo de elaboração da representação social, a partir das análises das entrevistas realizadas.

5.2 O conteúdo da representação social da violência contra as mulheres

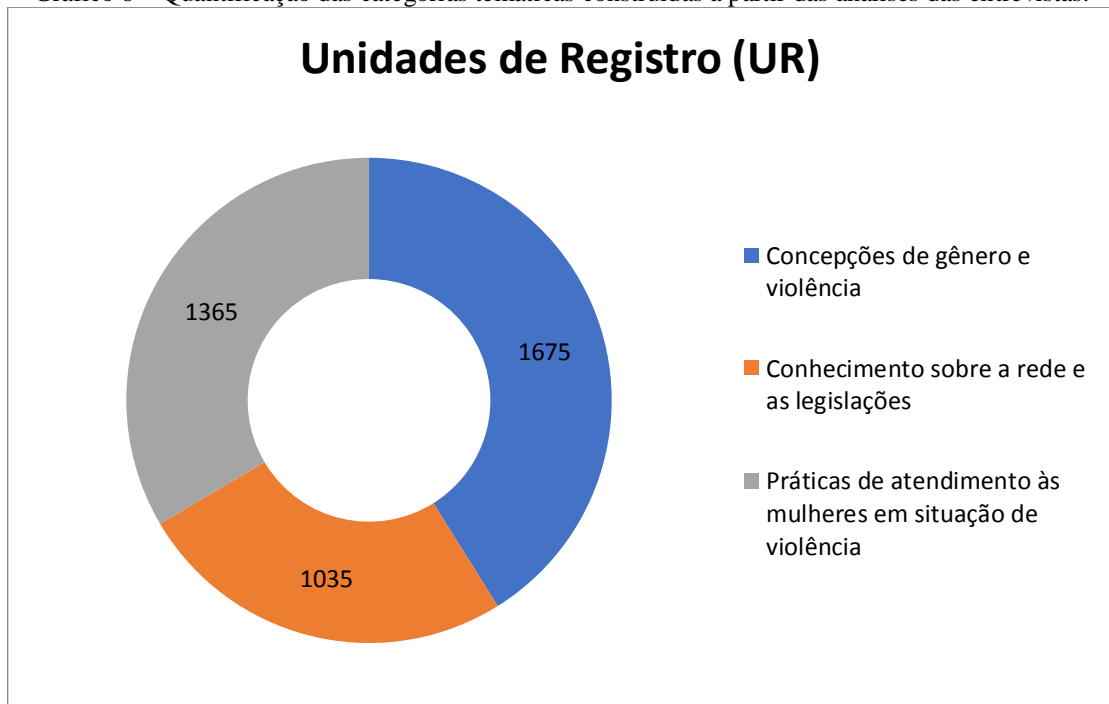
Através das análises das entrevistas e dos questionários, buscou-se construir um discurso coletivo, com o objetivo de descrever e discutir as práticas desenvolvidas e os conteúdos da representação social da violência contra as mulheres elaboradas pelos/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres no Sertão de Pernambuco.

A partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), foram construídas três categorias temáticas: concepções de gênero e violência; conhecimento sobre a rede e as legislações; práticas de atendimento às mulheres em situação de violência. A categoria que apresentou o maior número de Unidades de Registro (UR) foi sobre as concepções de gênero e violência, com 1.675 UR, e a que obteve menor ênfase foi a categoria de conhecimento sobre a rede e as leis, com 1.035 UR. A categoria sobre o atendimento às mulheres em situação de violência teve 1.365 UR. O Gráfico 6 aponta o quantitativo das três categorias

temáticas construídas a partir das análises de entrevistas, com suas respectivas quantidades, totalizando 4.075 UR.

Para garantir o anonimato dos/as participantes, os nomes foram suprimidos, e os trechos são acompanhados das seguintes informações: gênero, idade e área de atuação. Ressalta-se que dos/as 250 participantes totais da pesquisa, 100 participaram da etapa da entrevista, sendo 29 homens e 71 mulheres.

Gráfico 6 – Quantificação das categorias temáticas construídas a partir das análises das entrevistas.



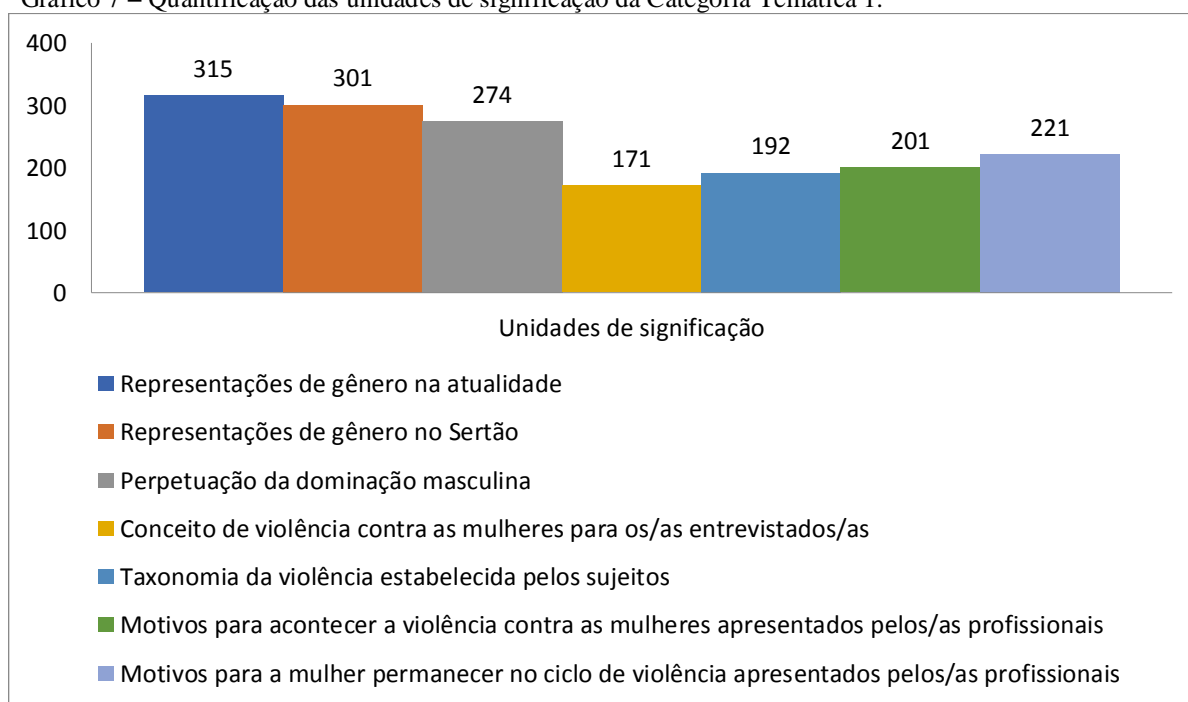
Fonte: A Autora, 2020.

5.2.1 “Muitas vezes a mulher colabora com essa violência”: Concepções de gênero e violência

A categoria temática denominada “Concepções de gênero e violência” apresentou 1.675 UR, representando 41,2% do total de UR analisadas, e foi composta por sete unidades de significação. A categoria considera o que os/as profissionais compreendem como sendo a

representação da mulher ou do homem na atualidade, bem como as representações de gênero especificamente no Sertão e reflexões sobre a dominação masculina. A categoria apresenta ainda o que os/as profissionais entendem por violência contra as mulheres, quais os tipos de violência que eles/as identificam, além dos motivos para a violência acontecer e os motivos para a mulher permanecer no ciclo da violência. O Gráfico 7 expõe o arranjo da categoria temática.

Gráfico 7 – Quantificação das unidades de significação da Categoria Temática 1.



Fonte: A autora, 2020.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 7, é possível observar que a unidade de significação sobre representações de gênero na atualidade apresenta o maior quantitativo de UR. Pode-se inferir que a maioria dos/as profissionais possui um discurso sobre quais foram as mudanças nas representações do homem e da mulher na sociedade atual. A segunda unidade de significação com maior número de UR foi sobre as representações de gênero especificamente no Sertão, ou seja, a maioria apresenta uma concepção de que há diferenças marcantes nas representações sociais, de acordo com a região. A seguir, são apresentadas e analisadas cada unidade de significação, seguido de trechos de UR para corroborar os dados.

A – Conceito de violência contra as mulheres para os/as entrevistados/as

A prevalência expressiva da violência doméstica e familiar é considerada um grande obstáculo para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, e uma grave violação dos direitos humanos. Neste sentido, a violência contra as mulheres deve ser compreendida a partir das relações de gênero que são construídas de maneira sociocultural, e que é materializada na violação dos corpos e na saúde física e psicológica das mulheres. O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da OMS, define a violência de gênero como qualquer comportamento que causa dano físico, psicológico ou sexual àqueles que fazem parte da relação, incluindo agressões físicas, abusos psicológicos, relações sexuais forçadas e comportamentos controladores (KRUG et al., 2002).

No que concerne ao conceito de violência contra as mulheres, os/as profissionais entrevistados/as apresentam dificuldades na definição e, muitas vezes, apontam os tipos relacionados na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) como definição de violência. Alguns/mas tentam construir um conceito mais abrangente, conforme apresentado nos trechos abaixo.

Rapaz, violência contra a mulher é muita coisa, muita coisa. Às vezes, com relação à convivência, mesmo em casa, às vezes tudo que, vamos dizer assim, atingir os sentimentos da mulher, já se transforma numa violência. Esses pontos aí, é uns [sic] pontos bem complicado (Homem, 47 anos, Informal).

A violência contra a mulher é tudo aquilo que fere o seu psicológico, o seu corpo, a sua dignidade. Pra mim é isso (Mulher, 32 anos, Informal).

A princípio, a violência é o bater, que é a violência em si, né? Aí os palavrões, os xingamentos. Tipo: “Eu quero ir”, “Não, você não vai”, “Vai com essa roupa?”. Isso pra mim já gera uma violência porque vai juntando, né, o xingamento, a violência, aí junta... Não, tudo isso aí gera a violência. Primeiro, no proibir: “Você não pode vestir isso, não pode pintar o cabelo, não pode cortar”. As proibições dele contra a mulher, né? Aí isso gera a violência (Mulher, 29 anos, Saúde).

Porque assim, tem essa violência que é a violência de agressão, que gera, que deixa marca, mas também agressão verbal, que é muito forte, e que a gente vê que não tem necessariamente uma punição mais [forte]... Porque a pessoa vai sofrendo ali todos os dias, caladinha... (Homem, 40 anos, Segurança Pública).

É qualquer tipo de agressão voltada pra ela, seja física, seja moral, seja relacionada a bens materiais que ela possui, que eu esqueci o nome agora. É tudo que diminui a mulher, tudo que objetifica ela (Mulher, 34 anos, Informal).

As representações sociais da violência contra as mulheres assinaladas pela compreensão do que é violência, conforme os trechos destacados reforçam a existência da violência que muitas mulheres sofrem cotidianamente. Segundo Ribeiro e Coutinho (2011),

essas violências tem como alvo o corpo da mulher, e com isso podem deixar marcar visíveis, porém também podem afetar o psicológico delas, tendo como consequências a negatividade, o pessimismo e a baixa autoestima. Nesse sentido, as autoras apontam que mulheres em situação de violência doméstica e familiar apresentam um comprometimento na saúde física e psicológica, bem como acarretam perdas significativas no convívio social.

B – Taxonomia da violência contra as mulheres estabelecida pelos sujeitos

Para a compreensão mais ampla da violência contra as mulheres, os/as profissionais precisam estar atentos/as às diversas formas em que a violência pode se apresentar. As violências física e psicológica foram as mais mencionadas, sendo que também houve alusão a outras nomeações, como a violência verbal e a violência doméstica, conforme trechos destacados a seguir.

Tem muito a violência física. A violência psicológica, acho que está em primeiro lugar. Porque... Ave Maria, o que chega de relatório, de encaminhamento do hospital com relação à violência física e psicológica [...]. A patrimonial pode acontecer, mas geralmente acaba na física. Então assim, tem sim, inúmeras violências que a gente acompanha, mas as mais fortes são a física e a psicológica (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

A violência psicológica, violência física, violência... Psicológica, física, acho que são as piores, né? Abuso sexual, o abuso, a violência sexual, abuso... A violência moral. Deixa ver o quê mais... É porque dessas aí, abrange muito, né? A psicológica pra mim, e a física, porque aí vai também pra sexual (Mulher, 31 anos, Saúde).

Tipo violência psicológica, violência física [...], as violências psicológicas estão incluídas ali, né, a física, psicológica, violência financeira, de toda forma (Homem, 29 anos, Segurança Pública).

Os trechos acima apresentados mostram o conhecimento reificado de alguns/mas profissionais na busca de identificar todos os tipos propostos na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Por outro lado, também apontam que ainda há um desconhecimento total da tipificação e quais atos são enquadrados em cada classificação. Ao relatar um conhecimento prático de casos de violência contra as mulheres, as situações foram bem variadas. No entanto, a violência física continua sendo a que apresenta mais casos comentados pelos/as profissionais.

Ela tinha saído pra uma festa, quando ela chegou em casa, segundo ela disse, o marido tava viajando, quando ele chegou em casa, que procurou por ela, ela não estava. Que ele ligou, ela tava numa festa. Só que ela disse que ia retornar, mas não retornou na hora que marcou que ia retornar. Então, quando chegou em casa, começaram a discussão, e nessa discussão, foi a pancada (Homem, 58 anos, Saúde).

Acho que é machadada que fala, acredito que é isso... Foi o machado, ele bateu com o machado na cabeça dela. E chegou encaminhamento. [...] Nós fomos à visita. Chegando lá, a gente foi recepcionada pelo marido que era pra estar preso... (Mulher, 27 anos, Assistência Social).

Não só física, a gente atende em questão de ameaça também, né? Às vezes não chegam a bater, não. Mas chegam bêbado em casa, quebrando as coisas, né, os móveis, tudinho. Aí a gente vai (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

Um grande representante militar matar a esposa a tiros. E ele recebeu o título de cidadão [da cidade]. Isso é muito forte! (Homem, 35 anos, Saúde).

É o mais grave, e é o que mais ocorre, que é a violência moral. Onde a mulher é agredida várias vezes de novo, para isso, aquilo, não serve pra isso, aquilo, que muitas vezes não trabalha, porque tem que cuidar dos filhos (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

Pode-se perceber diante dos trechos acima, que os casos relatados envolvem violência física, psicológica, até o feminicídio. No entanto, o profissional que aponta a violência moral, conforme o trecho acima comete um equívoco, pois na verdade, está se referindo a uma violência psicológica, definida como intimidação, ameaça, isolamento ou humilhação, como no caso relatado. Em contrapartida, é importante mencionar que diante das tipificações apresentadas na Lei Maria da Penha, a menos apontada foi a violência patrimonial.

Nesse sentido, os/as profissionais precisam estar atentos/as ao fato de que a violência contra as mulheres é caracterizada por diferentes atos, e mesmo que não tenham sido citados pelos/as participantes, são importantes de serem identificadas. Segundo pesquisa realizada por Rezende (2017), as violências patrimoniais e morais são práticas comuns entre casais. Essas violências são objetivadas através de alguns comportamentos do homem como, por exemplo, na destruição de objetos da mulher, na difamação, em que o homem pode propagar boatos ou ainda na divulgação de imagens e informações no intuito de depreciar ou revelar situações íntimas da mulher.

Ressalta-se também o enquadramento do “preconceito” como uma forma de violência, conforme já apontado na análise das evocações livres, em que o termo pode constituir a dimensão do conceito da representação social da violência contra as mulheres. A violência moral também é pouco referida. O não reconhecimento desses tipos de violências pode interferir diretamente na identificação dos casos, principalmente por considerar determinadas condutas como algo “natural”.

E por exemplo, eu particularmente já sofri assim, colocando o preconceito como uma violência, se for, que eu não sei se classificaria como... Eu já fui até classificada como “sapatão” por não ter marido [...]. Teve uma colega, de um nível social alto, um padrão muito bom, mas ela, assim, tinha uma relação com o marido que infelizmente, ela sofre esse tipo de preconceito de que é melhor uma mulher mal casada do que desquitada e divorciada (Mulher, 44 anos, Saúde).

Porque ele tava denegrindo a imagem, falando da questão sexual dela, como ela era, sabe? Saiu denegrindo nos bares. Isso já com 25 anos de casamento, viu? E ela disse que vinha sofrendo a vida toda e sempre ficou calada. E quando passou a ser denegrindo a imagem dela como mulher, aí ela começou a pedir ajuda a gente, né? (Mulher, 57 anos, Saúde).

Na análise das evocações livres evidenciou-se como um dos termos que compõem o núcleo central entre os/as profissionais da Rede de serviços de Saúde, da Assistência Aocial e da Segurança Pública a palavra “agressão”; para a Rede Informal, o termo está nas zonas periféricas. O termo se refere tanto à dimensão do conceito quanto da imagem da representação social, que se materializam nos casos apresentados, através do “estar toda roxa”, “pernas quebradas” e “machadadas na cabeça”. Assim, reiteradas vezes os/as profissionais utilizam o termo nas entrevistas, corroborando o que foi encontrado nas evocações.

Se tem alguma agressão física é tida como uma violência, mas a emocional elas não percebem, não se percebem como um ser violentado (Mulher, 27 anos, Saúde).

[...] que ela foi agredida pelo companheiro, outro idoso, moram numa zona rural, não muito distante de [cidade A], e quando a gente chegou lá, a primeira agressão que ela sofreu foi em casa e escondeu da mãe. A mãe chegou lá, tava toda roxa: “O que foi isso?”, “Caí”. A mãe já ficou desconfiada. Mas tudo bem. Quando ela sofreu novamente agressão, que os filhos estavam em casa, correram pra avisar a família. (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Assim, muitas sofrem, e apanham, são agredidas... A agressão ela não vem só quando bate, às vezes as falas são facas cortantes, né? (Homem, 34 anos, Saúde).

Agressão contra a mulher. Foi uma mulher que foi agredida, se não me engano teve as duas pernas quebradas, e por aí vai (Homem, 30 anos, Assistência Social).

Quando ligam ou quando vem, se apresentam, é mais pela questão da agressão física. E em alguns casos, muitos com vários hematomas já expostos mesmo (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

Os trechos acima confirmam o termo “agressão” encontrado como provável núcleo central da representação social da violência contra as mulheres, principalmente no que se refere à dimensão conceito da representação. Apesar de conseguirem tipificar as formas de violência, inclusive ancorando em situações práticas, é necessário também compreender toda

a conjuntura de ordem social e cultural que envolve o fenômeno da violência contra as mulheres.

C – Motivos para a mulher permanecer no ciclo da violência apresentados pelos/as profissionais

Sem esse entendimento mais amplo, que extrapola os aspectos físicos, os/as profissionais muitas vezes entendem a permanência da mulher no ciclo de violência apenas por causa da situação financeira, geralmente agravada quando há filhos/as.

Eu acho que é muito difícil pra elas terminar o relacionamento, principalmente se elas não tiverem uma renda familiar, se tiverem filhos (Mulher, 24 anos, Segurança Pública).

Por ter um filho também, né, que é por conta da questão financeira. Muitas não têm, né, outra renda, outra forma de se sustentar e acabam se submetendo a um relacionamento por conta disso, né? Da autossustentação. Não tem coragem de abandonar ou de sair, com medo de passar dificuldade, necessidade, de terem filhos... (Mulher, 50 anos, Assistência Social).

É, a grande maioria: “Vamos deixar quieto. Deixa eu ficar apanhando aqui em casa mesmo. Ao menos tô com meu marido. Eu tô apanhando, mas ele tá colocando comida dentro de casa, né? Tá dando comida pros meus filhos, deixa eu ficar apanhando aqui mesmo”. Imagina, né? (Homem, 40 anos, Segurança Pública).

Mas acredito que a grande maioria, elas continuam por conta da questão financeira, porque existem muitas mulheres que não tem independência. E o próprio homem não deixa elas terem independência, né? (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

Os/as profissionais precisam refletir sobre determinados fenômenos sociais, como família, cidadania e violência, para elaborar propostas que objetivem melhorar as condições de vida dos/as usuários/as dos diversos serviços, inclusive as mulheres, a partir da redefinição do padrão ainda vigente das relações de gênero. Neste sentido, ao não compreender a violência contra as mulheres como uma relação de poder desigual, os/as profissionais podem entender que a permanência da mulher no ciclo de violência dá-se apenas pela situação financeira da mulher ou pela existência de filhos/as.

Esse dado corrobora a pesquisa realizada por Souza e Sousa (2015), em que os/as profissionais apontaram a dependência financeira da mulher como o fator mais importante na permanência no ciclo de violência. As autoras ressaltam, no entanto, que reduzir o fenômeno

da violência à questão financeira é não dar ênfase aos aspectos socioculturais envolvidos. No mesmo sentido, a pesquisa realizada por Lira (2015) assinala que a dependência financeira pode ser um fator para a mulher permanecer no ciclo de violência. No entanto, é importante não realizar uma associação entre violência e pobreza, afinal, a violência acontece em todas as classes socioeconômicas.

Para Garbin et al. (2006), a situação econômica pode ser uma das explicações basilares para que a mulher não consiga romper o ciclo de violência sofrida. No entanto, é imprescindível atentar-se ao fato de que o fenômeno da violência acontece em todas as classes sociais, embora com diferentes contextos. As mulheres de classes econômicas mais baixas podem continuar no ciclo de violência por não conseguirem se sustentar sem a ajuda do companheiro. Já nas classes mais altas, as mulheres podem não querer dividir os bens adquiridos.

Segundo Souza e Da Ros (2006), os principais motivos para as mulheres permanecerem num ciclo de violência, além da dependência financeira são: a convivência com o medo, a submissão e o sentimento de pena do marido/companheiro. O medo foi muito relatado pelos/as profissionais, conforme os trechos a seguir.

E tipo violência gera violência, além dela deixar, só deixar não adianta, tem a questão daquele medo de várias coisas, dele vir e querer fazer mal (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

Medo. Medo de deixar, tanto medo de deixar e vim pra matar, pra tentar fazer alguma coisa, porque elas são ameaçadas; e eu acho que principalmente o medo de começar de novo. O medo de ir atrás, buscar uma outra oportunidade, medo de começar de novo mesmo (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

Às vezes elas têm medo do quê? Vou ali na delegacia, mas vai ficar por isso? Aí quando chegar em casa não vai ser pior? Né? (Homem, 25 anos, Saúde).

Tem medo. Tem, tem. Tantas não vão nem na delegacia registrar uma queixa. Porque chega e não tem apoio. [...] É por isso que tô lhe dizendo: ela não vai, consequência do medo, do medo (Homem, 58 anos, Saúde).

Não sei, tem medo, até de denunciar. Ela tem medo de denunciar, tem medo que se denunciar, quando ele sair, ele vem e mate (Homem, 48 anos, Segurança Pública).

A pesquisa divulgada pelo DataSenado (BRASIL, 2015d) revela que entre os principais motivos mencionados para a mulher não formalizar uma denúncia foram: a preocupação com a criação dos filhos (24%), o medo de que o agressor possa se vingar (21%), a crença de que a violência não iria mais acontecer (16%), a percepção de que o agressor continuaria impune (10%) e a vergonha da agressão (7%). Assim, nota-se que para uma parcela significativa das mulheres, a violência ainda é representada pelo fato delas não

terem condições de se afastar, visto que o rompimento do ciclo poderia provocar prejuízos para seus/suas filhos/as, principalmente quando há dependência financeira, além de danos para si mesmas, com o aumento do grau e da frequência da violência.

Gomes et al. (2013) apontam alguns elementos que podem ser condições para os episódios de violência como, por exemplo, a dependência financeira. Porém, os/as autores/as chamam a atenção ao fato de que quando a mulher tem autonomia financeira e um maior grau de escolaridade, esses elementos passam a serem fatores de proteção, já que a valorização da integridade da mulher e a quebra do mito da submissão feminina podem ajudar a diminuir os casos de violência.

D – Motivos para acontecer a violência contra as mulheres apresentados pelos/as profissionais

Outro ponto importante é a ideia revelada por alguns/mas profissionais de que a violência existe em decorrência de algum distúrbio, ou doença do agressor ou da mulher, para “aceitar” permanecer num ciclo de violência.

O homem que é agressivo. Ele que tem uma perturbação, ele é alcoólatra. Não deixa de ser um doente. Aí quando bebe, perde seu controle (Mulher, 44 anos, Saúde).

Mas tem homem que parece que já tem a cabeça... Acho que é uma cabeça doentia, ou também já é trauma de criança, de ver o pai batendo na mãe, e aí cresceu com isso também. A gente não sabe todos, né, que eu acho que não tem quem explique isso direito, não (Mulher, 28 anos, Saúde).

Eu acho que alguns casos já deve partir pra alguma doença, algum transtorno mental (Homem, 33 anos, Saúde).

Coisa doentia, gente da cabeça doente, que acontece muito, né? Então a gente nesse universo de 23 anos de polícia, a gente tem muito contato com as pessoas, eu já vi muitos, muitos casos mesmo (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

Conforme Schraiber e D'Oliveira (1999), é importante atentar-se ao risco de se sobrepor o conceito de doença à violência. Para as autoras, fazer esse tipo de redução pode ocasionar o agravamento da ideia de vitimização, além de corroborar com a permanência de estereótipos sobre as mulheres, que seriam considerados como sujeitos incompletos e necessitados de alguma tutela especializada.

Para Costa, Lopes e Soares (2014), relacionar a violência a um diagnóstico clínico de alcoolismo pode ter como consequência a isenção do agressor diante do dolo pelas atitudes violentas, que podem ser reconhecidas como algo natural de acontecer, de acordo com os costumes culturais de determinadas comunidades. Segundo as autoras, inúmeras vezes os representantes do poder público acreditam que em um determinado contexto, notadamente no contexto rural, a violência contra as mulheres e o uso de álcool estão relacionados e são situações naturais.

A pesquisa do DataSenado (BRASIL, 2015d) indica que 19% das mulheres que sofreram alguma violência sugeriram que o uso de bebidas alcoólicas pelos seus companheiros foi o motivo para a prática da violência. O motivo principal apontado na pesquisa foram os ciúmes, mencionado por 21% das participantes.

Soares (2005) é enfática ao afirmar que o uso de qualquer substância psicoativa não pode ser considerado uma causa para a violência, e sim, deve ser pensado como um fator complementar, que pode ou não estar vinculado ao fenômeno. Afinal, há homens que são agressores sem fazer uso de substâncias, da mesma forma que há aqueles que mesmo que utilizem, não agredem suas parceiras.

Assim, é fundamental refletir sobre as representações sociais elaboradas pelos/as profissionais sobre os motivos para acontecer a violência contra as mulheres. Para Rezende (2017), a crença de que o uso de substâncias psicoativas é o causador da violência pode fazer com que o agressor seja inocentado da ação, visto que há uma tendência em aceitar a ideia de que a droga estimula a raiva e o descontrole, perpetuando o senso comum de que sem o uso da substância o homem não teria condições de cometer qualquer violência.

Outra questão apresentada é que a própria mulher tem culpa da violência acontecer, dando motivos para o homem cometer agressão, como é posto nos trechos a seguir.

E muitas vezes a mulher, ela colabora com essa violência, porque quando se começa a violência dentro de casa, ela ainda quer proteger o cara, ela ainda aceita. Era pra ela de imediato, ela procurar uma solução, né, se ela já conhece o camarada (Homem, 44 anos, Segurança Pública).

Tem mulher que muitas vezes briga com o marido, aí o cara vai tá aqui no bar, tomando uma, sentado com um amigo, pra tentar esfriar a cabeça, aí a mulher vai pro bar de frente, com uma roupinha bem curtinha, pra provocar. Aí o cara já é perturbado, aí o cara vai lá e enche ela de porrada. Isso é o que acontece (Homem, 33 anos, Saúde).

Eu acho que tem um pouquinho de culpa por parte da mulher, que mesmo conquistando tudo isso, quando chega em casa, que é pro marido, ainda baixa a cabeça. Eu acredito que seja assim (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Às vezes, a gente não pode passar um homem, muitas vezes o homem chega a esse ponto porque a mulher provoca demais. Fica naquela história, como naquela piada de “Zé Lezin”, um moído. Fica aquele moído, que muitas vezes tira o homem do sério, entendeu? (Mulher, 57 anos, Informal).

Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglío (2011) ressaltam que em sua pesquisa as participantes apontaram que, de alguma forma, as mulheres são responsáveis pela manutenção da violência doméstica e familiar, posto que a existência de violência é consequência de uma relação estabelecida entre dois elementos, ou seja, quem comete e quem sofre a violência. Neste sentido, compreender a violência a partir de uma visão que não polarize o fenômeno em dois polos distintos é fator importante para o rompimento do ciclo de violência. Porém, o fato dos/as profissionais culpabilizarem a mulher pela própria violência sofrida pode afetar as práticas de identificação, enfrentamento e prevenção do fenômeno.

E – Representações de gênero na atualidade

Durante muito tempo, o homem teve sua representação na sociedade atrelada ao sustento do lar, sendo considerado o chefe da família. Em contrapartida, as mulheres eram consideradas o sexo “frágil”, tendo como principal função o de “cuidadoras” do lar e dos membros da família. Para DaMatta (1997), a mulher foi apontada como o centro de todas as tarefas domésticas familiares, e essa divisão de espaços simbólicos do masculino (público) e do feminino (privado) tem sua atualização nas análises sobre gênero e violência.

Embora os/as profissionais reflitam que a dependência econômica seja um dos principais motivos para a mulher não conseguir romper o ciclo de violência, relatam que houve uma mudança significativa na representação da mulher na sociedade, conforme exposto nos relatos a seguir.

Hoje em dia elas são mais independentes, busca mais independência. Não aceita mais submissão, como era antigamente. Assim, eu falo da época dos meus avós, e vejo hoje da minha mãe, e das minhas amigas. Mais independência mesmo, não aceita mais violência (Homem, 25 anos, Saúde).

Eu acho que houve muita evolução no papel da mulher, principalmente na família. [...] E no começo quem mandava na casa, quem sustentava a casa – tô dizendo no meu caso, né, e vários casos que a gente vê – era sempre o marido que mantinha, que mandava, que fazia tudo, era sempre o esposo. E agora a gente já vê que não, que mudou muito (Mulher, 35 anos, Saúde).

Eu acho que uma luta que vem ganhando força a cada dia que passa, porque as mulheres de hoje em dia estão adotando essa coisa de ser mulher, de lutar pelo papel delas na sociedade (Homem, 30 anos, Assistência Social).

A mulher alcançou cargos mais altos em empresas. Tem mais facilidade de buscar o que ela quer, tem mais coragem de ir atrás disso. Que antigamente não, era mais recatada. A mulher era só pra cuidar do lar. Hoje não, em muitos casos, é ela quem cuida do seu próprio lar (Mulher, 24 anos, Segurança Pública).

A partir dos trechos apresentados, é possível inferir que são representações que trazem uma conotação positiva, e que estão ancoradas nos ideais de empoderamento da mulher, principalmente através da mudança de configuração da família com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Para León (2001), esses ideais têm sido divulgados pelo movimento de mulheres ao longo dos tempos e, especialmente a partir da década de 1990, há um esforço conjunto para buscar o rompimento do estigma conferido às mulheres, compreendidas como frágeis e incapazes, e que precisavam ser protegidas e cuidadas pelos homens.

Para os/as profissionais, a partir do momento em que as mulheres têm mais acesso ao estudo e ao trabalho, conseguem mudar significativamente suas vidas. Em consequência, eles/as assinalam que a educação e o conhecimento têm como principal implicação a independência financeira das mulheres, e assim torna-se possível quebrar o ciclo de violência.

Quando a mulher é inteligente, ela vê que a única forma de se livrar daquilo que tá te fazendo mal, é buscar essa independência, que é o estudo, o trabalho... A partir do momento que ela tá mais segura de si, ela até mesmo não permite ser agredida verbalmente, até mesmo de agredir, tá entendendo? É por isso que eu frisei o estudo... (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Eu atribuo muito assim: que a violência está atrelada à falta de oportunidades e de estudo. Existem mulheres instruídas que são vítimas. Mas eu acredito que quanto mais estudo e independência ela tiver, menos suscetível ela vai estar. A tendência é ser menos vítima de violência (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

Hoje a mulher não é vista só como a mulher dona de casa, mulher chefe de fogão, e sim como seu próprio sustento, tem mulheres que são muito independentes. Então teve uma evolução muito grande (Homem, 33 anos, Assistência Social).

Eu acho que a independência é, assim, fundamental, nesse caso. Eu acho que a mulher independente não tolera, não... Não tolera. Eu acho que tem tudo a ver com a ignorância, o fato de permanecer. É um dos pontos (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

Apesar de apontarem a mudança das representações de gênero, principalmente com o aumento da escolaridade e do acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres, os/as profissionais ressaltam que ainda há a perpetuação de alguns ideais familiares que reproduzem as desigualdades de gênero. Assim, a violência existente nessas relações pode ser

considerada comum e natural, devido ao contexto social em que o homem e a mulher estão inseridos/as. Com isso, diversas violências podem ser reproduzidas por outros/as familiares.

Elas [as mulheres] não entendem. Pensam: “Minha mãe viveu assim, eu vou viver assim”. É cultura. Não foi quebrado esse tabu por completo em todos os locais. [...] Até diz por quê: “Minha mãe aguentou e viveu a vida toda com meu pai, então eu passar...” (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

Os homens que agredem mulher pra eles é uma coisa normal. [...] Aí quando você vai estudar, foi a criação, por pai ou mãe ou família, alguma coisa tem, é isso que eu vejo (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

Assim, eu ficava horrorizada quando eu escutava a história, desde muito pequena escutando aquela história, e dizer: “Ah, porque ela tinha um pai também que era agressor, um pai violento, e fugiu desse pai, casando”. E aí, eu digo, pra fugir de um, encontrou outro (Mulher, 44 anos, Saúde).

Tenho uma prima, que ela casou, e o marido dela maltratava ela, e quando ela vinha pra casa, procurava refúgio em casa, o pai dela mandava ela voltar. Mandava ela voltar, porque casou tem que ficar casada [ênfase], tem que ficar na casa dela, tem que aguentar tudo (Mulher, 36 anos, Segurança Pública).

Day et al. (2003) corroboram esses achados e apontam a importância para analisar a interação de diferentes fatores (pessoais, sociais e culturais) para a existência da violência. Entre os fatores que os/as autores/as apresentam, destacam-se: ter presenciado violência familiar quando criança; a aceitação da violência como uma forma de resolver conflitos; os papéis rígidos de gênero; a repetição de modelo familiar violento; e o casamento como forma de fugir da situação familiar de origem. Estes fatores podem ser vislumbrados nos trechos destacados acima.

Desse modo, a naturalização do fenômeno da violência, principalmente relacionando-o às questões socioculturais, pode contribuir para que muitos casos de violência contra as mulheres não sejam percebidos como violência, nem pelos/as profissionais, nem pelas próprias mulheres. Assim, muitas situações podem passar despercebidas pelos diversos profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento, devido à dificuldade de identificação dos casos, posto que a violência possui um forte componente sociocultural.

O aumento do acesso à educação e ao mercado de trabalho relatado pelos/as profissionais nos seus discursos apresentam uma contradição, pois ao serem questionados/as sobre a situação específica das mulheres no Sertão, destacam que não ocorreu na mesma intensidade.

A gente conseguiu o voto, a gente conseguiu trabalhar. Mesmo assim, ainda não foi uma conquista das mulheres da zona rural, porque as mulheres da zona rural vivem submissas aos homens. Elas não trabalham. Só cuidar da casa, plantar com o homem, ali, tudo com ele. E os índices de violência na zona rural são muito grandes (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

No interior, essas raízes são infiltradas ainda [...]. Então esse instinto quer queira quer não, ele perpetua. Muitas vezes, intrinsecamente, a pessoa não quer repassar, ou muitas já superaram esses limites e conseguiram superar. Já outras ainda continuam no mesmo ritmo, que foram criados, aquela família, né, tradicional, aquele mesmo método (Mulher, 30 anos, Assistência Social).

Porque, vamos dizer assim, cidades pequenas a maioria das pessoas tem uma mente fechada, né? Já a cidade grande, acho que é porque tem muita coisa pra fazer, é muito trabalho, muito movimento (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Porque o sertanejo é culturalmente diferente do pessoal que mora em capital. Então o estilo de vida é diferente, então a cobrança, a forma de cobrar, a forma de colocar a mulher nessa situação é complicada, né? (Mulher, 44 anos, Saúde).

Então, eu vejo que nós, sertanejas, a gente tem uma cultura diferenciada ainda, em relação aos centros [urbanos]... (Mulher, 28 anos, Justiça).

Eu acho que a liberdade nas cidades grandes é maior. [...] Não sei, eu acho que o povo aqui é mais recatado. Existe ainda muito a mentalidade de outrora. Eu acredito que sim (Mulher, 24 anos, Segurança Pública).

Albuquerque e Vilaça (2003) ressaltam que na sociedade sertaneja coronelista, quando havia uma filha mulher, o principal desejo dos pais é que elas seguissem a mãe em casa e aprendessem tudo que elas sabiam, para que quando arranjassem seu casamento, não decepcionassem seu marido. A partir dos discursos acima apresentados, essas ideias ainda permanecem vinculadas à noção de família tradicional.

Já Albuquerque Jr. (2003) retoma a proposição de que a mulher do Sertão é uma lutadora, resistente à seca, honesta, cheia de filhos/as e que cuida da família com muito amor e carinho. Para Falci (2017), o Sertão e seu modo de vida excêntrico demonstrava a necessidade do uso da força, da honra e de códigos de conduta que alimentaram a ideia de que as mulheres eram fortes para sobreviver aos obstáculos da região, incluindo as violências. Consequentemente, o homem do Sertão é o “macho”, conforme trechos destacados a seguir.

Porque aquela questão do sertanejo, aquela pessoa mais... Alguns, né? Não o masculino, vamos dizer, das cidades, mas sim aquele masculino que mora na região

rural. Aqueles ainda existem, ainda existe aquela questão da masculinidade (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

Por isso que eu falo, bem mente fechada aqui em [Cidade B]. O homem tem que permitir a mulher fazer qualquer tipo de coisa. E quando a mulher quer fazer alguma coisa sem ter a opinião do marido, ir contra a opinião do marido, já é algo que tenha brigas, separações, conflitos. E entra a família toda (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Porque aqui, exemplo, é criado um menino e uma menina... A mãe vai botar a menina pra quê? Pra varrer a casa, e o menino vai vendo aquela função e vai dizendo que é função dela, aí um dia quando ele tiver uma mulher ou então casar, ele vai dizer: “Não, é função sua”. Aí o homem do interior é criado nesse sentido que a mulher tem fazer esse papel dentro de casa (Homem, 25 anos, Saúde).

É tipo, o homem dizer assim: “Eu sou macho, e você vai ter que fazer o que quero e acabou-se, independente de tá certo ou errado, eu sou o macho da casa, e acabou-se!”. O sertanejo. O sertanejo tem muito isso do macho, do ego, do ser, do eu poder (Homem, 31 anos, Segurança Pública).

Conforme Albuquerque Jr. (2009), o tipo nordestino foi sendo definido como um tipo tradicional, voltado para a preservação de um passado regional, um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos – um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril, másculo, sem sentimentos de amor e afeto. Diante das questões socioculturais do contexto sertanejo, os/as profissionais apontam o acesso à educação e ao mercado de trabalho como caminhos para a superação do ciclo de violência. Diante dessa constatação, afirmam que há uma dificuldade maior para as mulheres do Sertão, devido à falta de faculdades públicas e de grandes empresas na região.

Eu creio que sim, até porque nas cidades grandes com certeza o mercado de trabalho é maior, a renda é maior, onde cidades pequenas tem pouco desenvolvimento (Homem, 33 anos, Assistência Social).

Mas assim, dependendo da criação da mulher, né, dependendo do local onde ela more, dependendo da qualidade de vida, da dependência financeira, da quantidade de filhos. Então isso aí vai, é o fator determinante que vai fazer com ela continue [no casamento] (Mulher, 36 anos, Segurança Pública).

É porque assim, você tira por uma cidade grande, você vê que existe mais oportunidade pras mulheres [De trabalho, você fala?]. É, elas não ficam tão dependente do homem como é aqui. Muitas vezes o homem não deixa trabalhar, não deixa estudar. [...] Porque aqui qual é a oportunidade que tem pra uma mulher trabalhar aqui? Qual o cursinho profissionalizante que existe aqui? Eu falo na região, são poucos (Homem, 33 anos, Saúde).

Eu acho que se a mulher tivesse mais oportunidade de trabalho, de estudo, de instrução, ela [diria]: “Oxe, eu vou precisar desse cara pra quê? Eu tenho meu dinheiro. Eu posso manter minha família. Eu posso me manter. Eu sou uma mulher inteligente, uma mulher independente” (Homem, 50 anos, Informal).

Conforme aponta Leal (2010), é fundamental desenvolver ações que preconizem o encaminhamento, o esclarecimento e o empoderamento das mulheres. Essas ações devem buscar caminhos para romper com a passividade e procurar a desnaturalização da violência. A educação deve, portanto, ser vislumbrada como uma forma de proporcionar a ascensão social e econômica das mulheres. Com isso, será mais fácil o rompimento do ciclo de violência.

G – Perpetuação da dominação masculina

A violência contra as mulheres acontece desde a antiguidade, e pode ser caracterizada como uma violência de gênero. Conforme Gomes et al. (2013), esse tipo de violência é motivada pela assimetria de gênero, fazendo com que muitas vezes seja avaliada como natural e aceitável. Essa concepção legitimou a perpetuação da violência até os dias atuais, apresentando um número expressivo de casos, além dos diversos danos à saúde física e psicológica da mulher.

Para Cavalcanti, Gomes e Minayo (2006) faz-se necessário que os/as profissionais adotem a categoria analítica relacional de gênero para conseguir ter uma apreensão mais crítica da violência contra as mulheres. A partir dessa compreensão, os/as profissionais poderão perceber a existência de uma organização desigual do poder, bem como das relações assimétricas que são instituídas entre homens e mulheres na sociedade, e que tem como consequência a permanência da desvalorização do feminino e sua subordinação ao masculino.

Os/as profissionais consideram que as questões das desigualdades de gênero estão bastante refletidas no machismo, termo encontrado como provável núcleo central da representação social para os/as profissionais da Rede de Enfrentamento à violência, corroborado pelos trechos a seguir.

É a questão do que eu falei, do preconceito, do machismo. Porque o homem, ele pensa assim: “Ah, tem mil na rua. Tem mil na rua”. Porque se cria os filhos... A gente que é do Sertão, a gente tem uma frasezinha – hoje se usa menos, mas que no subconsciente ainda tá, que dizia assim: “Quem tiver suas cabritas que segurem, que meu bode tá solto” (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

Eu acho aqui muito forte. O interior do Nordeste, ele tem essa predominância. Do machismo. [...] Eu acho que é o machismo. Eu quem mando, eu que posso, eu que trabalho. Aí muitas vezes a mulher quer trabalhar e não pode, porque o marido não deixa. Eu sei disso. Isso não é uma coisa hipotética, é uma coisa que eu vejo (Homem, 33 anos, Saúde).

Aqui tem muito caso de machismo mesmo. Um exemplo: a mulher sai com as amigas, ou vai... Aí ele já se acha no direito de exigir, entendeu? Já teve casos aí de a viatura ir, chegar lá: “Não, fiz isso porque minha mulher saiu com as amigas, tal, eu não gostei”. E pra mim isso é machismo (Homem, 29 anos, Segurança Pública).

O homem acha que a mulher tem que depender dele, então ele acha que pode fazer o que quer com a mulher, e muitas vezes algumas mulheres entendem dessa forma também, infelizmente. Eu já conversei com algumas e me disseram isso. Então assim, eu vejo mais o machismo mais nessas cidades pequenas, no sertanejo (Mulher, 35 anos, Assistência Social).

Mas tem muito a questão do homem se sentir proprietário da mulher, né, que a mulher tem que obedecê-lo, e se ela não obedece, eu posso usar da violência física pra reclamar, né, entre aspas, reclamar porque ela não tava me obedecendo. Ah, esqueci de dizer machismo do homem sertanejo [risos]. Agora veio à cabeça (Mulher, 40 anos, Justiça).

Tem mulheres também que são machistas, então elas não reconhecem que estão naquela situação de vulnerabilidade, que estão naquela situação de violência (Mulher, 34 anos, Informal).

O termo “machismo”, portanto, refere-se tanto aos homens quanto às mulheres, que estão envolvidos/as num contexto sociocultural em que os comportamentos machistas são considerados característicos. Conforme pontua Albuquerque Jr. (2003), a construção do ser nordestino foi ligada a determinados tipos regionais, como o sertanejo, o praieiro e o brejeiro. Segundo o autor, o que existe de comum entre eles são os códigos de virilidade e masculinidade que dão visibilidade ao discurso regional. Somam-se aspectos de coragem, racionalidade, destemor, que constroem o imaginário de violência do homem nordestino, principalmente o sertanejo. Ressalta-se que, concomitante a ideia do machismo ligada à violência contra as mulheres, o termo “machista” também é um termo que compõe a representação social do homem do Sertão.

Esta representação do homem “macho” muitas vezes tem origem no próprio processo de socialização que educa os homens para serem másculos, fortes e objetivos, demonstrando que a agressividade é uma característica relacionada ao gênero masculino, e com isso é permitido o uso da violência quando lhe for oportuno. Além da questão do machismo, outros elementos foram ressaltados como, por exemplo, as situações de submissão e preconceito enfrentadas pelas mulheres, termos que complementam as ideias do machismo, e que compõem a segunda periferia da representação social da violência contra as mulheres.

O preconceito é porque muitas vezes assim, a mulher às vezes é agredida em casa, muitas vezes tem medo de falar, porque sofre o preconceito: “Ah, ela apanhou porque é safada; ah, apanhou porque não tem coragem, gosta de apanhar”. É esse tipo de preconceito (Mulher, 43 anos, Assistência Social).

Até nas próprias casas, tem mães que educam as filhas a serem submissas nas relações. E às vezes essa submissão é confundida com afeto, com amor, com

cuidado, com ciúme. Isso vai começando, esse poder vai ganhando força, e por fim a mulher fica submissa e o homem ganhando cada vez mais espaço na relação, e por fim começa a agredir, né? (Mulher, 46 anos, Assistência Social).

E hoje quando eu escuto isso, eu fico besta, eu fico pasmo quando eu escuto uma mulher dizer: “Não, minha mãe disse que é normal, o homem tem esse poder sobre a gente, a gente tem que ser submissa a ele” (Homem, 31 anos, Segurança Pública).

A sociedade é muito preconceituosa, né? E aí quando a mulher, às vezes ela quer se separar, a família faz: “Mas aí tu vai ficar sozinha, vão te chamar de mãe solteira, vão fazer isso, vão falar aquilo, tu não vai arrumar outro marido”. Pior... [Como é aquele ditado?]: “Ruim com ele, pior sem ele. Mulher, tu pensa...”. Então assim, eu acho que o ciclo de relacionamentos dela, dependendo, ele pode atrapalhar ou pode também ajudar ela a sair (Mulher, 34 anos, Informal).

Lógico, a gente sabe que tem muita submissão, mas eu consigo enxergar uma sabedoria, porque consegue negociar esse lugar muitas vezes de violência, e consegue até driblar algumas situações, né? (Mulher, 40 anos, Informal).

Esses termos destacados – machismo, preconceito e submissão – demonstram a dominação masculina e também podem, em contrapartida, sugerir uma tomada de consciência da dominação de gênero, segundo Costa, Lopes e Soares (2014), ou seja, é possível que as pessoas estejam começando a admitir a existência da diferença como desigualdade de poder, e consequentemente, o poder masculino pode começar a ser contestado em sua legitimidade simbólica.

Segundo Dal’ri (2007), as representações sociais ancoradas no gênero e, portanto, no preconceito, atribuem às mulheres uma identidade desvalorizada, que é fundamentada em atributos como submissão, passividade e resignação em relação aos homens. Esses elementos influenciam as percepções que muitas mulheres possuem, fazendo com que algumas não consigam reconhecer a situação de violência que vivenciam. Em consequência, muitas mulheres sofrem a objetificação no relacionamento, conforme os trechos a seguir.

Enfim, que ainda tá muito presa a essa questão de que o homem tem que manter a mulher, que é dono, que é propriedade dele, né? Que ele pode fazer o que bem entende com ela. Era mais ou menos essa concepção que ela falou, que ele tinha ela mais como propriedade, e como propriedade, ele podia usufruir dela como ele quisesse. Até de acordá-la pra coisas assim que a gente nunca mais tinha ouvido falar na vida, que é homem exigir que ela fosse pegar água pra lavar as mãos dele, esses tipos de humilhações, lavar os pés dele, armar a rede pra ele dormir, ou seja, coisas que... (Mulher, 40 anos, Justiça).

Eles se acham superior à mulher, que eles têm direitos sobre a mulher: “Você é minha mulher, então você tem que cuidar de mim, cuidar da casa, cuidar dos filhos, é sua obrigação” [bem enfática] (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

A questão deles verem a mulher como um objeto. Assim, quando a mulher resolve se separar, a maioria dos casos de violência doméstica, que já chegou a caso de tentativa de feminicídio, e até feminicídio consumado, né, tem a ver com a questão de separação. É como se eles achassem que a mulher não pudesse separar, né? Se ela

se separar, é como se tivesse atingindo ele de alguma forma, né? (Mulher, 40 anos, Segurança Pública).

É aquela coisa, é aquela coisa possessiva, é minha, é só minha, eu mato e morro se me deixar. Quantos e quantos casos a gente vê aí? E coisas que poderiam ser sanadas, mas não são. Por quê? Porque não quer! E também porque a justiça não tem um suporte suficiente pra isso (Homem, 33 anos, Saúde).

De acordo com Blay (2003), é necessária uma mudança da cultura da subordinação de gênero, que pode ser alcançada através de políticas públicas que discutam sobre a desmistificação e a eliminação da discriminação dos direitos das mulheres, com o intuito de reconhecê-los como direitos humanos. Para a autora, é fundamental que haja uma articulação para o planejamento de ações que englobem as Redes de Justiça, Educação, Saúde, entre outras.

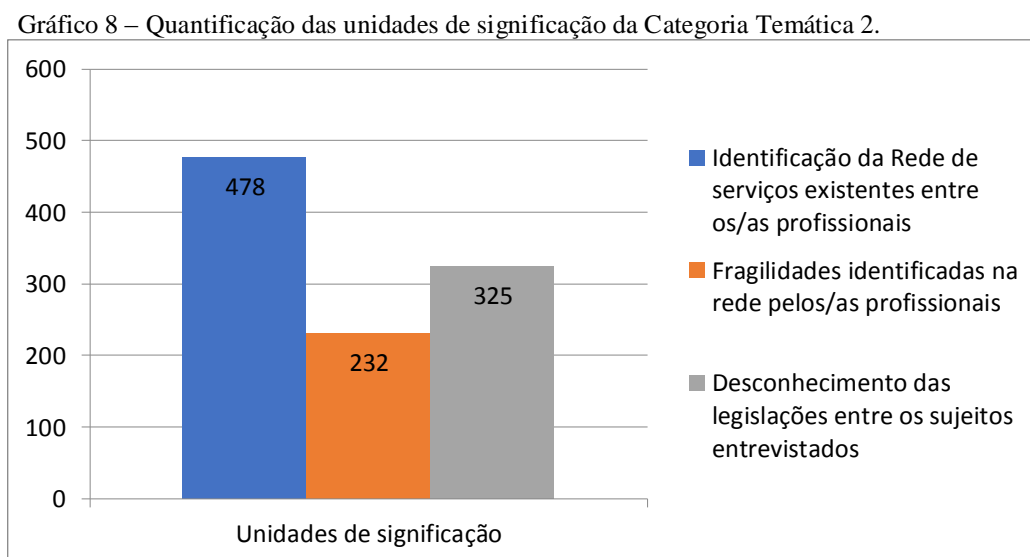
Os discursos dos/as participantes reafirmam a questão do machismo, o preconceito e a submissão como grandes motivadores das situações de violência contra as mulheres. A objetificação da mulher, como sendo algo de posse do homem, ainda persiste. Essa reflexão é importante, pois demonstra que alguns/mas profissionais conseguem fazer uma análise ampliando o olhar para o contexto sociocultural em que acontecem as violências. Faz-se necessário afirmar que o machismo e, conseqüentemente, a violência contra as mulheres, não são situações específicas do contexto sertanejo.

Compreender a existência desse emaranhado de fatores ajuda a diminuir os atendimentos com olhares normalizadores que podem reforçar a manutenção das relações abusivas. Assim, as práticas emancipatórias que busquem compreender todo o contexto social e familiar no qual as mulheres estão inseridas, facilita o acolhimento integral e a resolutividade das ações.

5.2.2 “Eu conheço a lei, mas não sei onde buscar ajuda”: Conhecimento sobre a rede e as legislações

A categoria temática denominada “Conhecimento sobre a rede e as legislações” apresentou 1.035 UR, representando 25,3% do total de UR analisadas, e foi composta por três unidades de significação. A categoria considera quais os órgãos e serviços os/as profissionais consideram como pertencentes à Rede de Enfrentamento, para quais realizam

encaminhamentos, a existência de fragilidades na rede e as informações sobre as legislações pertinentes ao fenômeno da violência contra as mulheres. O Gráfico 8 expõe o arranjo da categoria temática.



Fonte: A Autora, 2020.

A promulgação da Lei Maria da Penha incentivou a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que versa sobre um acordo entre os governos federal, estaduais e municipais para o planejamento de ações no intuito de prevenir, combater e atender essa população alvo (BRASIL, 2011b). Dessa forma, a assistência às mulheres em situação de violência deve ser garantida a partir do atendimento humanizado e qualificado por agentes públicos e comunitários com formação continuada (BRASIL, 2006).

No que tange à implementação das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres na região da pesquisa, há a inexistência de Serviços de Abrigamento, Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, Promotoria Especializada e Núcleo de Gênero do Ministério Público, Juizados Especiais, Centros Especializados de Atendimento à Mulher e Delegacia da Mulher, conforme apresentado na Tabela 14. Ou seja, há apenas os serviços executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), de acordo com a Tabela 15.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 8, é possível observar que a unidade de significação sobre a identificação dos serviços existentes na região apresenta o maior quantitativo de UR, com 46,2% do total. Pode-se inferir que a maioria dos/as profissionais possui um discurso sobre quais foram locais que podem fazer o atendimento das mulheres em

situação de violência. A segunda unidade de significação com maior número de UR foi sobre a compreensão das legislações, ou seja, apresenta as informações sobre quais leis os/as profissionais conhecem, com 31,4%. Por último está a unidade sobre as fragilidades identificadas na rede, com 22,4%. A seguir, são apresentadas e analisadas cada unidade de significação, seguido de trechos de UR para corroborar os dados.

A – Identificação da Rede de serviços existentes entre os/as profissionais

No que se referem às informações dos/as entrevistados/as sobre as Redes de serviço de atendimento às mulheres em situação de violência, a maioria assinala que os serviços de apoio são pouco conhecidos. Ao refletir sobre quais locais existem no município que uma mulher em situação de violência pode procurar atendimento e/ou para quais locais eles/as encaminhariam uma mulher em situação de violência, os principais locais mencionados pelos/as profissionais foram: CRAS, CREAS, Delegacia e Polícia Militar.

Tem a Delegacia de Polícia Civil... Olhe, muita gente liga para o telefone do Batalhão [da Polícia Militar], comunicando que tá acontecendo uma violência naquele local, pede o comparecimento de uma viatura (Homem, 58 anos, Saúde).

Os órgãos, pra te dar, dizer todos, eu não sei, assim... Porque não sei enumerar. Mas em questão da violência, pra ela pedir ajudar, tem a gente, né, que é o 190. Tem a Polícia Civil, que ela pode ir diretamente pra lá, né? (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

Eu só ia dizer Delegacia. Antes de trabalhar na área da Assistência, eu nem sabia o que era CRAS, CREAS, essas coisas. Acho que falta muita informação pro pessoal né, pra população. [...] Como o CRAS é a porta de entrada, ela poderia vim inicialmente aqui, né? Tem o CREAS... E eu acho que só (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

A gente no município só tem um local que trata isso que é o CREAS (Mulher, 35 anos, Saúde).

CRAS, né... Tem o CRAS... Não sei se o CREAS também faz esse trabalho. CRAS, CREAS. Tem alguma coisa do estado, que não me recordo. Mas geralmente são esses dois órgãos (Homem, 30 anos, Segurança Pública).

A delegacia. O promotor. Nós temos também psicólogos, assistentes sociais... Na assistência, na secretaria, nos CREAS municipais. Aliás, no CREAS municipal e nos CRAS (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

Então, aqui em [Cidade C], o único serviço que a gente tem pra mulher, que de certa forma, entra no serviço da família, é o CREAS, né, porque atende também. A gente não tem um Centro de Referência da Mulher, que existe, eu não sei como é que tá

hoje, porque eu saí do poder executivo, e aí a gente fica meio aquém, né? (Mulher, 42 anos, Justiça).

No que se refere à Rede da Assistência Social, o órgão mais citado pelos/as entrevistados/as foi o CREAS. Nos municípios onde a pesquisa foi realizada, este é o único equipamento da assistência social que atua diretamente com violações de direitos. O Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (BRASIL, 2011d) indica que os/as profissionais precisam assumir uma postura acolhedora, de respeito à dignidade e não discriminação, devendo estar preparados/as para atender a complexidade de cada situação, de acordo com as singularidades e demandas.

Ainda dentro das políticas públicas da assistência social, outro serviço muito mencionado foi o CRAS. Este equipamento é considerado a principal porta de entrada do SUAS, possibilitando o acesso dos/as usuários/as e suas famílias à rede de proteção social. É função do CRAS, a partir da identificação de situações de vulnerabilidade e risco social, garantir aos/às usuários/as o acesso à renda, serviços e programas, conforme a complexidade da demanda (BRASIL, 2009). Neste sentido, o CRAS encaminha a demanda ao CREAS, e vice-versa.

Em relação à Rede de Segurança Pública, o órgão mais citado pelos/as entrevistados/as foi a Delegacia, considerada como principal local para a mulher procurar atendimento. A Polícia Militar também integra a Rede de apoio, visto que, muitas vezes, realiza o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, para em seguida fazer o devido encaminhamento a outros serviços da rede. Importante frisar que, como a região não possui DEAM, a Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a).

Conforme apresentado na Tabela 14 sobre os serviços especializados, a região conta apenas com um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que são espaços de acolhimento e atendimento psicossocial, orientação e encaminhamento jurídico às mulheres em situação de violência, realizando ações necessárias para a superação da situação de violência (BRASIL, 2011a). Porém, o município que possui esse órgão é o menor da região, com pouco mais de sete mil habitantes, apresentando pequenos índices de violência geral, e conseqüentemente de violência contra as mulheres. O CRAM não foi citado por nenhum/a entrevistado/a, o que pode demonstrar o desconhecimento do equipamento pelos/as profissionais. Conforme apontam Schraiber e D'Oliveira (2003), mesmo que a rede não seja completamente estruturada, os/as profissionais precisam conhecer os serviços que existem,

para realizar o acompanhamento e o encaminhamento das pessoas em situação de violência de maneira efetiva.

A pesquisa mostra que na região não existem serviços especializados de atendimento à mulher. Neste sentido, conforme apontam Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglia (2011), a ampliação de políticas públicas e serviços voltados às mulheres em situação de violência têm sido desproporcional ao aumento da demanda. Há uma preocupação dos/as profissionais, principalmente com a ausência da DEAM, reivindicação da região há bastante tempo. As DEAM são unidades especializadas para atendimento às mulheres em situação de violência, e devem desempenhar atividades repressivas e preventivas, a partir de ações de prevenção e investigação, sempre apoiadas no respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2011a; 2011b).

Então a [delegacia] comum não olha com os mesmos olhos que uma Delegacia da Mulher olharia [...] De fato, [seria bom ter] uma Delegacia da Mulher aqui. Porque a gente anda, anda, anda, e chega num momento que estaciona. E isso dificulta a gente, de fato, tirar ela do meio daquela agressão (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

O que falta aqui é uma Delegacia da Mulher, entendeu? Pra esse povo ter mais acesso, ter mais confiança, entendeu? [...] Chegar lá ela vai dizer: “Eita, tem uma delegacia da mulher, eu vou logo lá!”. Ela vai ter uma impressão de que lá vai ser mais rápido (Homem, 38 anos, Segurança Pública).

Se tivesse Delegacia da Mulher seria uma boa, mas não tem. [...] Resolveria, resolveria muitas coisas. Porque uma delegada boa, ela vai atrás e bota o indivíduo na cadeia (Homem, 58 anos, Saúde).

Olhe só a importância da Delegacia da Mulher! Como assim, como é que um agressor foi preso em flagrante, foi constatada [a violência], ela quebrou o braço e tudo e é solto no outro dia? [...] Então assim, querendo ou não, a Delegacia da Mulher dentro de [Cidade D] hoje, seria muito importante. [...] Então assim, ele pagou fiança, foi solto. Sim, ok, é permitido a fiança. Mas em flagrante! Não passar nem um dia, nem uma semana! (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

E realmente aqui necessitaria da instalação de uma Delegacia da Mulher, né? Demanda existe, né, demanda existe. O que falta é decisão política mesmo, não é? [...] Então assim, quando tem uma delegacia especializada, logicamente é diferente, porque você vai atender só aquele tipo de caso. [...] Porque só se trabalha com aquilo, né? Então vamos dizer assim: a equipe termina se especializando melhor naquele atendimento à mulher, né? (Mulher, 40 anos, Segurança Pública).

As DEAM são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, através de ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal (BRASIL, 2011a). Segundo a Política de Enfrentamento, as Casas-Abrigos e as DEAM configuram-se como essencial para a segurança da mulher em situação de violência, devendo ser foco fundamental das ações municipais, estaduais e nacionais. De acordo com o III PNPM (BRASIL, 2013a), a criação de DEAM ou de núcleos especializados

nas delegacias comuns são ações importantes para a segurança da mulher em situação de violência.

B – Fragilidades identificadas na rede pelos/as profissionais

O Brasil avançou nas políticas públicas para as mulheres, mas como o aumento dos serviços ainda é recente e, além disso, persiste a necessidade de ampliação dos serviços especializados, isso inviabiliza uma avaliação mais precisa de seus impactos na sociedade. Porém, há a necessidade de que algumas áreas passem a se aceitar como responsáveis pelo problema e, conseqüentemente, passem a compor efetivamente a Rede de Enfrentamento à violência, como por exemplos as áreas da Saúde, Segurança Pública, Justiça, Educação, Assistência Social, entre outras.

Nesse sentido, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011b) aponta a importância da implementação de políticas amplas e articuladas para realizar ações efetivas de combate e prevenção da violência. O desconhecimento do que faz cada serviço, além da falta dos devidos encaminhamentos, tornam a atuação da rede frágil, conforme pode ser visto nos trechos a seguir.

É que eu não tive muito conhecimento ainda não. Mas parece que daqui, o menino leva pra [Cidade E]. Que [Cidade E] tem uma rede, é? Uma casa [Abrigo]? (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Eu vou falar assim no geral, porque eu, assim, no meu tempo de formação eu nunca tive, pra dizer que eu trabalhei na questão do município na rede inteira pra mim conhecer cada departamento. [...] E ainda tem a rede, ainda tem como a questão, se tivesse uma rede matriciada aí funcionando... (Mulher, 29 anos, Saúde).

Às vezes, ela procura ajuda, sem saber, vai no Conselho, Conselho Tutelar, né? Muitas vezes a gente tem conhecimento, pode dizer de onde vem, né? Do Hospital, os hospitais é que encaminha pra gente (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

Costumam procurar, por falta de informação, às vezes elas acham que pode procurar o Conselho Tutelar, entendeu? Mas aí quando elas procuram o Conselho Tutelar, aí é encaminhado para o CREAS (Mulher, 41 anos, Assistência Social).

Eu mandaria ela ir procurar o CRAS de sua área de abrangência, e de lá, eu acredito que eles encaminhem pra Assistência [social] e pra algum órgão, né? Ou então pra própria delegacia, pra fazer algum parecer... Eu não sei, mas eu encaminharia, se ela não quisesse fazer a denúncia assim logo, eu mandaria pro CRAS, que lá tem assistente social, tem psicólogo pra conversar, tem tudo, né? Pra ela ver como, o que ela quer (Homem, 25 anos, Saúde).

Agora, falta essa parceria, não é muito encaminhado, da saúde... Só o Hospital, mas temos outros pontos de saúde que não é encaminhado (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 está previsto em seu Art. 9º que “as ações prestadas às mulheres em situação de violência devem estar articuladas de acordo com os princípios e diretrizes previstos no Sistema Único de Assistência Social, no Sistema Único de Saúde e no Sistema de Segurança Pública”. Tanto o SUAS quanto o SUS são organizados por níveis de atenção e apresentam como foco o atendimento às famílias de maneira territorial. No entanto, percebe-se que, muitas vezes, os/as profissionais não utilizam e/ou não conhecem todos os serviços da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, a fragilidade da Rede também é dimensionada pela falta de alguns equipamentos considerados importantes, principalmente aqueles que são da rede de serviços especializados.

Poderia ter desses serviços voltados pra mulher, ser implantado mais serviço voltado pra mulher, pra o empoderamento, né, pra ajudar elas a denunciar, criar coragem pra denunciar e sair desse ciclo de violência (Mulher, 40 anos, Justiça).

Mas a gente não consegue, a gente não tem como, pernas pra essa rede efetiva, até porque a gente entende que essa rede ela tem que partir, né, não é obrigação nossa, ela tem que partir do estado. E a gente faz essa rede de solidariedade mesmo (Mulher, 40 anos, Informal).

Um Centro de Apoio à Mulher falta aqui em [Cidade F], aqui na nossa abrangência, falta um Centro de Apoio à Mulher, de Convivência da Mulher Agredida, a mulher que foi agredida poder procurar um apoio psicológico, apoio moral. Falta muito por aqui (Homem, 28 anos, Saúde).

Não tem um Centro de Referência da Mulher, que seria o CRM, que a gente costuma falar. Apesar de ser um equipamento praticamente novo, mas deveria ter um CRM, onde seriam tratadas essas questões de violência contra a mulher, no caso de prevenir, orientar, de acompanhar essa mulher, tá entendendo? (Homem, 33 anos, Assistência Social).

A Lei Maria da Penha preconiza a abertura de serviços, dentre os quais se destacam, entre os especializados, as Casas-abrigo, as DEAM e os Centros de referência para atendimento psicossocial e jurídico (BRASIL, 2006). Apesar do III PNPM apontar um crescimento da rede especializada de atendimento à mulher em 65,3% em comparação com o ano de 2007 (BRASIL, 2013a), é possível verificar pelos dados da Tabela 14 e pelas falas dos/as entrevistados/as que essa ampliação não contemplou o Sertão de Pernambuco, visto que não região pesquisada não há nenhum desses equipamentos.

Outro dado importante da pesquisa é que a grande maioria dos/as profissionais não mencionou nenhum órgão da área da Saúde como um local em que a mulher pode procurar ajuda. Poucos órgãos foram mencionados, inclusive pelos/as profissionais que atuam na

própria Rede de Saúde. Neste sentido pode-se inferir que os/as profissionais que atuam na Rede de Saúde não se percebem como pertencentes à Rede de Enfrentamento da violência contra as mulheres, e os/as profissionais das outras Redes também não. Importante ressaltar que, quando mencionado, os órgãos listados, em geral, foram o Hospital. Porém, poucos/as profissionais entrevistados/as que atuam no Hospital referiram o próprio órgão como um serviço que a mulher pode procurar ajuda/atendimento em casos de violência.

Esse fato demonstra a dificuldade de compreender a violência como uma questão de saúde pública, bem como de se reconhecer como parte integrante da Rede de Enfrentamento da violência contra as mulheres. Diversos documentos assinalam que o setor saúde é um dos espaços privilegiados para identificação das pessoas em situação de violência e, portanto, possuem um papel primordial na definição e na articulação dos serviços (BRASIL, 2010; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2003). Reconhecer-se como parte dessa rede, seja intrasetorial ou intersetorial, é fundamental, pois, segundo argumentam Schraiber e D'Oliveira (2003), aumenta a potencialidade das ações e melhora, tanto qualitativa como quantitativamente, os serviços disponíveis.

C – Desconhecimento das legislações entre os sujeitos entrevistados

Sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha e outras legislações importantes verificaram-se pelos depoimentos que há uma desinformação dos/as profissionais. A maioria dos/as profissionais acredita conhecer um pouco, mas muitas vezes admitem que precisem melhorar. Ressalta-se que isso pode resultar em uma baixa resolutividade por parte dos serviços no apoio para a efetivação da lei.

[Eu conheço a Lei] Sim, com as minhas falhas. Que eu acho que ainda não me aprofundei pra te dizer assim: “Tô preparada pra palestrar, pra falar”. Nem pra dizer aqui bem explicada a você, eu ainda não tenho esse conhecimento (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Não, poderia conhecer mais. Eu acredito que porque a minha prática não ter aprofundado tanto num caso assim, eu não tenho tanto conhecimento (Mulher, 35 anos, Saúde).

Acho que, a maior parte sim, né, porque é uma Lei muito batida, né, foi muito comentada. E também é uma Lei muito presente nas ocorrências, né? Acho que de todos os crimes que tem, o mais frequente, o que se tem mais frequência é violência doméstica, né? As que chegam a ser mortas, né, assassinadas, feminicídio agora né,

a nova lei. Então assim, pode-se não ter assim, ao pé da letra, vamos supor, você quer saber a lei toda, ao pé da letra, não. Mas uma noção, creio que sim, porque é muita, a ocorrência é muito frequente, né? (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

Conheço mais ou menos. [...] Ela fala de violência, não só física, eu acredito né, verbal, que o homem pode ser punido, preso. [É] Mais assim, abrangente, que eu conheço (Homem, 25 anos, Saúde).

Assim, não vou dizer que sei, não. Eu preciso me aprofundar mais, ler mais, não só da Lei Maria da Penha, mas sim toda essa questão de políticas públicas, entendeu? Mas preciso me aprofundar mais, me atentar mais, ler mais e conhecer mais. Hoje se você me perguntar qual seria o número da Lei, eu não lembro, eu não sei (Homem, 33 anos, Assistência Social).

Queira ou não, sim. A gente que é militar, a gente tem um certo conhecimento (Homem, 40 anos, Segurança Pública).

Então, eu tenho conhecimento sim [da lei], mas onde ir buscar ajuda eu não tenho... Eu não sei direcionar, delegacia, hospital... Não sei. [Cidade G] é mal divulgado (Mulher, 44 anos, Saúde).

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), bem como o III PNPM (BRASIL, 2013a), apontam a importância da capacitação continuada dos/as profissionais como ação importante para a efetividade da Lei e para a resolutividade dos casos de violência contra as mulheres. Os/as profissionais também relataram a falta de projetos de capacitação nos seus respectivos municípios. Compreende-se que prioritariamente, mas não exclusivamente, os organismos municipais de políticas para as mulheres (sejam coordenadorias, secretarias ou diretorias) devem promover espaços de formação continuada para os/as profissionais, como estratégia para consolidar a política pública de gênero. Nos cinco municípios em que a pesquisa foi realizada, em quatro existe Coordenaria Municipal da Mulher, e um possui a Secretaria Municipal da Mulher.

Essa falta de capacitação fornecida pelas esferas governamentais, bem como a falta de interesse pessoal por aprimoramento, pode desencadear em confusão e má interpretação da lei, conforme é possível perceber nos trechos a seguir.

Isso aconteceu com uma pessoa muito esclarecida. [...] ele bateu nela, e ficou separada uns dias, e ela foi na Delegacia, prestou queixa, e com oito dias, antes de oito dias, ela foi lá e retirou a queixa. E tá com ele, até hoje, tá entendendo? (Mulher, 26 anos, Assistência Social).

Eu acho que tem uma coisa muito errada nessa lei, é porque você não pode fazer a denúncia pela aquela mulher, aquela mulher que tem fazer a denúncia, tem que partir dela. [...] eu não posso chegar ali naquela Delegacia: “Aquela mulher tá sendo espancada”. Não, eu não posso (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Porque muitas vezes eles lá na Delegacia, devido a já tá tão acostumado com elas ir lá tirar a queixa, eles não dão nem muito mais... Sabe? [...] E também segundo eu fiquei sabendo, que ela também tirou a queixa. Então também acontece muito isso,

entendeu? Aí, nada se resolve. Aí continua o mesmo... (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

São dois pontos fundamentais que precisam ser esclarecidos. O primeiro refere-se à retirada da queixa. O art. 16 da Lei Maria da Penha afirma que “nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que se trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade” (BRASIL, 2006, p. 08). Assim, faz-se necessário uma avaliação mais apurada sobre o que de fato pode estar acontecendo: a mulher realmente consegue retirar a queixa ainda na Delegacia, ou apenas acredita que o fez? Caso ela consiga retirar esta denúncia, o Boletim de Ocorrência foi lavrado nas tipificações da Lei Maria da Penha? No momento, não há dados suficientes para responder essas indagações.

O segundo ponto refere-se à denúncia da violência. A Lei Maria da Penha extinguiu a necessidade de representação da vítima. Ou seja, os crimes cometidos no âmbito das relações familiares passam a ser de ação pública incondicionada, não exigindo a representação, e retirando a possibilidade de renúncia ou desistência por parte da vítima. Ressalta-se que a mudança ocorreu nos casos de lesão corporal dolosa simples, pois a lesão corporal dolosa grave ou gravíssima já era ação penal pública incondicionada. Por outro lado, as ameaças ainda continuam condicionadas à representação. Assim, qualquer pessoa pode denunciar casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive anonimamente.

Em relação aos/as profissionais que atuam na Rede de Saúde, a falta de compreensão das legislações pode acarretar a subnotificação compulsória de casos, bem como a fragilidade da efetivação da Rede intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência. No que se refere à Lei que versa sobre a notificação compulsória e, conseqüentemente, o preenchimento da Ficha de Notificação para violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais, os/as profissionais também indicam um desconhecimento.

Não, não sabia que existia [a ficha de notificação]. É no hospital, é? (Mulher, 44 anos, Saúde).

Não, nunca, nunca vi. Nem sabia [risos] (Homem, 33 anos, Saúde).

Não, conheço não, nunca tive acesso [à ficha], mas já tive paciente [em situação de violência] (Mulher, 35 anos, Saúde).

Não, não conheço. É uma ficha tipo pras doenças de notificação compulsória, é? Nunca preenchi (Mulher, 28 anos, Saúde).

A Lei nº 10.778/2003 estabeleceu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida tanto nos serviços de saúde públicos como nos privados. A lei determina que devam ser incluídas as violências física, sexual e psicológica, que tenham ocorrido dentro da família ou da unidade doméstica, na comunidade, ou ainda executada pelo Estado ou seus agentes (BRASIL, 2003a).

No que se refere ao conhecimento da Lei Maria da Penha, assim como a compreensão do que é a violência contra as mulheres pela população em geral, a maioria dos/as profissionais acredita que exista, no entanto, ressaltam que muitas vezes esse conhecimento é superficial, ou usando o nome da lei como piada, por não ter uma efetividade desejada.

Quando chega pra falar da Lei Maria da Penha, as pessoas, e até mesmo enquanto profissional, existe também a falta de informação, é notório isso. Elas só falam muito da Lei Maria da Penha, o que foi? Foi uma mulher que levou uma peia do marido, e se revoltou e denunciou (Homem, 30 anos, Assistência Social).

Eu acho que boa parte das mulheres já tem esse conhecimento, até porque é uma coisa muito... Já tá muito divulgado hoje em dia e tudo mais. Mas eu acho que muitas são omissas algumas vezes, não denunciar, não correr atrás dos seus direitos, e tudo mais (Homem, 31 anos, Segurança Pública).

Eu ouvi até uma coisa de um homem, um homem disse desse jeito: “A única coisa que dá cadeia hoje em dia é pensão alimentícia [risos]. Não venha com história de Maria da Penha, de furto, de homicídio, de droga, de contrabando, de nada, que não dá cadeia não, dá dinheiro e pronto. Agora pensão, é o que você vai preso rapidinho, e esses outros aí o processo ó [estala dedos, sinal de demora]” (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

Ressalta-se a fala de um entrevistado da importância de não perpetuar a falsa ideia de que a Lei Maria da Penha piorou a vida da mulher. Conforme ele pontuou: “[a Lei] veio notificar mais, o que era subnotificado. E na questão, quando há publicidade, há mais notificações” (Homem, 38 anos, Segurança Pública), corroborando a perspectiva de Macaulay, Martins e Pinheiro (2018). Assim, fica clara a importância de uma escuta qualificada e atenta das angústias, que possibilite, inclusive, o correto encaminhamento e acompanhamento da mulher em situação de violência.

Conhecer a rede de serviços, os objetivos de cada um e suas potencialidades, bem como as principais legislações que norteiam o trabalho com mulheres em situação de violência é essencial para a realização de um atendimento acolhedor e que resgate a mulher como ser social. Para isso, é necessário um diálogo permanente com todos os serviços disponíveis em cada município ou região, como parte da Rede de cuidados e de proteção social (BRASIL, 2010).

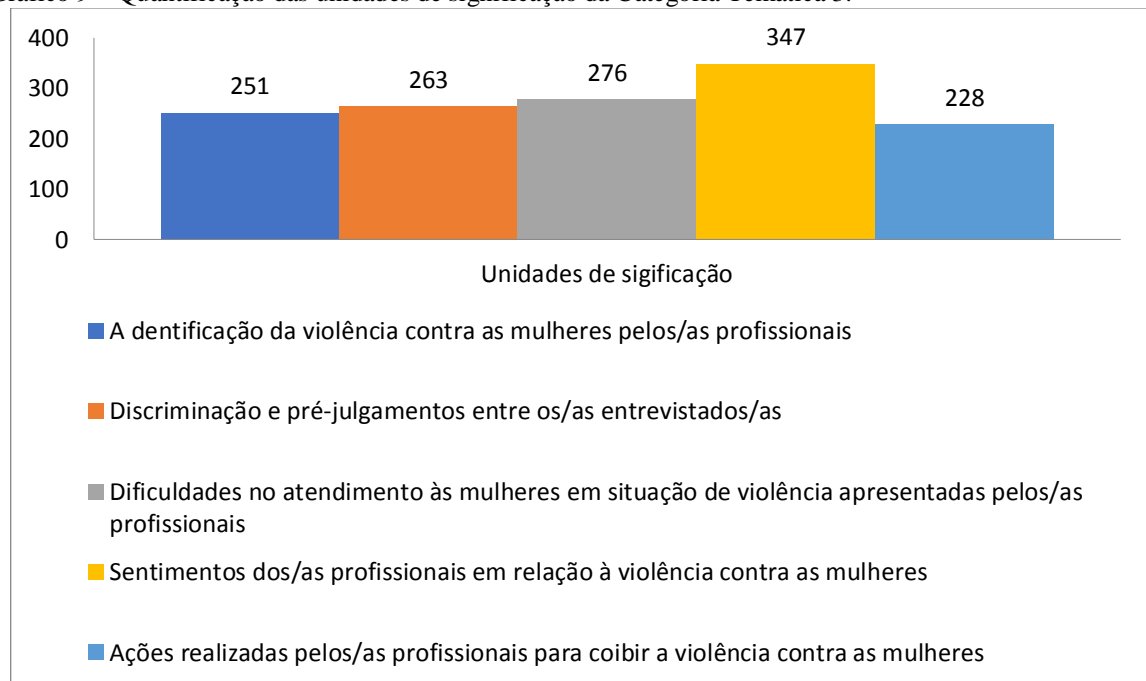
Informar a população sobre esses serviços, como acessá-los, e que legislações existem, auxiliam na efetivação das políticas públicas e no cumprimento das leis, além de possibilitar o resgate e fortalecimento da autoestima das mulheres, e possibilitar que elas se tornem sujeitos de seus próprios direitos. A partir da compreensão das leis e das redes, a atuação profissional pode ser ampliada e ser mais resolutiva e efetiva.

5.2.3 “Elas acham que a gente é fantasma, serve pra dar susto”: Práticas de atendimento às mulheres em situação de violência

A categoria temática denominada práticas de atendimento às mulheres em situação de violência apresentou 1.365 UR, representando 33,5% do total de UR analisadas, e foi composta por cinco unidades de significação. A categoria considera a identificação e o manejo dos casos de violência, os julgamentos do/as profissionais em relação às mulheres, as principais dificuldades em atuar diante dos casos e os sentimentos em relação ao fenômeno. O Gráfico 9 expõe o arranjo da categoria temática.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 9, é possível observar que a unidade de significação sobre os sentimentos em relação ao fenômeno da violência tem o maior quantitativo de UR, representando 25,4% do total. Pode-se inferir que a maioria dos/as profissionais possui um discurso sobre o que sentem quando estão diante de casos de violência contra as mulheres. A segunda unidade de significação com maior número de UR, com 20,2%, foi sobre as dificuldades em atuar nos casos de violência contra as mulheres, ou seja, a maioria apresenta um discurso sobre o que acreditam impedi-los/as de atuar de forma satisfatória. A seguir, são apresentadas e analisadas cada unidade de significação, seguido de trechos de UR para corroborar os dados.

Gráfico 9 – Quantificação das unidades de significação da Categoria Temática 3.



Fonte: A Autora, 2020.

A – A identificação da violência contra as mulheres pelos/as profissionais

Em relação à identificação dos casos de mulheres em situação de violência, a maioria dos/as profissionais informou já ter realizado algum atendimento. A Rede de Saúde foi a que apresentou mais profissionais que afirmaram nunca ter atendido uma mulher em situação de violência, o que corrobora os dados de não se reconhecerem como participantes efetivos/as da Rede de Enfrentamento à violência.

Ressalta-se que mesmo aqueles/as que não realizaram atendimento, conhecem algum caso de mulher em situação de violência. Para análise das práticas profissionais, foi solicitado que os/as participantes mencionassem como atuaram frente a um caso de violência contra as mulheres. Para aqueles/as que disseram nunca ter realizado nenhum atendimento, solicitou-se que apontassem como procederiam diante de uma situação de violência.

Então eu acho que pra mulher, se uma mulher chegar pra mim, vítima de violência, eu vou dizer: Vá na Delegacia. Mas acho que muitas não vão, né? Porque eu também acho que não vou, mas a orientação que eu daria é: “Vá na delegacia” (Mulher, 44 anos, Saúde).

Na verdade, foi só um sim ou não. Porque eu perguntei: “Tu já sofreu?”. Ela disse sim. Aí eu fui explicar que eu poderia encaminhar ela para o CREAS e tal: “Não, mas faz muito tempo, e nem me afetou muito”, já mudou [a história], entendeu? [...]

Encaminhar para o CREAS, porque lá, direitos violados e tal. E aqui eu ia ficar em acompanhamento, acompanhamento com a família inteira, né, se tiver filhos, e tal, a gente ia fazer esse acompanhamento. A parte burocrática, de Delegacia, essas coisas, B.O., eu ia deixar para o CREAS. E seria mais ou menos isso (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Já aconteceram vários casos da gente vê, famílias, né, desestruturadas, que geralmente começam beber, e aí o cara vai e machuca a mulher, bate, esfaqueia, faz todo tipo de coisa, liga pra gente, e a Polícia vai lá (Homem, 40 anos, Segurança Pública).

Aí eu entrei em contato com o CREAS, o CREAS conversou com a delegada, aí começaram a ter um tratamento diferenciado, porque teve a nossa interferência (Mulher, 30 anos, Saúde).

Também uma senhora do grupo de idosos daqui do CRAS, que tava sofrendo violência verbal dentro de casa com a filha, tinha sido expulsa de casa, então, juntou tudo. E aí, vamos chamar o CREAS de novo né, porque os direitos da idosa também tá sendo violado. É uma coisa atrás da outra e isso foi assim que eu entrei no CRAS (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

Percebe-se que a maioria dos/as profissionais ao deparar-se com uma mulher em situação de violência, recorre ao encaminhamento do caso ao CREAS ou à Delegacia. Isso corrobora o dado apresentado no tópico anterior em que esses dois equipamentos foram os mais citados pelos/as entrevistados/as como um local em que as mulheres podem procurar ajuda. Cabe ressaltar que o CREAS é único órgão existente nos municípios de realização da pesquisa que atua diretamente com casos de violência (com exceção do CRAM em apenas uma cidade). No entanto, o CREAS não é um serviço especializado, e assim como a Delegacia comum, atende diversos tipos de demanda e não apenas de violência contra as mulheres.

Por outro lado, a Rede de Atendimento é ampla e constituída de serviços não especializados. Assim, qualquer equipamento pode e deve realizar o acolhimento das demandas e continuar com o acompanhamento (BRASIL, 2013f; 2016d). A busca é diminuir as delegações de “responsabilidade” sempre para “o outro”, pois se espera pró-atividade dos serviços pertencentes à Rede de Enfrentamento. Ainda no que se refere ao atendimento, é interessante notar que poucos/as profissionais mencionam algum serviço de saúde dentre os quais fariam encaminhamentos.

A gente encaminha, primeira coisa a fazer é conversar com ela, procurar um psicólogo, porque essa mulher tem muitos traumas, né? Acho que ela tem até medo de ser atendida por um homem, né? [...] Aí, encaminharia ela pra fazer um acompanhamento num PSF; de lá, participar dos grupos, que tem grupo muitas vezes, como grupo de gestante, o pessoal faz uma palestra sobre violência; procurar ela participar de grupo, procurar também essa questão da justiça, pra ela se sentir protegida, entre outras, né? (Homem, 33 anos, Saúde).

Eu acho que, por exemplo, a porta de entrada do serviço de saúde é o PSF. Então o PSF poderia fazer também um trabalho de, de... E aí poderia chamar a equipe de NASF pra tá trabalhando isso aí (Mulher, 35 anos, Saúde).

Mais uma vez, evidencia-se que a área da Saúde ainda necessita ser devidamente incluída na Rede de atendimento às mulheres em situação de violência, para além dos casos encaminhados pela polícia para a realização de exames traumatológicos e/ou sexológicos. É importante lembrar que algumas ações diante das situações de violência são específicas da área da saúde, como profilaxia para infecções sexualmente transmissíveis, HIV e AIDS, assistência obstétrica e neonatal, garantia de acesso ao aborto previsto por lei, atenção à saúde mental, entre outras (BRASIL, 2011a).

Schraiber e D'Oliveira (2003) assinalam que os/as profissionais precisam estar preparados/as, devem conhecer a relação existente entre violência e saúde, e precisam aprender a detectar situações de violência, bem como conhecer a Rede intersetorial. Além disso, as pessoas em situação de violência também precisam saber que os/as profissionais podem oferecer ajuda e que serão acolhidas e respeitadas nos equipamentos de saúde.

A Lei nº 10.778/2003 sofreu uma alteração através da Lei nº 13.931/2019, em seu artigo 1º, que passou a expressar que a notificação deve acontecer em casos confirmados ou quando houver indícios. Neste mesmo artigo foi acrescentado o parágrafo 4º, que obriga a comunicação à autoridade policial no prazo de 24 horas dos casos confirmados ou suspeitos de violência contra as mulheres (BRASIL, 2019b). No entanto, os/as únicos/as profissionais que referem em algum momento ter realizado a notificação compulsória atuam ou atuaram em serviços de urgência, principalmente hospitais.

Quem primeiro preenche, quem faz os primeiros dados, tudo direitinho, é a enfermagem, depois vem pra gente [do serviço social] (Mulher, 37 anos, Saúde).

Notifiquei algumas quando eu ficava na porta de entrada (Mulher, 35 anos, Saúde).

De violência, a gente tem que notificar. E geralmente como os policiais, geralmente conhecem a gente, mesmo que elas não queiram, assim, eles já dão um toque pra gente: “Ó, é violência”. Eu pergunto logo: “É agressão?”, “É agressão!”, já pego a notificação pra... A primeira palavrinha que eu pergunto: “Agressão?”, “É!”. Aí já pego a ficha e já vou fazendo (Mulher, 29 anos, Saúde).

Vale ressaltar que é muito importante que o/a profissional da Saúde realize a notificação de todos os casos percebidos durante a realização dos seus atendimentos, sejam suspeitos ou confirmados de violência, pois é a partir dessas informações que o poder público poderá definir e estabelecer prioridades nas políticas públicas de prevenção de violências e de promoção da cultura de paz (BRASIL, 2010).

B – Sentimentos dos/as profissionais em relação à violência contra as mulheres

No que se referem aos sentimentos que emergem diante da prática profissional, ao relatarem como se sentem diante dos casos, os/as profissionais retomam a ideia presente na estrutura da representação social da violência contra as mulheres. Aparecem, assim, discursos sobre o sentimento de “tristeza”, “dor” e “sofrimento”.

Porque eu acho assim, se intrometer em um relacionamento não sendo da família, eu acho muito complicado. Porque a pessoa não sabe o que se passa dentro de casa, e a família, assim, quando é da família mais perto, a pessoa já sabe como é, né? Acho que é uma situação muito triste (Homem, 25 anos, Saúde).

A gente tem uma [usuária], que a gente assim, sofre por ela. Porque ela foi agredida, deu entrada no hospital, o hospital encaminhou pra gente, as meninas foram fazer uma visita. Foi feito um B.O., e foi pedido medida protetiva pra ela, e eu acho que uns dois meses depois quando as meninas retornaram na casa dela, o agressor estava morando com ela novamente (Mulher, 39 anos, Assistência Social).

Dá uma certa tristeza, porque você não tem o que fazer. Porque se não mudar a lei, se não mudar a pena, não vai adiantar muita coisa, né? Então a gente faz o nosso serviço, que é ir lá, atender aquela pessoa que tá necessitando (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

Então é muito doloroso, e às vezes você chegava pra fazer a visita, e os próprios vizinhos relatavam que se não tomassem providências, iam invadir a casa (Homem, 33 anos, Assistência Social).

A gente, assim, pegou essa sensibilidade porque a gente viu o que aconteceu. E a gente orientava sempre, tentava orientar, né, porque é difícil. Em muitos casos a pessoa se sente impotente (Mulher, 35 anos, Saúde).

Retoma-se a proposição de Moscovici (2012) das três dimensões de uma representação social, e assim pode-se inferir que os/as profissionais julgam a violência contra as mulheres como uma situação triste, ou seja, a tristeza é o sentimento dos/as profissionais em relação às mulheres em situação de violência, conforme apresentado na análise das evocações livres. Além disso, nas suas práticas, a tristeza é ressaltada por sentimentos de dor e sofrimento. O sentimento de tristeza também é enfatizado, principalmente por se sentirem impotentes diante das situações que atuam.

Os elementos anteriormente mencionados compõem a representação social da violência contra as mulheres para os/as profissionais entrevistados/as. No núcleo central, há o termo “tristeza”, que se refere ao sentimento que a violência desencadeia nas mulheres vítimas, bem como nos/as profissionais. O termo “dor” está presente na zona de contraste e reforça o núcleo central. Da mesma forma, o termo “sofrimento” presente na primeira

periferia aponta para a ideia de prejuízos de ordem física ou emocional, e que podem ter implicações para o resto da vida.

Sobre o atendimento às mulheres em contexto de violência, muitas vezes é considerado como ineficiente, posto que há um despreparo dos profissionais em atendê-las e encaminhá-las a outros serviços (CASTRO; SILVA, 2017). Neste sentido, ao relatar suas práticas, os/as profissionais da Segurança Pública analisam a dificuldade da polícia em realizar o atendimento, bem como o sentimento de “enxugar gelo”, pois em muitos casos, as mulheres sofrem recorrentes situações de violência.

Eu acho que tem uma pressão na própria... Não é querendo falar, mas a própria polícia ela tem, eu acho que é um fator também. A gente vai ali na guarnição dando bronca já, sabe? E aí, ela, eu sinto que fica meio como se ela fosse, como se fosse ela: “Não, porque essa situação é recorrente, como é que pode uma pessoa não fazer nada! Eu já vim aqui nessa situação outras vezes, por que tu continua ainda com esse cara, por quê?” (Mulher, 35 anos, Segurança Pública).

É até um pouco complicado o que eu vou dizer agora, mas era praticamente um trabalho de enxugar gelo que a gente fazia lá, porque na maioria das vezes, que eu conduzi a ocorrência, a gente chegava na Delegacia, e a própria mulher pagava a fiança do marido, pro marido não ficar preso (Homem, 38 anos, Segurança Pública).

Certas vezes até a gente: “É fulana?”, fala o nome. “Não, não. Chega lá ela desiste, vamos não”. Tem alguns companheiros... Tem razão em partes, né? Tem razão, mas aí de repente, você: Pô, você já alertou uma vez. Ela foi e desistiu, com medo. Aí ela apanhou de novo. E se agora ele matar ela, se a gente não for? A gente vai. Só que a gente já vai assim [riso]: “Olha... enxugar gelo...”. Vai ser a mesma coisa. Se faz de vítima, mas na hora H, que é a hora de tá na frente do delegado, e aí, vai representar? (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

Segundo Porto (2014), os/as policiais se tornam responsáveis por realizar encaminhamentos, orientando as mulheres sobre as alternativas existentes para enfrentar a violência. Os/as profissionais devem, inclusive, informar a possibilidade de solicitar a medida protetiva, a ida para Casas-Abrigo, além de atendimentos médicos e psicológicos, se necessário. No entanto, quando os/as profissionais, principalmente os/as policiais militares, acreditam que seu trabalho não tem eficácia, e culpabilizam as mulheres pela permanência na situação de violência, eles/as podem não reconhecer que também podem realizar os encaminhamentos para outros serviços da Rede.

Para Leal (2010), muitas vezes os/as profissionais não compreendem que romper com o ciclo de violência é uma ação que demanda tempo, pois a mulher precisa se preparar tanto afetiva quanto economicamente para a separação, além de precisar ter sua segurança e de seus/suas filhos/as garantida. Ou seja, “os caminhos envolvem idas e vindas, avanços e recuos, tentativas e desistências, iniciativas que podem levar anos” (LEAL, 2010, p. 155).

Assim, é necessário que os/as profissionais entendam os nuances do ciclo da violência, conforme proposto por Walker (1979) e Leitão (2014).

C – Discriminações e pré-julgamentos entre os/as entrevistados/as

É importante que no atendimento às mulheres em contexto de violência não se reproduzam estigmas e preconceitos que podem contribuir para a manutenção das situações, pois os serviços da Rede de Enfrentamento devem desenvolver ações para a superação de ideias cristalizadas e para acolhida de todos/as usuários/as. Neste sentido, é primordial atentar-se às questões de violência estrutural, simbólica e moral no contexto familiar, muitas vezes reproduzida nos serviços jurídicos, de saúde, de segurança pública e da assistência social.

Agora apesar, assim também, eu muitas das vezes não boto a culpa no homem, muitas vezes a mulher... Porque a mulher, às vezes ela sai na rua com um short curto, ela não tá sendo isentada de levar uma piada. Muitas vezes ela tá provocando a índole do homem a gerar uma provocação (Homem, 33 anos, Assistência Social).

Eu mesmo sou sincera, se eu ver [a violência], eu mesmo não ligo [pra Polícia], porque a gente liga e quando é no outro dia as mulheres estão o maior doce com a pessoa que bateu. A gente prefere não se meter, não ligar (Mulher, 25 anos, Assistência Social).

Só não concordo da mulher ter o mesmo comportamento de um homem. Porque um homem é um homem (Homem, 33 anos, Saúde).

Porque a gente sabe que é até uma situação chata, a gente vir pra atender uma ocorrência e no final das contas, a vítima não quer mais se queixar, porque em alguns casos se queixa e: “Quem é que vai botar comida na casa?”, principalmente isso (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

Para Assis (2013), as representações sociais ancoram a violência contra as mulheres nas práticas de regulamentação e de domesticação da mulher pelo homem, e com isso pode ser compreendida como algo natural das relações privadas dos casais. A partir desse entendimento, a consequência é acreditar que ninguém pode intervir devido à percepção de que a família é algo sagrado. Para o autor, essa crença pode ser verificada a partir da análise de músicas e ditados que ainda povoam o imaginário popular e, muitas vezes, corroboram com a violência ou podem também estimular essa prática, como nas frases: “entre tapas e beijos, é ódio, é desejo”; “quando a gente tá junto tem briga, quando a gente se separa

saúde”. Além disso, podem desestimular a formalização da denúncia. No entanto, há profissionais que se desprendem dos pré-julgamentos nos atendimentos dos casos.

É realmente constrangedor eu chegar pra um homem e dizer que fui agredida. Ele vai dizer: “Tem certeza?”, “Não vai voltar atrás?”. Então, são perguntas que não deviriam existir. Chegou lá, eu vim pra fazer o boletim de ocorrência porque eu fui agredida, tinha que ser feito. Independente de que vai voltar depois ou não, porque os fatores são inúmeros, não estamos aqui para julgar mulher nenhuma que quer voltar pro seu ex-agressor, ninguém sabe esses fatores que levaram pra fazer isso. Então assim, precisa ser trabalhado o contexto no geral para que ela tenha mais espaço (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

O motivo de você não falar, não justifica dizer que você tem culpa de você tá continuando. Muitas vezes sua alternativa pra você, sem ter entendimento, é bem pior do que aquela alternativa de ficar ali naquela situação (Mulher, 29 anos, Saúde).

Então, assim, eu não faço julgamentos: “Ah, fulana apanha e não deixa o marido”. Minha gente, existem outros fatores, não é tão simples, principalmente quando tem muitos anos de casada, não é fácil chegar: “Ah, vou me separar”. É difícil, são outros fatores. Infelizmente, a gente muitas vezes não entende quais são. Mas existem, né? (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

No trabalho da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres é imprescindível desconstruir a imagem idealizada da mulher como aquela que é sempre a culpada pelas situações conflitantes. Lidar com a violência é ter que assumir uma atitude, muitas vezes, em um contexto com poucas opções. Assim, a violência contra as mulheres não pode ser dissociada da violência estrutural caracterizada pela culpabilização da mulher. Além disso, os serviços da Rede não podem corroborar que a violência doméstica e familiar continue sendo do âmbito privado, pois isso pode perpetuar a ideia de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

D – Dificuldades no atendimento às mulheres em situação de violência apresentadas pelos/as profissionais

Ao refletirem sobre a principal dificuldade em atuar diante de casos de violência contra as mulheres, os/as profissionais destacam que é comum as mulheres não continuarem com os atendimentos, muitas vezes proibidas pelos próprios companheiros. Além disso, muitas vezes apontam o medo (termo presente na primeira periferia da estrutura da

representação social) das mulheres diante da situação de violência como uma limitação para o adequado atendimento e resolução da questão.

Enfim, elas chamam a gente, porque querem que a gente dê um susto. Elas acham que a polícia é fantasma. A gente tem que: “Oh, chega lá, dá um susto, ele vai se acalmar”. A gente explica: “A polícia não funciona desse jeito, a gente tá aqui pra resolver a situação, nós não estamos intermediando, não. Nós vamos levar ele pra Delegacia, e o delegado vai ver a melhor solução pra ele” (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

A dificuldade assim que eu vejo é justamente isso, porque se eu vejo, chego lá pra registrar a denúncia, quando vão fazer os procedimentos a própria pessoa diz que isso é mentira (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

E não adianta, eu acho assim, não adianta ninguém denunciar porque na hora ela tira a queixa, entendeu? Por medo. O que é que ela fala: “Ah, ele vai me matar; ah, quando ele sair da cadeia ele me mata”, entendeu? Muito caso tem aqui. Eu já ouvi muita mulher falar isso (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

A maior dificuldade que a gente encontra é essa mulher levar essa denúncia adiante. Porque ela vem, faz o primeiro acolhimento, a gente vai conversa: Ah, foi a primeira vez? E, assim, não raramente a gente escuta: “Não, já aconteceu outras vezes, mas não tinha sido com essa intensidade”. Então assim, a gente se choca daquela mulher já ter passado por isso outras vezes e continuar com aquela pessoa (Mulher, 28 anos, Saúde).

A mulher se reportar, não querer mais tomar o partido da questão da denúncia. Como é corriqueiro, se torna até chato pra gente ver. Porque, pô, a gente vê aquela situação, não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, mas várias vezes, e ela ainda não toma uma atitude digna. É chato, muito. É revoltante, até! (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

A partir dos trechos acima fica claro que para alguns/mas profissionais, além da mulher estar num ciclo de violência, também é culpabilizada por permanecer nele. Pesquisa realizada por Vieira e Hasse (2017) aponta que os/as profissionais da assistência social descrevem que as mulheres em situação de violência chegam ao serviço com grande vulnerabilidade e fragilidade emocional, além de muito medo. No entanto, é importante refletir sobre esse medo, tanto em relação ao agressor, quanto às consequências familiares e sociais de uma separação, até mesmo do julgamento dos/as profissionais diante dos casos.

Romagnoli (2015) ressalta que as mulheres sentem pouco amparo no atendimento realizado pelos/as agentes policiais e tendem a se afastar das Delegacias pelo descrédito na resolução dos conflitos. Interessante notar que os/as policiais não remetem a ineficácia da Rede intersetorial de apoio como um fator que pode contribuir para que as mulheres não queiram denunciar os agressores e procurar ajuda, nem tampouco falam sobre a atitude violenta do homem, que podem ter causas socioculturais.

Os trechos anteriormente destacados também fazem conexão com o desconhecimento das legislações, principalmente a Lei Maria da Penha, pois alguns/mas profissionais insistem na ideia de que a mulher, muitas vezes, retira a queixa. A partir da compreensão de que as representações sociais refletem o modo pelo qual um determinado grupo constrói seu conhecimento sobre um objeto (ARRUDA, 2002), é possível perceber que, muitas vezes, o conhecimento sobre a violência contra as mulheres ainda é escasso e/ou banalizado, com interpretações equivocadas tanto das questões socioculturais que a circundam como das leis específicas.

Alguns/mas profissionais, ao mencionarem as dificuldades em atender casos de violência contra as mulheres relatam sobre as questões da Rede, bem como da falta de apoio da sociedade.

São muitas dificuldades, né, mas eu acho que o principal, seria a instalação de uma Delegacia da Mulher na região toda, pra atender a região toda, né? E a questão de alguma unidade que a gente tivesse como dar apoio psicológico, como realizar a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho, pra que ela tenha condições de suprir as suas necessidades. [...] Então, se ela tivesse meios de sair, eu acredito que ela romperia mais fácil esse ciclo de violência doméstica (Mulher, 40 anos, Segurança Pública).

A maior dificuldade às vezes encontra-se mesmo, assim, no próprio equipamento, certo? É uma dificuldade que a gente tem, porque muitas vezes o seu companheiro de trabalho, o seu parceiro, ele tem uma visão diferente da sua, certo? (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

Muitas dificuldades. [...] Tem difícil acesso, falta de instrumentos mesmo, pra você ir, pra se deslocar, tem visita que passa mais de mês por conta justamente de [falta de] veículo (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

De acordo com os trechos destacados acima, entre as dificuldades para atender casos de violência contra as mulheres estão a falta de instrumentos adequados, como veículo à disposição, e principalmente a falta de capacitação para atuar diante dos casos. Parece-nos que apesar de terem feito uma autoavaliação positiva, como possuidores/as de conhecimento sobre as políticas e legislações, essa informação teórica nem sempre é suficiente para uma prática profissional adequada.

Mais uma vez retoma-se a questão sobre a necessidade de capacitações continuadas, previstas desde a Lei Maria da Penha. É importante ressaltar a rotatividade de equipe nesses municípios, que muitas vezes ficam o tempo que dura determinada gestão, bem como o fato de que frequentemente vão ser alocados/as para atuar num serviço sem ter a qualificação necessária. Vieira e Hasse (2017) corroboram a perspectiva de que muitas vezes há um despreparo dos/as profissionais para atuar nas situações de violência, e que essas práticas às

vezes reforçam estereótipos tradicionais de gênero e dificultam a oferta efetiva dos serviços da Rede de Enfrentamento à violência.

Outro ponto importante é que, apesar de compreenderem que as Delegacias comuns devem realizar o atendimento dos casos de violência contra as mulheres, os relatos dos/as profissionais demonstram a não confiabilidade no serviço, algumas dificuldades nos registros das ocorrências, bem como o mau atendimento diante dos casos.

Primeiro, eu vou dizer uma real. Primeiro, ela às vezes não é nem bem tratada quando chega na Delegacia. Por quê? Porque você vai chegar lá, e só vai ter homens. E é difícil pra uma mulher chegar pra um homem e falar de outro homem, por mais que o cara não tenha nada a ver com a vida dela (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

Eu vou começar da seguinte forma. [Ele] já chegou dizendo: “Você realmente quer fazer isso? Você pode prender o seu... Você tem noção que você vai prender o seu esposo?”. Escrivão da Delegacia. [...]. “Você realmente quer isso? Você tem noção que o pai de seus filhos vai ser preso? Um dia ele vai ser solto!” [tom de ameaça] (Mulher, 27 anos, Assistência Social).

[Ela] ia na delegacia prestar queixa, aquela velha história: “Ah, você vai e você tira”, “Ah, mas amanhã vocês tão bem”. E daí? Ela não queria prestar a queixa dela, então a única forma dela pedir socorro, dizer: “Eu posso fazer, já que ninguém me defende, eu vou me defender”. Assim, me chamou atenção isso. [...] Que tava cansada de ser agredida e ninguém queria socorrer: “Pra quê que eu vou pra Delegacia, que ninguém me escuta?”. É sério (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Mas ela foi quatro vezes [ênfase] na Delegacia e nunca pegavam a queixa. Quer dizer, as pessoas das Delegacias não tem preparação pra ouvir as denúncias em relação às violências que as mulheres sofrem. E muitas vezes elas não vão, justamente por causa disso: “É briga de marido e mulher, vocês se resolvem na cama”. Tem muitas que dizem que eles dizem isso: “Vão pra cama que vocês resolvem”. Quer dizer que eles não têm preparação para ouvir (Mulher, 57 anos, Saúde).

A inexistência da DEAM e de outros serviços especializados, como as Casas-Abrigo ou de Acolhimento Provisório, deixa a mulher mais vulnerável à reincidência das situações de violência, tendo como consequência, inclusive, a desistência em formalizar a denúncia. Pesquisa realizada por Lira (2015) demonstrou que entre algumas mulheres em situação de violência no Sertão de Pernambuco não prestavam queixa, dentre os principais motivos elencados: o tamanho do município, o fato de todos/as serem conhecidos/as e que conseqüentemente o agressor saberia que ela esteve na Delegacia; e quando era reincidente, pela maneira do tratamento na primeira vez, havendo, inclusive, um caso em que o registro da ocorrência simplesmente sumiu da Delegacia.

Os trechos acima corroboram a necessidade de realização de capacitação permanente entre os/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento da violência, conforme

preconiza o III PNPM (BRASIL, 2013a) e a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Apesar da inegável importância de uma DEAM para acolher as demandas da região, alguns/mas profissionais refletem que a implantação do equipamento, por si só, não garante que a atenção às mulheres em situação de violência terá melhorias, como exposto pelo no seguinte trecho: “A DEAM não seria necessariamente melhor. Talvez a diferença seja em ser recebida por uma mulher, porque o policial civil não tem um preparo. Eles dizem: Vá pra casa, porque não é nada demais” (Mulher, 55 anos, Saúde). Neste sentido, a formação continuada deve existir também para os/as profissionais que atuam na Rede especializada.

E – Ações realizadas pelos/as profissionais para coibir a violência contra as mulheres

Em consequência das afirmações expostas anteriormente, os/as profissionais foram questionados/as sobre quais políticas públicas ou ações/projetos poderiam ser implantados nos seus respectivos municípios e pontuaram algumas ações que poderiam ser realizadas para auxiliar as mulheres em situação de violência. As principais estratégias mencionadas foram: ministrar palestras tanto nas comunidades como nas escolas, inclusive na zona rural; ir às rádios locais; além de campanhas de mobilização.

Porque a gente já foi fazer ações, várias vezes, nos municípios por aí fora, que a gente caminhava, caminhava, caminhava, caminhava... E nunca chegava. E quando você menos esperava tava lá. É tipo, como dizem, um pingo no meio do oceano. Tava lá. E a violência tava lá. Naquela casa não tinha nada, você não imaginava nem que tinha gente. Uma casa de taipa, baixa, no fogão que não existia, era na lenha, né? Mas a informação através do rádio, chegou (Mulher, 40 anos, Assistência Social).

Se divulgasse mais em rádio, um programa que falasse sobre o assunto, né? Eu acho que as mulheres que estariam dentro de casa sofrendo, ia aos poucos, escutando ali a rádio, ia vim na cabeça: “Meu Deus, será que realmente é isso que eu preciso pra minha vida? Será que eu não consigo viver sem esse homem, sem esse agressor?”. Acho que precisa mais de divulgação, das mulheres saber que elas têm um local [para ir] (Homem, 25 anos, Saúde).

Normalmente tem os períodos, porque tem uma agenda, e tipo, cada mês trata alguma enfermidade, e aí trabalha aquele mês todinho específico naquela enfermidade: Outubro rosa, Novembro azul, Dezembro amarelo, por exemplo, Janeiro branco, que é saúde mental. E aí, a secretaria se articula pra tá trabalhando. Agora assim, são baseados em campanhas, né, e eu acho que deveria ter uma intensificação. Os CRAS também poderiam tá, porque os CRAS também são porta de entrada na Assistência Social. Então poderia também tá fazendo esse trabalho (Mulher, 37 anos, Saúde).

Eu fiz um trabalho, eu era o Comandante da ROCAM [Ronda Ostensiva Com Apoio de Motocicleta], e fiz um trabalho excelente com o pessoal, com o CRAS, se não me engano, era de [Cidade H]. Eu acho, parece que na região, porque elas iam dar palestras nas cidades, deram palestras em [Cidade I], em [Cidade J], e eu acompanhava e relatava alguns casos que vinham ocorrendo. [...] E foi ótimo. Algumas mulheres se conscientizaram com o que viram e com o que ouviram, e... Realmente, surtiu efeito. Algumas realmente botaram pra frente, não quiseram, no caso, quando chegassem na Delegacia, quisessem desistir. Aconteceu muito disso, foi uma coisa muito boa (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

Primeiro, acho que assim, tipo uma roda de conversa “De mulher pra mulher”, como dizem, né? Eu acho que seria assim, mais esclarecedor, né? Em questão de querer dar mais coragem a ela, ou então de informar mais sobre a lei, como é que funciona, todos os direitos que ela tem, os deveres também, né? (Mulher, 30 anos, Saúde).

Interessante notar que, apesar das reiteradas afirmações sobre a falta de preparo desde a formação profissional, bem como a declaração de um desconhecimento de determinadas legislações, os/as profissionais apontam ações voltadas à população, mas não assinalam capacitações para si mesmos/as como uma forma de melhorar o enfrentamento da violência contra as mulheres. Afinal, quem faria as divulgações, as palestras e as rodas de conversa? Assim, é primordial que os/as profissionais também se comprometam com a própria capacitação para o enfrentamento do problema, apontado já anteriormente como ação prevista em diversos documentos normativos (BRASIL, 2006; 2011b; 2013a).

Nessa perspectiva, pode-se compreender a importância dos/as profissionais receberem formação específica na área da violência, assim como na área de gênero, e que isso seja realizado de maneira rotineira. Acredita-se que os/as profissionais precisam ter, além do conhecimento sobre a temática, uma escuta desprovida de preconceitos e julgamentos, para conseguir identificar e intervir de maneira resolutiva nos casos de violência contra as mulheres. No entanto, deve-se atentar aos casos que ocorrem também com as profissionais da Rede de Enfrentamento, que podem estar ou já terem vivenciado situações de violência doméstica.

5.2.4 “Eu não sofro violência física, mas sofro violência psicológica”: As profissionais como mulheres em situação de violência

Diante das análises das entrevistas, verificou-se que quando solicitado para mencionar casos de violência contra as mulheres, algumas profissionais relataram as próprias situações. Dos/as 100 profissionais entrevistados/as, 71 foram mulheres. Destas, 13 reportaram que já

estiveram ou que ainda estavam em situação de violência doméstica, o que equivale a 18,3% do total de mulheres entrevistadas. Acredita-se que este número é significativo, visto que outras podem não ter revelado situações pessoais durante a entrevista, bem como o fato de que outras 93 mulheres participantes da pesquisa não integraram a fase da entrevista na coleta de dados.

Assim, mesmo não sendo possível afirmar, acredita-se que esse número pode ser maior, posto que a procura pelas mulheres não foi enquanto pessoas em situação de violência, e sim como profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência.

Outro dado importante é que nenhuma mulher da Rede de Segurança Pública referiu estar ou ter passado por situação de violência. Este fato pode ter a ver com o baixo número de mulheres participantes dessa rede (apenas seis), bem como o maior estigma dentro da área policial no que se refere às questões de gênero e violência.

Dentre os tipos de violência sofrida pelas profissionais, destaca-se a violência psicológica, mas outros tipos também foram mencionados.

E quando eu era casada, realmente tudo eu tinha que fazer, e tudo era culpa minha, principalmente com os cuidados com meu filho, né: “Por que você não toma as providências?”. E eu: “Por que você não me ajuda? Você só me critica”. E eu vejo que a mulher é muito criticada por tudo. [...] que eu já tive relações abusivas. De diversos níveis... Inclusive de muita violência psicológica, né? (Mulher, 37 anos, Saúde).

Eu mesmo, eu vivo um momento que hoje, né, eu sou casada já tem 12 anos, já fui muito traída, muito, muito, acho que passei a metade do meu relacionamento sendo traída, já peguei meu marido várias vezes com outra. E ele prometeu mudar, prometeu mudar, né? E eu acreditei. Ainda separei, passei cinco meses separada, a gente voltou. E hoje eu sofro, ele não... Eu não sofro violência física, mas sofro violência psicológica, muito, todos os dias da minha vida (Mulher, 29 anos, Saúde).

Quando eu era mais nova... Vou contar de mim. Eu tinha um namorado, eu já passei por isso. Mas eu não nunca... Me calava! Como até eu citei aí [na evocação], calava. Não tinha coragem de... Eu era muito nova, nem... Fazia ainda acho que o 1º, 2º ano [do Ensino Médio]. Aí quando eu passei a entender mais... [...] Mas não cheguei a ser agredida de [risinho]... Cheguei a ser sufocada, só. Mas aí, aí a gente orienta. Só que eu nunca cheguei a denunciar assim, sabe? (Mulher, 27 anos, Saúde).

Existe demais essa coisa de manter o casamento a qualquer custo, não é? Pras mulheres que tem um nivelzinho social melhor é pelo status de ser casada. E pras outras mulheres, além dela... Ela é ameaçada mesmo. Eu digo isso porque eu passei por isso. Eu me separei há uns dez anos atrás. Ele foi violento num momento, mas depois caiu em si, viu que... Né? Mas outros, não. [...] Há uns dois anos atrás eu tive um namorado e quando eu terminei, ficou indo atrás de mim e não chegou às vias de fatos por milagre (Mulher, 46 anos, Saúde).

Quando eu só namorava, aí quando eu tive o meu primeiro menino, aí depois começou uns empurrões. Começou com empurrão. Aí eu fui deixando, ainda dentro da casa da minha mãe. Eu fui deixando, deixando... E assim, sempre era pior. Eu me separava, ia pra casa de [minha] mãe, voltava de novo. Mas nessa brincadeira foram 10 anos. Sempre cada vez era pior, muito pior. [...] Aí puxava meus cabelos, me

agredia de nome feio, dizia que eu vinha do serviço, quando eu saía lá fora, se eu passasse um minuto da hora, dizia que eu tava com macho, falava um monte de absurdo. Até violência, é... Fazer apulso, relação sexual. Eu sofri muito com isso na frente de meus filhos. Que eles... Eu tenho um de 12 [anos] e tenho a menina de 10, aí tenho um que tem três anos. Mas, um não entende muito, né, o pequenininho. Mas aí ele via tudo, ele batia em mim com ele no braço. Ele dava cada... Ele batia, me agredia muito pra não ficar marca no rosto, nem na boca. Batia pra não ficar marca. Não no rosto, mas no corpo! Porque se eu viesse [trabalhar] com alguma marca, aí o povo ia dizer: “O que é isso?”, né? (Mulher, 28 anos, Saúde).

Eu mesma já fui uma. Apanhava do meu marido, meu segundo marido. [...] Ele batia, ele me deixou só de sutiã uma vez. [...] Deixava marca, não! Ele gostava mais de bater na minha cabeça e puxar meus cabelos. Eu acho que já era pra não deixar marca, ele era sabido. (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

Schraiber et al. (2003) apontam que mesmo quando as mulheres afirmam ter sofrido algum tipo de violência, ainda é difícil nomear as situações mais dramáticas e brutais como violência. Da mesma forma, não admitir ter sofrido violência é algo comum. Segundo as autoras, as mulheres citam as agressões físicas mais frequentemente do que outros tipos de abuso. Nesse sentido, o reconhecimento da violência contra as mulheres está relacionado, ainda conforme as autoras, com a representação do fenômeno que precisa de uma linguagem compartilhada com as mulheres sobre as experiências, de maneira que respeite a complexidade da situação, além de legitimar o sofrimento e os sintomas provenientes das situações de violência. Chamou-nos a atenção o relato de uma profissional que apenas no final reconheceu ser ela a mulher que esteve em situação de violência.

Essa mulher ela sofria, já tinha saído de um relacionamento, tinha duas filhas, por ter sofrido a violência, não física, mas tipo: ficava em casa com as meninas, e ele farrando e traindo, e ela sabia, e aguentava. Ela entrou em outro relacionamento, só que aí também foi agredida verbalmente, fisicamente, não trabalhava. Começou a trabalhar com ele, ajudando no trabalho dele, mas não ganhava um centavo. Praticamente era assim: se tivesse de bem com ele, tinha comida em casa, ele não fazia feira, levava pra jantar, ou comer fora ou comprava; no dia que eles tavam brigados, que ele inventava uma briga, uma loucura, não comia, se virasse, nem ela e nem as filhas, porque ele não tinha obrigação até então com as filhas dela também, né? Aí quando ela passou três anos ainda nesse sofrimento, quando ela resolveu se libertar, ele perseguia ela, quando ela ia deixar, foi morar na casa da mãe, que também não tem esse apoio de dizer: “Não, eu vou ter minha casa, minha estrutura, meu trabalho”. [...] Aí ela foi, chegando lá, ele quis entrar no motel com ela a força. Entrou, ela se apavorou, ele fez de tudo pra ela ficar lá, e ela fugiu do motel, se escondeu, ligou pedindo ajuda, não teve quem ajudasse. Aí ela resolveu sair de onde tava escondida pra tentar... A primeira pessoa que ela encontrou foi ele! Ele puxou ela pelos cabelos, na frente de várias pessoas, enfiou no carro, começou a socar ela, e... Levou ela pra aterrorizar, dizendo que ia matar e tudo, e chegou num ponto que ela conseguiu fugir novamente, entrou em contato com a família, e a família foi lá resgatar ela. [...] E ainda hoje eu tenho a marca da violência [pausa]. (Mulher, 33 anos, Assistência Social).

Para Gomes et al. (2015), os/as profissionais tem dificuldade em reconhecer as mulheres vítimas de violência. A identificação acontece com mais frequência quando se refere à violência física, por deixar marcas mais visíveis no corpo. No entanto, pelos relatos acima é possível perceber que as profissionais reconhecem outros tipos de violência sofrida por elas mesmas. Porém, muitas vezes esse reconhecimento acontece *a posteriori*, ou após um período mais longo da existência da violência.

E aí, mas aí, até quem tem um certo conhecimento, até compreender que tá sendo abusada psicologicamente, é um processo. E tem a questão emocional, né? (Mulher, 37 anos, Saúde).

O reconhecimento da violência também perpassa pela motivação das agressões. Corroborando os dados dessa pesquisa, bem como de outras, muitas vezes considera-se que o uso de álcool e outras drogas é a razão da agressão cometida.

Eu já passei por uma situação dessa e... Ele me agredia tanto com palavras, como com me bater. Quando ele não bebia, ele era um amor de pessoa. Agora quando ele bebia, ele se transformava. Durou uns seis anos isso. E a minha filha, a nossa filha não podia chorar, que era motivo de briga, motivo dele me agredir muito. E durou muito ainda (Mulher, 34 anos, Saúde).

Mais por a bebida. No meu caso também, mais por a bebida. Ele não é assim, violento. Mas quando ele bebe eu tenho sim medo dele. (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Era uma violência que ele tinha, uma coisa, num sabe? Ele bebia cachaça, aí depois eu descobri que ele tava fumando maconha. Aí misturava. Quando misturava, ficava doido, doido, doido de pedra. (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

É importante retomar a reflexão de Costa, Lopes e Soares (2014) que atentam ao perigo de relacionar a violência com um diagnóstico clínico de alcoolismo, pois isso pode ter como consequência a isenção do agressor diante da intenção de perpetrar a violência. Corroborando a correlação que o senso comum faz sobre violência e álcool, a pesquisa do DataSenado (BRASIL, 2015d) assinala que 19% das mulheres que sofreram alguma violência sugeriram que o uso de bebidas alcoólicas pelos seus companheiros foi o motivo para a prática da violência.

Por outro lado, Soares (2005) afirma que há homens que são agressores sem fazer uso de substâncias, da mesma forma que há aqueles que mesmo que utilizem, não agridem suas parceiras. No entanto, pode haver um entendimento de que o uso de drogas não é a motivação, e sim, a existência de algum transtorno mental.

Quando eu tava grávida da menina, ele dizia que ia esfaquear minha barriga com ela dentro. E é porque ele não bebia nem fumava. Ele dizia que pra fazer as coisas comigo não precisava usar drogas, nada. Era tipo um psicopata. Mas na frente dos outros se fazia de anjinho, de bem bonzinho (Mulher, 28 anos, Saúde).

Silva (2016) aponta que as participantes de sua pesquisa referiram que os homens são compreendidos como pessoas doentes, com problemas psicológicos e que necessitam urgente de tratamento. Para Soares (2005), apesar de a violência poder estar associada às questões como pobreza, uso de drogas e problemas mentais, essas não seriam as causas da violência, mas fatores adicionais.

Segundo Ribeiro e Coutinho (2011), a violência doméstica e familiar contra as mulheres causa a desordem em toda a família, porque além de atingir a mulher, abrange também os/as filhos/as. Segundo a pesquisa divulgada pelo DataSenado (BRASIL, 2015d), o principal motivo mencionado para a mulher não formalizar uma denúncia foi a preocupação com a criação dos/as filhos/as.

Geralmente quem tem filho, né, tem medo de se separar. Porque tem os filhos, às vezes não tem uma renda fixa, depende do marido. Aí se submete a passar por tudo isso. [...] Eu também já sofri violência, já apanhei, e eu pensava: “Meu Deus, se eu deixar meu marido como é que vai ser? Como é que eu vou criar meus filhos?”. E aí vem tudo isso (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Eu já fui muito violentada. Eu [ênfase] já fui muito violentada! Por... Eu acho, uns seis anos da minha vida. E eu aguentei muito por conta do meu filho. Que eu acho que a maioria das mulheres aguenta mais quando se vê nessa situação. (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

Soares (2005) ressalta que romper o ciclo de violência faz parte de um processo que muitas vezes é longo e doloroso, justamente por incluir diversas questões, como preocupações com a criação dos/as filhos, a dependência econômica e financeira, além das ameaças de morte. Uma das entrevistadas relatou o momento do rompimento definitivo da relação abusiva.

Oxe, minha filha, eu só vim com minha roupa do corpo. Eu não quis nada. Até hoje a energia da casa é no meu nome. A casa foi construída por nós dois. E eu não quis nada, porque a única coisa... Eu acho que quando você é violentada, você sofre tanto na sua vida, eu acho que a única coisa que você quer é o seu sossego. Não quis saber de nada material. Só quis o meu sossego e acabou. Pronto, vim embora, a gente conversa às vezes também só em relação a [Nome do filho], não tem outra coisa, não. Mas foi difícil me libertar dali, muito, muito, muito (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

A pesquisa de Silva (2016) aponta a dependência financeira do marido como motivo de permanência no ciclo de violência, mas as participantes também referiram que a mulher aceita a situação, muitas vezes por não querer ficar sozinha, por ser uma pessoa frágil e que não consegue reagir.

Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglia (2011) ressaltam que é preciso compreender a violência a partir de uma visão que não polarize o fenômeno em dois polos distintos, e que esse entendimento é fator importante para o rompimento do ciclo de violência. No entanto, ainda há a culpabilização da mulher pela própria violência sofrida, o que pode dificultar o reconhecimento da violência. Mais do que isso, pode-se identificar que a própria mulher se coloca no lugar de culpada e “provocadora” da violência.

Não, bater em mim, não [nega que as marcas roxas nos braços sejam de violência]. Ele já me bateu pra acontecer agressão, mas nessas bebidas, eu não posso só julgar ele, não. Eu bebia com ele também e acabava por nós dois brigar. Entendeu? Ele me agredia, eu agredia ele. Ele não é de chegar e bater em mim, não. Entendeu? Já aconteceu sim, violência doméstica, mas eu também fiz por onde, eu também agredi ele, entendeu? Aí é isso (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Dentre os principais motivos para as mulheres não romperem o ciclo da violência e não realizarem a denúncia está o medo da reação do homem agressor. Mais uma vez, as questões trazidas pelas profissionais são corroboradas por pesquisas já realizadas, como a do DataSenado (BRASIL, 2015d), que aponta que entre os principais motivos mencionados para a mulher não formalizar uma denúncia estão o medo de que o agressor possa se vingar e a crença de que a violência não iria mais acontecer.

Mas aí todo mundo mandava eu tomar uma providência, mas eu não tinha coragem, eu tinha medo. Medo. [...] Eu tinha medo dele porque ele dizia que se eu denunciasse ele, ele ia matar minha mãe, minhas irmãs, meu pai. Dizia isso várias vezes. Aí eu não... Por isso que eu tinha medo (Mulher, 28 anos, Saúde).

Não, eu não fiz nada [chorosa]. Tem mulher que se prende muito por causa dos filhos, né? Não foi o meu caso. Talvez o meu caso foi eu ter achado que ele iria mudar. E ele não mudou. Sempre vinha com essa que ele ia mudar, que ele só fazia aquilo porque ele gostava de mim, e não é bem assim, né? Não é. (Mulher, 34 anos, Saúde).

E eu estando com ele, eu percebo que ele não me faz bem, e mesmo assim eu não consigo deixar. Eu sinto como se ele fosse um mal que me faz bem. É meio complicado... [...] Quem convive aqui no trabalho sabe como eu estava. Não muito, porque eu transmito estar bem, mas na verdade, tem hora que por dentro eu tô pedindo socorro, ajuda mesmo. Lá em casa todos percebiam. [...] Ele conversou comigo, voltou, me pediu perdão. Como eu falei, me prometeu mudanças. E eu, não sei como, mas eu acabei voltando com ele... (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Ele me ameaçava, né, mas graças a Deus ele já tá com outra, a gente se separou. Passei dois anos separada. Aí ele sempre ameaçava se eu arrumasse um homem aqui dentro de [Cidade A] ele me matava. Só vivia me ameaçando. [Não separava] Por causa de que ele aprontava e depois ficava a melhor pessoa do mundo. Aí eu confiava. Aí do meio pro fim eu vi que não dava... (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

Pode-se verificar que assim como identificado nas entrevistas com os/as profissionais de modo geral, as profissionais que relataram vivenciar situações de violência apontam as mesmas motivações para a permanência no ciclo da violência. Os principais motivos, de acordo com Souza e Da Ros (2006), são a dependência financeira, o medo, a submissão e o sentimento de pena do marido/companheiro. Assim, é possível perceber que mesmo para as profissionais, o rompimento do ciclo é difícil, pois consideram que pode provocar prejuízos para seus/suas filhos/as, principalmente quando há dependência financeira, além do medo do aumento do grau e da frequência da violência. Percebe-se também a existência do ciclo da violência, conforme proposto por Walker (1979) e Leitão (2014). Da mesma forma, a vergonha também é apontada como um fator importante.

E outra coisa, que eu ficava morta de vergonha, porque eu não tinha vergonha na cara, porque eu não deixava ele, entendeu? Então, no caso, aquela situação ficava feia era pra mim. Mas graças a Deus, eu me libertei. (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

Conforme aponta Leal (2010), um dos fatores que faz as mulheres se silenciarem diante das situações de violência é a vergonha. Além disso, a autora ressalta que muitas mulheres se sentem culpadas ou responsáveis pelas agressões sofridas, sendo que a vergonha e a culpa são identificadas como fatores que dificultam a mulher buscar ajuda ou romper com a relação violenta.

Outra questão evidenciada nos discursos das profissionais refere-se à permanência do preconceito contra mulheres que se separam. A construção sociocultural da mulher reforça a ideia de que ela deve casar e ter filhos/as. Muitas vezes, o casamento é compreendido como algo eterno, que não deve ser desfeito. Para Albuquerque e Vilaça (2003), na sociedade sertaneja coronelista o principal desejo dos pais é que a mulher siga os passos da mãe e aprendam tudo que elas sabem, para não decepcionar o marido. A fala destacada a seguir representa claramente a desigualdade de poder entre os gêneros.

[Se eu me separar] Vou morrer julgada. Vou morrer na cruz, com certeza. Isso aí eu não tenho nem dúvida. Porque assim, eu acho que aqui, mesmo a mulher levando “gaia”, o povo ainda quer que ela aceite: “Aceite, porque pelo menos é seu marido, ele lhe dá tudo, todo mundo vai trair na vida, não tem esse homem que não traia”.

Então, a mulher tem que aguentar. Peia não, que eu acho que ninguém é a favor de surra, né? Se uma mulher apanhar, com certeza, [vão dizer]: “Deixe”. Eu acho que não tem esse ser humano que diga: “Aguente surra”, né? Mas chifre hoje em dia todo mundo dá o conselho. [...] “É normal, todo homem vai lhe trair, não vai ter esse marido que você vai arrumar um dia, que não vai lhe trair”. Todo mundo diz isso, sabe? E a violência psicológica... É tanto que quando eu conto a alguém aí diz: “Não, mulher, não tem quem diga que teu marido é deixe jeito, parece não, vocês tão bonitos juntos nos cantos, nas festas”. Eu digo: “É, mas ninguém sabe o que a gente passa dentro de casa, né?”. As brigas, os conflitos, os nomes que eu levo. Porque eu levo nomes horríveis, que doem, acho que mais do que um murro na cara. E ninguém sabe, então eu acho que... A violência psicológica eu acho que é uma das piores que tem. [...] Todo mundo vai dizer: “Tá certa, levava peia”. Mas se eu disser que levava chifre, vou ser criticada. Vão dizer: “Mulher, mas é assim mesmo, todo homem, o meu tava com não sei quantas, mas é assim mesmo, eles não querem elas não, é só pra usar e depois volta com a gente, mulher fica com teu marido”. É o que mais a gente escuta hoje em dia. E se disser que é por causa disso: “Mulher, mas é assim mesmo, é porque tava de cabeça quente, depois eles mudam, se preocupa não”. Eu acho que hoje em dia, uma mulher, até mesmo se ela for assim ameaçada de morte, eu acho até que o pessoal encara como besteira, porque [vão dizer]: “Não, é porque tava de cabeça quente, tava de ciúme, ele não vai te matar, vai fazer nada contigo não”, tá entendendo? (Mulher, 29 anos, Saúde).

Diante da fala da profissional é possível perceber que se por um lado a suspeita de traição pode ser utilizada como justificativa para o homem agredir a mulher, por outro lado não é aceita sequer como motivação para a separação por parte da mulher. Fica nítida a articulação entre gênero e poder, pois a justificativa não é aceita apenas quando a traição é do homem. Para Machado (2002), a questão da traição foi utilizada como explicação para crimes baseados na tese da legítima defesa da honra, que teve como consequência a absolvição de réus confessos por assassinatos de mulheres. Ressalta-se que apenas em 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou a proibição da utilização da tese da legítima defesa da honra, considerando-a inconstitucional, por violar os princípios da dignidade humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero (BRASIL, 2021).

O trecho destacado acima também aponta outra questão importante: a minimização da gravidade da violência psicológica. No entanto, ao estarem no ciclo de violência, as profissionais conseguem perceber que esse tipo de violência é grave e, muitas vezes, o primeiro passo para outros tipos de agressão.

Eu acho que a [violência] psicológica é pior. [...] Eu acho assim, que se ele me agredisse fisicamente, pra mim era mais fácil. Porque eu teria como dizer: “Oh, eu tô deixando ele, porque ele tá fazendo isso comigo”. Mostrar pro povo as marcas que eu tenho. E a psicológica, não tenho como provar pra ninguém. E eu sei que eu vou ser julgada se eu deixar ele. Porque todo mundo vai dizer: “Ele é uma boa pessoa, porque ele é trabalhador, porque ele dá de um tudo, porque ele sustenta os filhos, ele vive pra você”, tá entendendo? (Mulher, 29 anos, Saúde).

Eu mesma já fui submetida a isso, com meu marido: “Ah, porque você tem uma filha, ninguém lhe quer mais; ah, você nunca mais vai encontrar ninguém”. Isso aí eu sofri que só, entrei até em depressão, porque eu tinha medo de viver a vida.

Achar que ninguém ia olhar mais pra mim porque eu tenho uma filha. Então, isso aí foi uma violência, né? [...] Ainda tem aquele preconceito, aquelas pessoas que olham e: “Ah, ela já tem um filho; ah, ela foi casada”, e tal, sabe? (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Retoma-se aqui a proposição de Assis (2014), que afirma que as representações sociais ancoram a violência contra as mulheres nas práticas de regulamentação e de domesticação da mulher pelo homem e, conseqüentemente, pode ser compreendida como algo natural das relações privadas dos casais. O preconceito diante da separação também é algo corriqueiro, e pode ser considerado um dos grandes motivadores da permanência das mulheres em situações de violência. Assim, os discursos das participantes reafirmam a questão do machismo, do preconceito e do comportamento submisso da mulher como fatores importantes para a manutenção da situação de violência.

No que se referem às conseqüências da violência, as profissionais apontam transtornos psicológicos, como depressão e ideação suicida, conforme trechos destacados a seguir.

[...] Eu fiquei deprimida. Eu tentei tirar minha vida. Tinha medo de enfrentar a vida, achava que ia passar fome, que não tinha capacidade. E aí depois eu vim ver que não era nada daquilo, que eu era forte o suficiente pra trabalhar, pra reconstruir a minha vida (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Eu me sinto doente. Tem dia que eu me sinto doente. Tem dia que tô batendo a pedra na lua. É tanto que de vez em quando eu faço um acompanhamento psicológico. Porque tem dia que eu tô mal. E eu acho que, sei lá, que feridas no corpo da gente ainda é mais fácil (Mulher, 29 anos, Saúde).

Eu não tinha amiga, que eu não podia ter. Que ele era muito safado, ele era muito “quengueiro”, e eu não podia ter amiga pra não saber das coisas, entendeu? Então eu vivia isolada, eu vivia sozinha... Aí chegou um tempo que eu adoeci, eu tive até depressão por conta disso. [...] Mas a gente aguenta muito por conta dos filhos. E quando eu fiquei depressiva, eu não queria saber do meu filho. Rejeitei totalmente, totalmente [ênfase] (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

Eu ando muito alterada, eu ando muito nervosa. Eu... Já cheguei até a imaginar, a pensar que eu não tô preparada pra ser mãe. Eu amo muito meus filhos. Demais. Mas quando eles começam um chorando de um lado, outro chorando do outro, que eu me vejo ali no meio sem conseguir apartar aquele choro, eu me sento e começo a chorar com eles [riso]. Isso aconteceu agora esses dias, eu tava comentando com [Fulano]: “Eu tô me sentindo incapaz”, “Incapaz de quê?”, “De ser mãe”. Não tô controlando. (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Segundo pesquisa realizada por Pedrosa e Zanello (2016), a violência tem papel importante na conformação dos transtornos mentais. Há indícios de que a violência tenha como conseqüência transtorno de estresse, depressão e insônia, além dos sinais de agressão física. De acordo com Schraiber e D’Oliveira (1999), as mulheres em situação de violência têm mais chances de desenvolver problemas psicológicos, como depressão, ansiedade,

insônia, fobia social, dentre outros transtornos. Quando não há a identificação da violência, o foco passa a serem apenas os sintomas. Isso dificulta a resolutividade do problema, pois atuar somente no sintoma pode reduzir o fenômeno da violência em simples diagnósticos de transtornos mentais.

Ao comentar sobre as situações de denúncias e os atendimentos realizados na rede de enfrentamento da violência, as profissionais relataram seus casos.

Eu fui à Delegacia. [...] Eu não quis fazer isso [formalizar a denúncia] e pedi apenas uma medida protetiva. Ele não chegou a me agredir, mas eu não sei se porque eu consegui fugir a tempo, ele não chegou a me bater [bate as mãos], sabe? Mas eu não sei se porque eu consegui entrar dentro do carro e fechar a porta e sair. Mas ele bateu no carro, puxou a coisa do carro, e eu fiquei com medo, porque ele já tinha tido umas outras atitudes violentas, aí fui e pedi a medida protetiva. E aí ele se afastou, ele foi embora, né? Então eu tive um pouco de tranquilidade depois que ele foi embora (Mulher, 46 anos, Saúde).

Aí chegou um dia mesmo que a gente discutiu, que ele veio pra cima de mim, que eu não aguentava mais. Eu já enfrentava ele. Aí ele deu um murro em meu olho que ficou... Ah, ficou uma coisa feia! Aí foi no dia que ele saiu [de casa]. Na hora que ele saiu, chegou uma colega minha, e minha irmã, e menino tava dormindo na hora, aí foi acordou e viu. Toda vez que eu passo de frente da casa que eu morava ele diz: “Ó, mainha, foi aqui que painho bateu em mainha, deu um murro no olho de mainha”. Ele diz desse jeito. Ele diz, ele sabe. Aí denunciei ele nesse dia, aí pronto, foi quando me separei de vez. Aí não fiquei mais na casa. [...] Fui pra Delegacia. Fiz o B.O. Tenho dois B.O. contra ele. Não quero uma conversa com ele, eu tenho pavor [ênfase] da voz dele. Chego nem perto. [...] Aí ficaram procurando, mas não acharam, que ele fugiu. Aí eu fiquei na casa de [minha] mãe. Aí não fui mais pra casa que eu morava mais ele, não fui mais, não. Fiquei com pânico. [...] Não aconteceu nada! Livrou o flagrante. Olha aí que justiça, né? Livrou o flagrante e depois foi pra delegacia só e pronto [bate as mãos]. Teve mais nada, não tem justiça. (Mulher, 28 anos, Saúde).

[É preciso] Dar apoio às mulheres, dar apoio de verdade. Porque eu tive um caso de violência doméstica, olharam pra mim e disseram assim: “Vai embora daqui que ele vai te matar, nem a gente pode ajudar, porque a polícia não pode ficar 24 horas com você”, não sei o quê. E até a própria polícia, eles acham que assim: “Não, ela apanhou, vai dar queixa aqui, não sei o quê, não sei o quê, e daqui a pouco tá com ele de volta”. Por que ela vai estar com ele? Porque ela vai preferir não morrer, ou questão das crianças, porque não tem apoio, não tem! Não tem apoio. (Mulher, 39 anos, Assistência Social).

E por muito tempo fiquei sendo ameaçada por ele. Inclusive, ele tem até uma Maria da Penha, que ele me deu uma surra muito grande, e eu dei parte dele. Só que até hoje também não deu em nada. Aí pronto. Aí hoje eu já tenho sossego (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

Fui [na delegacia], cheguei lá, dei parte. E ele correu. Ele se escondeu, mas eu sabia onde ele tinha ido, porque quando ele aprontava as coisas, eu sabia pra onde ele ia. Uma pessoa me disse. No outro dia, fui mais a polícia e peguei. [...] Foi preso. Aí ele passou quatro meses preso lá em [Cidade B]. Nos quatro meses a mãe ficou, porque a mãe só tem eles três de homem, aí sofria muito pra ir deixar a alimentação lá em [Cidade B], né? Aí sei que pagou rifa a um, rifa a um, e soltou ele. Pronto, aí no outro dia, ele deu só uns tabefes n’eu. Aí eu deixei. Aí ele prometeu de mais nunca. Aí ele começou a ameaçar de novo, num sabe? Quando foi um dia, quer saber de uma coisa? Eu digo: “Deus, já que não dá certo de nós viver, tire eu daquele

homem! Já que não dá certo nós viver, faça esse favor pra mim”. Aí fui e me separei. Nunca mais! Desse dia que eu pedi a Deus, que era uma coisa que eu tava tentando que não dava certo, né? (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

Nos relatos das profissionais é possível perceber a dificuldade da efetivação da Lei Maria da Penha. É preciso também compreender, conforme os dados da pesquisa, que o medo, a construção sociocultural dos gêneros, a dependência emocional e financeira, dificultam a realização da denúncia e, conseqüentemente, o rompimento da relação abusiva. Segundo Silva (2016), as mulheres podem estar numa situação de desamparo familiar, solidão, sem coragem ou até mesmo não ter informação sobre seus direitos.

Para Vasconcelos (2012), embora com alguns relatos sobre a falta de justiça diante dos casos de violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha colocou em evidência a questão da violência e trouxe mais visibilidade a esse fenômeno social. Assim, apesar das falhas na aplicação, a Lei Maria da Penha representa um importante avanço e é um marco considerável da história brasileira na tentativa de coibir e enfrentar a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A partir de todas as situações apresentadas, verifica-se que as profissionais enquanto mulheres em situação de violência percorrem o mesmo caminho e apresentam as mesmas representações dos/as demais participantes dessa pesquisa. Inclusive, apesar das conseqüências na saúde mental, apenas uma relata fazer acompanhamento psicológico. Pode-se entender, então, que as profissionais não procuram serviços da Rede de Enfrentamento, exceto a Delegacia, quando resolvem formalizar a denúncia. De lá, não há qualquer encaminhamento para outro serviço. O único serviço mencionado além da Delegacia foi o hospital, para a realização do exame de corpo de delito.

Assim, estar no universo reificado, com acesso às informações sobre serviços, legislações e sobre questões de gênero e violência, não impede que as profissionais, quando em situação de violência, apresentem as mesmas representações sociais da violência que os/as outros/as profissionais. Há dificuldade em se reconhecer como uma pessoa em situação de violência, bem como há reproduções de senso comum em que a violência acontece por causa do uso de bebidas/drogas ou pela existência de algum transtorno mental do homem. Também foram relatadas situações de que a dependência financeira e a existência de filhos/as são os principais motivos das profissionais não conseguirem romper com o ciclo de violência. Além disso, há o discurso das dificuldades em relação ao atendimento, principalmente na Rede de Segurança Pública e de Justiça, que muitas vezes não são consideradas como efetivas na

aplicação da Lei Maria da Penha. Ressalta-se ainda o relato abaixo, de uma profissional que não se identificou como mulher em situação de violência.

Outra coisa: e talvez nós, que estamos aqui enquanto profissionais, sofremos violência. E muitos querem maquiá-lo. Não adianta eu ter toda minha bagagem, estudei pra quê? Se eu tenho toda bagagem, se eu sei quais são os tipos de violência, e eu sofro e eu não faço nada, eu tô contribuindo pra que o índice de violência contra a mulher aumente mais ainda. Então eu preciso começar de casa. Eu preciso começar essa mudança de casa, pra poder chegar na sua vida e dizer o que você tem que fazer, eu acho que eu tenho que ser, tenho que tá, pelo menos em relação à violência contra a mulher na minha casa, tenho que tá tranquila, pra chegar na sua e dizer: “Não é assim, vamos trabalhar, vamos fazer um acompanhamento, vamos fazer um boletim de ocorrência, de uma violência psicológica pode vir pra física, pode vir pra outra mais agressiva”. Então, a gente precisa realmente, nós enquanto profissionais, estar resolvido em relação a isso, pra mim pelo menos tentar resolver o seu. Não adianta eu tá apanhando em casa e chegar assim: “Mulher...”. Eu não consigo imaginar um profissional que sofre violência contra a mulher, uma profissional, e vá atender outra. É capaz das duas chorar juntas por passar pela mesma situação. Aí são inúmeras questões, se a gente começar... (Mulher, 24 anos, Assistência Social).

Diante disso, algumas questões ainda emergem e que, infelizmente, ficam sem respostas. Como uma profissional que está em situação de violência pode atender de maneira efetiva uma mulher que acessa um serviço da Rede de Enfrentamento? É possível manter a neutralidade e realizar o encaminhamento sem que sua história pessoal interfira na compreensão do fenômeno? Se, conforme os dados coletados nessa pesquisa, os/as profissionais não tem conhecimento sobre a Rede de Enfrentamento, como a profissional poderá acessar os serviços? Ela conseguirá falar sobre sua situação com outros/as colegas de trabalho? Como a pesquisa não buscava relatos de mulheres em situação de violência, e sim de profissionais, essas questões não foram aprofundadas, mas deixam margem para a continuidade da pesquisa. Afinal, é um dado relevante que 18,3% das profissionais participantes desse estudo tenham mencionado situações de violência doméstica e familiar delas próprias.

5.3 As representações sociais da violência contra as mulheres no questionário estruturado

O questionário estruturado contendo dez perguntas foi o último instrumento aplicado na realização dessa pesquisa, e as respostas foram analisadas através da técnica de análise de

conteúdo temática proposta por Bardin (2016), no intuito de atingir os objetivos pretendidos. O questionário foi aplicado em 150 sujeitos, sendo 105 mulheres e 45 homens.

As respostas dos/as profissionais ao questionário estruturado apresentam vários elementos que remetem ao modo como a violência contra as mulheres é compreendida pelos sujeitos. As questões também foram organizadas de forma a contemplar as três categorias de análises elencadas nos tópicos anteriores. Assim, as respostas do questionário puderam ser confrontadas com os discursos dos participantes.

Na questão um, que versa sobre a dimensão social da violência relacionada à questão de gênero, 79,3% discordaram da frase. Além disso, outros/as profissionais apresentaram dúvidas e 18,7% concordaram. Os dados são apresentados na Tabela 25.

Tabela 25 – Resultado do Questionário: Pergunta 1.

Para você, se uma mulher se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha, fazendo uso de álcool e outras drogas), a culpa é dela, se sofrer alguma violência?	f	%
Sim, eu acho que a culpa é da mulher se ela for violentada, por exemplo, quando está alcoolizada.	28	18,7
Não, eu não acho que a culpa é da mulher se ela for violentada, por exemplo, quando está alcoolizada.	119	79,3
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	03	2
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Verificando-se os argumentos utilizados para embasar as respostas, quanto aos/as profissionais que responderam que a mulher é culpada quando violência acontece em situações específicas, como quando há o uso de álcool e outras drogas, ou frequentando lugares de má reputação, por exemplo, suas alegações estão ancoradas em aspectos sociais, na ideia de que a mulher deve ser “recatada e do lar”, e não se expor.

Às vezes a mulher vai pra algum lugar... E se ela tiver má intenção, assim... Se acontecer alguma coisa, ela sabia do lugar, né? Mas foi lá com alguma intenção, então, de certa forma, ela tem uma certa culpa (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

É porque no lugar dela tá em casa, na luta dela, que toda mulher tem sua luta, quer dizer, ela foi, como diz: “procurar sarna pra se coçar” (Homem, 63 anos, Informal).

É possível inferir que a compreensão do gênero perpassa as desigualdades de poder, posto que sobre a mulher é efetivado um controle que objetiva colocá-la “em seu lugar” e,

consequentemente, impõe à ela maneiras de vestir, de se comportar e quais lugares frequentar. Dessa forma, o poder é consolidado e naturaliza as posições masculinas e femininas (SCOTT, 1995). Assim, o conceito de gênero torna-se essencial para analisar a relação de subordinação das mulheres e a mudança social e política, bem como as violências praticadas contra elas.

Para os/as participantes que discordaram da afirmação, há uma compreensão de que as relações de gênero são construídas social e historicamente e, por isso, são desiguais.

No meu entendimento, o corpo humano é inviolável. Então, nada justifica uma violência, mesmo que a mulher esteja drogada, alcoolizada, seja lá o que for. (Homem, 34 anos, Saúde).

A mulher tem o mesmo direito do homem. Ninguém vai agredir um homem porque ele bebeu. Por que vai violentar, estuprar uma mulher? Isso não pode (Mulher, 55 anos, Saúde).

Geralmente, a mulher foi criada assim, mais livre. Porém, a sociedade é machista. Nós somos. Nós temos uma cultura machista. Por exemplo: falamos da roupa de outras. Na verdade, a culpa é de quem violentou (Mulher, 57 anos, Saúde).

Para Swain (2001), é possível identificar a existência de duas representações opostas das mulheres. Na primeira, elas são diabolizadas, com a ideia ancorada na natureza sexual selvagem e rebelde. Na segunda, as mulheres são santificadas, com a ideia ancorada na imagem da “boa e verdadeira mulher”. Assim, essa duplicidade de representação social da mulher é apoiada em imagens e palavras que estão no imaginário social, e compreendem a mulher a partir de sua sedução perversa e da dependência de seu corpo. Por isso mesmo, as violências são perpetradas em seus corpos, principalmente quando subvertem a lógica social imposta a elas.

Pode-se, também, retomar a ideia de Bourdieu (2012). Segundo o autor, a dominação masculina coloca a mulher como objeto simbólico, fazendo com que se torne dependente dos outros, principalmente dos homens. Esta dependência simbólica termina por construir o “ser mulher”, dependente, insegura, envolvida apenas em atividades domésticas, já que no lar estaria protegida de todo o “mal” que existe fora dele. Nesse sentido, ao sair para lugares considerados de “má reputação”, fazendo uso de álcool e outras drogas, ou simplesmente saindo sozinha, algumas pessoas podem considerar que a mulher se coloca em situação de alvo das violências por estar desamparada, tanto da suposta inviolabilidade do lar, quanto do suposto homem “protetor”.

Seguindo a primeira questão, a segunda questão também reflete sobre as representações de gênero e sua relação com a violência. As porcentagens de respostas foram

muito parecidas. Assim, 77,7% discordaram da frase, enquanto 18,7% concordaram, e 3,6% não souberam responder. Os dados são apresentados na Tabela 26.

Tabela 26 – Resultado do Questionário: Pergunta 2.

Você acha que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor?	f	%
Sim, eu acho que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor.	28	18,7
Não, eu não acho que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor.	116	77,3
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	06	4
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Piovesan e Pimentel (2011) reforçam que os crimes de violência contra as mulheres já foram compreendidos como uma situação privada ou uma simples ação de vingança ou implicância da vítima. Com isso, muitas vezes havia a culpabilização da própria vítima, afirmando que a mulher merecia a violência por causa de seu comportamento. Esse pensamento pode ser verificado nos trechos abaixo.

Eu acho que são as exposições que existem. Se ela se comportar de uma determinada maneira, querendo ou não, ela pode chamar a atenção, e isso pode gerar uma violência. Mas, se ela se comporta direitinho, aí tudo bem, não vai ter briga, não tem agressão dentro de casa (Homem, 48 anos, Segurança Pública).

Imagine assim: a mulher sai com saia curta, isso já pode ser um motivo. O marido não gosta, vai reclamar. Já pode ser um motivo pra violência (Mulher, 39 anos, Saúde).

Para Guimarães (2009), diversos ditados populares trazem subentendidos a culpabilização da mulher, e com isso a sociedade pode compreendê-la como provocadora da situação de violência. Ou seja, determinadas expressões que são muito difundidas no imaginário social podem perpetuar a ideia de que a mulher precisa apanhar, caso não se comporte da maneira socialmente determinada. Um dos exemplos trazido pelo autor é a frase: “se você não sabe por que bateu na sua esposa, não se preocupe, ela sabe”, perpetuando a ideia de que a mulher sabe quando faz algo contrário ao que se espera, e que é preciso o homem fazer uso da força e do poder para “enquadrá-la”.

Retomam-se os achados na evocação livre sobre o termo “mulher sertaneja”, em que na zona de contraste foi encontrado o termo “do lar/doméstica”. Esse termo pode estar ligado

à ideia apresentada por Barroso (2012), de que a existe um código sertanejo baseado no respeito às tradições, religião e família, e com isso reforça-se a ideia de que a mulher do Sertão é uma mulher de família, não sendo (ou não podendo) ter comportamentos considerados inapropriados.

No entanto, a maioria dos/as profissionais discorda da frase proposta, afirmando que não é o comportamento da mulher que provoca diretamente a violência, conforme os trechos destacados.

Pra mim, ela se permitiu fazer o que quer, fazer o que gosta. Então o homem não pode violentar simplesmente porque a mulher não fez o que ele queria, ou do jeito que ele queria. Embora isso aconteça muito (Homem, 31 anos, Assistência Social).

Não, isso é o modo de ver o mundo! A forma como a mulher vê o mundo, ela vai se comportar de acordo com isso (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Isso é o machismo cultural. É o machismo, que quer dizer como a mulher deve se comportar (Mulher, 29 anos, Saúde).

Isso é um absurdo! Isso não deve existir, de jeito nenhum! (Mulher, 57 anos, Saúde).

Eu acho que isso é a maneira de ser de cada um. A gente não deve exigir que ninguém se comporte de uma determinada maneira (Mulher, 55 anos, Saúde).

Segundo Silva et al. (2005), o comportamento feminino que foi determinado culturalmente é o de ser esposa e mãe. Consequentemente, o imaginário social perpetua que o principal potencial da mulher é ser mãe e companheira submissa ao poder do homem. Os/as autores/as apontam que durante muito tempo a vida da mulher foi restrita às questões domésticas e à assistência moral da família. Assim, o comportamento feminino desviante da norma era punido com violência. Ou seja, quando a mulher se afastava do seu papel de esposa e mãe, a violência era justificada. Porém, de acordo com os/as profissionais participantes da pesquisa, essa tolerância começa a ser questionada, posto que apenas a minoria perpetua esse entendimento.

A terceira questão refletiu sobre uma ideia muito propagada no senso comum, e mencionada nas entrevistas, considerando o ciúme e a traição como motivações para acontecer a violência. De acordo com os dados apresentados na Tabela 27, que versa sobre a violência ser motivada pela traição da mulher, não há um consenso sobre a questão, visto que as porcentagens foram muito próximas. Assim, enquanto 48,7% afirmam que a traição pode ser um motivo da violência, 46,6% não concordam com a afirmação.

Para Barroso (2012), perante um grave insulto, muitas vezes a resposta dada a quem ofendeu era a morte, principalmente por causa das tradições arraigadas que até coagiam as

peessoas a revidarem. Assim, os crimes contra a honra do homem foram ampliados para situações variadas, incluindo a traição, que foi, e ainda é a principal motivação apresentada nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Tabela 27 – Resultado do Questionário: Pergunta 3.

Para você, a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro?	f	%
Sim, eu acho que a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro.	70	48,7
Não, eu não acho que a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro.	73	46,6
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	07	4,7
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Para os/as profissionais que concordam com a afirmação de que a violência pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro, são apresentadas, por exemplo, as explicações destacadas a seguir.

Começa com traição. A partir do momento que a traição entra dentro da casa tudo muda. O homem muda demais. O homem passa a ser violento, passa a exigir mais do que a gente pode oferecer e dar (Mulher, 41 anos, Assistência Social).

Pode acontecer, sim. Pode acontecer até a morte (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

É exatamente o que acontece. É isso. Quando a mulher trai, aí o homem vai e comete uma violência, mesmo que ele não tenha certeza (Homem, 43 anos, Informal).

Sim. Acontece por isso. Concordo. Mas não é justificativa. Ou não devia ser justificativa. Mas acontece (Mulher, 33 anos, Saúde).

A mulher se adapta à traição. Essa é que é a verdade. E infelizmente a violência ainda acontece muito por isso (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Conforme Pimentel, Pandjiarjian e Belloque (2006), os casos de agressões e homicídios contra as mulheres, praticados por seus maridos, companheiros, namorados, atuais ou ex, com alegação de prática de adultério, geralmente são considerados como “crimes de honra”. Assim, muitos casos de violência contra as mulheres foram considerados justificáveis, baseados na tese de “legítima defesa da honra”. Ou seja, quando houvesse a traição, ou até mesmo uma simples suposição de traição por parte da mulher, o homem tinha permissão de se vingar, pois a violência aconteceria em função da desonra do homem.

Uma das profissionais, apesar de concordar com a afirmação, comenta uma situação inversa, em que ela foi traída pelo marido e, ainda assim, ficou numa situação de violência.

Meu telefone cansava de tocar privado. E quando eu atendia era um monte de mulher dizendo: “Oh, corna, passei a noite com seu marido?”. Então aquilo me descontrolava. Eu não vou dizer que era boazinha, entendeu? Porque eu não era boazinha assim... Eu era boazinha porque eu respeitava, cuidava do meu filho. E chegou até um tempo que eu não queria cuidar do meu filho. Foi quando eu fiquei depressiva. E eu avançava nele quando eu recebia essa ligação, e ele... Primeiro que a gente não deve medir força com o homem, né, que a gente sempre sai perdendo. Aí pronto, era onde ele perdia o controle, e me batia valendo mesmo. E não era um tapinha, não. Era de ficar com olho roxo, era de ficar sem andar (Mulher, 31 anos, Assistência Social).

É importante lembrar, em conformidade à reflexão de Machado (2002), que a tese da legítima defesa da honra promoveu a absolvição de muitos homens, mesmo quando confessavam os delitos. Alegando que os crimes foram passionais, motivados por traição. Muitas vezes, conforme trecho acima, as mulheres também se colocam como causadoras da violência, no sentido em que revidam as agressões, fazendo com que o ciclo de violência fique mais intenso. No entanto, esse entendimento vem mudando, e essa alegação começa a não ser mais aceita tão amplamente, como pode ser percebido nos trechos destacados a seguir.

Eu não concordo com isso. Na verdade, essa ideia é machismo (Mulher, 30 anos, Assistência Social).

Mas e o homem não trai a mulher? Então não pode usar isso como desculpa. Porque assim, a mulher poderia bater no homem também (Mulher, 57 anos, Saúde).

Pra mim isso é machismo puro. Não tem outra palavra (Mulher, 29 anos, Saúde).

Eu acho que cada um vive a sua vida do jeito que quer, e traição não justifica a violência (Mulher, 34 anos, Saúde).

Podem-se retomar o termo “machista”, que se refere ao julgamento que os/as profissionais possuem sobre o homem do Sertão, e o termo “machismo”, que faz parte do núcleo central da representação da violência contra as mulheres, para pensar a não aceitação da perpetuação da violência. Os termos representam o entendimento que os/as profissionais possuem sobre o homem, principalmente devido à cultura patriarcal local, ou seja, o homem sertanejo, herdeiro dessa história, continua com o machismo, associando a ideia de que os homens têm poder sobre as mulheres. Segundo os trechos destacados acima, apesar de o Sertão ainda ser um local com uma cultura machista forte, os entendimentos estão em mudança, fazendo com que a aceitação da “legítima defesa da honra” não seja tão facilmente aceita. Reitera-se a informação proferida na sessão anterior de que o STF ratificou o

impedimento do uso da tese da legítima defesa da honra em casos de violência contra as mulheres (BRASIL, 2021).

A quarta questão versou sobre a compreensão das representações de gênero, a partir de sua naturalização. Neste sentido, houve um número elevado de profissionais que não tiveram certeza da resposta, totalizando 13,3% dos/as participantes. Por outro lado, 40,7% afirmaram concordar com a ideia de que é natural o homem ficar mais na rua do que a mulher, enquanto 46% discordaram da proposição. O resultado é apresentado na Tabela 28.

Tabela 28 – Resultado do Questionário: Pergunta 4.

Para você, é natural que os homens gostem mais de ficar “na rua” (em bares, festas, farras) do que as mulheres?	f	%
Sim, eu acho que é natural os homens ficarem mais na rua do que as mulheres.	61	40,7
Não, eu não acho que é natural os homens ficarem mais na rua do que as mulheres.	69	46
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	20	13,3
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

De acordo com Azevedo (1985), as mulheres ganharam a competência de um universo próprio, o doméstico, enquanto os homens agiam no espaço do trabalho e da política, ou seja, no âmbito público. Com isso, a vida das mulheres foi sendo considerada cada vez mais restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto a dos homens foi sendo pública e social. Ainda segundo a autora, a principal justificativa para reservar o espaço privado para a mulher é baseada na compressão de que existe uma capacidade natural de ser mãe. Essa proposição é fortemente percebida no trecho destacado abaixo.

É porque muitas vezes o homem vai num bar ou em qualquer outro canto acertar um negócio com um amigo, e tudo. E a mulher, o que é que ela vai acertar? Porque tem o filho, tem o lar pra ela tomar de conta e tudo. E o homem, ele pode entrar até no inferno; quando ele vier de volta, ele abre sua camisa, ele é o mesmo homem, a mulher já não é. Não é (Homem, 63 anos, Informal).

Por outro lado, mesmo alguns/mas profissionais que concordaram com a proposição, ou seja, concordam que é natural os homens ficarem mais na rua, fazem reflexões sobre a situação, compreendendo que apesar de acontecer, na verdade, não deveria.

Eu acho que isso é errado. Eles ficam mais na rua, mas isso é errado, não deveria ser assim (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

Isso acontece por acharem que é direito deles (Homem, 48 anos, Segurança Pública).

É fundamental retornar à proposição de DaMatta (1997). O autor observa que a sociedade marca a mulher como centro de todas as tarefas domésticas familiares. Esta divisão de espaços casa *versus* rua é atualizada nas análises sobre gênero e violência. Nessa lógica, o homem é visto como um ser da rua, enquanto a mulher deve ficar em casa em sua posição de dona de casa, aquela que cuida dos/as filhos/as, dos afazeres domésticos, e o homem trabalha e pode sair com os amigos e com outras mulheres. Os/as profissionais que não concordam com a proposição fazem uma reflexão não naturalizante, ou seja, consideram o contexto sociocultural, como pode ser verificado nos trechos a seguir.

Essa ideia é vinda de uma cultura machista, que quer apresentar o lugar da mulher sempre dentro de casa e o lugar do homem na rua (Homem, 41 anos, Assistência Social).

Eu acho essa ideia injusta. Essa coisa do homem poder e a mulher, não (Mulher 29 anos, Assistência Social).

Na verdade, essa ideia é simplesmente cultural (Mulher, 32 anos, Informal).

Isso é natural ou é cultura? Pra mim, é questão da cultura, não tem nada de natural (Mulher, 55 anos, Saúde).

Pra mim, os direitos são iguais. Então, se o homem pode, a mulher pode também (Mulher, 34 anos, Saúde).

Barbieri (1993) propõe que é preciso não homogeneizar a experiência de homens e mulheres, sendo fundamental analisar o contexto étnico e cultural nas análises de gênero. Para isso, deve-se partir da hipótese de que não existe a mulher e o homem, mas mulheres e homens em diferentes situações sociais e culturais. Assim, o comportamento de “estar na rua” pode ser considerado tanto do homem quanto da mulher, dependendo do lugar e do tempo em que as situações são percebidas e analisadas.

Apesar de ter-se a compreensão de que as representações de gênero devem ser analisadas de maneira contextualizada, pode-se afirmar que mesmo com tantas transformações sociais ocorridas, o homem ainda é considerado o agregador, símbolo do mundo da rua, enquanto que a mulher simboliza o mundo da casa e da família. Esse imaginário social que dicotomiza as representações de gênero entre homem/público e mulher/privado ainda podem ser apresentadas como justificativas para a ideia da dominação masculina sobre a mulher e, conseqüentemente, da violência perpetrada contra elas.

A quinta questão abordou a compreensão da dimensão pública da violência doméstica e familiar. É possível perceber na Tabela 29 que a maioria dos/as profissionais discorda da ideia de que as questões entre marido e mulher devem ser mantidas no âmbito privado, especialmente se houver violência. Por outro lado, 35,3% ainda acreditam que nas questões familiares não deve haver interferência de outras pessoas externas.

Tabela 29 – Resultado do Questionário: Pergunta 5.

Para você, o que acontece entre um casal não é de interesse das outras pessoas?	f	%
Sim, eu acho que o que acontece entre um casal não é de interesse das outras pessoas.	53	35,3
Não, eu acho que o que acontece entre um casal é de interesse das outras pessoas.	91	60,7
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	06	4
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Piovesan e Pimentel (2011) chamam atenção ao fato de que durante muito tempo os crimes de violência contra as mulheres foram compreendidos como uma questão estritamente do campo doméstico. Os trechos destacados a seguir apontam esse pensamento.

Eu acredito que ninguém deve se meter, porque depois o casal reata e fica como vilã (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

Acho que só deve ser de interesse se o homem quer matar a mulher. Se não for isso, deixa eles resolverem (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Ninguém pode se meter. Se não dá, tem que separar. Tá criando situação pra guardar (Homem, 47 anos, Informal).

Não interessa a ninguém. Entre pedra, coco. É só pros dois. E se houver violência, Aí quer dizer que ela deve contar, mas quando não é, tem que ficar em casa. Porque muitas, até se o marido der um empurrão brincando, já vai dizer a família, ali já vira um atrito maior e tudo (Homem, 50 anos, Informal).

Nesse momento, é imprescindível refletir que continuar considerando a violência contra as mulheres como do âmbito privado pode acentuar a vulnerabilidade da mulher. Segundo Soares (2005), essa percepção pode fomentar o mito de que roupa suja se lava em casa, ou ainda que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Esses ditados populares continuam muito presentes no imaginário social, e podem guiar e indicar ações que corroboram esse tipo de violência, apesar da existência da Lei Maria da Penha desde o ano

2006. Porém, já é possível vislumbrar que alguns/mas profissionais não legitimam a ideia de que as questões familiares devem sempre ser mantidas no campo privado, como é possível perceber nos trechos apresentados a seguir.

Eu acredito que se for questão de violência, interessa sim aos outros. Acho até que é muito importante que alguém interfira, porque às vezes a mulher não consegue falar nada, e precisa desse apoio, de alguém que perceba o que acontece, e que vá falar alguma coisa (Mulher, 39 anos, Saúde).

Eu lembro de um caso em que a mulher pediu ajuda aos vizinhos. Aí eu acho que foi importante que a vizinha se intrometeu no caso. Foi pra ajudar, então tem que acontecer (Mulher, 28 anos, Saúde).

Interessa, sim! E muito! (Mulher, 34 anos, Saúde).

É mentira isso aí. Interessa aos outros, porque tem que denunciar se estiver acontecendo alguma coisa, se for alguma violência (Mulher, 39 anos, Saúde).

Depende do que acontece. Se for segurança à vida, tem que falar pra alguém, pedir pra alguém ajudar (Homem, 38 anos, Segurança Pública).

De acordo com Minayo (2013), algumas violências podem ser “naturalizadas” e, por isso, as pessoas que as cometem acreditam que estão fazendo algo normal, bem como as pessoas que sofrem a violência podem não reconhecer os atos como tal. Por outro lado, é fundamental a compreensão da violência como uma construção histórica e que, por isso, muda de acordo com cada sociedade, podendo aumentar ou diminuir, em concordância à construção social. Acredita-se que é necessário refletir as questões históricas sobre os direitos das mulheres, que durante muito tempo tiveram seu lugar na sociedade limitado aos cuidados com o lar e com a família, o que acarretava a aceitação da violência doméstica e familiar. Assim, os ditadores populares devem não ser mais aceitos, pois podem facilmente legitimar ações violentas.

A sexta questão propôs uma nova reflexão sobre as representações de gênero, especificamente as relações desiguais de poder na família. A Tabela 30 apresenta o resultado, e é possível perceber que a maioria dos/as profissionais discorda da sentença.

Tabela 30 – Resultado do Questionário: Pergunta 6.

Para você, os homens devem sempre ser a cabeça do lar?	f	%
Sim, eu acho que o homem deve sempre ser a cabeça do lar.	30	20
Não, eu não acho que o homem deve ser sempre a cabeça do lar.	110	73,3
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	10	6,7
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Dialogando com o resultado apresentado nas evocações livres sobre o homem e a mulher do Sertão, em que foram mencionadas as questões da fé e da religião, os/as profissionais que concordam com a ideia proposta na pergunta seis, que versa sobre o homem ser a cabeça do lar, argumentaram a partir da religião, ancorando suas representações sobre as representações da mulher e do homem em princípios morais e religiosos. Os trechos destacados a seguir apresentam essa ideia.

Pra mim, é uma questão de respeito. Por isso que o homem é que manda mais nas questões da casa, da família. Porque a mulher deve sempre respeitar seu marido (Mulher, 37 anos, Assistência Social).

Na verdade, ela consegue “levar o homem”. A mulher tem esse poder. Ele é o cabeça, mas é ela que conduz. Se ela não “leva” o homem é que dá a merda. Ele quer só que ela se submeta, ou pelo menos mostre que é (Homem, 47 anos, Informal).

Biblicamente, sim. Eu acho que as coisas já evoluíram, a mulher tem o direito de falar. Mas ainda o homem quem deve mandar. Eu acredito assim (Homem, 42 anos, Segurança Pública).

Eu concordo porque estou falando biblicamente. Então está dito isso na Bíblia, e pra mim deve ser dessa forma. Eu estou falando porque é uma questão bíblica (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

Eu concordo com isso porque é um preceito evangélico (Homem, 40 anos, Segurança Pública).

Para Santos (2014), o discurso fundamentalista se configura como uma narrativa onde a revelação do sagrado é compreendida de modo descontextualizado, e é relacionado à teologia tradicionalista, em que se defende que as regulações sociais e políticas do passado ainda seriam a melhor solução para as questões do presente. Nesse caso, as representações de gênero devem ser analisadas a partir de uma construção histórica e social, não se prendendo em um olhar do passado. Afinal, a compreensão das representações de gênero muda de acordo com o contexto histórico e cultural.

Segundo Ribeiro (2006), o/a sertanejo/a é bastante caracterizado/a por sua religiosidade. Por outro lado, esse fato pode revelar uma tendência ao messianismo fanático, ou ainda à sua inflexibilidade dos costumes, o que pode acarretar situações de sacrifício e de violência. Foi possível verificar nas evocações livres que para os homens e mulheres do Sertão, a identidade perpassa a ideia de religiosidade, e com isso os dogmas podem ser utilizados como justificativas para determinados comportamentos. Ainda assim, a maioria discorda da sentença de que o homem deve sempre ser quem manda na casa e na família.

Eu acredito que deve ser um consenso. Não tem como dizer se é o homem ou mulher quem manda mais, mas tudo deve ser conversado, pra se entrar num acordo. (Mulher, 46 anos, Saúde).

Não, o homem manda numa parte e a mulher em outra, mas ele não manda em tudo (Homem, 40 anos, Informal).

Reitera-se que Código Civil de 1916 concedia ao homem o comando da família, considerando-o chefe da “sociedade conjugal”, porém essa função deveria ser exercida em colaboração com a mulher (BRASIL, 1916). Esse Código que vigorou até o ano de 2002 permitia também que o homem administrasse os bens comuns e os particulares da mulher e, colocava a mulher como “relativamente capaz”. No entanto, as mudanças legislativas e, conseqüentemente, as sociais, permitiram à mulher ter mais acesso à educação e ao mercado de trabalho. Esse maior acesso trouxe mudanças significativas na estrutura familiar, inclusive permitindo a modificação das relações de poder anteriormente tão desiguais.

A questão sete adentra na compressão sobre as legislações brasileiras existentes, especificamente a Lei Maria da Penha. De acordo com os dados apresentados na Tabela 31 fica evidente que a ampla maioria dos/as profissionais concorda que a referida lei ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres, com 83,3%. Para 14,7%, a aprovação da Lei Maria da Penha não trouxe mudança significativa para a coibição dos casos de violência contra as mulheres.

Tabela 31 – Resultado do Questionário: Pergunta 7.

Para você, a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres?	f	%
Sim, eu acho que a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres.	125	83,3
Não, eu não acho que a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres.	22	14,7
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	03	2
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

As principais justificativas para a concordância da proposição são baseadas nas percepções práticas de casos, conforme trechos destacados abaixo.

Eu não sei se diminuiu, mas sei que melhorou muito. As coisas realmente melhoraram muito depois da Lei Maria da Penha. Apesar de todas as dificuldades que nós ainda temos, eu acho que melhorou, sim (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

Pela lei em si eu acho que ajudou, mas não como ela é aplicada. Eu vejo que ainda falta muito pra andar. Eu vejo que as mulheres não conseguem prestar a queixa. Eu vejo que os homens não são presos. Eu vejo que as medidas protetivas não são cumpridas. Então, assim, a lei ajudou, mas ainda falta melhorar a aplicação mesmo da lei (Mulher, 25 anos, Assistência Social).

Tem muitos casos que a lei ajudou, mas por aqui mesmo não ajudou, não (Homem, 40 anos, Informal).

Essa ideia de que a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência contra as mulheres, mas que isso não é tão claramente percebido pode ter a ver com a questão da impunidade e da injustiça, termos encontrados na parte estrutural da representação social da violência contra as mulheres. Assim, a Lei é considerada um avanço legislativo importante, mas apesar os números da violência ainda são grandes. O estudo apresentado por Bueno e Lima (2019) aponta que 27,4%, aproximadamente 16 milhões de mulheres com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Outros dados importantes da pesquisa assinalam que em 76,4% dos casos o agressor era alguém conhecido e o local de ocorrência da violência foi a residência da mulher, em 42% dos casos.

A oitava questão foi bastante significativa para toda a pesquisa. Apesar dos/as participantes serem todos/as profissionais de serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, desde a análise das entrevistas foi percebido um desconhecimento das questões de gênero, bem como das legislações específicas. Dessa forma, os dados da Tabela 32 apontam que 58% dos/as profissionais concordam que a Lei Maria da Penha também deveria ser utilizada para os casos de homens que são agredidos por mulheres, reforçando a incompreensão da lei e das nuances sociais que embasam o arcabouço jurídico.

Tabela 32 – Resultado do Questionário: Pergunta 8.

Para você, a Lei Maria da Penha também deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres?	f	%
Sim, eu acho que a Lei Maria da Penha deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres.	87	58
Não, eu não acho que a Lei Maria da Penha deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres.	50	33,3
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	13	8,7
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

As principais justificativas para a concordância com a proposição são baseadas, erroneamente, no princípio de igualdade de direitos, ou na informação equivocada de que a Lei Maria da Penha já permite esse tipo de enquadramento, conforme pode ser verificado nos trechos a seguir.

Eu concordo porque eu acredito que a lei é para todos. Então ela deve servir para os homens também (Mulher, 37 anos, Assistência Social).

Já tem. Eu acredito que isso já tem na lei (Homem, 31 anos, Assistência Social).

Em alguns casos, sim. Eu acho que em alguns casos a lei pode ser usada pra homens também, se a mulher bater no homem (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Os direitos são iguais. Então tem que proteger o homem também (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

Claro! Tem que proteger os dois, porque ninguém deve dar, nem deve apanhar. Pra mim, é isso (Homem, 63 anos, Informal).

Eu concordo, porque eu conheço homem que apanha (Mulher, 22 anos, Saúde).

Direitos iguais! Deve proteger os homens também (Mulher, 34 anos, Saúde).

Na verdade, já tem na lei, a mulher pode ser enquadrada, sim (Homem, 36 anos, Segurança Pública).

Isso já tem na lei... (Homem, 29 anos, Segurança Pública).

Eu acho que tem que investigar pra saber se a mulher tá provocando, tem que proteger os dois. Porque a gente sabe que existe situação que o homem é vítima. A lei é pra isso, tem que proteger os dois (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

Porque na lei diz. Não deve haver diferença. Aí eu concordo que deve ser pra homem também (Mulher, 30 anos, Saúde).

Simioni e Cruz (2011) afirmam que a existência da desigualdade baseada no gênero, vinculada aos aspectos da vulnerabilidade social de um grande grupo de mulheres, além dos marcadores de classe, raça/etnia e geração, foram alguns dos fatores cruciais para a construção de uma legislação nacional especificamente voltada à coibição da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres. Por isso, o argumento de igualdade de direitos não se sustenta.

Alguns/mas profissionais foram enfáticos/as ao afirmarem que a Lei Maria da Penha já pode ser utilizada contra a mulher. Não é possível assegurar se esse era o caso, posto que a pergunta foi se a Lei deveria proteger os homens, mas é importante considerar que, de fato, a Lei Maria da Penha pode ser usada contra a mulher, caso outra mulher seja vítima, inclusive em relacionamentos homoafetivos. Porém, não há precedente de utilização da Lei em casos em que o homem foi a vítima.

É preciso pensar a igualdade na desigualdade, pois Conforme Agüero (2013), a violência apresenta um padrão de gênero marcante. Ou seja, apesar dos homens estarem mais predispostos a serem atacados por um desconhecido, as mulheres sofrem mais violência de seus parceiros, e geralmente dentro de casa. Por isso, a Lei Maria da Penha faz um recorte específico da violência, considerando-a como toda ação ou omissão que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006). Para os/as profissionais que discordam da sentença, as justificativas perpassam o entendimento de que uma lei específica para a mulher não pode ser utilizada para defender os homens.

Tem que ser só pra mulher, tem que ser outra lei pra defender os homens, ou então a Lei Maria da Penha vai ficar banalizada (Mulher, 39 anos, Saúde).

Não, de jeito nenhum. Nesse caso usa o Código penal! A Lei Maria da Penha é só pras mulheres mesmo (Mulher, 57 anos, Saúde).

A lei não é pro homem, não. É apenas pra mulher. Já pensou que loucura usar uma lei que é só pras mulheres, agora pra defender homem também? (Homem, 34 anos, Saúde).

Não pode usar a Lei Maria da Penha, porque já é amparado por outras leis. Mas não a Maria da Penha (Homem, 40 anos, Informal).

Acho que tinha que criar a Lei José da Penha, deveria ter um pra cada (Homem, 44 anos, Segurança Pública).

Retoma-se aqui a preposição de Beauvoir (2019a, p. 547), ao mencionar que entre homens e mulheres há uma “igualdade na desigualdade”, em que um se utiliza de seu despotismo e o outro de sua covardia; ou seja, nas trocas sociais realizadas, a mulher recorreria para a igualdade abstrata que lhe prometeram, enquanto o homem apelaria para a desigualdade que é percebida concretamente. Chama-nos a atenção que tantos/as profissionais, que devem realizar o atendimento e encaminhamento, além de ajudar a coibir e prevenir a violência contra as mulheres, afirmem que a Lei Maria da Penha deve ser utilizada também para homens. Certamente essa representação tem influência nas suas práticas profissionais.

A questão nove questionou sobre a necessidade de a mulher procurar ajuda do serviço de segurança pública em casos de violência doméstica, e a Tabela 33 apresenta os resultados. Pode-se verificar que a ampla maioria dos/as profissionais concorda que a mulher deve procurar o serviço de segurança pública, totalizando 91,34% dos/as participantes. Já 7,33%

acreditam que nem sempre a mulher deve procurar a polícia em casos de violência doméstica e familiar.

Tabela 33 – Resultados do Questionário: Pergunta 9.

Para você, as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica?	f	%
Sim, eu acho que as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica.	137	91,34
Não, eu não acho as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica.	11	7,33
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	02	1,33
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

Nas situações em que o/a profissional discorda, a justificativa está ancorada na falta de efetividade do serviço, mas também na ideia de que a violência pode acontecer apenas uma vez, conforme trechos destacados a seguir.

Eu discordo, no sentido de que quando chegam lá, eles mandam a mulher voltar, a mulher não é atendida como deveria (Mulher, 25 anos, Assistência Social).

Eu acho que a mulher pode procurar outro tipo de ajuda. Procurar uma pessoa pra aconselhar os dois e tudo mais. Nem tudo deve precisar da autoridade. E eu acho que cadeia não faz ninguém ficar bom, pode sair de lá até pior (Homem, 63 anos, Informal).

Pode ser a primeira vez, e o homem pede perdão. Daí a mulher aprende a respeitar mais o marido na primeira vez que isso acontece. Tem mulher que não quer levar nem um tapa! Tem mulher de todo jeito (Homem, 47 anos, Informal).

Às vezes essa violência é um caso isolado, há momentos ali da situação. Eu acho que nem sempre o homem deve ir preso, então nem sempre preciso chamar a polícia. (Homem, 43 anos, Informal).

É importante ressaltar os dados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a violência contra as mulheres no Brasil que apontam que quase 56% das mulheres em situação de violência não procuraram a Polícia, e que 33% disseram temer represália ou não queriam envolver a polícia (BRASIL, 2013e). É preciso também reforçar a existência do ciclo de violência (WALKER, 1979; LEITÃO, 2014), que pode obscurecer a gravidade do problema, pois se acredita que a violência acontece apenas uma vez, principalmente quando o homem promete que nunca mais vai voltar a cometer a agressão.

Segundo pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 27,4% das mulheres disseram ter sofrido alguma violência. Destas, 52% não fizeram nada após sofrer violência. Das que procuraram ajuda, 23,8% mencionaram ter procurado algum órgão especializado, sendo que 10,3% procurou uma DEAM, 8% uma delegacia comum e 5,5% ligaram para o número 190 da Polícia Militar. Já 15% compartilhou a situação com alguém da família ou pessoas próximas. Esses dados corroboram os discursos dos/as profissionais de que, infelizmente, nem sempre há uma efetividade do atendimento policial nos casos de violência contra as mulheres. Algumas situações foram compartilhadas nas análises das entrevistas realizadas na seção anterior.

No que se referem às justificativas para a concordância com a proposição, os/as profissionais reforçam a ideia de que nem sempre há uma efetividade da ação do serviço de segurança pública.

Eu concordo, mas eu não sei se adianta. São tantas coisas que a gente ouve, que a gente vê. Eu acho que tem chamar mesmo a polícia, apesar de tudo isso que ainda acontece (Mulher, 36 anos, Assistência Social).

A mulher é a parte fraca. Então, mesmo que ele se arrependa, nem sempre o homem vai ir preso, mas tem que procurar ajuda (Mulher, 52 anos, Assistência Social).

Nos dois casos que atendi, eu acho que tem que chamar a polícia mesmo, tem que procurar ajuda, às vezes o homem vai preso, porque a polícia não chega pra conversar, ela vem resolver o problema (Mulher, 32 anos, Informal).

Tem que ir, sim! Tem que procurar a polícia, não pode ficar calada. A polícia tem que agir, tá aí pra isso mesmo e tem que procurar ajuda, e pronto (Mulher, 34 anos, Saúde).

Acho que depende do tipo de violência, mas o homem tem que ser punido (Mulher, 35 anos, Saúde).

Sim, eu concordo que tem que procura, porque independente de qualquer coisa, ficam as notificações, e isso é muito importante. Eu acho que sim (Mulher, 57 anos, Saúde).

De acordo com Belloque (2011), muitas vezes pode-se perceber a vitimização secundária, refletida no tratamento recebido pela mulher no momento de prestar declarações como vítima, tanto na polícia quanto em juízo, sendo submetida, por exemplo, a exames corporais desnecessários para provar a agressão, ou sendo forçada a ser confrontada com o agressor, sobressaindo dúvidas sobre sua denúncia. Esses atos acabam intimidando a mulher, e fazendo com que muitas desistam de formalizar a queixa. Além disso, como foi verificado nas evocações livres e nas entrevistas, ainda há muito medo e vergonha.

A última pergunta do questionário versou sobre a compreensão dos tipos de violência. Nesse sentido, pode-se perceber que a grande maioria dos/as profissionais conseguem extrapolar a violência para além das questões físicas. Inclusive, essa foi a maior porcentagem de todo questionário, sendo que 92% discordaram da proposição, pois reconhecem a existência de outros tipos de violência, além da física. Os dados estão apresentados na Tabela 34.

Tabela 34 – Resultado do Questionário: Pergunta 10.

Para você, se o homem não agredir fisicamente, então não se pode dizer que a mulher foi vítima de violência?	f	%
Sim, eu acho que se o homem não agredir fisicamente, não se pode dizer a mulher foi vítima violência.	11	7,3
Não, eu acho que mesmo se o homem não agredir fisicamente, pode se dizer que a mulher foi vítima de violência.	138	92
Não tenho certeza, tenho dúvidas.	01	0,7
Total	150	100

Fonte: A autora, 2020.

A Lei Maria da Penha apresenta cinco tipos de violência, cuja divisão é fundamentada nas desigualdades de gênero e compreendida como uma violação de direitos humanos. Os cinco tipos são: física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral (BRASIL, 2006).

Os principais argumentos apresentados pelos/as profissionais dão conta da existência de outros tipos de violência, notadamente a violência psicológica ou verbal. As falas dos/as profissionais refletem esse entendimento, conforme os trechos destacados a seguir, que corroboram os dados apresentados nas análises das entrevistas, em que se reflete a gravidade da violência psicológica.

Eu não concordo com isso, porque pra mim, a violência psicológica é pior do que a física (Mulher, 22 anos, Assistência Social).

Isso não é verdade, porque tem outras violências (Mulher, 54 anos, Assistência Social).

Tem a violência psicológica. Então eu não concordo com isso, não (Homem, 31 anos, Assistência Social).

Eu acredito que tem outra forma de violência, pelas palavras. Não é só o bater, só a física (Mulher, 29 anos, Assistência Social).

Tem a violência verbal, que até machuca mais que a física (Mulher, 45 anos, Assistência Social).

Não concordo, porque tem a violência verbal, se não for pior que a física!(Mulher, 55 anos, Saúde).

Existem várias outras violências. A psicológica, patrimonial, não é só a física (Mulher, 57 anos, Saúde).

As mulheres não tem conhecimento, mas se quebrar um abajur é violência (Homem, 41 anos, Segurança Pública).

De acordo com o indicado na Lei Maria da Penha, a “violência psicológica” é qualquer conduta que venha a causar dano emocional e redução da autoestima, ou que possa prejudicar o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, através do uso de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outra meio que cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação (BRASIL, 2006).

Retoma-se a ideia de Feix (2011), de que a violência psicológica tem base na negativa à mulher de exercer sua liberdade, sua autonomia de vontade e, conseqüentemente, sua condição de sujeito de direitos. Além disso, a autora ressalta que a violência moral está intimamente associada à violência psicológica, porém a primeira apresentaria efeitos mais extensos, já que sua perpetração confere ofensas à imagem e reputação da mulher em seu meio social, ao menos nos casos de calúnia e difamação.

Minayo (2013) também oferece uma classificação dos atos violentos baseados nas quatro modalidades de expressão preconizados pela OMS. Assim, para a autora, o abuso físico é refletido no uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades a outra pessoa; enquanto o abuso psicológico envolve as agressões verbais ou gestais que tenham o objetivo de humilhar, aterrorizar ou isolar a pessoa de convívio social.

Os dados da Pergunta 10 que versa sobre a taxonomia da violência, corroboram com os resultados das análises das entrevistas. De forma geral, os dois tipos de violência mais citados e reconhecidos pelos/as profissionais foram a física e a psicológica. Apesar de ser um dado importante, mostra que ainda é preciso discutir mais sobre os outros tipos de violência apresentados na Lei Maria da Penha, bem como debater sobre quais ações são caracterizadas como cada tipificação proposta na lei.

Diante dos dados aqui apresentados e analisados, foi possível vislumbrar os significados atribuídos pelos/as profissionais no que se referem às violências contra as mulheres. No que se refere à abordagem estrutural, verificou-se que o núcleo central da representação social da violência contra as mulheres para os/as profissionais da Rede de

Enfrentamento é composto pelos termos “agressão”, “covardia”, “machismo” e “tristeza”. O termo com maior frequência e menor tempo de evocação foi “covardia”, referido por 24% dos/as participantes. Além disso, o termo foi considerado como o primeiro ou segundo mais importante por quase 10% dos/as profissionais.

Realizando um recorte de gênero, foi percebido que para as profissionais mulheres o núcleo central da representação se mantém; e para os profissionais homens, há a saída do termo “tristeza” para a entrada do termo “medo”. Na análise comparativa entre as diferentes áreas de atuação, percebe-se que a maior diferença está na Rede Informal, com apenas dois termos coincidentes, que foram “covardia” e “tristeza”. Ressalta-se também que o termo “machismo” só foi encontrado no núcleo central entre profissionais da Rede de Segurança Pública.

Nas análises das entrevistas, foram evidenciadas três categorias temáticas: as concepções de gênero e violência; o conhecimento sobre a rede e as legislações; e as práticas de atendimento às mulheres em situação de violência. Foi possível constatar que os/as profissionais perceberam uma mudança nas representações dos gêneros, mas que essa evolução não aconteceu da mesma maneira no Sertão em relação às cidades grandes. Percebe-se a manutenção de construções históricas e sociais baseadas nas relações desiguais de poder entre os gêneros, que desencadeiam as situações de violência, como o machismo e o preconceito. Além disso, 18,3% das profissionais entrevistadas declaram que estiveram ou que estejam em situação de violência doméstica no momento da pesquisa.

Por fim, os dados do questionário estruturado permitiram corroborar as informações coletadas pelas entrevistas, principalmente no que se referem às representações de gênero, evidenciadas na concordância de 40,7% de que é natural o homem ficar mais na rua do que as mulheres, e para 48,7% a violência pode ocorrer quando há traição. Outro dado importante é que 58% concordaram que a Lei Maria da Penha também deveria ser usada nos casos em que os homens são agredidos por mulheres.

Acredita-se que o entendimento da estrutura e da dinâmica das construções sociais em que os/as profissionais ancoram suas representações da violência contra as mulheres pode contribuir para propor caminhos possíveis para ajudar na identificação e enfrentamento do fenômeno. Assim, apresentam-se em seguida as discussões finais e as articulações dos resultados dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um galo sozinho não tece uma manhã:
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro; de um outro galo
 que apanhe o grito que um galo antes
 e o lance a outro; e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzem
 os fios de sol de seus gritos de galo,
 para que a manhã, desde uma teia tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.
*João Cabral de Melo Neto*⁵⁰

Abrindo as considerações finais desta pesquisa, utiliza-se o trecho de um poema como epígrafe da seção. A escolha, em meio a tantas possibilidades, não foi aleatória. O poema de João Cabral de Melo Neto é uma metáfora do nascer da manhã, em que cada grito de galo traz um raio de sol, que vai se unindo com outros fios de sol, formando uma “tela tênue”, até comporem o sol. Para isso acontecer, não basta apenas o grito de um galo; o sol é feito de união, sempre é preciso outros galos.

Para corroborar a compreensão sobre o trecho acima destacado, retoma-se o pensamento de Oliveira (2001), sobre o trabalho em rede. Segundo a autora, as redes são uma forma de atuação conjunta de serviços e/ou pessoas. Então, para atuar em rede, é necessário que haja organização e cooperação entre os serviços, de forma que seja possível: reconhecer que o outro existe e é importante; conhecer o que o outro faz; colaborar quando necessário; compartilhar saberes, ações e poderes. Dessa forma, será possível “tecer a manhã”.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), alguns documentos importantes, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011b) e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013a) ratificaram a necessidade de implantar ações e serviços específicos para a prevenção e combate à violência contra as mulheres. Assim, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi definida, incluindo vários tipos de serviços, tanto especializados, ou seja, que realizam atendimento exclusivo às mulheres, quanto os serviços não-especializados (BRASIL, 2011a).

⁵⁰ MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa: volume único*. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 345.

De acordo com os dados expostos nessa pesquisa, foi possível verificar que a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres na região do Sertão de Pernambuco pesquisada apresenta um número reduzido de serviços, principalmente aqueles considerados especializados. Dentre as principais ausências deste tipo de serviço, destacam-se a falta de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e uma Casa de Acolhimento. Além disso, mesmo nos serviços não-especializados, nota-se que ainda há poucos equipamentos, como os CREAS e CRAM. Assim, pode-se concluir que há uma dificuldade de um “galo cruzar os fios de seus gritos com outros galos”, parafraseando Melo Neto.

O estudo aqui apresentado teve como objetivo geral analisar as representações sociais da violência contra as mulheres entre profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência numa região do Sertão de Pernambuco. Para atingir o objetivo geral, a pesquisa buscou elucidar algumas questões.

A primeira refere-se às representações sociais acerca do homem e da mulher do Sertão entre os/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à violência. A segunda diz respeito à estrutura e ao conteúdo das representações sociais da violência contra as mulheres. E, por fim, a terceira tratou de confrontar as representações da violência contra as mulheres entre gêneros e entre os/as profissionais das diferentes áreas da Rede de Enfrentamento.

Para conseguir alcançar os objetivos do trabalho, foi preciso realizar um estudo teórico profundo e uma compreensão minuciosa do contexto social e da história do Sertão de Pernambuco. Partiu-se do pressuposto que, para compreender a representação social da violência contra as mulheres, era necessário, antes, compreender o contexto em que os sujeitos participantes da pesquisa estavam inseridos.

No intuito de entender o contexto do Sertão, foram delineadas as fontes documentais e bibliográficas, observando as construções das relações existentes entre homens e mulheres, através de dois fenômenos sociais importantes: o coronelismo e o cangaço.

A representação social da mulher foi historicamente construída como sendo o “sexo frágil”, tendo seu destino “natural” como mãe e dona de casa. Talvez, essa representação ainda permaneça em grande parte das culturas e sociedades no mundo. Retoma-se a segunda posição do conceito de gênero proposto por Scott (1995), como um dos meios de articulação do poder, pois a mulher é compreendida como o sexo frágil, sobre o qual é realizado um controle que a coloca “em seu lugar”, consolidando o poder e naturalizando as posições masculinas e femininas.

Se, de forma geral, as representações da mulher eram de “sexo frágil”, dócil, delicada, meiga, quando essa mulher é do Nordeste/Sertão, uma série de adjetivos opostos é utilizada e quase sempre apresentam uma mulher masculinizada ou que remetem a um estereótipo. A mulher do Sertão é vista como “mulher de coragem”, trazendo arraigado o estigma de “mulher macho”, considerada capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse. Ou seja, a mulher do Sertão está, comumente, associada aos valores morais rígidos e tradicionais.

A partir do estudo da representação social da mulher do Sertão, constatou-se outra representação: a da mulher forte, guerreira, batalhadora, lutadora. Esses termos são encontrados como prováveis componentes do núcleo central da representação. As representações sociais sobre a mulher do Sertão são ancoradas no significado do trabalho como algo difícil na região, principalmente devido à seca, precisando a mulher ser forte e guerreira para aguentar todas as adversidades. Esta noção de mulher forte configura um reconhecimento que se transfigurou (RICOEUR, 2006), posto que inicialmente o imaginário social foi construído a partir da ideia da mulher frágil.

Albuquerque Jr. (2009) ressalta que o Nordeste rural era tido como a representação da brasilidade mais pura, pois estava distante das influências estrangeiras, sendo o lugar do homem forte do Sertão, mas também como lugar de seca, considerada um dos fortes elementos de constituição da região. Já para Ribeiro (2006), o isolamento do Sertão contribuiu para a formação de uma sociedade conservadora e com tradições mais rigorosas, sendo que o homem do Sertão começou a ser representado como uma pessoa com requintes de barbárie, rústicos ao extremo, arcaico e com código moral rígido. Assim, apesar dos/as profissionais apontarem a mudança das representações de gênero, principalmente com o aumento da escolaridade e do acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres, ressaltam que ainda há a perpetuação de alguns ideais familiares que reproduzem as desigualdades de gênero. Ou seja, a violência existente nessas relações pode ser considerada comum e natural, devido ao contexto social em que o homem e a mulher estão inseridos/as.

Foi possível perceber através das análises das entrevistas que há o entendimento de que houve um aumento do acesso à educação e ao mercado de trabalho. Este fato tem como principal implicação a independência financeira das mulheres, e como consequência, torna-se possível o rompimento do ciclo de violência. No entanto, os/as profissionais destacam que essa mudança não ocorreu na mesma intensidade para as mulheres no Sertão. Eles/as afirmam

que ainda há uma dificuldade maior para as mulheres da região, devido à falta de faculdades públicas e de grandes empresas no local.

A perpetuação social e cultural das relações desiguais de poder entre homens e mulheres no contexto do Sertão também pode ser percebida na análise do questionário. Aponta-se que 40,7% afirmaram concordar com a ideia de que é natural o homem ficar mais na rua do que a mulher, corroborando as representações de gênero, a partir de sua naturalização. Assim, as representações de gênero devem ser analisadas de maneira contextualizada, pois é possível apreender que mesmo com tantas transformações sociais ocorridas, o homem muitas vezes ainda é considerado o agregador, símbolo do mundo da rua, enquanto que a mulher simboliza o mundo da casa e da família.

Reitera-se a proposição de Leal (2010), de que é fundamental desenvolver ações que preconizem o encaminhamento, o esclarecimento e o empoderamento das mulheres. Essas ações devem buscar caminhos para romper com a passividade e procurar a desnaturalização da violência. A educação deve, portanto, ser vislumbrada como uma forma de proporcionar a ascensão social e econômica das mulheres. Com isso, será mais fácil o rompimento do ciclo de violência.

A partir dos resultados obtidos por meio da análise das evocações livres de palavras e das entrevistas, é possível verificar que os/as profissionais elaboraram uma representação social da violência contra as mulheres. De acordo com os objetivos deste estudo foram identificadas a estrutura e, posteriormente, o conteúdo da representação social da violência contra as mulheres.

De modo geral, pode-se dizer, a partir da análise das evocações livres de palavras, que os/as profissionais possuem uma representação social estruturada, pois contém os elementos conceito, imagem e julgamento, conforme preconiza Moscovici (2012). Percebe-se também que é uma representação com conotação negativa, que apresenta aspectos alusivos à prática da ação violenta, e todos os elementos que compõem o núcleo central foram considerados pelos/as profissionais como negativos.

A análise da estrutura das representações sociais de profissionais da Rede de Enfrentamento acerca da violência contra as mulheres permitiu mostrar que os elementos pertencentes ao núcleo central possuem uma relação com o poder legitimado socialmente ao homem sobre a mulher, a partir dos termos: “absurdo”, “agressão”, “covardia”, “machismo”, “preconceito”; e com sentimentos que mostram a fragilidade da mulher em situação de violência, a partir dos termos: “falta de amor”, “falta de respeito”, “medo”, “tristeza”.

Entre os elementos periféricos, destacam-se termos que são associados às origens do fenômeno no âmbito doméstico e a permanência da mulher no ciclo da violência, tais como: “fraqueza”, “ignorância”, “injustiça”. Os elementos “crueldade”, “dor” e “sofrimento”, estão ligados à amplitude do fenômeno e ao adoecimento das mulheres em situação de violência. Estas representações foram corroboradas nas análises qualitativas das entrevistas, que categorizaram os temas: concepções de gênero e violência; conhecimento sobre a rede e as legislações; e as práticas de atendimento às mulheres em situação de violência.

Após a análise realizada em cada subgrupo de profissionais a partir das diferentes Redes de atuação, foi possível perceber que o termo em comum nos quatro grupos é “covardia”, sendo o mais evocado e com menor ordem média de evocação em três grupos, exceto na Rede da Assistência Social. Nessa rede, apesar do termo covardia fazer parte do núcleo central, os termos mais evocados foram “falta de amor” e “sofrimento”.

Na análise das evocações livres do universo de todos/as os/as profissionais que participaram do estudo, foi possível verificar que a representação social da violência contra as mulheres está ancorada na ideia de covardia, caracterizada por diferentes tipos de agressões, além de ser uma consequência direta do machismo ainda existente na nossa sociedade, e tem como sentimento mais referido a tristeza, tanto das mulheres em situação de violência, como dos/as profissionais que se sentem, muitas vezes, impotentes diante dos casos.

A partir das análises das entrevistas, é preciso ressaltar que para os/as profissionais da Rede de Enfretamento à violência no Sertão de Pernambuco, a violência contra as mulheres é sinônimo de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Celmer (2010) chama a atenção ao fato de que os termos “violência contra a mulher” e “violência doméstica e familiar” não são sinônimos. Esta diferença reside no fato que a violência contra as mulheres não acontece necessariamente dentro de casa nem pelos vínculos familiares ou conjugais. Assim, embora a violência contra as mulheres não seja a mesma coisa, está incluída na violência doméstica e familiar.

Essa percepção de que os fenômenos são iguais é verificada nas análises das entrevistas. Ao solicitar que os/as profissionais comentassem um caso de violência contra as mulheres, 98% dos/as entrevistados/as mencionaram situações de violência doméstica e familiar. No entanto, é importante ressaltar que a representação da violência contra as mulheres como sendo a violência doméstica e familiar é corroborada pelos dados da violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), em 88,8% dos casos, o autor da violência era companheiro ou ex-companheiro da mulher. Já o Atlas da Violência

aponta que enquanto os homicídios de mulheres fora da residência caíram em torno de 3,3%, dentro de casa aumentaram em 17% (CERQUEIRA et al., 2019).

A maioria dos/as profissionais entrevistados/as nunca participou de qualquer sensibilização, capacitação ou cursos sobre gênero e violência durante a formação acadêmica, e nem depois, já durante sua atuação profissional. Os/as profissionais que mais apontam ter recebido alguma instrução são os/as pertencentes à Rede de Segurança Pública. Segundo Macaulay, Martins e Pinheiro (2018), a partir do aumento das demandas bem como das mudanças institucionais, as Secretarias de Defesa Social (ou Secretarias de Segurança Pública) incluíram em seus cursos algum elemento sobre violência baseada em gênero, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada. Compreende-se que os cursos de formação, principalmente para a Polícia Militar, são estratégias importantes na ampliação do entendimento do fenômeno da violência.

A partir das análises dos discursos dos/as profissionais, principalmente os/as que atuam na Rede de Saúde, ficou evidente a falta de formação sobre a temática de gênero e violência. Apesar de a violência ser considerada um tema importante na saúde desde o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado em 1984, que incluiu a violência doméstica e sexual, e redefiniu olhar para a violência contra as mulheres como uma questão de saúde pública (BRASIL, 1984c), poucos/as profissionais referiram conhecer as legislações específicas. Ressalta-se, além do desconhecimento da Lei Maria da Penha, a desinformação sobre a Lei nº 10.778/2003, alterada pela Lei nº 13.931/2019, que estabelece a notificação compulsória em todo o território nacional para os casos de violência contra as mulheres, sejam confirmados ou suspeitos, tanto em serviços de saúde públicos quanto privados. A lei também obriga a comunicação à autoridade policial no prazo de 24 horas (BRASIL, 2019).

Outra representação que merece ser destacada é a relacionada à culpabilização da mulher. Esse resultado também foi encontrado em outras pesquisas como, por exemplo, a de Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglío (2011). As autoras apontam que para as participantes, de alguma forma, as mulheres são responsáveis pela manutenção da violência, pois a existência de violência seria a consequência de uma relação estabelecida entre dois elementos, ou seja, quem comete e quem sofre a violência.

É preciso atentar-se ao fato de que ao culpabilizarem a mulher pela própria violência sofrida, os/as profissionais podem ter dificuldades em identificar, enfrentar e prevenir os casos. Além disso, Leal (2010) assinala que as representações de profissionais influenciam e

reforçam a culpa e o medo das mulheres, dificultando o vínculo, impedindo o atendimento integral e, conseqüentemente, inibindo as denúncias.

A análise das entrevistas deixou claro que para alguns/mas profissionais, além da mulher estar num ciclo de violência, também é culpabilizada por permanecer nele. É importante refletir também que, quando os/as profissionais, principalmente os/as policiais militares, acreditam que seu trabalho não tem eficácia, e culpabilizam as mulheres pela permanência na situação de violência, eles/as podem não reconhecer que também podem realizar os encaminhamentos para outros serviços da Rede.

No que se refere à análise do questionário, também foi possível vislumbrar a representação da culpabilização da mulher. Quando responderam que a mulher é culpada quando a violência acontece em situações específicas, como quando há o uso de álcool e outras drogas, ou frequentando lugares de má reputação, por exemplo, suas alegações foram ancoradas em aspectos sociais, na ideia de que a mulher deve ser “recatada e do lar”, e não se expor.

Piovesan e Pimentel (2011) reforçam que os crimes de violência contra as mulheres já foram compreendidos como uma situação privada ou uma simples ação de vingança ou implicância da vítima. Com isso, muitas vezes havia a culpabilização da própria vítima, afirmando que a mulher merecia a violência por causa de seu comportamento, assim, 18,7% dos/as profissionais concordaram que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor.

De acordo com Halbwachs (2013), algumas ideias marcam uma sociedade e persistem durante um tempo, e por isso, há uma resistência de determinados setores em aceitar as mudanças e, conseqüentemente, romper os padrões, como por exemplo, a dominação masculina sobre as mulheres. Para o autor, vivemos sobre “ilhas de passado conservadas”, posto que o que somos, como agimos e pensamos dependem dos fatos passados, que sobrevivem na memória e influenciam o comportamento atual. Assim, apesar das lutas das mulheres, ainda há uma história que se perpetua e se renova com o tempo, como as concepções e ideias sobre as mulheres.

Ao refletir se a violência pode ser motivada pela traição da mulher, 48,7% concordaram com a afirmação. Segundo Pimentel, Pandjiarjian e Belloque (2006), os casos de agressões e homicídios contra as mulheres, praticados por seus maridos, companheiros, namorados, atuais ou ex, com alegação de prática de adultério, foram, durante muito tempo, considerados justificáveis, baseados na tese de “legítima defesa da honra”. Reafirma-se, mais

uma vez, que finalmente o STF ratificou o impedimento do uso da tese da legítima defesa da honra em casos de violência contra as mulheres (BRASIL, 2021).

Ao analisar os conteúdos representacionais, verificou-se que a maioria dos/as profissionais referiu conhecer a temática, principalmente a Lei Maria da Penha. No entanto, os/as profissionais demonstraram o conhecimento do senso comum, obtido por meio da mídia, por casos conhecidos, com familiares ou colegas. O conhecimento reificado não é referido, já que a grande maioria afirma não ter tido contato no momento da formação acadêmica. Em consequência, há uma dificuldade de atuação profissional. Entende-se que os/as profissionais da Rede de Enfrentamento não podem corroborar a ideia do senso comum de que a violência é culpa da mulher, pois isso pode contribuir com perpetuação a ideia de que a mulher não rompe o ciclo da violência porque não quer, ou porque gosta de apanhar, ou ainda que se a mulher não se comportar de uma determinada maneira, o homem pode fazer uso da força e do poder para “enquadrá-la”.

Ao identificar o conteúdo do senso comum existente na representação para os/as profissionais, foi possível verificar a magnitude da violência contra as mulheres na região pesquisada. Os dados apresentados no quarto capítulo desta pesquisa apontam que na Cidade A houve 362 registros de violência doméstica e familiar contra a mulher (Ver Tabela 20). Na capital do estado, Recife, houve 9.307 registros. Os números absolutos não refletem a realidade. Assim, ao fazer uma análise por 100 mil habitantes é possível verificar que a Cidade A tem uma taxa de 426,6 registros para 100 mil habitantes⁵¹, enquanto Recife tem uma taxa de 562,9/100 mil habitantes.

Essa taxa ainda parece muito distante. Porém, a Cidade A tem pouco mais de 5% da população da capital, mas a taxa de violência corresponde a 75% da apresentada pelo Recife. Os dados, portanto, mostram a capilaridade da violência contra as mulheres, e ao realizar essa avaliação, pode-se concluir que não há uma diferença significativa entre os registros de violência nas grandes cidades e nas pequenas. Além disso, a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Defesa Social e pela Secretaria da Mulher de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2019; 2021a; 2021b), verificou-se que houve uma redução de 12,6% nos registros de 2019 para 2020 em Recife, e na Cidade A, a diminuição foi de pouco mais de 10%.

A representação social da violência contra as mulheres também está refletida nas práticas de atendimento, uma das categorias temáticas que emergiu nas entrevistas. A partir

⁵¹ O cálculo foi realizado a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe>. Acesso em: 09 abr. 2021.

das análises, pode-se concluir que a representação está ancorada no sentimento de impotência e de ineficiência diante dos casos de violência contra as mulheres. Essa representação foi encontrada nos discursos, principalmente, dos/as profissionais da Rede de Segurança Pública que relataram dificuldade em realizar o atendimento, bem como o sentimento de “enxugar gelo”, já que, segundo eles/as, em muitos casos, as mulheres sofrem recorrentes situações de violência.

Os/as profissionais podem ter um sentimento de impotência, justamente por não compreenderem as inúmeras nuances que envolvem o fenômeno da violência. Como reforça Leal (2010), muitas vezes os/as profissionais não compreendem que para a mulher conseguir romper com o ciclo de violência é preciso um tempo para se organizar tanto afetiva quanto economicamente, bem como necessitam ter a garantia da sua segurança e de seus/suas filhos/as. Neste sentido, os/as profissionais devem conhecer os estágios do ciclo da violência, conforme proposto por Walker (1979) e Leitão (2014).

Importante refletir também que a representação da impotência e ineficiência tem a ver com os poucos equipamentos da Rede de Enfrentamento existentes na região, principalmente os especializados, conforme já foi pontuado. Por outro lado, embora sejam poucos, os serviços existem e, mesmo assim, muitos/as profissionais desconhecem os locais para encaminhamento dentro da rede local, o que pode limitar o reconhecimento e o atendimento dos casos numa perspectiva integral. A delegacia foi a instituição mais mencionada pelos/as profissionais, revelando uma centralidade da denúncia como opção para a mulher que está em situação de violência.

Outra conclusão importante apresentada neste estudo é que 58% dos/as profissionais concordam que a Lei Maria da Penha também deveria ser utilizada para os casos de homens que são agredidos por mulheres; além disso, 8,7% tiveram dúvidas (Ver Tabela 32). Essa representação reforça a incompreensão da lei e das nuances sociais que embasam o arcabouço jurídico.

A principal justificativa para o entendimento de que a Lei Maria da Penha deveria ser usada nos casos dos homens agredidos por mulheres é que a referida lei criou uma discriminação, já que busca coibir a violência contra as mulheres, mas não a violência contra homens; ou seja, nesse caso, há uma compreensão de que a lei fere os princípios da proporcionalidade e da igualdade.

Conforme ressaltam Simioni e Cruz (2011), a existência da desigualdade baseada no gênero, atrelada aos aspectos da vulnerabilidade social de um grande grupo de mulheres, além

dos marcadores de classe, raça/etnia e geração, foram alguns dos fatores cruciais para a construção de uma legislação nacional especificamente voltada à coibição da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres. Neste sentido, a Lei Maria da Penha não infringe o princípio isonômico, porque visa coibir a violência existente contra uma parcela da população que é mais vulnerável. Entende-se, portanto, que o princípio da igualdade substancial é refletido na proposição de que os/as desiguais devem ser tratados desigualmente.

Uma análise da conjuntura brasileira atual faz-se necessária para buscar explicações para esse resultado. Percebe-se que estamos num momento em que houve uma apropriação dos princípios republicanos de igualdade e de liberdade, através de um discurso negacionista. Ou seja, apesar dos dados, do aumento da visibilidade do fenômeno na mídia e na sociedade em geral, há uma tentativa de camuflar e/ou negar a dimensão da violência contra as mulheres.

Importante reafirmar que a violência contra as mulheres evidencia todos os fatores e estruturas que são construídas nas desigualdades entre os gêneros, ou seja, a violência é resultado de uma relação assimétrica, devido à construção hierárquica de poderes, em que a vítima não tem escolhas. Não há, portanto, nem igualdade, nem liberdade.

Percebe-se também que o discurso conversador tenta manter as desigualdades e a reafirmação do poder, a partir de uma visão de que o Estado não deve intervir nas questões familiares, ou seja, no âmbito privado. Volta-se ao discurso do senso comum de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

Quando acontece a entrada do exterior (seja o Estado, os familiares, a vizinhança ou os/as profissionais) na vida íntima das pessoas, o cotidiano é revelado. E, por vezes, esse cotidiano é permeado de violências. A partir do momento em que o Estado afirma a necessidade de uma lei específica, ratifica-se a necessidade de mudanças de paradigmas. Assim, é preciso reconhecer que a Lei Maria da Penha apresenta um avanço legislativo importante e deve ser cotidianamente reafirmada como uma lei fundamental para aumentar a visibilidade do fenômeno, além de ser um instrumento para prevenção e redução da violência contra as mulheres.

Assim, é relevante a informação de que a representação da violência, e mais especificamente da Lei Maria da Penha, para muitos/as profissionais esteja ancorada na ideia de que a lei não deve ser específica para mulheres. Reafirmando que os sujeitos participantes dessa pesquisa atuam em serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência, e que, portanto, devem realizar o atendimento e o encaminhamento, bem como devem ajudar a

coibir e prevenir a violência contra as mulheres é possível inferir que essa representação tem influência direta nas suas práticas profissionais.

Por fim, entre os principais dados apresentados desse estudo, está a informação de que 18,3% do total de mulheres entrevistadas estiveram ou estavam em situação de violência no momento da entrevista. Embora não seja possível afirmar, esse número pode ser maior, já que algumas podem não ter revelado situações pessoais durante a entrevista, além do fato de que outras mulheres não participaram da fase da entrevista na coleta de dados.

No que se referem às representações da violência contra as mulheres para profissionais de diversas áreas de atuação, não foi encontrado outro estudo que aponte dados de profissionais em situação de violência. As pesquisas realizadas com profissionais sempre os/as colocam como sujeitos informantes, mas não fazendo parte do processo de violência.

A partir das análises das entrevistas com as profissionais em situação de violência, percebe-se que não há diferença na representação social. A representação da violência contra as mulheres permanece ancorada nas ideias, como: uso de álcool e outras drogas, ou a existência de algum transtorno mental, como a razão da agressão cometida; a preocupação com a criação dos/as filhos/as como o principal motivo para não formalizar uma denúncia e, concomitantemente, a dependência financeira; a culpabilização da mulher pela própria violência sofrida; e a existência do medo de que o agressor possa se vingar.

Verifica-se, portanto, que as profissionais enquanto mulheres em situação de violência percorrem o mesmo caminho e apresentam as mesmas representações dos/as demais participantes dessa pesquisa. Ou seja, estar ou já ter estado numa situação de violência não mudou a representação do fenômeno. Pode-se apreender também que as profissionais não procuram serviços da Rede de Enfrentamento, com exceção da Delegacia, mas não há qualquer encaminhamento para outro serviço, corroborando a fragilidade dos equipamentos, mesmo quando os/as envolvidos/as nas situações de violência são profissionais.

O estudo aqui apresentado indica a necessidade de uma melhor compreensão da violência contra as mulheres pelos/as profissionais dos serviços da Rede de Enfrentamento, objetivando o aperfeiçoamento do processo de identificação e de atendimentos, além dos encaminhamentos necessários para outros serviços da Rede. A notificação compulsória das violências mostrou-se ineficiente, e deve ser incluída na pauta de prioridades para futuras capacitações, principalmente com profissionais da Rede de Saúde.

Diante dos resultados, ficou clara a importância de qualificações específicas sobre gênero e violência. Entende-se que as temáticas devem ser incluídas nos currículos básicos de

formação dos/as profissionais de diversas áreas, sobretudo: psicologia, serviço social enfermagem, medicina, e direito. No trabalho da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres faz-se necessário desconstruir a imagem idealizada da mulher como aquela que é sempre a culpada pelas situações conflitantes, além de ter a compreensão de gênero perpassando as desigualdades de poder. O conceito de gênero torna-se essencial para analisar a relação de subordinação das mulheres e a mudança social e política, bem como as violências praticadas contra elas.

Tendo em vista a importância e a magnitude do fenômeno da violência contra as mulheres, considera-se a violência como um objeto de representação social, compreendendo-o como um objeto de “relevância cultural” e datado historicamente, ou seja, está espalhado na sociedade, presente na cultura e nas diversas instâncias da interação social, “nas instituições, nas práticas, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais” (SÁ, 1998, p. 45).

Entende-se que o estudo dessa temática por meio da Teoria das Representações Sociais mostrou-se adequado para o alcance dos objetivos propostos. Portanto, considera-se este estudo pertinente para o meio acadêmico e social, por fornecer vários esclarecimentos sobre a representação social da violência contra as mulheres na região pesquisada, compreendendo que está alicerçada nas relações desiguais de poder, na culpabilização das mulheres pela violência, e no sentimento de impotência dos/as profissionais diante dos casos.

Ao longo dessa caminhada no Sertão de Pernambuco, foi possível constatar que o estudo aqui apresentado não está esgotado. Ainda há muito a ser pesquisado e discutido sobre a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres. Também se considera que a TRS pode contribuir em outras discussões sobre o tema.

Assim, futuras investigações que possam abranger mais cidades, ou outros contextos sociais para fins de comparação, ou ainda incluir outras áreas profissionais, podem trazer dados relevantes, bem como podem verificar possíveis modificações da representação social da violência contra as mulheres. Espera-se que a representação de profissionais da Rede de Enfrentamento acerca da violência contra as mulheres oriente a prática profissional, principalmente no que se refere à prevenção, identificação e intervenção dos casos de violência.

Acredita-se que a pesquisa possa atentar os/as responsáveis por cursos de graduação, pós-graduação, e outros cursos de formação, para a importância da inclusão da temática de gênero e violência nos conteúdos programáticos, problematizando questões éticas, políticas e

legislativas. Nesse sentido, as secretarias municipais também podem despertar interesse em realizar capacitação continuada dos/as profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento. Isso reitera a relevância do desenvolvimento deste estudo.

Por fim, reafirma-se que as representações sociais da violência contra as mulheres entre os/as profissionais da Rede de Enfrentamento permitem entender a complexidade do fenômeno, que envolve sujeitos e serviços. Assim, as representações podem auxiliar na construção de práticas responsáveis, tanto dos serviços em rede como dos/as profissionais, reafirmando a importância do grito de cada galo para tecer um raio de sol, que deverá se unir para comporem o sol, ou seja, uma Rede integral e com resolutividade.

Apesar de este estudo ser apenas o começo de uma série de outras pesquisas que poderão surgir, não apenas sobre o fenômeno da violência, mas, principalmente, no contexto do Sertão nordestino, termina-se, por hora, com uma frase de Guimarães Rosa: “Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia”. A busca foi interrompida apenas nesse instante em que é necessário encerrar essa pesquisa. Mas definitivamente, outras travessias virão.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Funart-Rocco, 1998a.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800**. Brasília, 1998b.
- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva P.; OLIVEIRA, Denize C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000, p. 27-38.
- ABRIC, Jean-Claude. **Prácticas sociales y representaciones**. México: Ediciones Ccoyacán, 2001.
- ABRIC, Jean-Claude. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, Pedro Humberto F.; LOUREIRO, Marcos Corrêa S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003, p. 37-57.
- AGÜERO, Jorge M. **Causal estimates of the intangible costs of violence against women in Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2013. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/pt/node/11285>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- ALBUQUERQUE, Roberto C. de; VILAÇA, Marcos Vinícius. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do Coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton José S.; SANTIAGO, Idalina Maria F. L.; NUNES, Maria Lúcia S. (Orgs.). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 21-34.
- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ALLPORT, Gordon W. **The nature of prejudice**. New York: Basic Books, 1954.

ALMEIDA, Angela M. O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico–metodológicas. In: SANTOS, Maria de Fátima S; ALMEIDA, Leda M. (Orgs.). **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005a, p. 117-160.

ALMEIDA, Sônia Maria A. F. Reflexões sobre violência doméstica: algumas contribuições para (re)pensar a violência contra crianças, adolescentes e mulheres. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 177-183, set./dez. 2005b. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6427>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely S. (Org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 23-41.

ALMEIDA, Angela M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, p. 713-738, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWrCyyfqVfrzLX9x/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social** – perspectivas psicológicas e sociológicas. Porto Alegre: AMGH/Artmed, 2016.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

AMARIJO, Cristiane L.; GOMES, Vera Lúcia O.; GOMES, Antonio Marcos T.; FONSECA, Adriana D.; SILVA, Camilla D. Representação social de profissionais de enfermagem acerca da violência doméstica contra a mulher: abordagem estrutural. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-6, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/23648>>. Acesso em: 20 set. 2020.

ANDRADE, Manuel Correia. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma** – o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Martin Claret, 2016 [1928].

ANJOS, Rafael S. Araújo. Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Rev. Depart. Geografia**, São Paulo, vol. esp., p. 332-350, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/T4NRbmqpmw7ky3sWhc7NYVb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: SOUSA, Clarilza Prado de et al. (Orgs.). **Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 117-146.

ASSIS, Cleber Lizardo. “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. **Psicol. Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 229-242, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8796>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: A violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BANCHS, María A. Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. **Textes sur les représentations sociales**, Venezuela, v. 9, p. 3.1-3.15, 2000. Disponível em: <http://www.psr.jku.at/PSR2000/9_3Banch.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BANCHS, María A. Alternativas de apropiación teórica: abordaje procesual y estructural de las representaciones sociales. **Rev. Educ. cult. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-60, ago./dez. 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/kalli/Downloads/2288-8804-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. *Debates em Sociología*, Lima, v. 18, p. 145-169, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e ampliada. 4. ed. Trad. Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. 2. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

BARSTED, Mariana; ROMANI, Andrea (Orgs.). **Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio**. 8. ed. Rio de Janeiro: CEPIA, 2014.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito Nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a. Vol 2.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 5. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b. Vol. 1.

BELLOQUE, Juliana Garcia. Da assistência jurídica – artigos 27 e 28. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 337-346.

BERNARDES, Jefferson de Souza. História. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. (Orgs.). **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 19-36.

BISPO, Tânia C. Ferreira. **Representações sociais de profissionais de saúde acerca da assistência à mulher em situação de violência conjugal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BOAS, Franz. Raça, língua e cultura. In: BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Trad. José Carlos Pereira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 104-112.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13.ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria P. O vaqueiro: símbolo de liberdade e mantenedor da ordem no sertão. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. **História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, p. 121-134.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Casa Civil, 1916. [Revogado].

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Casa Civil, 1940.

BRASIL. **Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1984a.

BRASIL. **Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Brasília, DF: Casa Civil, 1984b.

BRASIL. Ministério da saúde. **Programa de atenção integral à saúde da mulher**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1984c.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003a.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2003b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005b.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011d.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013a.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF: Casa Civil, 2013b.

BRASIL. **Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013**. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Casa Civil, 2013c.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013d.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Final**. Investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil e apuração das denúncias de omissão. Brasília, DF: Senado Federal, 2013e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013f.

BRASIL. **Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2015**. Uma década de conquistas. Brasília: Ligue 180. Central de Atendimento à Mulher, 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. **Norma Técnica**. Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015b.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015c.

BRASIL. DataSenado. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília, DF: Senado Federal. Secretaria da Transparência, 2015d.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016a.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Violência contra a mulher não é só física: conheça outros 10 tipos de abuso**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2016b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/violencia-contra-mulher-nao-e-so-fisica-conheca-outros-10-tipos-de-abuso>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teóricos-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016d.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Resolução nº 107, de 27 de julho de 2017**. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Sudene, 2017a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017**. Ratifica a decisão do Conselho Deliberativo da Sudene em incluir oficializando a nova delimitação do semiárido. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Sudene, 2017b.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028**. Brasília, DF: Ministério da Segurança Pública, 2018.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais 2017**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2019a. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=212&Itemid=284>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. Brasília, DF: 2019b.

BRASIL. **Lei 14.022, de 07 de julho de 2020**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas

com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **ADPF 779**. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Conclusos ao/à Relator/a em 25 de março de 2021. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2021. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BREAKWELL, Glynis M. et. al. **Métodos de pesquisa em Psicologia**. Trad. Felipe R. Elizalde. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Coord.). **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2. ed. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires R. **A cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDEL, Lídia Maria P. Soares. Tipologias da sertanidade baiana: uma análise sobre três dimensões identitárias. Anais... **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009. Disponível em: <<https://semiarido.ufba.br/sites/semiarido.ufba.br/files/Tipologia.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CARTWRIGHT, Dorwin. Contemporary social psychology in historical perspective. **Social Psychology Quarterly**, v. 42, n. 1, p. 82-93, mar. 1979. Disponível em: <https://www.radford.edu/~jaspelme/443/spring-2007/Articles/Cartwright_1979.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Global, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Inês E. de. **O mito da necessidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Pensamento social**. Disciplina do curso de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1º semestre de 2017a.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Pensamento social dos brasileiros sobre corrupção – os brasileiros e a corrupção. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 20-37, jul./ago./set. 2017b.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. O pensamento social dos brasileiros sobre si mesmos e sobre o Brasil. In: CASTRO, Ricardo V.; WOLTER, Rafael. **Estratificação e Pensamento Social**. Disciplina do curso de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2º semestre de 2017c.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Pensamento social brasileiro I**. Disciplina do curso de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1º semestre de 2020.

CASTRO, Bruno Denis V.; SILVA, Artenira S. Atuação da autoridade policial e do Poder Judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher na cidade de São Luís/MA. **Opin. Jur.**, Fortaleza, v. 15, n. 20, p. 59-83, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/758>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CAVALCANTI, Ludmila F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília S. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p.31-39, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/XsHRsk4fKdjgpyPMHhHqBp/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CELMER, Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 72-88.

CERQUEIRA, Daniel. Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação. Boletim de Análise Político-Institucional. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 9, n. 1, p. 27-35, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7105>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia M; SOARES, Joannie dos Santos F. Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. **Rev. Esc. Enferm USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 214-222, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/f8HzhVwzptBJtdK9p8qPM6w/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu/Sesc, 2016 [1902].

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, jan. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DAL'RI, Mariana. **Representações sociais de profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DAMATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: M. C. Paoli, M. V. Benevides, P. S. Pinheiro & R. Da Matta (Orgs.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-44.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAY, Vivian Peres et al. violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, n. 25 (supl. 1), p. 9-21, abr. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/5SdJkYSszKYNDzcfbBRTL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 78-114.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DINIZ, Normélia M. F; SANTOS, Maria de Fátima S.; LOPES, Regina L. M. Representações sociais da família e violência. **Rev. Latino-Am Enfermagem**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 1184-1189, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n6/pt_19.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. O sistema de castas e suas implicações. 2. ed. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1997.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis** – Gênese e plenitude da ideologia econômica. Trad. José Leonardo Nascimento. São Paulo: Edusc, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1912].

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Trad. Fernando D. Andrade. São Paulo: Martin Claret, 2009 [1924].

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 7-28.

EAGLY, Alice H. ; CHAIKEN, Shelly. **The psychology of attitudes**. Fort Worth, TX: Harcourt BraceJovanovich, 1993.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 241-277.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna**. Trad. Pedrinho Guareshi. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 27-51.

FEIX, Virgínia. Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 201-213.

FERRAZ, Maria do Socorro. Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Vol. 1. Recife: Editora UFPE, 2006, p. 31-54.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. 2. ed. Maio de 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: Práticas e Representações (1930-1940)**. 2005. 242f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha: revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966, p. 17-31. Vol. 1.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 53. ed. São Paulo: Global, 2013a [1933].

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013b.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 28, n. 2, p.219-227, jun. 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4bDDdbpnCGcM69sZSkf79GM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 set. 2020.

GALINKIN, Ana Lúcia. Velhas e novas violências contra a mulher. In: **Anais...** 2º Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia: procuradoria Regional do Trabalho, 8ª Região, 2007, p. 12-29.

GARBIN, Cléa Adas S.; GARBIN, Artênio José I.; DOSSI, Ana Paula; DOSSI, Mário O. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/m3F4SnJBBYrXdXDhqP5cs4D/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ser. 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho Guareschi. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 64-89.

GASPAR, Lúcia. **Movimento Armorial**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos; GIL FILHO, Silvio Fausto. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, pp. 39-55.

GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Mocambos de Palmares**. Histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2010.

GOMES, Romeu. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 67-80.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Identificação da violência na relação conjugal a partir da Estratégia Saúde da Família. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 789-796, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/KczrvYH36TyVGwRZNWJCwkn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Vera L.; SILVA, Camila D.; OLIVEIRA, Denize C.; ACOSTA, Daniele F.; AMARIJO, Cristiane L. Violência doméstica contra a mulher: representações de profissionais de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 718-724, jul./ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/MXnSLLyBtgPGGMspwbX6ZpJ/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GUARÁ, Isa M. F. R. (coord.) **Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente**. 2. ed. São Paulo: IEE PUC-SP / CBIA, 2000.

GUIMARÃES, Fabrício. “**Mas ele diz que me ama...**”: impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Relatório do Simpósio Polo Gesseiro do Araripe**. Potencialidades, problemas e soluções. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, IPA, 2014. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/1-Relat%C3%B3rio%20apresenta%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Sertões brasileiros I. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Vol. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Registro Civil 2016**, v. 43, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**: características gerais dos moradores 2012-2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=2279>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O mapa da fome III**: Indicadores sobre a Indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios). Anna Maria Pelliano (Coord.). Brasília, DF: IPEA, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. São Paulo: Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JODELET, Denise. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge (Ed.). **Psicología Social: pensamiento y vida social**. Barcelona: Paídos, 1984, p. 469-494.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela (Org.). **Representando a alteridade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 47-67.

JODELET, Denise. Aperçus sur les méthodologies qualitatives. In: MOSCOVICI, Serge; BUSCHINI, Fabrice (Dir.). **Les méthodes des sciences humaines**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 139-162.

JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005 [1989].

JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomène, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge. **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008, p. 363-384.

JODELET, Denise. **Représentations sociales et mondes de vie**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2015.

JODELET, Denise. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 423-442, mai./ago. 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/BzhBBK7NjwBZ7PgxSYH5tvR/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 30 ago. 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

LEAL, Sandra Maria C. “**Lugares de (não) ver?**” – As representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde. 2010. 308f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEAL, Sandra Maria C.; LOPES, Marta Julia M.; GASPAR, Maria Filomena M. Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 409-24, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/VrvpmZ9L34965dw3zL4tHcf/abstract/?lang=es>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITÃO, Maria Neto da Cruz. Mulheres sobreviventes de violência exercida por parceiros íntimos – a difícil transição para a autonomia. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. spe, p. 07-15, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/t6LKzzTxS5fWWSG4YFChxcB/?lang=pt>>. Acesso em: 02 set. 2020.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La ventana**, Guadalajara, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LIMA, Nísia T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes: Revan, 1999.

LIMA, Maria Luísa; CORREIA, Isabel. Atitudes: medida, estrutura e funções. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita (Coord.). **Psicologia Social**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 201-243.

LINS, Daniel. **Lampião: o homem que amava as mulheres**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

LIRA, Kalline Flávia S. **Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no Sertão pernambucano**. 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LOPES, Conceição B. Direitos humanos das mulheres: dois passos à frente, um passo atrás. In: RODRIGUES, A. M. et al. (Org.). **Direitos humanos das mulheres**. Coimbra: Coimbra Ed., 2005, p. 157-170.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACAULAY, Fiona; MARTINS, Juliana; PINHEIRO, Marina. **Princípios Pedagógicos para a Formação Policial em Violência de Gênero**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/FBSP_Formacao_Policial_Violencia.Genero_port_2018.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher**. Brasília, DF: Ed. UNB, 2002. Série Antropologia, v. 319, p. 1-23.

MAIA, João Marcelo E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MELO, Elza Machado. **Podemos prevenir a violência: teorias e práticas**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 316-326.

MENDONÇA, Caroline F. Leite. **Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá/PE**. 2013. 246f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.23-26, jan./mar. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 9-30.

MINAYO, Maria Cecília S. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. (Orgs.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013, p. 21-42.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MORAES, Antonio Carlos R. Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5, 2003 [posto online em 2012]. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Sobre a subjetividade social. In: SÁ, Celso P. (Org.). **Imaginário e Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-62.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, F. **Redes: o desafio da democratização dos saberes e poderes, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, 2001.

OLIVEIRA, Denise Cristina et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; CAMARGO, Brígido Vizeu; JESUÍNO, Jorge Correia; NOBREGA, Sheva Maia (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa-PB: Editora UFPB, 2005, p. 573-603.

OLIVEIRA, Denize C.; GOMES, Antonio Marcos T.; ACIOLI, S.; SÁ, Celso P. O Sistema Único de Saúde na cartografia mental de profissionais de saúde. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 377-386, jul./set. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v16n3/a02v16n3.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA NETO, Pedro Barboza de. Sertões, fatos, imagens, representações: espaços e identidades em tempos de globalização. **Rev. Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 96-116, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/814>>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Nova York: Nações Unidas, 1993. Disponível em: <<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **In-depth study on all forms of violence against women: report of the Secretary-General**. Nova York: Nações Unidas, 2006. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/484e58702.html>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 70ª Sessão da Assembleia Geral, 21 de outubro de 2015.

Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** (PCSVDF). Relatório Executivo III – Primeira Onda – 2016. Fortaleza: ONU Mulheres, 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_geracoes_out_17.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus**. Nova York: Nações Unidas, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence**. Genebra: WHO, 2013. <<https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564625/en/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa** – Violência contra as mulheres. Novembro de 2017. Washington, D.C.: OPAS, 2017a. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>. Acesso em: 06 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Repercussão da violência na saúde das populações americanas**: relatório final. 29ª Conferência Sanitária Pan-Americana. 69ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. 25 a 29 de setembro de 2017. Washington, D.C.: OPAS, 2017b. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/34294?locale-attribute=pt>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PASCHOAL, Eduardo P.; ESPÍRITO SANTO, Caren C.; GOMES, Antônio M. T.; SANTOS, Érick I.; OLIVEIRA, Denize C.; PONTES, Ana Paula M. Adesão à terapia antirretroviral e suas representações para pessoas vivendo com HIV/AIDS. **Rev. Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 32-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n1/1414-8145-ean-18-01-0032.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

PAULA, Ricardo Murilo de. **Representações sociais de estudantes do Ensino Médio na cidade de Jundiá sobre “orgânico”**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicol.: Teo. Pesq.**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 1-8, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne214.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PEREZ-MARIN, Aldrin Martin; SANTOS, Ana Paula S. (Coords.). **O semiárido brasileiro: riqueza, diversidade e saberes**. Campina Grande, PB: INSA/MCTI, 2013. Coleção (Re)

conhecendo o semiárido. Disponível em: <<https://portal.insa.gov.br/acervo-cartilhas/699-o-semiarido-brasileiro-riquezas-diversidades-e-saberes>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PERNAMBUCO. **Decreto-Lei nº 59**, de 25 de julho de 1969. Recife: Assembleia Legislativa. Disponível em:

<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=19950&folderId=143436&name=DLFE-12639.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.427**, de 25 de setembro de 2003. Dispõe, nos termos do art. 123, § 1º da Constituição Estadual, sobre o Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2004-2007 e dá outras providências. Recife: Assembleia Legislativa, 2003. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5858>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PERNAMBUCO. **Portaria GAB/SDS nº 2.028, de 12 de julho de 2011**. Institui o Boletim de Ocorrência Eletrônico (BOE) no âmbito de todas as unidades operacionais da Polícia Civil do Estado e dá outras providências. Recife: Secretaria Defesa Social, 2011. Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/images/docs/portarias/portarias_sds/2011/portaria%20sds%20n%202028_%20de%2012.07.2011%20_%20institui%20o%20boe.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PERNAMBUCO. **Por que discutir Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?** Recife: Secretaria de Desenvolvimento, Criança e Juventude. 2018a. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/09062018112801-seass.apresentacao.sertao.2018.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PERNAMBUCO. **Protocolo de feminicídio de Pernambuco**: diretrizes estaduais para prevenir, investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero. Recife: Câmara Técnica de Enfrentamento da Violência de Gênero contra a Mulher do Pacto pela Vida, 2018b.

PERNAMBUCO. **Relatórios e estatísticas** – perfil da região (2015-2018). Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Estatísticas**. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Série histórica anual. Recife: SDS, 2021a. Disponível em: <<https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/40-estatisticas/178-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PERNAMBUCO. **Relatórios e estatísticas** – perfil da região (2019-2020). Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2021b.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARIJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. “Legítima Defesa da Honra” – ilegítima impunidade de assassinos. Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica R. (Orgs.). **Vida em família**: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. Campinas: Cadernos Pagu/UNICAMP, 2006, p. 65-134.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINTO, Ernesto R. M. de Freitas. Pensamento social brasileiro na Amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 27, v. 1, p. 13-20, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/2937>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 101-118.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Verbaná, 2010.

PORTO, Pedro R. Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei 11.340/06 – Análise crítica e sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do advogado Editora, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AGvg%2D0FawRuMMj4&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2123008&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço: História Popular**. 4 ed. São Paulo: Global, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 3. ed. São Paulo: Afla Ômega, 2003.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REZENDE, Ana Márcia de A. **Violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto: representações sociais de adolescentes**. 2017. 172f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2017.

RIBEIRO, Rafael W. Seca e determinismo: a Gênese do discurso do semi-árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 60-91, 1999. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1999/vol22_60_91.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia da Letras, 2006.

RIBEIRO, Fernanda S.; CRUZ, Fátima Maria L. Representações sociais de família por crianças. In: **Anais...** XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009, Maceió/AL. Disponível em:

<http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/25.%20representa%C7%D5es%20sociais%20da%20fam%C7Dlia%20pernambucana%20por%20crian%C7as.pdf>.

Acesso em: 03 fev. 2021.

RIBEIRO, Cristiane G.; COUTINHO, Maria da Penha L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Rev. Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 52-59, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/81>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RICOEUR, Paul. **Percursos do reconhecimento**. Trad. Nicolás N. Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline M. Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 [Série Manuais Acadêmicos].

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no país**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROMAGNOLI, Roberta C. Várias Marias: efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias. **Fractal: Rev. Psicol.**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 114-122, jun. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/fractal/a/N9MLKxsbFTGKSZbr5Fmgmff/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 10 jan. 2021.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006 [1956].

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 19-45.

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-45.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, Celso Pereira de. As representações sociais na história recente e na atualidade em psicologia social. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. (Orgs.). **História da psicologia rumos e percursos**. 3 ed. RJ: Nau, 2013, 661-678.

SÁ, Celso Pereira de. **Estudos de Psicologia Social**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Maria de Fátima S. representação social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 133-142, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300013>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SANTOS, Cecília M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 89, p. 153-170, jun. 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/3759>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SANTOS, Karine Brito dos. **Violência não faz meu gênero: representações sociais da violência contra a mulher por alunos e professores do ensino médio de uma escola pública**. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um Ativista dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SATTLER, Marli Kath. O Abusador: o que sabemos. In: AZAMBUJA, Maria Regina F.; FERREIRA, Maria Helena M. (Orgs.). **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: ArtMed, 2011, p. 234-247.

SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface – Comun. Saúde Educ.**, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 11-26, ago.1999. Disponível em: <https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/7471/mod_resource/content/1/SchraiberOliveira_ViolenciacontraMulheres_Interface1999.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. Violência contra a mulher: estudo em unidade de atenção primária à saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, ago. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/dfSmBBrVThftsFH6xLY573v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica**. Projeto Gênero, Violência e Direitos Humanos – Novas Questões para o Campo da Saúde. 2. ed. São Paulo: USP, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/ Fundação Ford/CREMESP, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, Glaude C. C.; SANTOS, Luciana M.; TEIXEIRA, Luciane A.; LUSTOSA, Maria Alice; COUTO, Sílvio C. R.; VICENTE, Therezinha A.; PAGOTTO, Vânia P. F. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 65-76, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v8n2/v8n2a06.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SILVA, Rafael C.; FERREIRA, Márcia A. Construindo o roteiro de entrevista na pesquisa em representações sociais: como, por que, para que. **Rev. Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 607-612, set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/wMctqmZpKpYNdy8nZpTxJkp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Camila D.; OLIVEIRA, Denize C.; GOMES, Vera Lúcia O.; MARQUES, Sergio C.; FONSECA, Adriana D.; MARTINS, Sibebe da R. Representação social da violência doméstica contra a mulher entre técnicos de enfermagem e agentes comunitários. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 22-29, fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n1/pt_0080-6234-reeusp-49-01-0022.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SILVA, Camila Daiane. **Representações sociais de discentes de enfermagem acerca da violência doméstica contra a mulher**. 2016. 146f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS, 2016.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. O homo religiosus na formação do semiárido cearense. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, p. 125-143, set./out. 2009. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rhet/artigos_setembro_2009/homo_religiosus.pdf>. Acessado em 07/04/2012>. Acesso em: 24 fev. 2019.

SIMIONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia Abs. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 185-193.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOUZA, Patrícia A. de; DA ROS, Marco Aurélio. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Rev. Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, out. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17670>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SOUZA, Tatiana M. Carmo; SOUSA, Yara L. Resende. Políticas Públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 59-74, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a06.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SPINK, Mary Jane P. O estudo empírico das representações sócias. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 85-145.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-volta**. 17. ed. rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 [1971].

SWAIN, Tania N. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 11-44, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2657/2194>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

VALA, Jorge; CASTRO, Paula. Pensamento Social e Representações Sociais. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita (Coord.). **Psicologia Social**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 569-602.

VASCONCELOS, Vânia N. P. “**Mulher séria**” e “**cabra-macho**”: por outras representações de gênero no Sertão baiano. Fortaleza: ANPUH, XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

VASCONCELOS, Tatianne Bandeira de. **Representações sociais da violência contra a mulher elaboradas por policiais civis**. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

VASCONCELOS, Alana C. A.; FROTA, Francisca M. I. Torres; LOUZEIRO, Letícia P.; BARROS, Marcelly de O.; ARAÚJO, Maria Gabriela do N.; SANTOS, José Victor de O.; ARAÚJO, Ludgleydon F. Representações sociais da violência contra a mulher: atuação multiprofissional. **Summa psicol. UST**, Santiago, v. 15, n. 2, p. 190–195, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7009154>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

VEIGA, Kátia C. Guimarães; FERNANDES, Josicélia Dumêt; PAIVA, Mirian Santos. Estudo Estrutural Das Representações Sociais do trabalho noturno das enfermeiras. **Texto Contexto-Enferm.**, Florianópolis, v.20, n. 4, p. 682-690, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/XsPDPZmYhDTFxGpv9LKgGhD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

VIEIRA, Elisabeth M; HASSE, Maria. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface – Comun., Saúde, Educação**, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 51-62, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/GXcfNwpDWsKM4rmmnVPf7Ln/?lang=pt>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso; Brasília: ONU Mulheres/ OPAS/ OMS, 2015.

WALKER, Lenore E. **The Battered Woman**. New York : Harper & Row, 1979.

WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. **Viagem ao Sertão Brasileiro**: leitura geosócio-antropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa. Recife: CEPE/FUNDAARTE, 1997.

APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Cidade de residência: _____
4. Cidade de origem: _____
5. Cor: () preta () branca () amarela () parda () indígena () Não sabe () Não informado
6. Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Acredita em Deus, mas não tem religião () Umbanda/Candomblé () Ateu () Outros. Qual? _____
() Não informado
7. Situação de Conjugalidade: () casado/a () solteiro/a () união consensual () viúvo/a
() divorciado/a () desquitado/a ou separado/a () Não informado
8. Tem filhos/as? Quantos/as? _____
9. Nível de Escolaridade: () sem instrução formal () Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
() Ensino superior incompleto () Ensino Superior completo () Pós-graduação () Não informado
10. Renda Socioeconômica Familiar: () menos de 1 salário () de 1 a 2 () de 2 a 5
() de 5 a 10 () de 10 a 20 () Mais de 20 () Não informado
11. Tempo de atuação total na área: _____
12. Tempo de atuação no Sertão: _____

APÊNDICE B – Questionário de Evocação Livre de Palavras

1. Escreva cinco palavras ou expressões que lhe vem à cabeça quando você escuta a palavra

MULHER SERTANEJA

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

2. Escreva cinco palavras ou expressões que lhe vem à cabeça quando você escuta a palavra

HOMEM SERTANEJO

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

3. Escreva cinco palavras ou expressões que lhe vem à cabeça quando você escuta as palavras

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

2. Agora coloque essas palavras na ordem de importância, de 1 a 5, da mais importante para a menos importante. Para a palavra mais importante escreva entre parênteses o número 1 e vá classificando de um a 5 de modo que a palavra menos importante seja a número 5.

3. Classifique o valor da palavra que considerou como a mais importante em: negativa, positiva ou neutra.

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

- Conhecimentos sobre violência:

O que você compreende por violência contra a mulher?

Você poderia comentar algum caso de violência contra a mulher aqui no município (ou na região)?

Quais os tipos de violência que você conhece?

Para você, o que pode acarretar as situações de violência (existe alguma postura da mulher que fortalece a violência)?

Para você, o que poderia ajudar na diminuição dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- Relações de gênero:

Para você, as mulheres têm as mesmas funções e deveres que tinham há alguns anos atrás?

Para você, as mulheres do sertão se diferenciam de alguma forma das mulheres da capital (papéis, independência, trabalho, etc.)?

- Atuação profissional:

Você já atendeu alguma mulher em situação de violência?

Qual foi o procedimento adotado diante do caso (acolhimento, encaminhamento, notificação)?

Se não atendeu, como acredita que o/a profissional de sua área deve atender uma mulher em situação de violência doméstica (acolhimento, encaminhamento, notificação)?

Quais as dificuldades que você já enfrentou atendendo essas situações?

Como você se sente ao lidar com situações de violência doméstica?

- Conhecimentos da Rede:

Você conhece a Lei Maria da Penha (e outras leis que abordam o tema)?

Você pode dizer quais locais encaminhar uma mulher em situação de violência aqui na região (falar um pouco sobre eles)?

Existe comunicação com os outros órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica?

Em sua opinião, quais políticas deveriam ser fortalecidas para a diminuição da violência doméstica contra as mulheres?

APÊNDICE D – Questionário Estruturado

Pergunta 1 - Para você, se uma mulher se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha, fazendo uso de álcool e outras drogas), a culpa é dela, se sofrer alguma violência?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que a culpa é da mulher se ela for violentada, por exemplo, quando está alcoolizada.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que a culpa é da mulher se ela for violentada, por exemplo, quando está alcoolizada.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 2 - Você acha que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que haveria menos violência se as mulheres soubessem se comportar melhor.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 3 - Para você, a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que a violência doméstica pode acontecer quando a mulher trai seu companheiro.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 4 - Para você, é natural que os homens gostem mais de ficar “na rua” (em bares, festas, farras) do que as mulheres?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que é natural os homens ficarem mais na rua do que as mulheres	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que é natural os homens ficarem mais na rua do que as mulheres.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 5 - Para você, o que acontece entre um casal não é de interesse das outras pessoas?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que o que acontece entre um casal não é de interesse das outras pessoas.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que o que acontece entre um casal é de interesse das outras pessoas.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 6 - Para você, os homens devem sempre ser a cabeça do lar?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que o homem deve sempre ser a cabeça do lar.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que o homem deve ser sempre a cabeça do lar.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 7 - Para você, a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que a Lei Maria da Penha ajudou a diminuir a violência doméstica contra as mulheres.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 8 - Para você, a Lei Maria da Penha também deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que a Lei Maria da Penha deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que a Lei Maria da Penha deveria proteger os homens que são agredidos por mulheres.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 9 - Para você, as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica?		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica.	<input type="checkbox"/> Não , eu não acho que as mulheres devem sempre procurar o serviço de segurança pública em casos de violência doméstica.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

Pergunta 10 - Para você, se o homem não agredir fisicamente, então não se pode dizer que a mulher foi vítima de violência?.		
<input type="checkbox"/> Sim , eu acho que se o homem não agredir fisicamente, não se pode dizer a mulher foi vítima de violência.	<input type="checkbox"/> Não , eu acho que mesmo se o homem não agredir fisicamente, pode se dizer que a mulher foi vítima de violência.	<input type="checkbox"/> Não tenho certeza, tenho dúvidas.
Justifique sua resposta:		

APÊNDICE E - Termo de Autorização Institucional)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Kalline Flávia Silva de Lira, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **Violência contra as mulheres: representação social de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Ricardo Vieiralves de Castro cujo objetivo é realizar entrevistas com os/as profissionais, no Setor _____.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016, além de suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos/as participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em ____/_____/_____.

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12 e 510/2016)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Violência doméstica contra as mulheres: representações sociais dos/as profissionais da rede formal e informal no sertão de Pernambuco”, conduzida por Kalline Flávia S. Lira. Este estudo tem por objetivo apreender as representações sociais dos profissionais da rede formal e informal sobre a violência doméstica contra as mulheres no sertão de Pernambuco. Queremos entender como os/as profissionais compreendem essa violência e identificar suas ações diante dos casos identificados.

Você foi selecionado (a) por ser profissional atuante em uma das áreas que compõem a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A pesquisa tem risco mínimo de desconforto e constrangimento. Assim, se no decorrer entrevista, você se sentir desconfortável para respondê-la, poderá negar-se ou mesmo desistir de participar da pesquisa. Para minimizar o desconforto, a pesquisadora utilizará linguagem simples e realizará entrevista individual, em momento sigiloso para manter a sua privacidade. Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

A sua participação como voluntário (a) acontecerá em um único encontro, a ser realizado numa sala disponibilizada pela instituição na qual você trabalha mediante autorização prévia. A duração média da entrevista será de 30 a 40 minutos. As entrevistas serão realizadas individualmente, e serão gravadas ou filmadas para não perdermos nada no que você nos disser.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os

resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Kalline Flávia S. Lira, Rua Agamenon Bezerra Lafayette nº 35 – COHAB – Recife – PE, CEP 51345-030, Telefone: (87) 99943-2708, e-mail: kalline_lira@hotmail.com.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____